



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

JULIANA DO NASCIMENTO MEDEIROS

**NOS SERTÕES DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: ESCRAVIDÃO,  
ENGENHOS, ENGENHOCAS E ATIVIDADES ECONÔMICAS NO OITOCENTOS  
(1810-1850).**

BELÉM-PA

2022

JULIANA DO NASCIMENTO MEDEIROS

**NOS SERTÕES DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: ESCRAVIDÃO,  
ENGENHOS, ENGENHOCAS E ATIVIDADES ECONÔMICAS NO OITOCENTOS  
(1810-1850).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Etnicidade e Territorialidades: usos e representações.

Orientador: Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto

BELÉM-PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de  
acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do  
Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados  
fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M488s Medeiros, Juliana do Nascimento.

Nos Sertões da Província do Grão-Pará : Escravidão, Engenhos e  
Engenhocas e atividades econômicas no Oitocentos (1810-1850) /Juliana  
do Nascimento Medeiros. — 2022.

165 f.

Orientador(a): Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em História, Belém, 2022.

1. Escravidão Negra. 2. Propriedades Agrícolas. 3.  
Trabalho . 4. História da Amazônia. I. Título.

CDD 331.1173409811

---

JULIANA DO NASCIMENTO MEDEIROS

**NOS SERTÕES DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: ESCRAVIDÃO,  
ENGENHOS, ENGENHOCAS E ATIVIDADES ECONÔMICAS NO OITOCENTOS  
(1810-1850).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPHIST, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Etnicidade e Territorialidades: usos e representações.

Orientador: Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto (orientador – FAHIS/UFPA)

---

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes (Examinador interno – PPHIST/UFPA)

---

Profa. Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo (Examinadora externa - PPHIST/PROFHISTÓRIA-UFPA)

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Laurindo Júnior (Examinador externo – FAHIS/UFOPA)

BELÉM-PA

2022

A minha avó Teofila que veio do sertão da  
Amazônia e me ensinou, desde cedo, que a  
educação transforma vidas.

E ao Pudim, que é quase gente!

## AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação está longe de ser um trabalho isolado, solitário. É uma produção coletiva, até mesmo porque, o ato de viver e resistir requer interação com o outro. Assim, para a feitura deste trabalho necessitei de muita interação, suporte e apoio de pessoas que compõe a minha história. Pessoas que não caberão nestas poucas linhas que tento escrever.

O ano de 2020 certamente foi atípico, sobretudo para uma jovem historiadora que se tornou testemunha ocular de fatos históricos que marcará todo o século XXI. Neste breve início de século atravessamos uma crise sanitária, a pandemia de Covid-19, que cerceou no Brasil, quase setecentas mil vidas, e, sobretudo, sonhos. Perdemos pessoas queridas, amigos, parentes e irmãos. Foi nesse contexto, um tanto sombrio, que comecei a lapidar esse trabalho de dissertação que começou a ser pensado, tempos antes, na graduação.

Apesar dos pesares, mesmo com o atraso iminente ao contexto histórico vivido, consigo, agora, concluir essa dissertação. Em meio a tantos agradecimentos a serem feitos agradeço em primeira mão ao grande criador, o Deus Pai Todo-Poderoso, que em sua infinita bondade sempre zela por seus filhos. A ti, pai, dedico esta conquista.

Agradeço ao Programa de Mestrado da UFPA e a CAPES pelo financiamento da pesquisa. Aos professores do programa, pela competência e compartilhamento de saberes. Aos funcionários do PPHIST e do Centro de Memória da Amazônia (CMA). Aos amigos da turma de mestrado: Martha, Alana, Jéssica e David. À José Maia Bezerra Neto, orientador e Mestre, que me acompanha desde a graduação, sempre disposto a ajudar e orientar. À Sidiana de Macêdo, sempre colaborando para a melhora do texto e do andamento da pesquisa.

Dedico também este trabalho a minha mãe, Ana Lúcia, que nunca titubeou em criar três rebentos, todas mulheres, em meio a uma sociedade machista, sexista e patriarcal. Enfrentou com veemência todas as pedras, que porventura, a vida insistiu em colocar em seu caminho. Você é minha fonte de inspiração, minha força maior!

Às minhas queridas e amadas irmãs: Sâmia Medeiros, Lizandra Medeiros, Jacqueline Anjos e Vitória Medeiros. Em especial a Sâmia e Lizandra, que nasceram do mesmo ventre que eu. A Sâmia, que pela irrisória diferença de idade, muitas das vezes, assumiu o papel de mãe, quando a mamãe estava muito ocupada em criar a Liz, ainda um bebê de colo. Admiro tua coragem, força e pragmatismo em lidar com as desventuras da vida. À Lizandra Medeiros, que para mim ainda é a “minha pequena”, mas que se tornou uma grande mulher, muito responsável, perspicaz e que nas horas vagas, nos arranca risos e gargalhadas com suas brincadeiras de menina. À Jacqueline, pela força e coragem de viver a vida, mesmo quando é surpreendida por eventos desagradáveis, te admiro por nunca desistir, sempre nos ensinando com tua força.

À grande família Nascimento e a grande família Medeiros. Tios, tias e primos. Em especial a tia Márcia, Marivone, Lucicleide e Inêz. Aos primos Alan, Letícia, Mauí, João, Raiza e Karina. Em especial a meu primo Kelvyn Gomes, que por coincidência do destino, escolheu a mesma profissão que a minha, por essas e outras compartilhados muitas memórias. Obrigado pela parceria e força de sempre. Ao tio Saraiva, que é praticamente da família. Aos tios Wal e Waldir que são pais admiráveis. Ao papai, Max Medeiros, por ter me dado a vida, te amo. A minha avó Teofila Alves, a quem dedico está dissertação.

A minha pequena e doce, sobrinha e afilhada Luciana, meu amor incondicional. Criança traquina, inteligente e sagaz. Sempre com uma pergunta na ponta da língua e que me arranca risos e gargalhadas. Feliz sou eu em ter você na minha vida! A minha sobrinha Júlia, por sua doçura e simpatia que preenche de afeto os corações mais desatentos.

As minhas queridas amigas de infância Anna Emília Monteiro e Silvia Freitas. A Emília por ser minha irmã de coração e comadre, obrigada pela paciência em ouvir meus lamentos e choradeiras, pelos conselhos, acolhida e amizade. Estendo os agradecimentos a meu compadre André, e minha amada e doce afilhada Anna Eloisa. A Silvia Freitas, amiga sempre pronta a ouvir e ajudar.

À Luciana Silveira, que se tornou uma grande amiga, compartilhamos o mesmo gosto musical e inquietações políticas e sociais. Obrigada pela acolhida de sempre, por sempre está disposta a ouvir as lamurias da vida e a ajudar. A Laisa Epifânio, que é minha parceira e amiga de profissão, e também de viagens e aventuras. Você foi o presente que a graduação me deu e já são 10 anos de amizade. Obrigada por sempre estar presente e disponível para as aventuras da vida. A Laysa Santos, também amiga dos tempos da graduação, no qual nutro grande afeto.

Ao Júnior Farias que marcou minha história e hoje se tornou um amigo. Sempre disposto a ajudar e aconselhar. Obrigada por todos os ensinamentos, eu sempre os levo para a vida. Você certamente foi muito importante para meu crescimento como pessoa humana.

Ao meu cunhado Márcio Pires, pelas palavras amigas e amizade.

A dona Paula de Assunção, seu Ferdinand Almeida, Gabriel, Bia e Gabi. Família piauiense que a vida me deu. Obrigada pela acolhida e pela amizade. Em especial a dona Paula e a seu Ferdí, que nunca recusaram a dar ajuda e apoio a essa jovem sonhadora.

Por fim, ao Ferdinand Filho, amor, parceiro e amigo, que faz os meus dias serem melhores e compartilha de meus sonhos, embarca em minhas loucuras, e que nunca me diz não. Você atravessou minha vida feito um vendaval e me trouxe paz de espírito. Obrigado pelo companheirismo, pela paciência, pelas gargalhadas noturna, pelos mimos e amor recíproco.

Aos meus filhos pet's Pudim e Mafalda, que são meus amores genuínos. Vocês são minha fonte de serotonina. A alegria da casa, mesmo bagunçando ela. A vida é mais suave com vocês.

Obrigado a todos, até os que esqueci de citar, mas que com certeza nutro afeto e amizade.



*Sou vira-mundo virado  
Pelo mundo do sertão  
Mas ainda viro este mundo  
Em festa, trabalho e pão  
Virado será o mundo  
E vira-mundo verão  
O virador deste mundo  
Astuto, mau e ladrão  
Ser virado pelo mundo  
Que virou com certidão  
Ainda viro este mundo  
Em festa, trabalho e pão.  
**(Viramundo- Gilberto Gil)***

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal investigar as propriedades agroextrativistas, sobretudo os sítios, os engenhos e as engenhocas, utilizando como pano de fundo a escravidão negra. Em decorrência desse objetivo analisar-se-á a estrutura de posse de cativos, empenhando-se em desvendar o universo das propriedades agrícolas dos quais esses sujeitos eram elementos fundamentais. Em vista dessa finalidade, irei traçar o perfil dos escravistas, dos escravos e das propriedades, desvendando as atividades realizadas em seus interiores que de antemão são peculiares, isto é, próprias da região Norte desse imenso país. Em um contexto histórico que vai de 1810-1850, momento de mudanças e transformações no Estado do Brasil que afeta todas as províncias; no âmbito regional o contexto é também acentuado por suas especificidades. O *locus* da pesquisa é o mundo rural amazônico, aqui chamado de sertão. Se entende por sertão as regiões interioranas da província que margeavam as cercanias de Belém, sendo destacadas as localidades que compunham a Zona Guajarina (Belém, Acará, Capim, Bujaru) e o Baixo Tocantins (Cameté, Moju, Abaetetuba e Igarapé-Miri), em virtude de serem nesses espaços mais tradicionais que se consolidaram as atividades agrícolas. Espaço complexo, heterogêneo e plural. Das propriedades se investiga as atividades produtivas: os meios, técnicas, ferramentas e mão-de-obra. Do produto dos engenhos e engenhocas, se enfatiza o papel da produção de cachaça de cana e aguardente de cana; em paralelo às atividades ligadas ao abastecimento provincial e ao mercado externo. Utiliza-se como fonte principal os inventários *post-mortem*, de forma complementar os testamentos, os relatos de viajantes, as fontes do arquivo histórico ultramarinos e os jornais.

**Palavras-chave:** Escravidão negra; propriedade agrícola; trabalho; história da Amazônia.

## **ABSTRACT**

The main objective of the research is to investigate the agroextractivist properties, especially the sites, the mills and contraptions, using black slavery as a background. As a result of this objective, the structure of ownership of captives will be analyzed, striving to unveil the universe of agricultural properties of which these subjects were fundamental elements. In view of this purpose, I will outline the profile of slaveholders, slaves and properties, revealing the activities carried out in their interiors that are peculiar beforehand, that is, typical of the northern region of this immense country. The research locus is the Amazonian rural world, here called sertão. The hinterland is understood to be the interior regions of the province that bordered the outskirts of Belém, highlighting the localities that made up the Guajarina Zone (Belém, Acará, Capim, Bujaru) and Baixo Tocantins (Cametá, Moju, Abaetetuba and Igarapé-Miri), as it is in these more traditional spaces that agricultural activities have been consolidated. Complex, heterogeneous and plural space. From the properties, it investigated the productive activities and the means by which they were produced, techniques, tools, labor. From the product of the mills and contraptions, the role of the production of sugarcane cachaça and brandy is emphasized; in parallel with activities related to provincial supply and the foreign market. Post-mortem inventories are used as the main source, as a complement to wills, travelers' reports, sources from the overseas historical archive and newspapers.

**Key Words:** Black slavery; agricultural property; job; history of the Amazon.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (Freguesia de Igarapé-Miri) .....	28
Figura 2 – Uma Igarité, uma Ubá, uma Jangada e seus acessórios.....	53
Figura 3 – Canoa Nossa Senhora do Pilar.....	56
Figura 4 – Mapa especificando a zona Guajarina e o Baixo Tocantins em 1855.....	59
Figura 5 – Mapa especificando a localização do Igarapé Laranjeira em 1855.....	99
Figura 6 – Representação do Engenho São José.....	113
Figura 7 – Representação do Engenho São José, movido à maré, localizado em Igarapé-Miri.....	138
Figura 8 – Moendas puxadas a bois.....	139

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estimativas do tráfico (1778-1841) .....	49
Tabela 2- Propriedades agrícolas.....	70
Tabela 3 - Sítios e suas localizações.....	78
Tabela -4 Proprietário de Sítios com suas denominações e localidades.....	79
Tabela 5- Proprietário e tipo de cultivo.....	83
Tabela 6- Quantidade de escravos por proprietários de sítios.....	87
Tabela 7- Médios proprietários (11 a 30 cativos) / atividades.....	96
Tabela 8 – Resumo dos engenhos de açúcar, aguardente e olarias, na Capitania do Pará em janeiro de 1792. (Região guajarina e Baixo Tocantins) .....	111
Tabela 8 – Engenhos e engenhocas distribuídos pela Zona Guajarina e Baixo Tocantins com base nos inventários (1810-1850) .....	111
Tabela 10 – População da Província do Grão-Pará em 1822 (Zona Guajarina e Baixo Tocantins) .....	128
Tabela 11- Escravos com ofício do Engenho de Jaguarari .....	141
Tabela 12 - Quanto ao gênero dos sujeitos escravizados.....	120
Tabela 13 - Quanto a idade dos trabalhadores escravizados nos engenhos.....	145

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição do patrimônio de José Lopes da Fonseca (1810) .....	33
Gráfico 2 - Composição do patrimônio de Joaquim Caetano de Matos (1824) .....	82
Gráfico 3 - Composição do patrimônio de Cônego Francisco Pinto Moreira (1842) .....	91
Gráfico 4 – Composição do patrimônio de Feliciano Raimundo Teles (1833) .....	93
Gráfico 5 - Composição do patrimônio de Maria do Carmo Lopes (1842) .....	95

## **PESOS E MEDIDAS**

### **Peso**

Arroba 14,7 quilogramas

### **Medida de capacidade para seco**

Alqueire 36,3 quilogramas

### **Comprimento e área**

Braça 2,20 metros

Légua entre 5555 e 6000 metros

Palmo 0,22 metro

Pé 0,33 metro

Tarefa 30 braças quadradas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>Fontes de pesquisa: os inventários post-mortem.....</b>	<b>18</b>
<b>1. CAPÍTULO 1: GRÃO-PARÁ: UMA PROVÍNCIA NO NORTE DO BRASIL.....</b>	<b>28</b>
1.1 COLONIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA .....	34
1.2 AGRICULTURA PARA A MODERNIZAÇÃO: FORMAS DE PRODUZIR, HÁBITOS E COSTUMES ...	39
1.3 ASPECTOS NATURAIS DA PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ: VEGETAÇÃO, COMÉRCIO E RELAÇÃO COM OS RIOS .....	45
1.4 ZONA GUAJARINA: UMA REGIÃO ENTRE RIOS, VÁRZEAS E FLORESTAS. ....	59
1.5 “O NILO AMERICANO”: BAIXO TOCANTINS E SUAS PARTICULARIDADES .....	64
<b>2 CAPÍTULO 2: AS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS: UMA LEITURA A PARTIR DOS INVENTÁRIOS .....</b>	<b>69</b>
2.1 AS PROPRIEDADES DE TERRA .....	69
2.2 OS SÍTIOS.....	76
<b>3 CAPÍTULO 3: ENGENHOS DE AÇÚCAR, CACHAÇA E AGUARDENTE DE CANA NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA.....</b>	<b>101</b>
3.1 O AÇÚCAR NA AMAZÔNIA COLONIAL .....	105
3.2 O AÇÚCAR E AS ENGENHOCAS.....	110
3.3 PRODUÇÃO DE CACHAÇA E AGUARDENTE DE CANA.....	113
3.4 ENGENHOS E ESCRAVIDÃO NEGRA .....	122
3.5 DO PLANTIO DA CANA À FABRICAÇÃO DO AÇÚCAR:.....	130
3.6 OS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NOS ENGENHOS: OFÍCIO, GÊNERO, IDADE E CONDIÇÃO DE VIDA .....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>150</b>
<b>FONTES MANUSCRITAS .....</b>	<b>153</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>157</b>



## INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisar as propriedades agrícolas, sobretudo, os engenhos e engenhocas, na província do Grão-Pará no oitocentos sob a égide da escravidão negra na Amazônia surgiu em agosto de 2014, no meu segundo ano de graduação em História, quando tive a oportunidade de me vincular ao projeto de pesquisa: “Pará além das plantations: uma história social da escravidão no Grão-Pará (1778-1888)” idealizado pelo professor Dr. José Maia Bezerra Neto, meu orientador. Nesse ínterim fui vinculada ao projeto de pesquisa como bolsista de iniciação científica (CNPQ/UFPA), resultando em 2017 no trabalho de Monografia. Naquela ocasião germinou as questões norteadoras que fundamentam este trabalho, logo, é uma pesquisa que vem se estendendo desde a graduação.

Foi no Centro de Memória da Amazônia (CMA/UFPA) que tive o primeiro contato com os inventários *post-mortem* – principal fonte deste trabalho –, para o qual utilizei o recorte cronológico de 1810 a 1850, praticamente toda a primeira metade do século 19. O recorte temporal escolhido se explica por alguns fatores; primeiro, em um contexto geral a primeira metade do século 19 é marcada pela expansão do capitalismo em escala global, isto é, da economia mundial de livre mercado. Esta acompanhou uma política de fortalecimento e reprodução de mão de obra escravista, em países como Brasil, Estados Unidos e Cuba, enquanto a Europa vivenciava a crise da escravidão colonial. Assim, no caso brasileiro “o tráfico atlântico de escravos africanos se constituía como uma atividade estruturante.” (FRAGOSO E GOUVÊA, 2010, p. 13), mesmo com o colapso do escravismo, consequência direta da onda abolicionista que afetava os países europeus, a escravidão no Brasil continua e ganha novo formato no século 19, durante o período imperial.

Segundo, em uma conjuntura nacional, a primeira metade do século 19 é um momento de tensão e mudança para o Estado do Brasil. Em 1808, no contexto das guerras napoleônicas, a Corte Portuguesa é transferida para o Brasil, seguido da Abertura dos Portos às nações “amigas”, leia-se, a Inglaterra – seu principal parceiro comercial. Em consequência dessa transferência o Brasil em, 1815, eleva-se a: “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”. Fica unido à Portugal até 1822, com o movimento de Independência, quando perde seu *status* de Colônia e passa a ser Império do Brasil, todavia, muda-se apenas a nomenclatura pois as estruturas coloniais se mantêm.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A base econômica se mantém agrária-exportadora, com grandes latifúndios e a exploração da população rural, sobretudo a escrava, subordinada por sua condição servil; o país continua não industrializado, dependente do capital externo, mantendo forte vínculo econômico, político e social com Portugal.

No que tange a relação do Império com a escravidão negra algumas leis são importantes para análise da estrutura da escravidão na primeira metade do século 19. Em 1815, quando definitivamente as tropas de Napoleão Bonaparte haviam sido derrotadas, reuniram-se durante o Congresso de Viena as principais potências europeias. Nessa convenção discutiu-se o problema do tráfico e sua regulamentação, “o governo luso aceitou que o comércio de escravos se tornasse ilegal ao norte da Linha do Equador, ficando as embarcações de sua jurisdição restritas ao comércio negreiro na costa africana mais ao sul.” (CARVALHO, 2012, p. 99). A Lei é resultado das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra desde a Abertura dos Portos, já que, esta última havia proibido a escravização de negros africanos desde 1807, tendo em vista seus interesses mais econômicos do que morais. Todo modo, os termos do tratado de 1815 ficaram somente no papel pois na prática a realidade era outra.

Na década de 1830 se tentou novamente buscar soluções, em forma de leis e regulamentos, que versasse sobre o problema do comércio de africanos. Em 7 de novembro de 1831 é assinada a “Lei Feijó-Barbacena”, primeira norma que proíbe a entrada de escravos africanos via Atlântico, nos portos do Brasil. Com a Lei Feijó ficava proibido legalmente o tráfico em solo brasileiro. A lei estabelecia multas a quem o promovesse, recompensas em dinheiro a quem delatasse o infame comércio e declarava livre todos os escravos que entrassem no país a partir daquela data, excetuando-se os que chegassem como fugitivos ou os que trabalhassem em embarcações estrangeiras. No entanto, a lei seguiu as mesmas rédeas da anterior, com alcance mais simbólico do que prático, principalmente porque o Império brasileiro não demonstrava interesse, ou fazia vista grossa aos que praticavam o comércio. Precisaria quase duas décadas para que o tráfico fosse finalmente proibido.

Durante o Segundo Reinado, de D. Pedro II, foi assinada a Lei Eusébio de Queirós (1850) que previa as mesmas condições da Lei Feijó, mas desta vez com maior alcance, contudo, o desdobramento da lei não contempla o recorte cronológico da pesquisa, que vai até 1850. Ela foi complementada pela Lei Nabuco de Araújo (1851) que reforçava as punições aqueles que acobertasse o tráfico de escravos. Todo modo, as leis não devem ser pensadas de forma isolada, mas fazendo parte de uma conjuntura mais ampla, dentro de um contexto histórico de rupturas e continuidades, que marcou toda a primeira metade do século 19. Nesse sentido devo destacar alguns pontos.

Primeiro e ainda de acordo com o cenário nacional, havia a premente necessidade do Brasil ser reconhecido como um Estado Independente perante as outras nações<sup>2</sup>; segundo, o

---

<sup>2</sup> Processo de que se intensificou na década de 1820, com o inadiável “grito pela independência”.

país começava a se modernizar e a criar hábitos novos, mesmo que embrionária emergia a necessidade de uma identidade genuinamente brasileira. Nesse sentido o “jovem Imperador”<sup>3</sup> foi importante incentivador do projeto que começava a ganhar forma já na década de 1830. Funda-se, em 1838, o Instituto Geográfico Brasileiro (o IHGB), “tendo como modelo o *Institut Historique*, fundado em Paris em 1834 por vários intelectuais, entre eles velhos conhecidos do Brasil (Monglave e Debret).” (SCHWARCZ, 1998, p. 126).

A criação do IHGB possuía alguns objetivos: destacar uma identidade cultural, social e política através de trabalhos científicos e de pesquisa literária, publicados periodicamente. Segundo Lilia Schwarcz (1998, p. 127), o Instituto “pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais”. Em resumo, visava-se a própria fundação da nacionalidade, através do resgate da memória histórica por meio de símbolos.<sup>4</sup>

Nesse contexto, algumas obras foram produzidas no Grão-Pará e circularam entre os sócios do IHGB. Como por exemplo, o “Ensaio Coreográfico” de Antônio Ladislau Baena, de 1839, que dentro do contexto de busca por uma identidade brasileira, pretendia aglutinar neste meio intelectual, uma identidade regional, que também fosse paraense. Nesse sentido, Baena: “almejava a inserção de uma província ao norte do Império, possuidora de inúmeras riquezas em seu entender, mas que, no entanto, necessitava de ações capazes de reverterem as potencialidades em reais vantagens para a província e para o Império. (BARROS, 2006, p. 15). Portanto, o “Ensaio Coreográfico”, como modelo estatístico e catalográfico, contribuiu para tecer, salvo suas limitações, uma história das riquezas e dos recursos naturais produzidos na província do Grão-Pará, no contexto do Império do Brasil.

Seguindo outras ações promovidas pelo Imperador, ganhou novos subsídios, no mesmo período da fundação do IHGB, a produção artística da Academia Imperial de Belas-Artes (AIBA), fundada em 1816, por D. João VI. A Academia possuía política semelhante ao IHGB e recebia financiamento do Imperador para as exposições. A produção, inspirada no estilo francês nasce como uma espécie de reação ao Barroco, predominante no período colonial, visto como atrasado. Vinculada ao projeto imperial, a AIBA, assume nova forma, padrão e técnica

---

<sup>3</sup> Termo utilizado pela história Lilia Moritz Schwarcz, para mais informações ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>4</sup> Segundo a historiadora Lilia Schwarcz (1998, p. 127), Pedro II foi um assíduo frequentador do IHGB, em 1838 é convidado a ser o “protetor” da instituição. Em 1839, oferece uma das salas do Paço Imperial da cidade (do RJ) para as reuniões do Instituto. A partir de 1840, o Estado passa a financiar 75% das verbas da Instituição oferecendo subsídios à historiadores para cuidar da memória, a pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, a literatos para imprimir tipos que a simbolizassem e a cientistas encarregados da produção acadêmica, a fim de registrar, preservar e perpetuar a memória nacional.

que se voltava “a exaltação do exótico, da natureza e do indígena romântico.” (SCHWARCZ, 1998, p. 146), torna-se a produtora oficial de todas as imagens do Império, tanto do Imperador e da família real, como da paisagem, dos símbolos, dos animais, das gentes, enfim, de tudo relacionado ao aspecto físico, geográfico e social do Brasil.

Seguindo a mesma linha de modernização, o Imperador reinaugura, em 1838, o Colégio Pedro II, apontado como verdadeiro “símbolo de civilidade”. O Colégio que antes fora o “Casa dos Meninos Órfãos de São Pedro”, agora é frequentado por alunos da elite, onde receberiam instrução primária. Além do IHGB, da AIBA e do Colégio Pedro II outras Instituições foram financiadas, como: o “Imperial Observatório, o Museu Nacional, o Arquivo Público, a Biblioteca Nacional, o Laboratório de Estado, o Jardim Botânico.” (SCHWARCZ, 1998, p. 153), e das Faculdades de Direito – uma em Olinda, outra em São Paulo –, criadas em 1827; e a Faculdade de Medicina da Bahia, criada em 1808. Apesar do interesse pela ciência e pela instrução o governo central cuidava exclusivamente do interesse das elites, uma vez que a maior parte das instituições estavam localizadas na Côrte e eram frequentadas por seus membros. Assim, o grosso da população ficava alheio as benesses vivenciadas na capital do Império, o Rio de Janeiro. A falta de educação<sup>5</sup> e de assistência social era uma realidade na maioria das províncias.

A instabilidade política aliada a ausência do poder público, como forma de melhorar a qualidade de vida da população, desencadeou uma série de inquietações que serviriam de estopim para revoltas e insurreições em diversas províncias, inclusive no Grão Pará. As províncias foram palco de revoltas emancipadoras que caracterizaram o conturbado período que vai de 1831 até o golpe da maioria, em 1841. No ano de 1835 estouram subsequentes revoltas no Rio Grande do Sul, com a Farroupilha (1835-1845), a Cabanagem no Pará (1835-1840) e Malês na Bahia (1835), seguidas pouco tempo depois da Balaiada no Maranhão (1838-1841) e Sabinada, na Bahia (1837). Analisarei mais a frente o processo de estopim e consolidação da Cabanagem no Pará, e seus desdobramentos e consequências para a província.

---

<sup>5</sup> Utilizo essa expressão no sentido literal porque o grosso da população não tinha acesso à educação pública, mesmo está sendo uma das pautas da primeira Constituição do Brasil, de 1824, que definia as bases para a Educação Primária, como obrigação do Estado. Algumas políticas, implementadas no Império, foram voltadas a atender o problema referente a instrução, mas atendeu, sobretudo, a uma classe específica (a alta sociedade), quando mais de 90% da população era analfabeta. O problema do analfabetismo no Brasil como política de exclusão, vai perdurar até à República, quando o analfabetismo emerge como uma questão nacional. De acordo com o primeiro censo, em 1872, para a população de cinco ou mais anos a taxa de analfabetismo era da ordem de 82,3%, para a população com mais de dez anos, essa taxa estava em torno de 78%. Esse problema, portanto, se manteve inalterado até o final do Império. Para mais detalhes ver o artigo: FERRARO, Alceu Ravanello. *Analfabetismo no Brasil: desconceitos e política de exclusão*. In: Revista **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111- 126, jan/jun, 2004.

### **Fontes de pesquisa: os inventários post-mortem**

A partir dos inventários, que são as principais fontes dessa pesquisa, pude construir minha própria base de dados, que foi pensada em função do arrolamento de propriedades agrícolas mapeadas através da lista de inventariados. A base abrange informações preciosas sobre o perfil dos sujeitos, que vai além de partilha e arrolamento de bens. Ela traduz uma cultura material que abarca o comportamento e o modo de vida de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, os inventários quando analisados em conjunto revelam padrões específicos e trajetórias de vida que se assemelhavam, “são fontes que permite a observação de um momento da vida material daquelas pessoas, como uma fotografia.” (CASTRO, 1998, p. 227). Portanto, o ponto de partida para pensar a dissertação foi analisar as propriedades rurais em conjunto, relacionando com: o tipo de cultivo, a forma de produzir, a localização e a força de trabalho empregada. Estabelecendo assim padrões específicos.

O modo como se compõe o "portfólio" dos indivíduos encontra-se em íntima conexão com a sociedade: a propriedade de terras, casas, móveis, animais, variados tipos de bens, e sua participação na riqueza total devem refletir não só as características da sociedade, mas alguns de seus movimentos. Se os informes não são representativos, necessariamente da população “viva”, o são da história das famílias. (MELLO, 1985, p. 28 apud CANCELA, 2011, p. 296).

Por conseguinte, para entender a composição patrimonial de um grupo de inventários é necessário inseri-lo dentro de um contexto. Uma vez que os bens que compunham o portfólio de um indivíduo, reflete as características da sociedade e do espaço ao qual estava inserido. Além dos inventários utilizei outras fontes: relatório de província, jornais, manuscritos e relatos de viajantes, especialmente Spix e Martius.

Os inventários são parte da documentação de origem judicial, área cível. São classificados como instrumentos de disposição material, que arrola e avalia os bens de pessoa falecida. Em linha geral o documento vem dividido em duas partes, na primeira dá-se a avaliação, onde são descritos e avaliados todos os bens deixados em herança. Em seguida o Auto de Partilha, em que é determinado o destino dos bens arrolados, conforme determinação legal ou cumprida as vontades do testador (inventariado).

Em decorrência da abertura do inventário é indicado um inventariante, que geralmente, é o cônjuge ou o filho mais velho do morto. Na capa do documento há informações iniciais sobre a pessoa falecida: nome completo, profissão, lista de herdeiros, cônjuge, local de moradia, data, ano e local de falecimento e esporadicamente, a causa da morte e se possui ou não testamento.

Após as informações iniciais da capa, chega a vez dos bens arrolados em vida, que são divididos em subcategorias: 1) bens móveis: de natureza variada, objetos decorativos da casa e de ordem pessoal, como por exemplo as mobílias em madeira, roupas, ornamentos religiosos e de capela, junto as imagens de devoção; 2) bens imóveis ou “de raiz”: casa de morada, lojas, armazéns, casas comerciais; rocinhas e sítios; fazendas, terras e terrenos, roças e canaviais; 3) bens semoventes: escravos e animais de criação.

Os bens de raiz refletem prestígio, poder e *status* social, “que não são imutáveis, muito pelo contrário, podiam mudar de acordo com o movimento econômico.” (CANCELA, 2011, p. 295). Desse modo, de acordo com a época e o lugar os “signos de riqueza” sofrem mutação, exemplo disso são os próprios escravos, que durante toda a primeira metade do século 19, constavam como parte importante do patrimônio dos inventariados, em alguns casos, como veremos adiante, representavam a principal riqueza patrimonial. A partir da década de 1850, esse quadro sofre mudança considerável quando o preço do escravo se eleva, em consequência da proibição do tráfico de escravos, com a Lei Eusébio de Queiroz. Portanto, o que até a década de 1850 representava a principal riqueza, cede lugar a outros signos: “ao declínio da participação dos escravos na fortuna pessoal, corresponde ao aumento das propriedades imobiliárias.” (CANCELA, 2011, p. 300), seguida de maiores investimentos no mercado de ações e em imóveis urbanos. Portanto, os “signos de riqueza” sofrem oscilações e seguem as tendências da economia de mercado, como bem ressaltou Cristina Cancela.

Outros bens passíveis de arrolamento eram, 3) as joias e louças: peças em ouro, prata ou diamante, e, por vezes, bens em moedas. 4) dívidas ativas e passivas: a ativa é o saldo devedor do morto que, ao final do processo, é abatido e descontado entre todos os herdeiros; a passiva é o saldo de crédito do morto, tudo que tem a ser pago, empréstimos em dinheiro, compra de bens etc. Por fim, 5) a partilha: última parte do processo, nela é somado os bens, descontados as dívidas ativas e somados as passivas (quando houver), e dividido em partes iguais aos herdeiros.

As fontes de inventário seguem o padrão descrito e pode ser classificada como uma documentação de origem serial

A abordagem serial, em sua especificidade, é alicerçada em fontes dispostas em série, nunca em um único documento. Conceitualmente, para certo tipo de fonte ser considerada “serial” é condição *sine qua non* que seja: massivo (abrange uma parcela alargada de segmentos sociais ou, muito bem, um grupo com características comuns – vides os escravos), reiterativo (envolva um expressivo intervalo de tempo) e homogêneo (apresenta informações relativamente padronizadas). (FARINATTI, 2008, apud BARROSO, 2017, p. 333).

Todavia a utilização de tal documentação exige cautela por parte do pesquisador, porque alguns problemas metodológicos podem surgir durante a análise da massa documental. Como se trata de documento serial pode-se enviar a pesquisa apenas nos padrões recorrentes em uma determinada sociedade, como por exemplo, a análise da fortuna apenas de uma classe social, as que possuíam bens a inventariar. Ocultando a existência de outra, que mesmo ausente na documentação – e quase sem proventos a inventariar –, compunha o grosso da sociedade.

Nesse sentido, em sua pesquisa na cidade do Crato (CE), Íris Mariano (2011, p. 3) observa que “os inventários não contemplam a totalidade dos homens e mulheres livres da época em questão, uma vez que nem todos tinham bens a arrolar ou podiam pagar pela feitura do mesmo”. Desse modo, os inventários contemplariam apenas uma parcela do tecido social com base em padrão específico.

Outro ponto importante é entender que a riqueza declarada no auto de inventário “é reflexo de um patrimônio acumulado ao longo da vida dos indivíduos, refletindo a formação e acumulação de capital ao curso da vida de um homem e muitas vezes a acumulação no de vidas pretéritas.” (GARAVAZO, 2006, p. 75). Portanto, a documentação reflete relações econômicas e patrimoniais de período anterior, que pode ou não ter sofrido mudança considerável ao longo do tempo, como por exemplo, as atividades econômicas realizada pelos proprietários agrícolas. Nesse sentido, Juliana Garavazo atenta para uma possível defasagem em mudanças nas atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários agrícolas, uma vez que a documentação permite observar o tipo e a atividade realizada, apenas no momento de falecimento do proprietário, excluindo a possibilidade de análise do início da atividade.

Feita esta observação, os inventários constituem fonte riquíssima para a dissertação pois possibilita a análise das propriedades agrícolas e escravistas sob um aspecto amplo, como: as atividades realizadas, as estruturas sociais, econômicas e de posse que circundavam os proprietários. Relevando as redes que os interligava, os modos de produzir e as relações de consumo, enfatizando seu potencial produtivo e de mercado.

Outro aspecto importante é a relação dos proprietários com a escravidão negra, em função das propriedades ser a razão de ser da escravização, já que se necessitava de força de trabalho para a realização das atividades. Em termos mais gerais, os negros eram os braços que alimentavam as lavouras, o meio necessário para o funcionamento de um sistema literalmente cravado em “mãos, braços e pernas” de pessoas escravizadas que vinham agrilhoadas em navios negreiros”, trazidos forçadamente de sua terra natal para “um reino muito distante”. Arrancados brutalmente de sua mãe, África, como “filhos desmamados”, como pontualmente enfatizou Marcus Rediker (2011) em *O Navio Negreiro*.

As propriedades declaradas nos inventários dizem muito sobre os plantéis escravistas de cada senhor. Nos autos de inventário os escravos – como coisa –, eram arrolados, avaliados e partilhados. Com base em alguns padrões é possível descobrir a origem e procedência de um grupo de escravizados, se analisados em conjunto e em série. Dessa informação é possível vincular os escravos pela região a qual tiveram origem, tendo como suporte as informações registradas em documento e relacioná-las ao tráfico Atlântico, que era realizado, muitas das vezes, de forma direta de regiões da África para o Estado do Grão-Pará. Todavia, nem sempre era possível saber a nação de origem do escravizado porque “muitos negros declaravam a nação africana a que pertenciam, enquanto outros ‘não sabiam’ dizê-los, isso acontecia sobretudo com os mais velhos, homens e mulheres.” (TAVARES, 2013, p 34). Nesse sentido,

Os inventários eram desiguais na riqueza de informações. Se havia homens verdadeiramente metódicos na anotação das características conhecidas dos escravos (e relevantes para o mercado), havia também os que pareciam ter pressa na execução de seu ofício. Por vezes, nem sequer adotavam-lhes a idade, um elemento-chave na avaliação deste peculiar bem. (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 43)

Desse jeito, alguns avaliadores ao escrever o documento tomavam como referência informações parciais sobre a origem e procedência dos escravos. Alguns deles levavam em consideração, apenas as informações sobre o porto de entrada dos escravizados definido por intermédio do tráfico Atlântico, isto é, o local onde foram capturados que não necessariamente era o mesmo de sua origem.

O segundo aspecto significativo são as informações sobre as idades dos cativos. Em termos qualitativos a análise das idades demonstra o potencial produtivo da propriedade. Se de maior quantitativo de pessoas jovens e em idade produtiva, com mais vigor para trabalhar ou se indivíduos já envelhecidos, com menos vigor.

Outro ponto expressivo é quanto ao gênero e a ocupações dos escravizados. As especializações e os ofícios revelam o quê e o quanto se produz. Se uma propriedade, por exemplo, dispunha de um “mestre de açúcar” – que raramente acontecia –, se destacava das demais porque produziria com melhor qualidade. A rigor, os ofícios são importantes pois demonstram o modo de produzir nos empreendimentos agrícolas e as diferenciações no interior de cada plantel, de cada propriedade. Quanto ao gênero se mais homens ou mais mulheres, via de regra, os proprietários rurais preferiam escravizados do sexo masculino, porque na lavoura, pelo trabalho ser mais árduo, os homens produziam em ritmo mais acelerado. Isso não quer dizer que não havia a presença de mulheres, muito pelo contrário, elas eram parte importante do trabalho nas roças.



Por fim, o estado físico dos cativos também é outro aspecto que demonstra o tratamento dado aos escravos pelos senhores. As marcas, as deficiências e as moléstias revelam as condições a que os escravos eram submetidos, como veremos Capítulo 3.

Como vimos essa parte introdutória buscou apontar a natureza da fonte de inventário e como ela será usada na dissertação. A partir deste ponto pretendo mostrar o quantitativo documental de inventários contabilizados no arquivo e em seguida fazer um debate, mesmo que inicial, com a bibliografia que serviu de base para a pesquisa histórica e que será consultada ao longo dos capítulos.

O conjunto de inventários arrolados, no CMA, para o período da pesquisa (1810-1850) totalizava 186 processos. Todavia, nem todos estavam disponíveis para consulta, por motivo diverso. Assim, irei trabalhar com o total de 144 de inventários. De antemão revelo que foi registrado em minha base de dados um total de 2.271 (dois mil, duzentos e setenta e um) sujeitos escravizados.

Pelas fontes de inventário é possível desdobrar um amplo conjunto de temáticas que vai da História Econômica à História Cultural. Para a dissertação a composição patrimonial dos inventariados me permitiu observar o interior das propriedades agrícolas, em linhas gerais, sua natureza interna. Mas não só, trata-se também de entender a dinâmica da sociedade grão-paraense, suas mudanças, rupturas e permanências.

Nesse sentido, circular pelo Grão-Pará oitocentista, penetrar os “sertões” e adentar a bacia amazônica contemplada de rios, significava se deparar com uma heterogeneidade de sujeitos marcados pela mestiçagem: de índios, negros africanos e brancos. É preciso destacar, que nesse interim, os escravos africanos estiveram presentes na província grão-paraense desde o início da colonização, ligados ao comércio, à agricultura e ao extrativismo, atuando com seus ofícios e especializações, contribuindo étnica e culturalmente para a mestiçagem desse espaço.

Nesse seguimento este trabalho busca romper com algumas generalizações matizada pela historiografia dominante de ausência, ou até mesmo, inexistência da escravidão negra na província do Grão-Pará, que é reflexo de uma ideia de que as atividades econômicas e o contingente étnico das províncias do Norte eram baseados, tão somente, no extrativismo e no trabalho compulsório dos povos indígenas. A historiografia regional, sobre a escravidão no Pará – por falta de pesquisa e incentivo financeiro do Estado –, contribuiu, por algum tempo, para certas generalizações. É verdade também que nos últimos 30 anos esse quadro vem se revertendo significativamente, com pesquisas científicas realizadas nas universidades do Estado e a Federal do Pará.

No mote do pensamento social brasileiro, a representação do negro “permaneceu estereotipada pela visão dominante, aliás, na literatura brasileira contemporânea, pelo menos até os anos de 1960, quando começa a surgir, paralelamente, textos compromissados com a real dimensão da etnia.” (FILHO, 2044, p. 166). Influenciados por essa nova dimensão e pelos ares de renovação, a historiadora Lilia Schwarcz situa a década seguinte, de 1970, como inovadora.

Desde os historiadores mais tradicionais como Capistrano de Abreu aos críticos contemporâneos mais radicais, como Silvio Romero viam naquela década um começo de uma nova era: o modelo político, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas, tudo era novo. (SCHWARTZ, 1993, p. 30).

Essa mudança historiográfica, logicamente impactou as produções acadêmicas de historiadores, literatos e cientistas sociais das províncias do Norte. Sobretudo, a partir da década de 1970, quando surge à pioneira produção científica de Vicente Salles, com a pesquisa sobre etnicidade e escravidão negra no Grão-Pará. Influenciando toda uma geração de “novos” historiadores.

Na mesma linha de raciocínio destaco a produção acadêmica, de Manoel Barata, em *Antiga produção e exportação no Pará* (1915). De Ernesto Cruz, em *Histórias do Pará* – que naquela época já pontuava os principais gêneros produzidos na província e os que estavam em pauta nas exportações –, que me permitiu cruzar os dados dos produtos de exportação, com os que eram produzidos nos empreendimentos agrícolas que trabalho.

Destaco também a pesquisa de Antônio Ladislau Baena, o militar português, que era ao mesmo tempo, geógrafo e historiador. Baena publicou o manuscrito intitulado de: *Ensaio Coreográfico Sobre a Província Paraense*<sup>6</sup>, no qual o produziu no contexto do Império do Brasil, em 1839. Neste ensaio, o autor faz um balanço estatístico sobre o estado econômico ao qual se encontrava a província no *Oitocentos*. Foi um dos pilares para pensar: os métodos, as técnicas de cultivo e a missão da administração provincial em superar o estado de atraso que se encontrava a região. Estado que estava vinculado, principalmente “aos métodos de cultivo” que os proprietários usavam nos empreendimentos, basicamente atrasados e que esgotavam rapidamente o solo.

---

<sup>6</sup> De acordo com Michele de Barros (2006, p. 27) “diferente de narrativas de viajantes, as corografias eram encomendadas pelo próprio governo de diversas províncias ou pelo governo Imperial. Tinham a função de levantar ou atualizar as informações sobre determinada localidade circunscrita geográfica ou historicamente”. Em resumo, seus autores recorriam a documentos administrativos, procurando investigar os conhecimentos adquiridos em épocas anteriores.

Em paralelo ao pioneirismo do quarteto, trabalhos mais recentes de pesquisadores como Anaíza Vergolino e Silva, Rosa Acevedo Marin<sup>7</sup> e José Maia Bezerra Neto<sup>8</sup> produziram pesquisas no sentido de superar certas generalizações, que até então pareciam imutáveis. Enfatizo, nesse sentido, alguns trabalhos importantes, dentre eles a tese de doutorado de Francivaldo Nunes, intitulada *Sob o Signo do Moderno Cultivo*, que utiliza o conceito de “progresso” – como uma tentativa de incorporar as inovações do capitalismo industrial –, no contexto do Estado Imperial, as atividades ligadas à agricultura. É um trabalho que vai de encontro com a pesquisa de Antônio Baena, que me fizeram pensar os rumos que administração tomaria para colocar a província nos moldes do progresso, me importou verificar nesse sentido as questões ligadas as práticas agrícolas e de cultivo, com a finalidade de colocá-las em conexão com o mercado nacional.

Friso também trabalhos, das últimas décadas, realizados por historiadores formados pela Universidade Federal do Pará (UFPA), como o de Luís Carlos Laurindo Júnior<sup>9</sup> e de Bárbara da Fonseca Palha<sup>10</sup>. Também as pesquisas de Luciana Marinho Batista (2014), *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870*, e a Tese de doutorado de Daniel de Souza Barroso (2017), *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. São pesquisas que vêm demonstrando que "os escravos negros não apenas figuraram, em determinadas conjunturas, enquanto uma parte expressiva da população paraense, como também, constituiu, até pelo menos meados do século 19, uma força produtiva de grande importância." (BARROSO, 2011, p. 93).

As duas últimas pesquisas, de Daniel Barroso e Luciana Marinho, se concatenam e são importantes para a dissertação porque demonstram que mesmo quando a goma elástica – em meados do século 19 –, alcançou nível elevado de preço no mercado mundial, os proprietários não deixaram de produzir para a agricultura, isto quer dizer que um modelo de produção não

---

<sup>7</sup> ACEVEDO, Rosa Elisabeth. *Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX*. Artigo publicado pela revista do NAEA 153, outubro de 2000.

<sup>8</sup> BEZERRA NETO, José Maia. *Ousados e insubordinados: protestos escravos e fugas de escravos na Província do Grão-Pará – 1840/1860*. **Tapoi**, v. 2. Rio de Janeiro, março, 2001; BEZERRA NETO, José Maia. *Entre senzalas e seringais: escravidão, capitalismo e crescimento econômico no Brasil (Pará: 1850-1888)*. **História e-História**, Campinas, publicado em 09/12/2009; BEZERRA NETO, José Maia. *O Africano indesejado: combate ao tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (Grão-Pará, 1850-1860)*. **Afro-Ásia**, 28, Rio de Janeiro, 2011; BEZERRA, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará, Século XVI - XIX**. 2ª edição. Belém: Paka-tatu, 2012.

<sup>9</sup> LAURINDO JR, Luiz Carlos. **Rio de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo: PUC.

<sup>10</sup> PALHA, Bárbara. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, ano 2011; PALHA, Bárbara. **Escravidão de origem africana em Belém: Um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750- c. 1850)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

necessariamente excluí o outro. Desse modo, os autores contrapõem a noção de um caráter essencialmente extrativista da economia amazônica, na tentativa de demonstrar a importância da agricultura e dos gêneros agrícolas produzidos nas vilas e interiores, como parte da dinâmica interna e de abastecimento da capital paraense, Belém.

Nesse sentido, o problema que surge ao fazer uma caracterização das propriedades agrícolas é entender o que inclinava os donos de terra a investirem seu capital em empreendimento desse porte, em uma região onde prevalecia a policultura, e que, possuía como tradição econômica às atividades extrativistas. Dessa maneira, problematizo: em que contexto as atividades agrícolas se estabeleceram? quais as características desses espaços? qual a estrutura de posse, formação e perfil de propriedade? como se caracterizam os engenhos e as engenhocas? que atividades os proprietários de escravos exerciam? quais as médias de escravos por plantéis? que atividades os cativos exerciam? quais gêneros os proprietários comercializavam?

Busco pela historiografia soluções para entender como se consolidou todo esse processo, sigo a seguinte metodologia. Em primeiro plano examino como a atividade canavieira se efetivou. Para isso resgato vestígios históricos ainda do período colonial. Em segundo plano, tento entender quais mecanismo os proprietários agrícolas utilizavam para financiar o tráfico de escravos africanos para a Amazônia. Alguns conceitos, nesse sentido, são necessários para entender a problemática proposta. De forma inicial uso o conceito de “sertão” na perspectiva de Mary Louise Pratt, que o utiliza como “zona de contato”, e o compreende:

Como fronteira cultural, enfatizando as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, pondo em questão como os sujeitos são construídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, em termos de interações e trocas no interior de relações assimétricas de poder. (PRATT, 1999, p. 27)

A autora debate em torno de questões de como espaços sociais – de culturas distintas – , se encontram, se chocam e se entrelaçam com base em relações de dominação e subordinação. Nesse sentido, o diálogo que traça Mary Pratt contrapõe a ideia construída, no período colonial, em que “sertão” é sinônimo de: espaço desabitado, de homens rústicos e indomáveis; de terra inculta, no interior do país, longe dos centros civilizados.

Corroborando o sentido de “sertão” usado por Mary Pratt, entendo as regiões interioranas que margeavam as cercanias de Belém, destacando-se as localidades que compunham a Zona Guajarina e o Baixo Tocantins, não como espaços desabitados, muito pelo contrário. Entendo o “sertão”, como refúgio de grupos tradicionais, de populações ribeirinhas

e de famílias poderosas que se assentaram e construíram empreendimento aos entornos dos rios. Gente que povoou a região e que mantinha relação econômica com a capital – construindo redes de comércio e de abastecimento.

Outro conceito é o de “terra” usado na perspectiva, de bem constituído de valor de uso e de troca. Cabe destacar que o conceito é utilizado em um contexto no qual não havia legislação de terra, que fosse regular e estável. Isso significa que se tratava do período anterior à 1850, momento em que foi assinado a Lei de Terras, pelo Imperador D. Pedro II, que dividiu as terras da zona rural em latifúndios, estabelecendo a compra como única forma de obtenção de terras públicas.

Portanto, no recorte temporal de 1810 a 1850 é possível considerar que:

O preço das terras nem sempre estava associado à sua dimensão territorial e que o valor das propriedades estava relacionado, quase sempre, nas benfeitorias feitas nessas terras. Assim, as particularidades regionais teriam condicionado o valor da terra a partir de seu usufruto, diminuindo a possibilidade especulativa sobre essas áreas. (NUNES, 2012, p. 9).

Isso explica o porquê das terras, presente na documentação de inventário, se constituírem como reduto de plantação de uma variedade de gêneros. Até porque as benfeitorias realizadas – roças, plantações, canaviais etc. –, condicionavam valor a terra, não o contrário, isto é, produzir era condição *sine qua non* de valorizá-las.

Neste seguimento os capítulos da dissertação se organizaram em torno das propostas colocadas nessa introdução. Assim, o Capítulo 1, busca fazer uma contextualização em torno da perspectiva agrícola, a partir da colonização. Sobretudo, por entender que o incentivo dado pela Coroa portuguesa – ainda no período colonial –, a ocupação dos sertões amazônicos foi também um estímulo à agricultura, que se consolidou em meados do Setecentos.

Em seguida, no mesmo capítulo, faço uma caracterização do espaço especificando e justificando as regiões investigadas, que fazem parte do perímetro agrário. Por fim, caracterizo as regiões dos sertões, por se tratar de localidades onde se consolidou um sistema agroextrativista, caracterizado por uma policultura de abastecimento e de exportação, que se manifesta como uma particularidade histórica da província do Grão-Pará. De tal modo que foram nestes locais onde emergiu o maior número de propriedades, digo, de sítios, fazendas, engenhos e engenhocas, dedicados às atividades agrícolas.

No Capítulo 2 o objetivo central é explorar o mundo rural amazônico e o universo das propriedades de forma mais detalhada. No momento inicial, destaco que as propriedades pertenciam à sujeitos que possuíam alguma espécie de cabedal e, que por vezes, eram membros

de uma restrita elite que compunham a alta sociedade paraense. Nesse ensejo mostro também que estes não eram os únicos proprietários, que uma vez consolidado o sistema agrário, as propriedades passaram a ser alvo de compra de sujeitos simples, pequenos sítiantes, roceiros e lavradores livres, que tinham pouco ou quase nenhum cabedal. No momento seguinte, me deterei aos dados numéricos, que foram contabilizados por meio dos inventários, dando ênfase principalmente aos sítios, as pequenas propriedades e a seus donos.

O Capítulo 3 é o capítulo central e também o mais longo, nele apresento o ciclo do açúcar com base em alguns aspectos: o primeiro ponto a destacar é o processo de conquista do vale amazônico pelos portugueses e o domínio da capitania; o segundo, é a multiplicação dos engenhos após a ocupação, quando os senhores de engenho se tornam também “senhores do vale”; o terceiro, tem dois pontos, apogeu e declínio da produção açucareira, que se dá partir da intensa comercialização da *hevea brasiliensis*, a seringueira, em meados do século dezenove. O ponto em comum é que em todos os aspectos o açúcar será usado como eixo central.

Desse modo, traçarei um panorama da atividade açucareira contextualizando a conjuntura em que se dá a produção da cachaça e da aguardente. Entendo que os engenhos e as engenhocas aqui estabelecidos, produziam como principal produto não o açúcar, mas a cachaça e a aguardente. A predileção por esses produtos se justifica pelo barateamento em seu processo de fabricação e, pelo fato de sua produção ser acessível a diversos grupos sociais. Portanto, vejo a produção de cachaça e aguardente como uma peculiaridade regional, com importância econômica para os rendimentos da província no Oitocentos.

Em segundo plano analiso os engenhos a partir de sua relação com os trabalhadores escravizados, de origem africana e crioula, que se constituíam como força motriz, mas não a única para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Procuro analisar como eles realizavam suas atividades, quais os seus ofícios e sua relação para com os outros, as faixas etárias de idade e sexo, suas condições físicas etc.

Por último, faço uma caracterização dos tipos de engenhos e engenhocas presentes na documentação. Dou ênfase, neste sentido, aos engenhos de água que compunha parte considerável dos empreendimentos, sobretudo porque os engenhos dependiam do movimento das marés para seu funcionamento. Depois analiso como se desenvolveu a produção: equipamentos, utensílios e força de trabalho. De forma geral analisar-se-á o desenvolvimento da produção da cachaça e da aguardente em toda sua organicidade.

## 1. CAPÍTULO 1: GRÃO-PARÁ: UMA PROVÍNCIA NO NORTE DO BRASIL

Grão-Pará, 7 de julho de 1810. Falecia, na cidade de Belém, José Lopes da Fonseca<sup>11</sup>, senhor de terra e dono de volumosa escravaria. Ignora-se a causa da morte. Como de costume acontecia com as pessoas com alguma espécie de cabedal econômico, a família fizera o documento de inventário já que tinham bens a arrolar e podiam pagar pela sua feitura.

A viúva e inventariante dona Francisca Lopes, foi a responsável para, juntamente com o juiz de fora e dos órfãos, Paulo Maria Perdigão, declarar e produzir o inventário com documentos, escrituras, e carta precatória<sup>12</sup>, visto que, José Lopes e sua família residiam na comarca de Sant'Anna de Igarapé-Miri, região tocantina, onde se firmaram nas atividades agrícolas.

O falecido deixara cinco filhos herdeiros, maiores e menores de idade, são eles respectivamente: Francisco de Salles, casado, com 18 anos de idade; e os menores João dos Santos, 13 anos e Maria de Nazaré, 11 anos; o pequeno José Lopes, 10 anos, e a filha caçula Antônia da Conceição de 5 anos. Entre os bens que de costume figuram num processo de inventário e que decorre no documento, destacam-se os: bens móveis; imóveis; semoventes (escravos e animais) e de raiz (terras); as dívidas ativas (listas de crédito) e as passivas (débito pendentes)”.

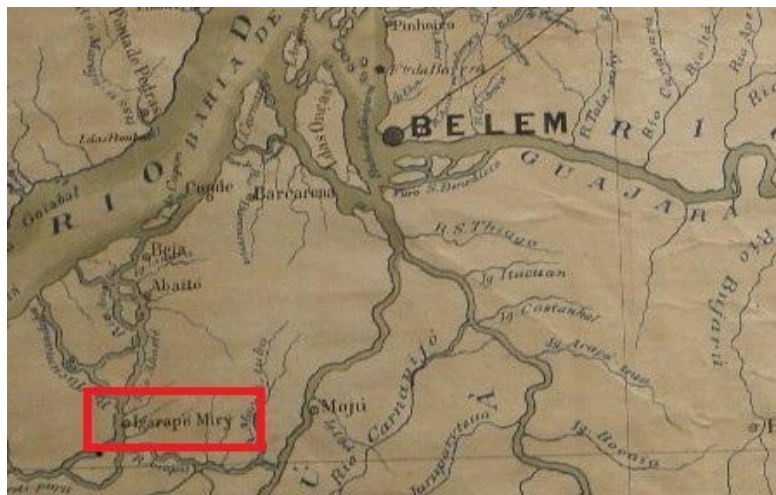
José Lopes, se estabeleceu em Igarapé-Miri, região que compõe o vale do Tocantins, infelizmente não há indícios em seu inventário de sua profissão, tampouco foi feito um testamento para saber de onde viera José Lopes. O nome da sobredita freguesia faz referência ao rio de mesmo nome: Sant'Anna de Igarapé-Miri. É uma região que integra o Baixo Tocantins constituída em uma antiga e tradicional área de lavoura e de cultivo agrícola, como a cana-de-açúcar e o cacau silvestre, estruturada na exploração do trabalho escravo, que se consolidou como um dos mais importantes centros produtivos da Província do Pará no século 19.

Figura 1 – Freguesia de Igarapé-Miri

---

<sup>11</sup> Centro de memória da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, UFPA/CMA. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de José Lopes da Fonseca, 1810.

<sup>12</sup> A Carta Precatória é necessária quando há bens a arrolar e avaliar em outra localidade, por exemplo, em outras vilas e distritos, que não o de residência do inventariado. Neste caso, o documento de Carta Precatória é produzido por um Juiz de Paz local, onde fazem-se a descrição e as avaliações dos bens que, posteriormente, é anexado ao processo de inventário.



Fonte: Fonte: COSTA E SYDRIM, José Moreira e José. **Carta do Município de Belém**, com a divisão jurídica, feita na administração do senador Antônio Lemos. 1905.

O proprietário possuía, no ano de 1810: alguns quartos de casa, na rua do Açougue (atual rua Gaspar Viana) e na rua São Vicente, e dois chãos de terra, tudo na capital (Belém). Já na freguesia de Igarapé-Miri (local onde residia) ficava: a fazenda, as plantações de cacau e as terras. A fazenda foi descrita no inventário da seguinte forma:

[...] Fazenda que se acha situada em 60 braças<sup>13</sup> [132 metros, grifos nossos] de terra firme, com seus fundos competentes, com casa de vivenda de sobrado coberta de telha e outras imediatas também coberta de telha e que se acham por acabar, e mays ranchos dos escravos cobertos de palha e algumas laranjeiras, avaliado por 400\$000 mil réis [...].

Tudo indica que a casa assobradada, sede da fazenda, era onde residia o senhor com seus familiares. Observa-se que as imediações da propriedade eram igualmente partilhadas com a moradia dos cativos – os ranchos cobertos de palha –, alguns ainda “por acabar”, isto é, em processo de construção. O plantel do sr. Lopes era composto por 46 escravos, destes 19 residiam na fazenda, sendo 11 africanos, os demais crioulos; o restante da escravaria, 27, poderia residir na cidade, levando em consideração as outras propriedades do inventariado, ou ainda estar em poder de terceiros.

Daniel de Sousa Barroso (2014, p. 96), pesquisando o Engenho Bom Intento, localizado às margens do rio Guamá, observa a ausência de senzalas e a forte presença de ranchos nas propriedades agrícolas do Grão-Pará. Para o autor: “os ranchos nada mais eram do que cabanas rústicas feitas de material leve, como palha ou ramo de árvores, que serviam de moradia aos

<sup>13</sup> De acordo com Stuart Schwartz (1988, p. 16) 1 braça de terra mede 2,20 metros. 1 légua de terra, mede em comprimento, entre 5.555 e 6.000 metros. E 1 palmo mede 0,22 metros.



escravos”. Todavia, isso não quer dizer que não havia outros tipos de moradia semelhantes as senzalas nos moldes típicos encontrados no eixo Centro-Sul. Para além do local de efetiva moradia dos cativos, estes ranchos e senzalas poderiam também servir de moradia à toda sorte de gente subordinada ao senhor – mesmo que oculto nas fontes –, como bem ressalta Barroso (2014, p. 97).

Nas áreas limítrofes à fazenda havia “terrenos e sortes de terra com fundos para igarapés”. Estas terras serviam para o cultivo de cacau manso como por exemplo: os 2.300 pés de cacau na Ilha Mamangal; outros 3.775 na Ilha Tsuno; mais alguns no igarapé Juarahi; outros tantos na Ilha do Obusú e no igarapé Tracuatuba. Todos em rios e ilhas fronteiriças ao igarapé principal, o Miri. Aliás, era frequente a posse de terrenos e sortes de terra aos arredores das propriedades com a finalidade de servirem ao cultivo de gêneros agrícolas, temática que iremos debater mais a frente, no capítulo 2.<sup>14</sup>

José Lopes da Fonseca, como outros proprietários dessa região e da comarca de Cameté no Baixo Tocantins, produziam “cacau manso”. De acordo com Roberto Borges da Cruz (2011, p. 58), além do cacau colhido na natureza, chamado de “bravo”; havia o que era plantado chamado de “manso”. O primeiro é o cacau colhido nas matas, fruto do extrativismo, o segundo é o cultivado, advindo da agricultura.

O cultivo do cacau foi uma tentativa, após o período pombalino, ensaiada pelos proprietários rurais de usarem para além do “cacau bravo”, o cacau cultivado (o manso) que seria produto exportado para os portos europeus. Para a pesquisadora Rosa Acevedo Marin (1998, p. 54): “isso favoreceu uma espécie de transição do extrativismo para a agricultura, especialmente porque a prática extrativa era considerada ultrapassada, uma atividade, na visão dos governantes, que deveria ser superada”. Até porque era projeto da Coroa Portuguesa transformar o Delta do Amazonas e a planície de várzea em celeiro agrícola por meio do incentivo à agricultura, como veremos adiante.

O cacau durante o período colonial representou à economia do Grão-Pará o principal produto de exportação, servindo inclusive como moeda de troca. Enquanto no Maranhão, capitania vizinha, fazia-se trocas comerciais com peças de pano de algodão, no Grão-Pará, o cacau foi o responsável por esse câmbio comercial. Borges da Cruz (2011), fundamentado em Dauril Alden, afirma que o cacau promoveu a colonização da Amazônia proporcionando

---

<sup>14</sup> Segundo Ana Paula Dias Costa (2011, p. 40), a região de Igarapé-Miri abrange um complexo de muitas ilhas, dentre as quais: Cají, Jarimbu, Panacuera, complexo batuque, Manangal, Pindobal, Anapu, Itaboca, Muaba, Samauma, Buçu, Mutirão, Santa Cruz, Jamurim e Complexo Jacaminhoca, que formam um complexo sistema de bacia hidrográfica.

avantajado rendimento aos cofres públicos. Liderou como produto rei na pauta das exportações provinciais até meados do 19, quando passou a dividir cifras com a *hevea brasiliensis*, a goma elástica.

Em vista deste prognóstico os proprietários, em vez da extração, investiriam no cultivo de cacau. Os inventários registram essa transição, por exemplo entre os bens de José Lopes foram somados “17 mil pés de cacau”<sup>15</sup>, alguns muito velhos, outros maduros prontos para a colheita. Os cacauais eram parte da paisagem do sertão amazônico, ali estava, entremeando o terreno da Casa Grande, sempre ao entorno de algum rio ou igarapé. Lembra-nos Cruz (1873, p. 80) que “nesta região os estabelecimentos agrícolas se espalhavam em grandes lotes de terras, sempre à beira d’água, alongando os limites da posse efetiva do solo”.

Como vimos, o plantio de cacau se destacou nas terras do domínio senhorial de José Lopes da Fonseca, senão a principal atividade, decerto a mais rentável. De todo modo, isso não o impedia de praticar outras atividades, mesmo que em menor proporção. Alguns vestígios de cultura material nos permitem observar esta relação. Em seu inventário foram arrolados “dois descaroadores de algodão, com grande roda e em bom uso (2\$000 mil réis, cada uma)”<sup>16</sup>; “sete rodas de desfiar algodão e uma de cortar mandioca (9\$000 mil réis)”<sup>17</sup>; todos descritos como “objetos de serviço da fazenda”. A existência desses objetos nos permite perceber a diversificação de atividades agrícolas: cacau, algodão e mandioca.

Os objetos listados no inventário eram de grande importância para a transformação da matéria prima em produtos comercializáveis. Estes produtos serviriam para uso e consumo de sujeitos que compunham àquele universo rural. O algodão bruto transformado em roupas e vestimentas; a mandioca em farinha d’água, ou bejú, ou ainda farinha de tapioca, “o pão ordinário”, como se refere Borges da Cruz (2011), que enchia as vasilhas dos caboclos amazônicos, sempre acompanhado de carne seca ou peixe.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Cada pé de cacau, segundo os avaliadores, Francisco Gonçalvez Chavez e Ricardo Francisco Reis, equivalia, em média, a 0\$30 réis, por sua qualidade inferior.

<sup>16</sup> A prática do cultivo de algodão geralmente era utilizada para suprir as necessidades internas, principalmente entre os senhores proprietários que possuíam escravos, já que o algodão serviria para a confecção de vestimentas dos cativos que eram confeccionadas, por eles próprios, nas propriedades. Assim, muito pouco, ou quase nada era destinado à exportação.

<sup>17</sup> Muito se escreveu sobre a farinha de mandioca, produto muito consumido no Pará, sobretudo pelas camadas populares, considerado como o “pão dos pobres”. A farinha era e ainda é alimento indispensável à mesa do paraense. Segundo relatos do Padre João Daniel se produzia quatro “castas” de farinhas: a primeira, mais mimosa e estimada é a farinha d’água, que equivale ao mais mimoso pão de trigo. A segunda é a farinha seca, que equivale à broa. A terceira é a carimã, muito fina, que serve para caldos e ensopados; a quarta é a farinha de tapioca, que equivale ao mimoso ou beijinho da farinha. O folclorista brasileiro Luís Câmara Cascudo argumentava: “ser aquela raiz o alimento regular, obrigatório, indispensável aos nativos e europeus recém-vindos. Pão da terra em sua legitimidade funcional. Saboroso, de fácil digestão, substancial.” (CRUZ, 2011, p. 23).

Dissertando sobre vestígios de cultura material o arqueólogo Ulpiano Meneses infere que:

Os restos de cultura material são rastros importantíssimos que servem de “espelho” para refletir sobre formas de organização social, política e aspectos mentais de sociedade pretéritas. Os artefatos fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções etc.), e em grau considerável, informação de natureza relacional. Isto é, sua carga de significação refere-se sempre às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu. (MENEZES, 2010, p. 103).

De modo semelhante, o historiador Luiz Valente Guimarães (2006) argumenta que a vida material, como as coisas dizem muito a respeito da vida dos moradores. Os objetos demarcam historicidade e ganham significação no uso social que os indivíduos fazem dos móveis e utensílios.<sup>18</sup>

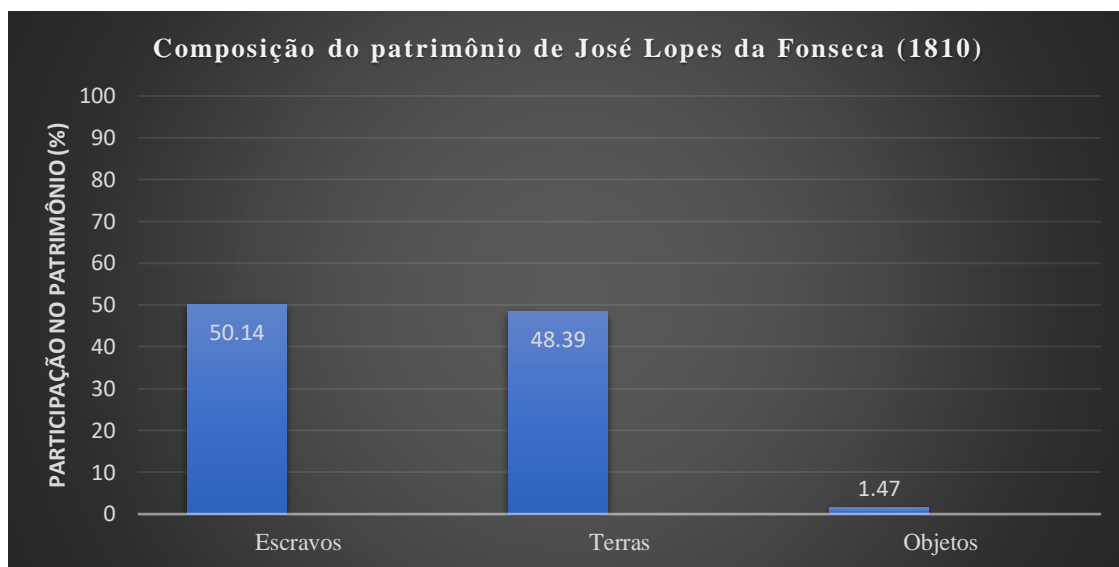
Nesse sentido, os inventários são fontes ricas que permite observar o universo da cultura material. Através deles, podemos analisar os objetos utilizados, os modos de vida e organização social de uma sociedade. Para o mundo rural podemos observar as ferramentas utilizadas no cultivo, as estruturas dos empreendimentos e os animais usados nos serviços das fazendas, estes últimos, por exemplo, constituem-se como parte importante do mundo agrário. Com a falta destes animais não seria possível transportar os produtos das plantações, a matéria prima das fazendas e sítios, moer a cana e deslocar trabalhadores. Desta forma, e enquanto importantíssimos bens, os animais eram arrolados nos processos de inventário e partilhados entre os herdeiros: bois, vacas, cavalos, carneiros, bezerros, garrotes e novilhas, eram alguns dos exemplos presentes nestes documentos, sempre classificados como bens semoventes.

Tão quanto e de maior importância para o desenvolvimento das atividades, o trabalhador escravizado de origem negra fora componente indispensável para o desenvolvimento das atividades rurais. Desta força de trabalho dependia o senhor, eram os braços que alimentavam a lavoura e contribuía para o desenvolvimento econômico da região. Tanto que, no inventário de José Lopes foram registrados 46 escravos, divididos em africanos e crioulos. Indiscutivelmente os escravos deste plantel, como de tantos outros proprietários aquinhoavam parte considerável de sua fortuna, assim como as propriedades de terra que constituía a base da riqueza dos senhores rurais. Vejamos (no Gráfico 1) a composição patrimonial do nosso inventariado.

---

<sup>18</sup> Sobre a importância dos objetos, como parte da cultura material no estudo das coisas, ver: GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. 2006. **A casa & as coisas**: um estudo sobre a vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800 – 1850. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

Gráfico 1



Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

O monte-mor de José Lopes totalizou 8:117\$810 (oito contos, cento e dezessete mil e oitocentos e dez réis). A soma dos escravos perfaz o montante de 4:070\$000 (quatro contos e setenta mil réis), quer dizer 50,14% de seu patrimônio. Os oito escravos, que possuíam ofício no plantel, equivaliam a  $\frac{1}{4}$  desta soma, ou seja, 1:330\$000 mil-réis. Eram os negros mais bem avaliados, com exceção do preto Bento José, de 40 anos, que era um aprendiz (de ferreiro), avaliado por 180\$000 mil-réis. Os bens imóveis e de raiz: as terras, terrenos, cacauais, lavoura, roças e canaviais, somaram 3:928\$780 (três contos, novecentos e vinte e oito mil, setecentos e oito mil réis), representando 48,39%. O pouco que sobrou, uma parte irrisória (menos de 2% por cento), compunha objetos de uso da casa, louça, mobília e alguns exemplares de livros.

O pecúlio de José Lopes é bem representativo da divisão patrimonial dos inventariados contextualizados nesta primeira metade de século, em que, até 1850, havia uma maior concentração de riqueza aglutinada em torno de terras e escravos, que, como “signo de riqueza” representava *status* de poder e prestígio, como ressalta Cristina Cancela (2011, p. 295). Padrão que muda consideravelmente após a segunda metade do século 19.

Feito esta introdução este capítulo pretende analisar, de modo inicial, o processo de ocupação e incentivo à produção agrícola. Em seguida, faço uma caracterização do espaço onde se estabeleceram as propriedades, isto é, os sertões da província que são as regiões que compõe a Zona Guajarina e o Baixo Tocantins, especificando os aspectos que levaram a escolha deste espaço como objeto de pesquisa.

## 1.1 Colonização para a agricultura

O marco temporal das reformas Pombalinas<sup>19</sup> é um momento importante para pensar o processo de ocupação e incremento ao desenvolvimento agrícola no Grão-Pará. O modelo pensado pelo Império português para esta província foi o mesmo modelo-padrão utilizado no restante do Brasil e nas colônias portuguesas do litoral africano. Um modelo estruturado na agricultura latifundiária, assentado na grande propriedade monocultora escravista, isto é, no tripé: latifúndio, escravidão e agroexportação.

Partindo desse protótipo, a empresa colonial portuguesa buscou aprofundar o caráter mercantilista dos instrumentos de colonização, através do setor mercantil, que foi responsável, em parte, pela implantação e direcionamento das atividades agrárias e extrativistas. Fernando Novais assevera que o estímulo à agricultura serviu de “pedra angular” para garantir a ocupação do vasto território amazônico.

A atividade agrícola apareceria no processo colonial como sendo o nervo econômico, pois estava ligada tanto às intenções comerciais quanto ao esforço de ocupação territorial. Isto é, a agricultura foi a pedra angular na formação de uma ordem administrativa e no desenvolvimento da organização socioeconômica deste “filho colonial”. (NOVAIS, 1989, p. 59).

De maneira semelhante, Caio Prado Júnior (2006, p. 31) em sua *Formação do Brasil Contemporâneo* infere que “enquanto a ocupação das colônias da América do Norte se constituiu a partir do povoamento, nas colônias da América do sul o processo se consolidou pela exploração dos recursos naturais, ou seja, a ocupação se orientou para explorar”. A explorar, sobretudo, gêneros de grande valor comercial que atendessem ao Atlântico Norte a fim de manter os privilégios da sociedade aristocrática lusa, assumindo o aspecto de uma grande empresa mercantil que era o verdadeiro sentido da colonização nos trópicos.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Esse modelo foi dirigido pelo ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em meados dos setecentos quando o Ministro nomeou como seu representante, em 1751, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que seria o governador e Capitão-General da Capitania do Grão-Pará, até 1759.

<sup>20</sup> O modelo adotado em “terras ultramarinas” era de uma sociedade altamente hierarquizada e profundamente desigual, marcada pela concentração de terras, que mantinha seus privilégios a partir de um grupo seleto. A manutenção dessa hierarquia social era reproduzida por três vertentes: acumulação mercantil, aquisição de terras por circuitos não comerciais (nobreza da terra) e alianças matrimoniais (FRAGOSO, 1998).

As ações necessárias ao desenvolvimento da agricultura foram pensadas a partir de uma legislação fomentista, buscando elementos que fosse capaz de aperfeiçoar os mecanismos de integração comercial e que ao mesmo tempo atendesse aos interesses da Metrópole.<sup>21</sup>

O século XVIII é um momento importante para a agricultura no Grão-Pará, particularmente a partir do consulado pombalino, quando houve a dissolução dos sistemas de aldeamento missionário, o rearranjo das unidades familiares em estruturas relativamente autônomas de produção e consumo, como parte do projeto agrário, que foi caracterizado pela introdução de novas técnicas produtivas, incorporação de novas terras à agricultura seguida de novos gêneros e métodos de cultivo. (BARBOSA, 2017, p. 12).

Não há dúvida que o consulado pombalino, por meio de uma política agrícola mais organizada, galgada em regimentos, incentivos fiscais e diretrizes administrativas foi um marco importante empreendido para o desenvolvimento agrícola que, sem dúvida, resultou no progresso das atividades na província paraense. Contudo é preciso considerar que o projeto de expansão agrícola estava longe de se constituir como algo novo. De fato, esse processo já estava em desenvolvimento desde pelo menos meados dos *setecentos*, sobretudo, com as experiências expansionistas portuguesas a partir de 1640. Experiências que se tratava de estratégias de exploração econômica e de ocupação política do território amazônico, primeiro pela exploração das drogas do sertão, e posteriormente, pela atividade canavieira.<sup>22</sup>

De todo modo, é preciso pensar o projeto colonizador para a Amazônia como diferenciado das demais regiões do Estado do Brasil, uma vez que em termos de povoamento, ocupação e reprodução de mão de obra ela possuía suas próprias particularidades. Diego Pereira dos Santos (2013, p. 29) justifica a condição de centralidade das capitânicas do Grão-Pará e Maranhão pela sua condição de fronteira. O autor destaca os conflitos com as nações europeias, entre outros, ingleses, irlandeses e holandeses, pelos domínios das terras e rios amazônicos, juntamente com os frequentes conflitos com os índios.

Ocupar o território era, portanto, pauta importante e objeto de preocupação da Coroa. Nesse bojo, em um primeiro momento, o modelo adotado foi o antigo sistema de sesmarias, ou sistema de mercês, usado em outros territórios de domínio luso, sobretudo na própria Metrópole. Era um modelo pautado na distribuição de terras incultas para a utilização na agricultura. Desta forma, o colono usufruía da terra sem ter que pagar tributos, ou seja, explorar

---

<sup>21</sup> Esse modelo seguia orientações pontuais para conservar, fomentar e regular as culturas de acordo com as necessidades da metrópole por meio de regimentos, alvarás, cartas de lei e cartas régias.

<sup>22</sup> Sobre as questões de povoamento e expansão da fronteira agrícola ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

seria a única precondição de acesso à terra. Como assevera João Fragoso (1998, p. 39) “os colonos reproduziam em terras ultramarinas o mesmo modelo político e social que sempre conheceram”.

A este respeito, o pesquisador das missões religiosas na Amazônia portuguesa, Mauro César Coelho, destaca que “as povoações pombalinas concretizaram, ainda que não de todo, as projeções de recriação do espaço colonial à imagem da Metrópole. O “imenso Portugal” projetado e semeado em mais de cinquenta unidades urbanas está, segundo Palma Muniz, na origem das municipalidades paraenses.” (COELHO, 2005, p.198).

As terras eram doadas tanto à nobreza quanto a grupos não nobres, obviamente que em proporções diferentes.<sup>23</sup> João Fragoso (1998, p. 37) observa que: “as doações se intensificaram, a partir da segunda metade do século 16, quando o sistema econômico português entrou em crise”. Haja vista a crônica falta de rendas internas, gerada pela perda de mercados importantes na África e na Ásia e pela agricultura metropolitana que se mostrava deficitária e incapaz de gerir seus próprios produtos. Em vista da crise, migrar para as colônias americanas se constituía como campo de possibilidade, a melhor opção aos que buscavam uma nova vida.

Sheila de Castro Farias trata da questão da migração na colônia do Brasil como: “possibilidade de sucesso, mas somente possibilidade. O sucesso dependia de muitos fatores.” (FARIAS, 1998, p. 165). O desejo de migrar incluía uma série de eixo explicativo, mas há de se considerar três: espaço, tempo e características do migrante. No caso português,

A religião (cristãos-novos), aplicação de justiça (degredados), as questões militares (soldados), a profissão (oficiais mecânicos), e a família (mulheres a procura de maridos, por exemplo), entre vários outros fatores, nos ajudam a entender as razões que ensejaram a migração (voluntário ou não) de gente do reino para o Maranhão. (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 33).

Nesse sentido, o espaço para qual se decidia migrar é um fator de extrema importância. Por exemplo, locais onde se implantavam a economia agroexportadora, “recebia intenso fluxo de migrantes pela possibilidade de se inserir nas atividades agrícolas, ou participando do comércio” (FARIAS, 1998, p. 195). Outro motivo seria a busca por “bom casamento”. Muitos colonos se aventuravam de vilarejos em vilarejos em busca de alianças matrimoniais que lhes garantisse estabilidade, tornando-se os verdadeiros “andarilhos em busca de esposas”.

---

<sup>23</sup> O sistema de sesmaria reproduzia as desigualdades, fortalecendo as hierarquias sociais porque a distribuição de terras se deu de maneira desigual, por exemplo, grupos não nobres (carpinteiros, oleiros, alfaiates), recebiam parcelas de terras muito menores que os membros da pequena nobreza. Gerando, portanto, uma sociedade altamente hierarquizada, marcada pela concentração fundiária.

Destarte, o Grão-Pará constituiu-se, a seu tempo, como possibilidade à inúmeras famílias que vieram: “de Madeira ou dos Açores, ou seja, de áreas marcadas pelo empobrecimento rural.” (FRAGOSO, 1998, p. 370). Voluntários ou não<sup>24</sup>, os povoadores seduzidos pelas propaladas riquezas da região tentaram a sorte em solo amazônico, “lugares como o Pará, constituiu-se uma sociedade cuja mobilidade parecia estar determinada pelas atividades econômicas.” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 34).

A expansão comercial por parte dos colonos ocasionou a incorporação de novas terras destinadas à agricultura, contrastando com o sistema extrativista que, na visão das autoridades estavam associados ao não trabalho e desregramento. Esta situação estava relacionada à intervenção da Coroa Portuguesa na organização agrária da região, ampliando o número de colonos, sesmeiros, donos de engenhos e escravos colocados à frente do empreendimento e que dariam suporte ao comércio colonial. (ÂNGELO, 2012, p. 30).

O Império português, portanto, estabeleceu formas de ocupação territorial com base nas atividades agrícolas, imitando o modelo organizacional lusitano, inspirado no velho sistema feudal: ocupação e exploração da terra pelo antigo sistema de sesmarias; migração em massa; incentivo à agricultura de exportação e escravismo colonial. Eis as bases que sustentavam, ao menos teoricamente, o sistema colonial português nos trópicos.

Apesar do impulso econômico capitaneado pela Coroa portuguesa em desenvolver a agricultura e colonizar a região, este foi um processo consideravelmente lento levando em consideração as características regionais, sobretudo em relação aos modos rústicos de cultivo. Como por exemplo, o costume de derrubada e queimada das matas, que como consequência transformavam a agricultura numa atividade itinerante.

Há quem diga que o projeto de uma “agricultura organizada”, articulada a uma estrutura mais regular, jamais passou de experiências. De todo modo, segundo Bárbara Weinstein (1993) essa é uma ideia que vem sendo refutada por pesquisadores que acreditam que a agricultura respondia às necessidades de existência (e sobrevivência) dos moradores da província do Grão-Pará, através de uma combinação das atividades de coleta e de cultivo, não deixando estes produtos de estarem presente na pauta de exportação, e como gêneros de abastecimento.

Sobre essas peculiaridades regionais Sidiana Macêdo, historiadora da alimentação na Amazônia, atenta que é importante entender a história do abastecimento da cidade de Belém e

---

<sup>24</sup> Segundo Rafael Chambouleyron havia três tipos de migrações de portugueses para o Estado do Maranhão: os migrantes voluntários, que solicitavam mudança para a capitania; os “viajantes involuntários”, compostos por soldados e degredados; e um movimento mais amplo considerado como “migração em massa”, que se constituía no envio de levas de açorianos, para a região.



das vilas dos interiores, a partir da combinação entre produção agrícola e extrativa, uma vez que: “não houve necessariamente uma estagnação total da produção agrícola na província paraense mesmo quando as pessoas se dedicavam ao extrativismo.” (MACÊDO, 2009, p. 29). Ou seja, mesmo em tempos de maior produção para exportação, por exemplo, do cacau e da borracha às atividades agrícolas continuam em plena produção.

Em teor semelhante, Luciana Marinho Batista defende que:

Mesmo com o vertiginoso aumento da goma elástica no comércio mundial, sobretudo, após a década de 1850, passando de cifras de 15.979 arrobas de borracha exportada no intervalo de 1847-1867, para o surpreendente número de 1.374.931 arrobas entre 1862-1867, o cacau e outros gêneros agrícolas não foram abandonados, haja vista o cacau, no referido período, ser geralmente cultivado. Assim, as atividades agrícolas se mantiveram em crescente volume de produção com produtos comercializáveis na província do Grão-Pará. (BATISTA, 2014, p. 64).

Portanto, a virada do século 19, assistiu a um reposicionamento da agricultura na região, sobretudo porque “os gêneros agrícolas ocupavam um lugar de destaque na pauta de exportações da região amazônica, além de garantirem a subsistência de uma população que crescia em ritmo acelerado.” (BARROSO, 2017, p. 78).

Segundo a estimativa de Francisco de Assis Costa, no fim do período colonial a agricultura representava quase 40% do valor de exportações do Grão-Pará. Tendo em vista que naquela altura o cacau respondia por mais da metade das exportações do Pará e que parte longe de ser inexpressiva desse gênero agrícola era cultivada – e não apenas coletada –, não seria irrazoável conjecturarmos que, na realidade, os gêneros agrícolas satisfizessem, nesse período, a algo como a metade do valor total dos gêneros exportados pela Amazônia, a partir de Belém. (BARROSO, 2017, p. 78).

Daniel de Souza Barroso corrobora a mesma ideia, apresentando dados econômicos sobre a exportação do cacau em fins do século 18 e meados do século 19. O autor enfatiza o protagonismo do cacau para economia amazônica como sendo um gênero preponderante na pauta de exportação provincial, permitindo visualizar que neste momento houve também “a participação relativa dos demais gêneros agroextrativistas nos volumes de exportação do Pará.” (BARROSO, 2017, p. 76), ou seja,

Não há como limitarmos a economia amazônica a um único gênero (cacau), nem muito menos a uma atividade econômica preponderante (extrativismo), tendo em vista os volumes de exportação de outros gêneros (café, algodão e, especialmente, arroz) e o fato de parte do cacau exportado nesse período ter sido cultivado, e não somente coletado. (BARROSO, 2017, p. 76).

Barroso e Batista, contrapõem a noção de um caráter essencialmente extrativista da economia amazônica visando demonstrar a importância da agricultura. Aliás o progresso da região, na visão das autoridades provinciais, dependia do desenvolvimento das práticas produtivas, a partir do processo de modernização, em oposição às práticas consideradas por eles como rústicas. A existência de um projeto agrícola como modelo organizacional de desenvolvimento econômico condicionava o homem a transformar o espaço natural pela sua ação sobre a natureza e pelas técnicas produtivas.

## 1.2 Agricultura para a modernização: formas de produzir, hábitos e costumes

A primeira metade do século 19 é marcada por mudanças estruturais, políticas e administrativas no âmbito do Estado brasileiro e, conseqüentemente, nas províncias, com a separação do Brasil do Império português a partir do movimento de Independência de 1822. No contexto do recém-criado Estado Imperial, os novos arranjos políticos, marcados por permanências e rupturas<sup>25</sup> na estrutura de poder e nas formas de controle social, desenrolaram-se em inúmeras quimeras entre monarquistas e federalistas, causando insurreições em diversas províncias. Entre as principais causas, destacam-se a excessiva centralização de poder pelo Estado Imperial e os embates entre as autoridades provinciais.

Neste bojo, a província do Grão-Pará, que só no período em tela foi anexada ao Estado do Brasil <sup>26</sup>, não ficou alheia ao que acontecia. No início do período regencial estoura na província uma revolta de cunho popular que ficou conhecida como Cabanagem (1835-1840). Os setores populares, alcunhados de “cabanos” (índios, escravos alforriados, sujeitos pobres e livres e quilombolas), reagiram à situação de miséria e conturbação política em que viviam em um movimento revoltoso extremamente sangrento e duradouro contra o governo central. Seus principais líderes foram os revolucionários, Félix Malcher e Antônio Vinagre.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> As permanências foram maiores que as rupturas, principalmente em relação a manutenção de poder pelas elites agrárias que viviam sob a égide do escravismo colonial. Queria-se transformar a sociedade sem mexer nas estruturas, ou seja, era uma “mudança” sem quebra da ordem social.

<sup>26</sup> A província do Grão-Pará aderiu ao movimento de Independência do Brasil apenas em 5 de agosto de 1823, ou seja, foi a única província a não aderir a independência do Brasil, ocorrida um ano antes. Por esse tempo, a província do Pará mantinha relações políticas e econômicas diretas com Portugal, sendo um Estado Independente em relação ao Estado do Brasil. O processo de Adesão do Grão-Pará à Independência, em 1823, não foi nada pacífico, marcado por episódios de resistência como, por exemplo, a tragédia do Brigue Palhaço, no qual 256 revoltosos foram aprisionados no porão do navio chamado de “São José Diligente”, no qual foi jogado cal, deixando-os entregues à própria sorte. Para mais informações, ver: RICCI, Magda. *Dias trágicos: massacre no Grão-Pará fez mais de 250 mortos entre os defensores da independência*. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Publicada em 05/05/2016; SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Semeando vento, colhendo tempestade: o processo de Adesão do Pará à Independência*. In: SARGES E RICCI, Maria de Nazaré e Magda (Org.). **O Oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. Belém: Editora Açaí, 2013, p. 11- 44.

<sup>27</sup> Conhecida como a “segunda conquista de Belém” a Cabanagem foi considerada por Magda Ricci, como uma guerra de conquista pelos revolucionários. Sobre a Revolução Cabana em um amplo aspecto ver: RICCI, Magda.

Para além das questões de cunho político, a Cabanagem foi um período de extrema instabilidade econômica e social na província do Grão-Pará, “os cabanos invadiram igrejas, queimaram casas e no universo rural desordenaram a lavoura agrícola através da invasão e destruição de maquinário de sítios, engenhos e fazendas” (RICCI, 2008, p. 153). Como bem resumiu a professora Magda Ricci (2008, p. 153) “o bombardeio na cidade de Belém foi memorável.” O contragolpe das autoridades provinciais foi a criação da Lei provincial de nº 2 de 25 de abril de 1838, que dizia respeito ao Corpos de Trabalhadores<sup>28</sup>. Criada pelo Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa<sup>29</sup> esta lei procurava auxiliar no combate à Cabanagem, disciplinando a população e restabelecendo a economia da região.

De acordo com Patrícia Raiol (2012) a criação dos Corpos de Trabalhadores tinha como principal objetivo o estímulo ao trabalho e renovação de hábitos e costumes com base em um modelo civilizacional que tentava adequar à província do Grão-Pará as aspirações do Estado Imperial. Contudo, a lei sozinha não teria força suficiente para disciplinar e criar estímulos ao trabalho, uma vez que se poderia facilmente burlar essa legislação. Nesse sentido, “o processo civilizador só seria possível por meio da instrução, que apesar de ser lento se mostrava mais seguro e eficaz.” (NUNES, 2011, p. 108).

Assim, na visão das autoridades, desde o início do *Oitocentos* havia a urgente necessidade de planos e projetos que atendessem ao desenvolvimento da província, sobretudo, de uma agricultura modernizadora que superassem antigas práticas de coleta e cultivo consideradas atrasadas, que deveriam ser extintas e substituídas pelo emprego de técnicas mais avançadas, que viabilizasse o desenvolvimento, até porque, na visão dos agentes do governo a agricultura se constituía como “a fonte mais segura de riqueza, ao contrário das atividades de coleta que se mostravam inconstantes”, completa Nunes (2011, p. 109).

Dentre as mudanças idealizadas pelas autoridades provinciais estavam melhorias nos mecanismos de cultivo e o aprimoramento das espécies. Como por exemplo, as mudas de cacau que poderiam ser substituídas “por sementes da Venezuela e Guatemala, entendidas como superiores a então cultivadas no Vale do Tocantins”. (NUNES, 2011, p. 94). Este processo seria subsidiado pela instrução feita aos agricultores, tanto os pequenos quanto aos grandes, de tal

---

*Cabanagem*: uma história de homens das cidades: o outro lado de uma revolução (1835-1849) In: MOTTA, Márcia (Org.). **Formas de resistência camponesa**. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008, v. 1, p. 153-170.

<sup>28</sup> LOPES, Patrícia Raiol Castro de Melo. **Os corpos de trabalhadores na província do Pará**: outros significados para uma política de arrematação de mão de obra. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

<sup>29</sup> Exerceu o poder na província do Pará de 11 de abril de 1836 a 8 de abril de 1839, foi nomeado por carta pela corte imperial.

forma que atendesse a alimentação cotidiana e o consumo interno, mas que também exportasse para ter excedente.

Neste enquadramento o conceito de progresso se torna indispensável para entender o desenvolvimento da agricultura, visto nesse contexto como sinônimo de solução ao estado de parcimônia econômica no qual se encontrava a província do Grão-Pará. Para Nunes (2011, p. 18), o conceito de *progresso* seria utilizado como “uma tentativa de incorporar as inovações do capitalismo industrial da época, nas atividades ligadas à agricultura”. À exceção de seu aspecto econômico, a agricultura representava uma nova ordem humana que as autoridades queriam imbuir aos colonos e aos povos ribeirinhos. Tratava-se de uma “atividade moralizadora, disciplinadora, capaz de assegurar a constituição de propriedades e povoamento regular (NUNES, 2011, p. 8).”<sup>30</sup>

A agricultura é uma atividade que necessitava para seu pleno desenvolvimento, da adoção de novas técnicas de plantio associada ao aperfeiçoamento e uso de novos utensílios agrícolas, mas também que o manejo desses instrumentos fosse de pleno conhecimento dos agricultores. (NUNES, 2011, p. 17).

Portanto, a partir do que o autor chamou de “missão moralizadora” se tentou criar hábitos novos de trabalho, assegurando a ocupação da terra e abrindo possibilidade as atividades que sobrepujam as extrativistas. Em sentido simbólico, moralizar seria condição que garantiria a materialização das ações de colonização agrícolas através de novas práticas e hábitos aos agricultores.

No sentido de aprimorar as técnicas de cultivo o limiar do *Oitocentos* dispõe de diversas pesquisas e publicações – relatos, crônicas, relatório provincial, manuscritos e registros –, de gente interessada no assunto, como: técnicos, botânicos e naturalistas. Alguns até mesmo nascidos na região ou ainda vindos de regiões mais distantes.

Nessa perspectiva, em *Ensaio Coreográfico Sobre a Província Paraense (1839)*, Antônio Ladislau Monteiro Baena<sup>31</sup>, redige uma obra que de modelo estatístico se revela como

---

<sup>30</sup> Para Francivaldo Nunes, em sua tese de doutoramento intitulada *Sob o signo do moderno cultivo*, o Estado Imperial tinha como propósito, através das políticas voltadas à efetivação de uma agricultura organizada, promover a moralização das populações amazônicas e assegurar o controle e ocupação das terras na região. Era um projeto concebido como portador de uma mensagem, a partir de um discurso que simulava as relações sociais. Discurso constituído por elementos simbólicos que cumpria função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, sem deixar de se constituir enquanto campo de disputa entre os interesses divergentes.

<sup>31</sup> O militar Antônio Baena residiu no Grão-Pará, no começo do século 19, veio a serviço do governo imperial, juntamente com o Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito). Foi convocada como Secretário para formar uma Comissão, que faria um levantamento estatístico da província paraense, no ano de 1832, com o objetivo, fornecer dados estatístico de uso econômico e político para o Império do Brasil. Para mais informação, ver: BARROS, Michelle Rose Menezes de. **Germes de Grandeza: Antônio Ladislau Baena e a descrição de uma**

um termômetro político e geográfico sobre o estado em que se encontrava a província do Grão-Pará, dando ênfase a seu potencial natural e produtivo. A escolha do “Ensaio Coreográfico” de Baena foi proposital, nesse sentido é importante situar autor e obra ao momento histórico debatido. Neste caso, trata-se do período de formação do Império do Brasil, “momento em que se vivia a tentativa de construção de uma imagem para o país recém-independente e sob a égide de um jovem imperador, que tinha sua imagem alicerçada na natureza brasílica”. (BARROS, 2006, p. 12). Como discutido na introdução deste trabalho, os intelectuais da época buscavam na forma e nos símbolos – sobretudo, nos indígenas, na fauna e flora –, modelos para construção de uma identidade que fosse genuinamente brasileira, desse jeito, os aspectos regionais de cada província seriam importantes para fornecer um panorama geral de tudo que se tinha no Brasil, sobretudo, sua riqueza natural.

Nesse sentido, Antônio Baena foi enviado como Comissário pelo Imperador, para o Grão-Pará, com a finalidade de produzir uma obra de estatística – que serviria de modelo para o restante do Brasil –, que tomasse como base a abundância natural das terras do “imenso país chamado Grão-Pará”. (BARROS, 2006, p. 11). É oportuno ressaltar, que nesse contexto histórico, o “Ensaio Coreográfico” de Baena foi publicado e circulou pelo Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), e pelo exterior: “seus escritos narravam à província paraense e buscavam inseri-la na composição da história e geografia do Segundo Império”. (BARROS, 2006, p. 11).

O Grão-Pará, com grande potencial geográfico e com superabundância de riquezas naturais, foi considerado por Baena como: “infectado por germes que trariam a grandeza para aqueles que dela soubessem se beneficiar”. (BARROS, 2006, p. 11). Contudo, apesar do tremendo potencial natural, como assevera Michele Barros (2006, p. 11) “o desenvolvimento da província não dependia apenas da ação da natureza, mas igualmente da ação do homem que deveria intervir positivamente sobre ela.” Isto é, os hábitos rudes do homem amazônico interfeririam no seu desenvolvimento. Nesse sentido,

Os proprietários de terra, seriam os agentes da demora em prosperar à agricultura especialmente por disporem de técnicas ultrapassadas e de método que copiava o bruto costume que tinha os silvícolas na sua acanhada agricultura. (BAENA, 1839, p. 74).

Por isso a instrução seria de enorme importância aos agricultores. Baena (1839, p. 78), em tom de desaprovação aponta que “os métodos rústicos dificultam a fixação do homem por

um período regular no espaço.” A utilização da queimada,<sup>32</sup> como método de limpar a área a ser plantada, tornava o solo rapidamente impróprio a qualquer forma de cultivo obrigando as populações a migrarem de lugar a outro, mudando constantemente de cultura. Dessa forma, o processo produtivo era marcado pela instabilidade tanto do cultivo, quanto de fixação humana.

Para Francivaldo Nunes (2011, p. 104) “o estado de atraso a qual se encontrava a agricultura entrava em contradição com o projeto de desenvolvimento baseado numa indústria próspera voltada à exportação, que superasse, ao mesmo tempo, as experiências de cultivo até então utilizadas”. Outro agravante, segundo Antônio Baena (1839, p. 71), seria: “a abundância de produtos ofertados pela natureza que fazia do homem amazônico um sujeito preguiçoso, sem a menor ambição, avesso as modernizações impostas pelo trabalho agrícola que demandava ferrenhos esforços”. Nesse entendimento, os viajantes que por aqui estiveram caracterizaram o caráter indolente do homem amazônico como produto das condições naturais que seria associado às práticas pitorescas no trato com a terra.<sup>33</sup>

Em contrapartida, ressalto que o quê o caboclo amazônico produzia era o necessário ao próprio sustento, de sua família e agregados. Para ele o pequeno roçado, a pesca, a caça, as idas nas matas para buscar apenas o essencial à sobrevivência era o suficiente. O pequeno roçado de cultivo de mandioca de onde se produzia farinha e algumas roças de víveres para a subsistência era o que se encontrava de mais regular nos terrenos em volta de Belém.

Os hábitos das populações amazônicas estavam, pois, em contradição com que se compreendia enquanto indústria, ou seja, ação transformadora do homem sobre a natureza, ou ainda, como resultado do esforço da inteligência do homem para satisfazer uma necessidade aparente. A inexistência de uma indústria agrícola, por exemplo, estaria relacionada à facilidade de meios para garantir os recursos necessários à sobrevivência, sem que houvesse uma necessidade de transformação desse espaço natural. Esta situação era responsável, portanto, para fazer do homem amazônico um constante dependente dos recursos que as florestas disponibilizavam sem grandes esforços. (NUNES, 2020, p. 57).

---

<sup>32</sup> É necessário lembrar que historicamente a agricultura extensiva foi muito utilizada, principalmente nas regiões marcadas pela precariedade, “por não depender de altos investimentos em adubos e/ou instrumentos de trabalho, possibilitava a realização da produção rural a baixos custos” (FRAGOSO, 1998, p. 37). João Fragoso (1998, p. 37) chama a atenção para o fato de que a lavoura colonial era baseada na tradicional tecnologia Tupi, que utilizava de técnicas de: queimadas, pouso longo, e cavadeira. Pois possibilita o aumento das colheitas em menor período, sem ter a necessidade de empregar o arado.

<sup>33</sup> Os viajantes a que me refiro são Henry Walter Bates e Spix e Martius. Sobre isso ver artigo: NUNES, Francivaldo Alves. *Em Fazendas Sítios e Moradas: o viver nos sertões amazônicos*. In: DIAS JR, Carlos; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de; SANTOS, Layane de Souza; PICANÇO, Miguel de Nazaré Brito. Ver também: NUNES, Francivaldo Alves; KETTLE, Wesley de Oliveira (Org.). **Sobre as pegadas de Spix e Martius**: 200 anos. Curitiba: CRV, 2020.

A essa falta de indústria, “soma-se o apoucamento dos proprietários rurais em fazer um cultivo que incorporasse os gêneros necessários à alimentação, mas que também assegurasse o comércio.” (NUNES, 2020, p. 57). Já que conseqüentemente as atividades extrativas, estimulada pela infinidade de produto encontrado nas matas, garantiria a sobrevivência, estimulando a dependência do caboclo amazônico pelas atividades de coleta. Nas matas podia-se encontrar:

Borracha da seringueira, favas de pixurim, cumarú, polpa de tamarindo, canela de cravo, também chamado de cravo-do-Maranhão, anil, urucu, castanhas do Maranhão e pequenas quantidades de canela, cravo da Índia, noz-moscada, estopa, alcatrão, copal, fumo, piaçaba, salsaparrilha, tapioca, goma da raiz de mandioca e de outros tubérculos, eram observados. (SPIX, 1981, p. 32 apud NUNES, 2020, p. 54).

Além das atividades de coleta – que também necessitavam de técnica e manejo –, espécies agrícolas eram cultivadas nas fazendas adjacentes à cidade. Em *Tesouro Descoberto no máximo rio Amazonas* o padre João Daniel (2004) complementa que na província do Pará existia pelo menos 5 espécies de algodão nativo, todos cultivados na região a fim de transformar-se em gênero exportável, aliás, o algodão, seja em fio ou novelo, por muito tempo foi usado como moeda de troca, tal qual, o cacau e a cachaça.

Manoel Barata (1915) observa que havia no Pará uma espécie de algodão nativo considerado de natureza excepcional<sup>34</sup> que crescia abundante e espontaneamente. Os viajantes Spix e Martius quando em estadia no Grão-Pará observaram que está província: “gabava-se de primar sobre todas as outras cidades do Brasil quanto ao número de artigos de exportação, e, de fato, montam a não menos de 40 gêneros” (SPIX; MARTIUS, 1976, volume III, 23 e 26, apud BEZERRA NETO, 2020, p.19). Portanto, havia uma diversidade de gêneros plantados: café, milho, fumo, cana-de-açúcar, mandioca, algodão.

Ademais toda diversidade de gêneros produzidos, Bezerra Neto salienta que o período que seguiu imediatamente à independência (1822), parecia afinal que o setor agrário assumia posição predominante na economia amazônica, ainda porque,

Nesta época ocorreu a decadência do comércio do cacau silvestre, principal produto de exportação. Assim, ficando o setor extrativo da economia paraense sem um produto de peso passível de exportação, como até então havia sido o cacau, criaram-se condições favoráveis para que “todo o pequeno capital disponível na região fosse

---

<sup>34</sup> Salles (2015, p. 110) aponta que a “lavoura algodoeira no Grão-Pará era considerada como um gênero que, apesar de não tão próspero, como nas províncias do sul e no Maranhão, produziram efeitos econômicos significativos e que começou a figurar na pauta de exportação, pela altura do ano de 1774”.

voltado” cada vez mais para as culturas de açúcar, arroz e algodão para as fazendas de gado e para outros empreendimentos rurais. (BEZERRA NETO, 2012, p. 135).

Nesta perspectiva entendo que o projeto agrícola, na fase do Império do Brasil, para região amazônica deve ser entendido a partir de elementos locais, considerando, principalmente, o modo de vida e a forma com que a população estabelecia com o espaço, as atividades produtivas, a natureza e os costumes. Nesse sentido, julgo também necessário fazer apontamentos concernentes a aspectos intrínsecos ao espaço regional e suas especificidades.

### **1.3 Aspectos naturais da província do Grão-Pará: vegetação, comércio e relação com os rios**

Geograficamente a região do qual faz parte a província do Grão-Pará se caracteriza por sua natureza inóspita, trajada por densa mata, cercada de várzeas, mata de igapó, rios, furos e igarapés. Em *viagem pelo Brasil*, os naturalistas Spix e Martius (2017, p.17) comentaram, em agosto de 1819, quando estiveram hospedados na Rocinha do Desembargador Pombo, que era “um ambiente marcado por campos planos, cercado de sebes artificiais, mas interrompidos, aqui e acolá, por palmeiras e arbustos”, destacando a beleza e exuberância em espécies nativas que viram na região.

Um espaço caracterizado por suas próprias peculiaridades, sobretudo, pela gigantesca capacidade produtiva materializada na exploração de riquezas naturais. Na Amazônia a natureza era forte condicionante das atividades produtivas com papel importante na estrutura econômica estabelecida na região. Os rios, elemento fundamental para o abastecimento e distribuição de produtos e matéria-prima. Dominar, portanto, a paisagem e as intempéries impostas pela natureza demandariam grande esforço e disposição humana.

Primeiramente é preciso compreender o meio ambiente que envolve a região. De acordo com pesquisas de historiadores e antropólogos tradicionais: “a Amazônia era formada por 98% de terra-firme e, somente, 2% de várzea.” (ROOSEVELT, apud NEVES, 1991, p.39), em consequência disso seria imprópria à prática agrícola. Para eles, o solo que compõem a região era “ácido, lixiviado e frágil”, ou seja, inviável para qualquer tipo de agregação populacional e, principalmente, para o uso intensivo da terra, o que as tornariam rapidamente incultas.

Essa análise se manteve intocável por muito tempo, tanto que, diversos estudos ainda se baseiam nessa teoria. Todavia, nos deteremos as pesquisas que revisam o determinismo ecológico vigente, como as de Anna Roosevelt que reexaminou a teoria debruçando-se nas fontes de etno-história e de antropologia. A pesquisadora baseada em diversas fontes concluiu que a região do Vale Amazônico, se constitui, sobretudo: “por extensas áreas de biomas



terrestres e fluviais com extensão de solo que são derivados de uma ampla variedade de tipos de rochas, ricas em elementos intemperáveis de origem ancestral que datam o período mesolítico, pré-histórico.” (ROOSEVELT, apud NEVES, 1991, p. 40). Podendo, ao mesmo tempo, ser comparada aos tipos de solos encontrados, por exemplo:

Na costa do Golfo do México, do Yucatan, do sudeste asiático e do Mediterrâneo, desenvolvido a partir das rochas ácidas cristalinas dos escudos da América do Sul, usados para a agricultura intensiva, normalmente sem fertilizantes. (ROOSEVELT, apud NEVES, 1991, p. 40).

Isso significa que a teoria esboçada pelos clássicos de que os solos da região amazônica “são senis e pobres em nutrientes” é em parte equivocada, uma vez que: “além de sua extensão em termos de área, as ricas planícies amazônicas são circundadas por florestas de terra firme, dos quais as melhores são apropriadas para a agricultura e as piores para o cultivo de corte-e-queima e forrageio.” (ROOSEVELT, apud NEVES, 1991, p.40). A partir disso se entende que os melhores solo da região, tanto os de terra firme como os de várzea, onde se consolidaram os engenhos e as propriedades agrárias seriam capazes de gerir, com sucesso, atividades agrícolas.

Belém, por ser a região de maior envergadura econômica da província do Grão-Pará exerceu, nesse contexto, importante papel de entreposto comercial, uma vez que recebia os gêneros vindos dos interiores ou sertões e os remetia para o abastecimento interno, e o excedente à exportação, assim:

Era constante nos portos da cidade as canoas e diversas embarcações que procediam de Cametá, Marajó, Óbidos, Santarém, Bragança, Vigia e outros lugares carregadas dos mais variados produtos para abastecer o mercado, bem como para exportação. O comércio com Belém era fundamental tanto para as vilas e/ou municípios como para própria capital que contava com os gêneros alimentícios, em especial os tidos como de 1ª necessidade como carne verde, farinha, peixe seco ou fresco e outros que chegavam aos portos (Ver-o-Peso, Sal, Doca) para o abastecimento. (MACÊDO, 2014, p. 32).

Entre as regiões que compõem os sertões e que caracterizam as cercanias de Belém, destacam-se: Capim, Acará, Bujaru, Igarapé Miri, Cametá e Moju. Para Spix e Martius (2017, p. 61) “o comércio do Pará era animado e, de certa forma, dependente dos artigos de abastecimento que recebiam dos lugares mais ativos dos interiores da província como as regiões de, Cametá, Gurupá, Santarém e da província do Rio Negro ou Alto Amazonas”, ou seja, eram os locais mais ativos à produção para o abastecimento, como também destacou Macêdo (2014, p.33) enfatizando que “o porto do Pará era o mais importante e movimentado da Amazônia”.

A intensificação do movimento comercial, sobretudo a partir do primeiro quartel do século 19, foi responsável pelo crescimento urbano da cidade de Belém. Espaço onde circulava mercadorias e pessoas dos mais longínquos e distintos lugares, tanto que causava reboliço aos olhos dos que aqui aportaram, como, por exemplo, ao viajante Avè-Lallemant que durante sua estadia na província comentou: “desde o negro azeviche, do tapuia pardo-escuro até o mameluco quase branco, todas as cores, todas as formas estão ali representadas.” (AVÈ-LALLEMANT, 1980, p. 55/56, apud MACÊDO, 2014, p. 34).

Nesse sentido é no sertão que se desenvolve com mais dinamismo às atividades agrícolas importantes para o abastecimento de toda província. Pela diversificação de atividades observadas no Grão-Pará, o historiador Bezerra Neto define o mundo rural amazônico pela: “associação de atividades de lavoura, destacadamente a policultura, com a criação de animais, particularmente o gado bovino, e com o extrativismo era também algo comum [na região].” (BEZERRA NETO, 2020, p. 24). Portanto, é um espaço plural que se define por sua vocação extrativista que se concatena com outras atividades, especialmente as agrícolas.

Para além da diversificação de atividade econômica, as regiões da província do Grão-Pará são espaços que se define também pela pluralidade em sua forma de trabalho. Já foi provado pela historiografia vigente e este trabalho contribui para reiterar que a escravidão negra não ficou restrita as regiões Nordeste e Sudeste do país. Na Amazônia os escravos de origem africana e crioula (e, também, mesmo que ilegalmente, os trabalhadores indígenas) dividiam, lado a lado, as tarefas com outros tipos de trabalhadores livres e assalariados, os (i)migrantes e colonos europeus pobres que juntos formavam uma variedade de sujeitos que trabalhavam nas lidas agrárias. Um conjunto heterogêneo que se constituía como elemento basilar de toda e qualquer forma de trabalho.<sup>35</sup>

Muito já se escreveu sobre a estrutura econômica da região amazônica, trabalhos oriundos de pesquisas recentes e trabalhos pioneiros que se debruçaram sobre o universo

---

<sup>35</sup> Sobre os diversos sujeitos que compunham o mundo do trabalho amazônico, e mais precisamente sobre o debate em torno do mundo do trabalho na Amazônia, ver: CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e famílias em uma capital Amazônica** (Belém 1870-1920) / Cristina Donza Cancela. – Belém: Ed. Açai, 2011. NASCIMENTO, Sônia Viana. Igarapé-Miri: **A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos** (Grão-Pará: 1843-1888). 2017. LOPES, Patrícia Raiol Castro de Melo. **Os corpos de trabalhadores na província do Pará: outros significados para uma política de arrematação de mão de obra**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. 2017. **Planta-me no pó e não tenhas de mim dó**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; FARIAS, David. **O comércio de escravizados no Vale do Tocantins/PA, 1842-1887**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; MOREIRA, Vania Maria Lousada. *A Serviço do Império e da Nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860)*. Revista, **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, p. 13-55, jul. 2010.

agrário, economia, colonização, migração, família, tráfico, e escravidão na província grão-paraense setecentista e oitocentista.<sup>36</sup> Para Ernesto Cruz era nas regiões que compõe a Zona Guajarina (e também Baixo Tocantins) que: “estavam localizados os Engenhos Reais, dos senhores abastados, cuja prosperidade era avaliada pela quantidade de negros da Guiné e dos índios de aldeias missionárias, empregados na fabricação do açúcar e no cultivo de canaviais.” (CRUZ, 1996, v.1, p. 65). Nesse sentido, e, não espantosamente, foi nessa região que emergiu, com grande protuberância, o maior número de propriedades – sítios, fazendas, engenhos e engenhocas – voltados às atividades agrícolas, criatórias e de extração.

Vicente Salles (1971, p. 55) outro importante nome, corroborando a análise de Cruz, atenta que “toda atividade agrícola e pastoril ficará adstrita, por muito tempo, às proximidades de Belém”, segundo o autor,

A lavoura canavieira ocupou uma área bem mais extensa do que o atual. Estendeu-se praticamente em redor do círculo do golfo marajoara, ocupando inclusive certa área da ilha do Marajó. Subindo também a calha do Tocantins, [...] cujo pessoal trabalhava especialmente na lavoura de cana, cacau e nos roçados de espécies alimentícias, e cujo [...] tradicional centro de cultivo agrícola se assentou no dispendioso contingente escravista. (SALLES, 1971, p. 56).

Igualmente Rosa Acevedo Marin, que também destaca a localidade como a maior concentradora de engenhos de moer cana e de propriedades dedicadas à fabricação de açúcar e aguardente, para a autora: “vários engenhos e sítios encontravam-se até a distância de oitenta léguas nas terras banhadas pelo rio Moju, Capim e Acará, nas terras baixas do Guajará onde se situa a faixa litorânea da capital, Belém.” (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 3).

Diego Pereira do Santos (2013, p. 45) enfatiza a necessidade premente dos moradores da capitania do Pará por escravos necessários à lavoura para o “aumento e conservação” da produção. O pesquisador se baseia nos números contabilizados pelo tráfico interno<sup>37</sup> e pelo comércio transatlântico de escravos. Marley Silva segue o mesmo pensamento sublinhando que o crescimento da agricultura criou demanda crescente para escravizados africanos no Pará,

---

<sup>36</sup> Entre os pioneiros, friso primeiramente o historiador Ernesto Cruz, que apesar dos limites impostos pelo próprio tempo em que viveu seus escritos se constituíram como importante referência ao conhecimento histórico regional, em especial a obra *História Econômica do Pará*, publicada em 1996 em dois volumes. Cruz, assim como outros homens letrados de seu tempo, atestam ser o aprimoramento das atividades agrícolas, o responsável por projetar o desenvolvimento econômico da região. Seus escritos se debruçam sobre os diversos aspectos econômicos regionais, enfatizando, sobretudo, o período que vai do século 17 ao 19.

<sup>37</sup> Segundo Diego dos Santos (2013, p. 45) “o tráfico interno de escravos se intensificou com o fim do monopólio da Companhia de Comércio, sobretudo, durante as duas primeiras décadas do século XIX. Foram registradas embarcações das capitanias do Grão-Pará e do Maranhão, com números significativos de negros oriundos dos portos costeiros, principalmente de Pernambuco e da Bahia”.

nesse sentido, “dinamizar a economia do Grão-Pará na perspectiva da coroa portuguesa perpassava pela oferta de escravizados de origem africana, sendo estes trabalhadores um elemento central, era importante garantir o fornecimento”. (SILVA, 2020, p. 101).

Marley Silva (2020, p. 120) aponta que após o exclusivo comercial da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CCGPM), em 1778, houve um significativo crescimento da economia e conseqüentemente “o aumento da produtividade e dos preços do mercado externo, colaborando para a formação de um capital mercantil regional”, resultando na ampliação do tráfico de escravos. Como aponta os dados da Tabela 1.

Tabela 1. Estimativas do tráfico 1778-1841

Ano	Total
1778-1800	17.021
1801-1815	10.191
1816-1841	6.913
<b>Total</b>	<b>34.127</b>

Fonte: Slave Voyage, AHU, APEP, ANRJ, IHGB, APEM. In: SILVA, Marley Antônia Silva da. **Nas correntes do Atlântico norte e sul: Tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

Silva (2020) se debruça nos dados numéricos sobre os registros de embarque e desembarque de sujeitos escravizados, com base em autores, como: Vicente Salles, Antônio Baena, Manuel Barata, Colin MacLachlan, David Eltis e José Maia Bezerra Neto. Apesar das discrepâncias temporais dos pesquisadores, a maior parte aponta para um crescimento do tráfico após a vigência da CCGPM, isto é, para as primeiras décadas do século 19. Exceto “MacLachlan e Salles [que] apontam uma redução acerca do volume de escravos africanos importados nos anos subsequentes ao fim da Companhia pombalina.” (BEZERRA NETO, 2012, p. 60).

As décadas finais do século XVIII até a primeira metade do século XIX correspondem, para o Estado do Brasil, um momento de ampliação do comércio de pessoas. Segundo David Eltis até 1830 a chegada de pessoas cativas no Brasil está sempre em escala crescente. Os traficantes portugueses e brasileiros, ainda de acordo com David Eltis, foram os maiores comerciantes de almas no atlântico até 1850. (SILVA, 2020, p. 119).

Bezerra Neto aponta que para o mesmo período, os vinte e dois anos após a CCGPM, com base nos dados as Slave Voyage, as médias anuais de escravos traficados chegavam a 816

indivíduos, perfazendo um total de “17.970 cativos africanos, número, portanto, ligeiramente superior ao de escravos trazidos na época da dita Companhia, isto é, 17.627, [...], o que não quer dizer, porém, que o tráfico fosse capaz de abastecer as demandas da economia paraense por trabalhadores cativos”. (BEZERRA NETO, 2012, p. 60).

Portanto, as terras que ocupavam as cercanias de Belém acabaram constituindo-se em sua mais antiga região agrícola.

Nas diversas bacias fluviais que compõe a Zona Guajarina, houve o estabelecimento de fazendas e engenhos caracterizados por uma significativa presença de mão de obra escrava de origem africana que, ao longo do século XIX, havia de permanecer, trabalhando lado a lado com uma população pobre e livre, em boa medida de origem indígena, senão índia. (BEZERRA NETO, 2012, p. 134).

Dito isso, é fundamental entender esse núcleo territorial como espaço complexo onde estava situada a capital, como dito, principal ponto de interposição comercial, político e administrativo da província. Tornando-a estrategicamente determinante, ao passo que facilitaria o transporte e escoamento de produtos via mercado consumidor, condição que justifica a ocupação de forma mais alargada em direção às terras próximas de Belém.

Todas as unidades se distribuíaam as margens do rio e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo da agricultura que, cada vez, girava em torno do mercado de Belém. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 3).

Ou seja, a cidade de Belém se destacava como principal polo econômico da província, para Sidiana Macêdo (2009, p. 36) “Belém deveria ser entendida como sendo uma cidade-mundo”<sup>38</sup>, uma vez que seu porto era reduto de movimentado entreposto comercial, sobretudo pelo fato de a cidade ser aberta para o rio, ou seja, “aberta ao comércio e à forte diversificação social”. Ainda segundo a autora o porto da cidade de Belém “já era importante como lugar que revendia os produtos interioranos das fazendas de cultura e da pecuária”, desde as primeiras décadas do século XIX, “o cacau, o açúcar, arroz e café eram produtos que se destacavam tanto para o fornecimento local quanto para exportação”. (MACÊDO, 2009, p. 36).

Outra característica importante a salientar é o papel dos rios e igarapés em toda sua complexidade histórico-geográfico, até porque a região amazônica é definida pelo tracejar de seus incontáveis rios, pelos caminhos de água que frequentemente desembocam num igapó de

---

<sup>38</sup> Sidiana Macêdo toma como referência o conceito de “economia-mundo” de Fernand Braudel (1996), para ele toda economia-mundo implica um centro que seria a cidade-mundo, no caso esta cidade seria o Grão-Pará, ao qual estaria em benefício de um capitalismo já dominante independente de sua forma. (MACÊDO, 2014, p. 35).

águas escuras e misteriosas que tomam lugar de ruas aquáticas: “rios, igarapés, furos, canais, baías, lagos e lagoas, seriam então os caminhos ou estradas de água, fazendo constituir uma cultura ou civilização ribeirinha.” (BEZERRA NETO, 2020, p. 22).

Sobre a temática, o autor do clássico *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre (2001, p.87) destaca que durante a colonização portuguesa os rios espalhados por todo Brasil, principalmente os maiores “foram um empecilho à colonização”, sobretudo por seu volume irregular que, quase sempre, impossibilitava a navegabilidade. Desse modo, os rios pareciam ser “colaboradores incertos do homem agrícola na formação econômica e social do país.” (FREYRE, 2001, p. 88). Em contrapartida os rios menores, por sua pluviosidade ser mais regular foram os que mais somaram para a efetivação da agricultura, os menores:

Docemente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar, a madeira e mais tarde o café, a servir aos interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas as suas margens; aí a grande lavoura floresceu, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se. (FREYRE, 2001, p. 88).

Na Amazônia existe um predomínio de pequenos rios com seus afluentes “que deixa pasmem o observador mais desatento, com uma vegetação de vigor extraordinário.” (MOURA, 1896, p. 24), já dizia o cronista paraense Inácio de Moura. Em consequência de marcante característica tomo o pensamento de Freyre (2001) para a região do Grão-Pará em que, os rios, teriam mais a contribuir a se tornar empecilho à prosperidade agrícola. Até porque eles são definidores de uma rede de sociabilidade determinante na vivência e sobrevivência de grupos locais que são partes daquele espaço.<sup>39</sup>

Nesse bojo é ao redor dos rios e igarapés que a vida agrícola se solidifica. É nesse espaço que surge núcleos populacionais, vilas, comarcas e freguesias. Desse modo, é importante perceber o papel dos rios para as propriedades agrícolas – os engenhos, as engenhocas e demais propriedades que mantinham relação de extrema dependência com os rios –, sobretudo, os engenhos que dependiam da força das marés para seu pleno funcionamento. Isso esclarece o fato de os empreendimentos estarem sempre localizado na embocadura de um rio, ou por vezes serem descritos no documento de inventário, como: “*engenho d’agua de moer cana tangido por uma roda d’agua*”. Como, por exemplo, o engenho d’água de Carnapijó de Josefa Joaquina

---

<sup>39</sup> Caio Prado Júnior (1980, p. 69) enfatiza o papel dos rios no processo de colonização, sobretudo nas regiões alagadiças, onde os núcleos populacionais seguiram o curso dos rios, até porque as vias fluviais se apresentavam como os melhores meios de comunicação.

de Souza<sup>40</sup>, situada em Soure, no Marajó, propriedade que será tratada com detalhamento no capítulo 3.

Portanto, os rios eram importantes vias fluviais utilizadas como entreposto de transporte e comunicação das propriedades rurais. Por isso, o rio, é elemento importante para entender a diversidade regional e cultural do espaço amazônico. Ele fazia parte do cotidiano do homem ribeirinho (caboclo, índio, negro e mestiço), que trafegava os caminhos de água em suas embarcações diariamente sempre carregado de insumos, produtos da floresta e matéria prima, num constante vai-e-vem,

Com as embarcações, percorriam-se os rios, furos e igarapés; as famílias poderiam deslocar-se; eram transportados e comercializados os mais diversos gêneros e a economia das vilas e freguesias paraenses ganhavam ritmo. (ÂNGELO, 2012, p. 67).

Assim os rios eram corriqueiramente retratados como parte do mundo rural amazônico, indispensável para o funcionamento do complexo sistema agroextrativista que se firmou na região. A partir disso podemos relacionar os instrumentos náuticos utilizados com as respectivas formas de vida daquela sociedade, e, através deste ponto pensar aspectos sociais e mentais dos sujeitos envolvidos, até porque, as embarcações eram os meios pelo qual se locomovia e transportava produtos. As mais comuns eram as: igarités, canoas ou ubás, batelão e botes. Na documentação de inventário de Joaquim Lopes da Fonseca<sup>41</sup> (citado na introdução do capítulo) essas embarcações vinham descritas da seguinte forma:

#### **Embarcações**

Hum bote grande de casco de angelim [...] 250\$000 mil réis.  
 Hum bote velho [...] 20\$000.  
 Hum botinho de casco de madeira [...] 25\$000  
 Hum casco de Guariúba, 35 palmos de comprimento [...] 4\$500.  
 Hum Batelam (batelão) de Angelim e abas de madeira real, com 68 palmos de comprimento e 10 de ponta [...] 200\$000.  
 Huma canoa grande, nova, com 44 palmos de comprimento [...] 200\$000.  
 Huma Igarité muito velha [...] 50\$000.

Ferramentas

Huma ancora para canoa [...] 15\$000.  
 5 ferros de uso de calafate, sortidos [...] 3\$000.  
 Huma ancora para canoa com duas unhas quebradas, já bastante usadas [...] 3\$000.

<sup>40</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Sarmento* (14º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de D. Josefa Joaquina de Souza, 1846.

<sup>41</sup> Centro de memória da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, UFPA/CMA. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de José Lopes da Fonseca, 1810.

De acordo com Carlos Barbosa (2017, p. 139) “no vai e vem de canoas os produtos desciam os rios e eram exportados pelo porto de Belém”. A utilização de embarcadouros pelos rios e igarapés era prática constante, os caminhos de água eram percorridos cotidianamente, cheios de suprimentos, pessoas e matéria-prima. O tamanho das embarcações variava conforme a embocadura do rio, capacidade de carga e modelo.

As embarcações foram resultado de um processo de assimilação e reelaboração do conhecimento indígena, agregando o conhecimento ibérico ao do nativo que conhecia os espécimes de madeira mais adequadas para cada tipo de embarcação e para a técnica de fabricação. Considerando a velocidade das águas, acidentes geográficos, estas embarcações se tornaram menores, mais leves e de cascos mais rasos. (FLORES, 2006, p.79).

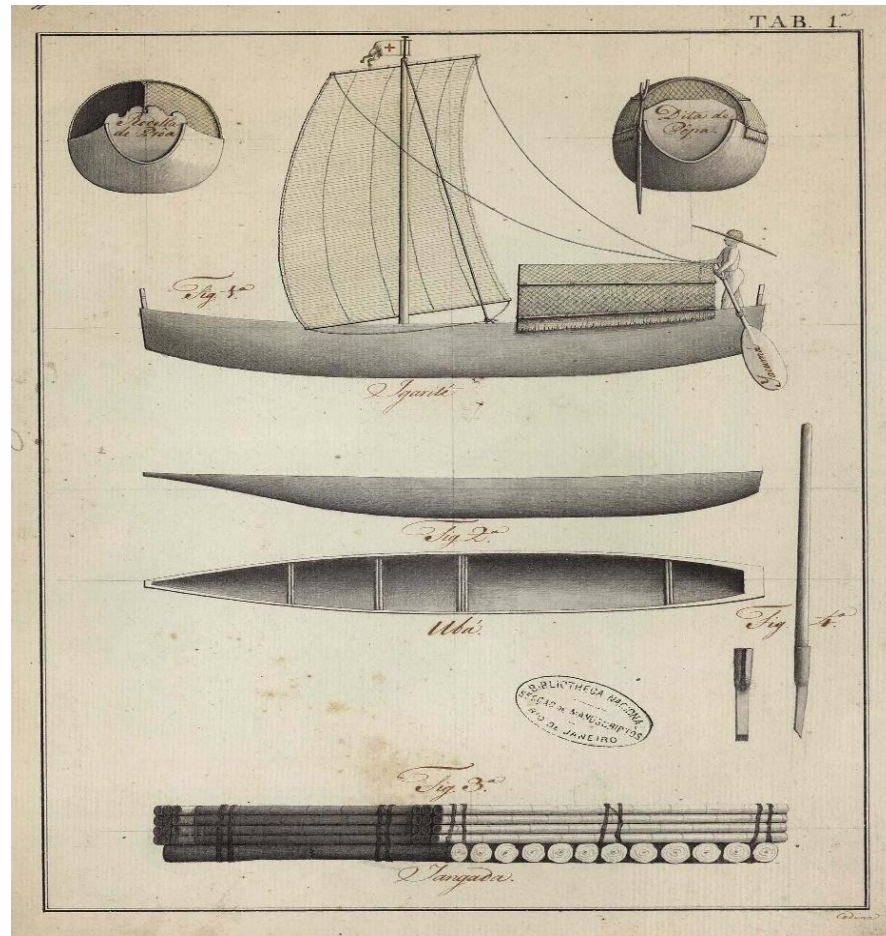
As mais comuns eram as ubás ou canoas, muito usadas pelos índios que as dominavam com habilidade, fabricadas de um só tronco ou casca de árvore escavado a fogo ou com ferramentas apropriadas. Em geral, eram feitas de um só lenho, sem quilha<sup>42</sup>, em algumas regiões eram chamadas de igara ou montaria. Normalmente são manobradas à remos, pás ou varas. As canoas podem ser arrematadas: “com uma pequena cobertura de palha, tecida com ajuda de telas e vimes que funcionavam como um toldo que protegia o viajante das intempéries do tempo”. (BARBOSA, 2017, p. 143). Como representada na figura 2.

Figura 2 – Uma Igarité, uma Ubá, uma Jangada e seus acessórios

---

<sup>42</sup> Quilha em náutica é uma peça forte, em madeira, que se estende da proa à popa, na parte inferior da nave, e se fixa nas peças curvas onde se pregam as tábuas do costado.





FONTE: FERREIRA, Alexandre. **Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Caiabá** (1778-1792). Joaquim José Codina. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mss1095098.

Os naturalistas que aqui estiveram Von Martius e Von Spix, relataram que as jangadas: “também foram bastante utilizadas para a travessia de grandes rios e para transportar cera e óleo de copaíba a serem vendidos aos colonos”. (SPIX E MARTIUS, 2017, p. 255). Embarcação fácil de ser produzida, tendo como base os ramos de buriti, por isso, extremamente leve e flutuante.

Em suas narrativas estes viajantes deixam claro que além das técnicas de fabricação, os materiais utilizados eram de conhecimento pleno dos canoeiros, tanto as madeiras como as fibras encontradas em abundância pelas próprias imediações dos rios. Assim como, apontaram que a atividade mercantil resultou na profissionalização daqueles que a ela se dedicavam, sendo o trabalho exercido de acordo com a posição do tripulante auferida com o tempo de serviço: piloto, proeiro, contra proeiro e remeiro. (BARBOSA, 2017, p. 147).

A produção na região, portanto, se vinculava ao ritmo das marés. Os canais davam vazão aos insumos produzidos nas propriedades agrícolas. Assim a navegação pelos rios e igarapés constituiu-se como atividade estruturante da economia local, a partir do rio se desenvolveu um

rol de atividades relacionadas à água envolvendo diversos atores sociais que contribuíram para o desenvolvimento econômico regional.

O comércio de cabotagem, os portos de embarque e desembarque, a fabricação de embarcações, os ofícios associados às atividades navais, como: os de calafate, piloto, remeiro<sup>43</sup>, eram partes indissociáveis do mundo rural amazônico. Isso explica o porquê de alguns escravos arrolados na documentação possuírem ofícios ligados a tais atividades, como por exemplo, o preto Pedro Antônio, descrito no inventário de José Lopes da Fonseca, como oficial de calafate. O inventário fora produzido no ano de 1810 e entre os bens listados havia: “5 ferros de usos de calafate.” Pedro Antônio tinha de idade, 50 anos “mais ou menos” e fora avaliador por 160\$000 mil-réis. De maneira semelhante destaco o preto José Antônio, 30 anos, de nação Angola, avaliado por 450\$000 mil-réis, também, oficial de calafate, mas de outro proprietário, a Dona Dominga das Neves,<sup>44</sup> em inventário produzido no ano de 1839.

É de saltar aos olhos as disparidades em relação aos valores dos pretos: Pedro Antônio e José Antônio. Mesmo com idades que diferem, a relação entre os valores é saltante. Nota-se, porém, que o contexto em que foram escritos os dois inventários são distintos, o primeiro em 1810, o segundo em 1839. Lembro que em 1831 é assinada a “Lei Feijó-Barbacena”, que proíbe legalmente o tráfico Atlântico de africanos em solo brasileiro. O preto José Antônio e os seus outros companheiros<sup>45</sup> listados no inventário de Dona Domingas, eram todos africanos, eventualmente comprados antes de 1831, dessa forma, a lei explicaria o encarecimento no valor dos cativos. Teoricamente todos os escravos aportados em portos brasileiros, a partir de 1831, deveriam ser considerados como livre fosse. Mas é corrente na historiografia que a lei ficou conhecida como “Lei só para Inglês ver” por que o Estado Imperial “fechou os olhos” ao infame comércio, até porque, muitos escravos ainda continuaram chegando, mesmo que ilegalmente, nos portos brasileiros, razão pela qual também encarecia o preço dos cativos. O tráfico ilegal continuou, até, pelo menos 1850, porventura da Lei Eusébio de Queirós.

---

<sup>43</sup> De acordo com Barbosa (2017, p. 147) a função de piloto “demandaria um profundo conhecimento do rio, suas corredeiras, bancos de areia e outros perigos. Era praxe começarem suas vidas enquanto remeiros e com o tempo galgado postos mais altos na tripulação. Os proeiros eram os responsáveis por auxiliar o piloto nas manobras necessárias, livrando a embarcação das pedras e sendo os primeiros a pularem no rio com cordas para puxar o barco. Os remeiros eram o mais árduo dos trabalhos, sendo responsáveis por carregar e descarregar a embarcação, assim como içar com cordas e varejões sempre que necessário quando o rio se tornava intrafegável.”

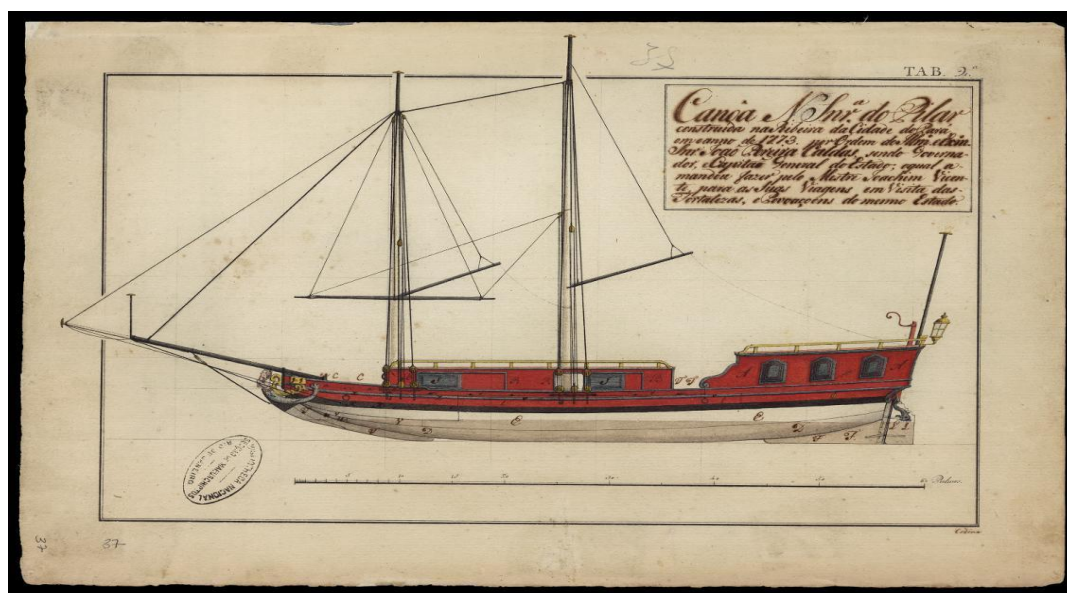
<sup>44</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de Domingas das Neves, 1839.

<sup>45</sup> Dona Domingas das Neves possuía 5 escravos, 4 eram de origem africana: Manoel Antônio, de nação Congo, 35 anos, oficial de ferreiro, avaliado por 400\$000 mil réis; Domingos Fernando, de nação Cabinda, 25 anos, também oficial de ferreiro, avaliado por 450\$000 mil-réis; a preta Maria Rosa, 40 anos, de nação Rebolo, avaliada por 150\$000 mil-réis e Andreza Maria, crioula, de 20 anos, avaliada por 30\$000 mil-réis, por fim, José Antônio que foi descrito no texto. Inventários *post-mortem*. Inventário de Domingas das Neves, 1839.

Feito esta observação a navegação pelo Tocantins era um empreendimento, sem dúvida, dispendioso e perigoso, durava em média de 25 a 30 dias, a depender do volume de carga de cada embarcação. No correr do *Oitocentos*, incontáveis expedições foram realizadas pelos rios e florestas amazônicas. Alvo de naturalistas, estrangeiros, governantes e colonos sedentos em desbravar o desconhecido, relatando passo a passo tudo que viam e ouviam. Algumas viagens poderiam durar meses, outras até mesmo anos. Nesse ínterim, paradas eram realizadas para abastecimento, reparo, descanso, portanto, era necessário preparação cuidadosa.

As embarcações, como dito variavam em qualidade, tamanho e valor. Elas eram de muitos tipos, algumas mais refinadas e de melhor acabamento, como por exemplo, a canoa da Figura 3.

Figura 3 – Canoa Nossa Senhora do Pilar



FONTE: FERREIRA, Alexandre. **Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Caiubá** (1778-1792). Joaquim José Codina. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mss1095099.

A canoa<sup>46</sup> da Figura 3 foi construída no ano de 1773, por ordem de João Pereira Caldas, então Governador e Capitão General do Pará e Maranhão. Confeccionada na ribeira da cidade pelo Mestre Joaquim Vicente, para viagens do governador as visitas das fortalezas e povoações do Estado. Segundo Nuno Saldanha “foi um modelo trazido de Lisboa, destinado ao serviço de

<sup>46</sup> A imagem compõe o acervo da Biblioteca Brasileira Iconográfica, que retrata a expedição conhecida como “Viagem Filosófica” feita ao Grão-Pará, Amazonas e Mato Grosso, pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). A ilustração produzida por Joaquim José Codina retrata a construção de canoas em Belém do Pará e serviram ao relatório: “Memória sobre a Marinha Interior do Estado do Grão-Pará”.

guarda-costas, com capacidade para até 35 homens”. (SALDANHA, 2018, p. 116). Decerto uma embarcação de valor avultado, mas não a mais comum como mencionado anteriormente.

Como os embarcadores se constituíam como veículo fluvial imprescindível na vida amazônica um esforço comparativo, nesse sentido, se faz necessário para perceber a relação do que seriam essas embarcações se comparadas a outros objetos (também presentes nos inventários) de valores semelhantes. Os batelões e igarités, dependendo da madeira e da mão de obra empregada em sua confecção, poderiam chegar a custar 200\$000 réis. Essa quantia, por sua vez, até 1830, equivalia ao preço de um escravo africano adulto, sem ofício, entre 25 e 35 anos, isto é, em plena idade produtiva, logicamente que um escravo com ofício, de mesma idade valeria um pouco mais. Seria equivalente também ao valor de uma pequena porção de terra ou terreno. Temos, portanto, escravos e terras, valores iguais, mas de naturezas distintas. Os escravos, se constituem como componente imprescindível ao trabalho, podemos dizer que eram a força motriz das labutas agrárias; já as terras compõem o patrimônio hegemônico da aristocracia rural. Os dois formavam os pilares, a base da riqueza *oitocentista*. Isso nos leva a concluir que uma igarité ou um batelão eram objetos de grandeza expressiva às pessoas daquela sociedade, pressupondo que não eram acessíveis a todos, apenas aos que possuíam algum cabedal.

As canoas e os botes eram mais populares, ou seja, de menor valor. Variavam entre 5 a 20\$000 mil réis, quantia que equivalia a 4 “bois mansos”. Por exemplo, um casco de madeira de Guaruba, de 35 palmos de comprimento (7.7 metros), custava em média 4\$000 mil réis, equivalente também a uma roda de ralar mandioca, bastante velha. Enquanto uma igarité ou um batelão equivale a 40 bois mansos, as canoas e botes, somavam apenas 4 bois, portanto, uma considerável diferença.

Por fim, a posse dos veículos fluviais era essencial aos deslocamentos, para navegação e comércio ao entorno dos rios, podendo ser definida como uma particularidade do homem amazônico, em contrapartida não possuir uma embarcação significava prejuízo à produção, dessa forma: “havia então de ser os donos das terras ou propriedades rurais, senhores dos rios, fazendo navegar suas embarcações com gente sob seu serviço pelas águas amazônicas.” (BEZERRA NETO, 2020, p. 22), por isso as embarcações constituíam-se como parte integrante do patrimônio do inventariado, costumeiramente, por toda a primeira metade do século 19, foram arroladas entre seus bens.

O naturalista Henry Bates, registrou em sua estadia na cidade de Belém em meados do 19, que era um típico costume dos sujeitos da região o uso de embarcações: “para pequenas

excursões ou para a pescaria em água usam todos um pequeno bote chamado ‘montaria’, [...] a montaria substitui o cavalo, a mula ou o camelo de outras regiões.” (BATES, 1979, p. 112).

Os viajantes Spix e Martius (2017, p. 70) não deixaram também de registrar a importância dos rios ao homem amazônico, quando escreveram sobre as grandiosas propriedades que os serviam de pouso durante sua estadia, em especial a fazenda da família Farias, na Ilha das Onças. Em sentido semelhante a Bates os viajantes relataram:

Os primeiros passeios em volta da cidade já nos haviam dado a conhecer que estávamos aqui em solo muito diferente de qualquer outro antes percorrido. Por toda parte riachos, lagoas e valas; muito poucas estradas e veredas em terra firme; as espaçadas habitações e roças, quase sempre sitas à beira da água. Serviam-se os habitantes, para as comunicações, ao invés, de carroças puxadas por animais, quase exclusivamente de inúmeras vias fluviais. (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 69).

Corroborando as citações podemos observar na documentação as dezenas de propriedades aos entornos dos rios, como: “a fazenda Jaguarari, às margens do rio Moju” do senhor de engenho Joaquim Clemente da Silva Pombo<sup>47</sup>; o “sítio Conceição” na boca do rio Guajará de Francisco José Nunes<sup>48</sup>; a fazenda “Santa Quitéria” às margens do rio Moju de Ana Raimunda de Carvalho<sup>49</sup>; a fazenda “Nossa Senhora do Socorro” no rio Itapicuru de Maria do Carmo Lopes<sup>50</sup>; e por fim, o “sítio Carmelo” no rio Acará de Antônio José Antunes de Souza.<sup>51</sup>

A partir deste ponto iremos esmiuçar o mundo rural amazônico, primeiro entendendo os aspectos regionais das regiões interioranas da província, que se dedicavam ao cultivo agrícola e que margeavam as cercanias da capital, com ênfase as Zona Guajarina, sobretudo, o Acará, Capim, S. Domingos, Benfica e Conde e algumas vilas do Baixo Tocantins, principalmente as que desenvolviam atividades canavieiras, como Sant’Ana de Igarapé Miri, Moju e Abaetetuba, vejamos!

---

<sup>47</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Fabiliano* (11º Vara da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de Joaquim Clemente da Silva Pombo, 1839.

<sup>48</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Francisco José Nunes, 1814.

<sup>49</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Ana Raimunda de Carvalho, 1838.

<sup>50</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Maria do Carmo Lopes, 1842.

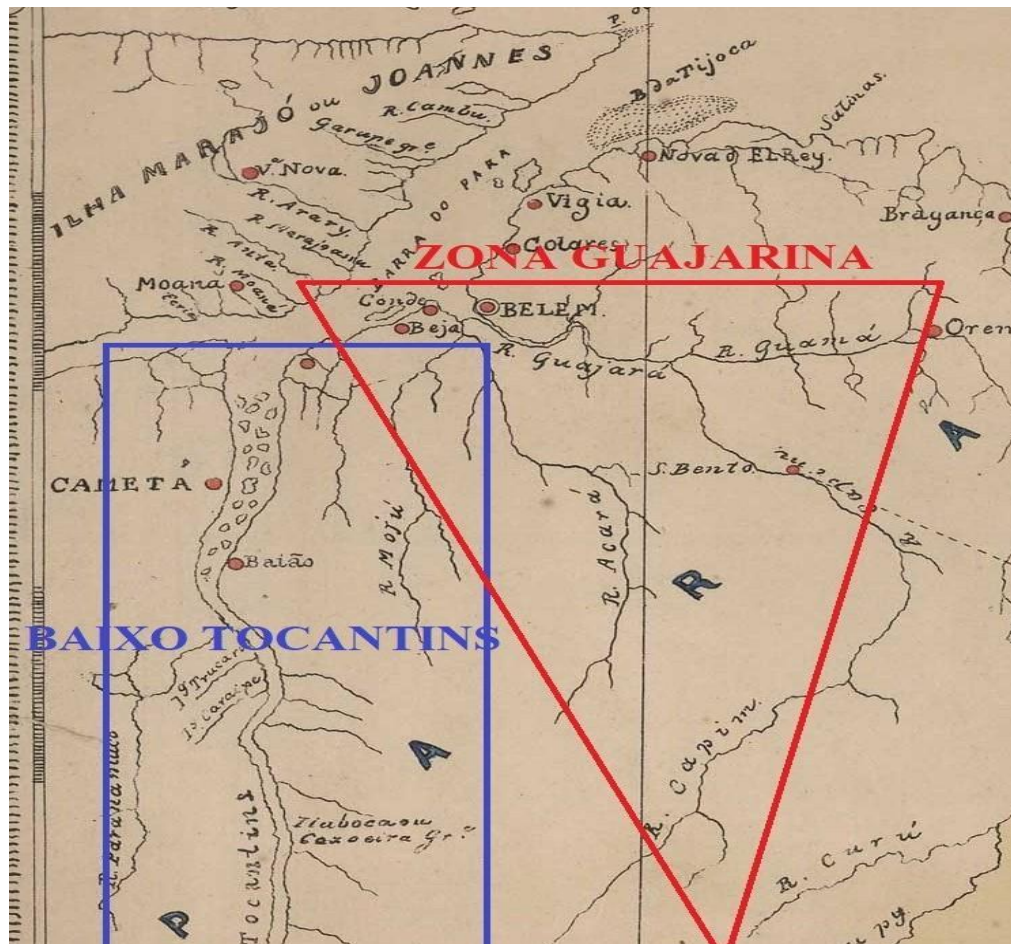
<sup>51</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de José Antunes de Souza, 1842.

#### 1.4 Zona Guajarina: uma região entre rios, várzeas e florestas.<sup>52</sup>

Localizada no nordeste paraense, a Zona Guajarina: “configura-se tipicamente como ambiente de estuário composto por foz e bacias que deságuam em rios e igarapés, destacando-se principalmente os rios, Acará e Moju (que se estendem para o sul), e Guamá (que se estende para o leste).” (CARVALHO, 2004, p.34). É, sobretudo, um complexo de regiões que margeiam a capital paraense, Belém, e que dela faz parte. Fora a capital, suas principais vilas e freguesias são: São José de Acará, São Miguel do Guamá, São Domingos do Capim, Bujaru, Concórdia do Pará e Benevides.

Figura 4

Mapa especificando a Zona Guajarina e o Baixo Tocantins em 1855



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN/RJ, ARC.028,11,017). **Carta corográfica das províncias do Maranhão e Piauí e parte do Pará, Goiás, Bahia, Pernambuco e Ceará.** [S.I.]: Rio de Janeiro, 1855.

<sup>52</sup> A respeito do título, tomei como referência a definição proposta pelo geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2008, p. 30) em que o vale Amazônico é definido como uma área entre “rio-várzea-floresta”. A partir desse conceito o autor lança um padrão de organização do espaço amazônico, através de uma perspectiva territorial e social.

O geógrafo e escritor paraense José Coelho da Gama e Abreu, o Barão do Marajó, fez a seguinte observação, em 1847, sobre o rio Moju,

E' este um dos mais bellos rios da Província do Pará, com um bello curso muito extenso, que se len de mais de 600 kilometros, com uma largura, em grande parte do seu curso, superior a 2 kilometros. As águas de Moju a aproximadamente uma hora da capital são ligadas ao Tocantins, e pela sua margem direita ao Acará, e pela esquerda ao extenso rio Cairay. (MOURA, 1896, p. 16).

E ainda os viajantes Spix e Martius comentam,

As margens do Guamá são férteis, e dá muito bom resultado ali, especialmente, a cana-de-açúcar. Também se nos deparou ali uma grande destilaria de cachaça. Possuem os Carmelitas do Pará, ao longo desse rio, diversas fazendas, cujas plantações fornecem ao seu convento, todos os produtos de lavoura, ao passo que mandam vir carne e outros produtos de criação de suas fazendas da Ilha de Marajó. (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 82).

A escolha desse espaço geográfico se justifica por ser o local onde a colonização se deu de forma mais alargada e onde houve o estabelecimento de pequenas e médias, mas também de algumas grandes propriedades rurais, como veremos nos capítulos que seguirão. Era o local onde o núcleo urbano (Belém) se estabeleceu, como parte de uma intrincada rede que se articulava em torno das vilas e freguesias dos interiores que se estruturou na lavoura agrícola para além da subsistência, destacando-se a cultura de diversos gêneros, como: cacau, café, arroz, algodão, cana-de-açúcar e de gêneros advindos do extrativismo como cravo fino e salsaparrilha. Gêneros que estiveram na pauta de exportação, entre os anos de 1796 até 1811, como aponta Bezerra Neto, “os referidos produtos constavam entre os cinco primeiros, na seguinte ordem: (1º) cacau; (2º) algodão; (3º) arroz; (4º) cravo fino; e (5º) café.” (BEZERRA NETO, 2012, p. 61). As regiões da Zona Guajarina e do Baixo Tocantins, eram as responsáveis, portanto, pela produção e redistribuição de gêneros de abastecimento e exportação.

Essa pesquisa se propõe também a superar uma visão que se tornou lugar-comum na historiografia relativa ao tema, principalmente as produções de Manuel Barata, Vicente Salles, Ernesto Cruz e Arthur César Ferreira Reis, que consideram que havia uma dicotomia entre atividade agrícola e extrativa, quando da decadência de uma em função do fortalecimento de outra. Trocando em miúdos, da agricultura pelo extrativismo do cacau silvestre, principal produto de *commodity* desde o período colonial.

Trabalhos mais recentes seguem a linha teórica<sup>53</sup> de que houve a coexistência entre as atividades de coleta e de cultivo, isto é, uma associação de atividades que não se anulavam, muito pelo contrário, se fortaleciam dentro de um contexto econômico regional. A presente pesquisa segue a mesma linha, até porque grande parte dos produtores agrícolas, presentes na documentação, se dedicavam a uma variedade de atividades que eram realizadas concomitantes, seja de cultivo, de criação, de produção de alimentos ou extração, ou seja, uma não anulava a outra. Portanto, podemos caracterizar a região sob a égide do agroextrativismo, com base numa policultura de abastecimento e que também era de exportação.

De acordo com Sidiana Macêdo as vilas e os interiores eram os grandes provedores e fornecedores de produtos e gêneros alimentícios para a capital que se abastecia e remetia os gêneros para outros locais, até mesmo províncias mais longínquas.

Pelo menos desde a primeira metade do século XIX o mesmo [o porto de Belém] já era importante como lugar que revendia os produtos interioranos das fazendas de cultura e da pecuária. O cacau, o açúcar, arroz e café eram produtos que se destacavam tanto para o fornecimento local quanto para exportação. (MACÊDO, 2009, p. 36).

A autora destaca as principais regiões e gêneros produzidos no correr do século 19:

**Gado Vacum:** Ilhas de Marajó, Mexiana, Santarém, Óbidos, Faro, Itaituba, Monte Alegre, Cintra, Cachoeira, Macapá, Breves, Gurupá, Monte Alegre, Santarém, Marajó, Cachoeira, Prainha. **Cana de açúcar e aguardente:** comarca da Capital, Vigia, Igarapé Miry (aguardente), Cametá, Cachoeira, Marajó, Macapá, Breves, Santarém, Igarapé-Miry, Moju (cachaça), Macapá (aguardente), Mazagão, Itaituba. **Cacau:** Cametá, Igarapé-Miri, Muaná, Santarém, Alemquer e Óbidos, Faro. **Feijão:** Bragança, Capital, Vigia, Moju, Acará, Guamá, Óbidos, Faro. **Farinha:** Bragança, Capital, Vigia, Moju. **Café:** Vigia, Bragança, Portel, Guamá, Faro. **Arroz:** Bragança, Guamá, Igarapé-Miry, Abaeté, Mazagão. **Peixe seco:** Bragança, Vigia, Cametá (Mapará), Salvaterra, Cachoeira (Pirarucu), Parinha (Pirarucu), Santarém (Pirarucu), Óbidos, Faro. (MACÊDO, 2009, p. 30).

---

<sup>53</sup> Me refiro as pesquisas mais recentes – e que buscaram revisar teorias e postulamos cristalizadas no século passado –, produzidos nas últimas duas décadas do século 21, como por exemplo: BEZERRA NETO, José Maia. *Para além da floresta: o mundo rural amazônico em Spix e Martius (1819-1820)*. In: NUNES E KETTLE, Francivaldo Alves e Wesley Oliveira (Organizadores); **Sobre as pegadas de Spix e Martius: 200 anos**. Curitiba: Editora CRV, 2020. Capítulo 1, p. 17-36; *A cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: uma notícia histórica*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 23590031- on line), Belém, V.07, Dossiê História da alimentação e do abastecimento da Amazônia, p. 27-47, maio/2020). BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além das seringas: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870**. Belém: Editora Açai, 2014. BARROSO, Daniel de Souza. **Coletando o cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros: um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850)**. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/ SP- Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014. MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.



É importante ressaltar que as freguesias dos interiores eram polos de abastecimento da capital da província, à controvérsia é que “da mesma forma que os produtos eram distribuídos aos interiores pelo porto do Pará, a cidade era por ele abastecida em um constante vaivém de pessoas e mercadorias.” (MACÊDO, 2009, p. 33). Ou seja, mantinham constante relação de trocas e de dependência econômica.

Nas últimas três décadas parte de uma historiografia recente têm explorado os sertões do Grão-Pará com mais assiduidade, com olhar mais detalhado sobre diversos campos historiográficos: história regional, agrária, escravidão negra, história econômica, demográfica e territorial, com vista no processo de conquista e colonização do vale amazônico. Como já ressaltada, parte dessa historiografia justifica esse olhar mais acurado para as regiões que compõem a Zona Guajarina e o Baixo Tocantins, por serem as áreas mais antigas e tradicionais de colonização, e, por ser o local onde estava situado a Capital da província (Belém), que como dito era importante entreposto comercial com regiões dos interiores. Consequentemente nos interiores foi onde se desenvolveu a atividade agrícola como base econômica regional.<sup>54</sup> Sobre isso, Cristina Cancela aponta que:

Na primeira metade do século XIX, Belém era capital de um estado que tinha como base econômica a atividade comercial, a criação de gado *vacum*, a cultura de gêneros alimentícios, bem como olarias, engenhos de pilar arroz e fabricação de açúcar, mel e aguardente. Contava ainda com fábricas de farinha e uma de chocolate. Donos de fazendas de gado da Ilha do Marajó, altos funcionários e militares, proprietários de engenho de açúcar e arroz compunham a elite local. [...] Boa parte dessas propriedades foi implantada na primeira metade do século XVIII, a partir de títulos de sesmarias e

---

<sup>54</sup> Os trabalhos a que me refiro, são: NUNES, Francivaldo. **Sob o signo do moderno cultivado**: Estado imperial e agricultura na Amazônia. 2011. Tese (Doutorado em História Social) Niterói/ RJ: Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF.; CHAMBOULEYRON, Rafael. Op. cit.; CASTRO, Edna. *Terras de preto entre rios e igarapés*. In: **Belém de Águas e Ilhas**. CASTRO, E. (Org.), Belém: CEJUP, 2006. MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come**: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém: 1850-1900. 1. Ed. São Paulo. Editora Alameda, 2014; SANTOS, Diego Pereira. 2013. **Entre Costa Brasilicas**: o tráfico interno de escravos em direção da Amazônia, C.1778 – C. 1830. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; PALHA, Bárbara. **Escravidão de origem africana em Belém**: Um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750- c. 1850). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: Expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993. **Planta-me no pó e não tenhas de mim dó**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará**: séculos (XVII – XIX). 2ª ed. \_ Belém: Paka-Tatu, 2012. CHAMBOULEYRON, Rafael. *Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750)*: percursos historiográficos do século XXI. **Revista Maracanan**, nº 15, p. 214-220, jul/dez 2016. \_\_\_\_ **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010; COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o mar**. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. PUC/SP; BARROSO, Daniel de Souza. **O cativo à sombra**: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888). 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

cartas de datas concedidas pela coroa aos seus súditos, que nelas deveriam cultivar produtos de lavouras comercializáveis. (ANCELA, 2011, p. 29).

É, portanto, nesse espaço que se estabelece grupos sociais diversos, que iam de ricos proprietários<sup>55</sup>, donatários e sesmeiros à pequenos sitiantes, livres e pobres à grupos escravizados de origem africana, crioula e, sobretudo, mestiça.

A mão-de-obra escrava, indígena e africana constituía a base dos trabalhadores da província. O contingente de cativos africano no núcleo urbano de Belém, e em seu entorno, era bastante expressivo, chegando a representar 35% da população, no final da segunda metade do século XVIII. A eles somavam-se os habitantes brancos, que representavam cerca de 52% dos moradores e, finalmente, os pobres livres, pretos, índios e mestiços, que perfaziam um total de 13% dos indivíduos. (ANCELA, 2011, p. 29).

Nesta perspectiva floresceu uma economia agroextrativista com base em lavouras agrícolas de cacau, algodão, café, arroz, mandioca e cana, uma diversidade de produtos e gêneros de cultivo que estava diretamente imbricada às atividades de coleta e de criação. Foi nessa região que se sobressaiu o maior número de propriedades agrícolas presente nas fontes de inventário, local onde se desenvolveu a agroindústria canavieira a qual busco entender o papel da atividade açucareira, não como o produto principal na pauta das exportações como aconteceu nas províncias do nordeste açucareiro que tinha como condição *sine qua non* o sistema de *plantation* – a monocultura do açúcar –, personificado nos opulentos engenhos coloniais. Mas, sobretudo, pela reiteração de um espaço peculiar que desenvolvia múltiplas atividades econômicas, onde os engenhos produziam mais aguardentes de cana e cachaça do que propriamente o açúcar.

Nesse sentido, Daniel de Souza Barroso enfatizou que:

Não obstante uma incipiente exportação de açúcar (o grosso da cana-de-açúcar produzida no Pará era processado na forma de aguardente), o café, o algodão e, sobretudo, o arroz passaram a ocupar um lugar cada vez maior nas exportações do Grão-Pará, no último quartel do século 18, na esteira não apenas de melhorias técnicas, da reorganização da mão de obra indígena sob o Diretório e da introdução de mão de obra cativa africana, mas também através do plantio de novas espécies de gêneros agrícolas. (BARROSO, 2017, p. 77).

---

<sup>55</sup> Cristina Donza Cancela (2011, p. 23) aponta que a configuração da riqueza das famílias proprietárias da província do Grão-Pará, na primeira metade do século XIX, estava pautada preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e, por vezes, firmas comerciais.

Nesse mote, o evolver do século 19 inaugurou uma inovação no campo das atividades agrícolas a partir da inserção de novas espécies fundamentadas *sob o signo do moderno cultivo*, como bem destacou Francivaldo Nunes (2011). Nesse ínterim a atividade açucareira, mesmo possuindo importância secundária para economia regional, se torna ferramenta indispensável para entender o processo de colonização.<sup>56</sup> Sobre a temática da atividade açucareira e a produção de aguardente, veremos com detalhe no Capítulo 3.

### 1.5 “O Nilo Americano”: Baixo Tocantins e suas particularidades

Enquanto o Amazonas é, na frase de Hart, o gigante com os seus mil braços estendidos sobre a metade do continente, colhendo a terra e levando os seus destroços para o mar, para formar, no futuro, novos continentes, o Tocantins, menos infatigável, mais calmo, na sua obra de composição, vai, por sua vez, trazendo o fertilíssimo humus do planalto central do Brasil, para o distribuir na sua própria rede fluvial, na adjacência das suas ilhas, na elevação vagarosa do terreno das suas margens. O Tocantins é o Nilo Americano. (MOURA, 1896, p. 24).

Como bem destacou o cronista paraense que morou no Grão-Pará em fins do século dezenove, Ignácio de Moura (1896), o Tocantins era uma inspiração aos olhos do observador mais desatento, trazendo o “fertilíssimo humus do planalto central para o Brasil”. Muitos viajantes, naturalistas, cronistas e literatos que por aqui estiveram se encantaram com sua beleza, dando relevante importância ao curso deste rio. O Tocantins nasce na Serra Dourada, passando pelos estados de Tocantins, Maranhão e Pará, até desaguar na bacia do Golfo Marajoara. No século dezenove, na região do Grão-Pará seria composto por sete distritos, são eles: Sant’Anna de Igarapé-Miri; Moju; Abaetetuba; Oeiras; Cametá; Baião e Barcarena.

Outra definição importante foi a utilizada pela historiadora, Maria de Nazaré Ângelo-Menezes que denominou essa região como um vale,<sup>57</sup> ou seja, o “Vale do Tocantins”: “banhado pelos rios Tocantins, Acará e Moju (Figura 4), se transformou numa importante região de produção agrícola a partir da década de 1720, e principalmente, no período do ministério pombalino.” (ÂNGELO-MENEZES, 2000, apud CHAMBOULEYRON, 2010, p. 114).

<sup>56</sup> A respeito dos principais engenhos presentes no estuário amazônico sob a égide da arqueologia histórica ver: MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Um modelo de agroindústria canavieira no estuário amazônico**: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS.

<sup>57</sup> De acordo com o dicionário de língua portuguesa a palavra vale vem latim *valles* ou *vallis* que significa “terreno baixo e mais ou menos plano, à margem de um rio ou ribeirão; várzea”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vale/>.

Corroborando a autora citada, Bezerra Neto (2012, p. 142) ressalta a região do Baixo Tocantins “como uma antiga área de cultivo agrícola”. É necessário enfatizar que a lavoura de cana foi assentada no trabalhador escravo de origem negra africana, principalmente nas freguesias de Sant’ Anna de Igarapé-Miri e Moju. Bezerra Neto, baseado em Kelly-Normand, entende que: “no Baixo Tocantins havia ‘um sistema de plantação’, ou de *plantations* tradicional, voltado para o mercado de exportação, seja para o mercado local, ou para o exterior.” (BEZERRA NETO, 2012, p. 142).

A importância da vila de Igarapé-Miri<sup>58</sup> é destacada também por Davi Rodrigues Farias (2021) e Sônia Viana do Nascimento (2017, p. 23) que consideram a região miriense como área tradicional na lavoura de cana para a produção de aguardente e cachaça, que assim como nas outras regiões da Zona Guajarina e do Baixo Tocantins, foram assentadas na mão de obra escrava de origem africana. Fato que também não exclui a presença nos empreendimentos de outros tipos de trabalhadores que não fossem escravizados e que atendessem a demanda de produção agrícola e extrativa para a região.

A lavoura de cana-de-açúcar prosperou nas cercanias de Belém e espalhou-se com maior intensidade, pelas margens dos rios Guamá, Capim, Acará e Igarapé-Miri (...). Aí, portanto se instalaram engenhos, com numerosa escravaria e se estabeleceu um regime social típico (...). (SALLES, 1971, p. 34).

Os recursos oriundos da produção dos destilados eram tão significativos que, em 1843, a região do Miri se elevou à categoria de Vila, ou seja, “teve seu status administrativo alterado, por meio do decreto do presidente da província, José Tomas Henriques, sendo elevado à condição de Vila de Santa Anna do Igarapé-Miri, desmembrando-se do município de Belém.” (NASCIMENTO, 2017, p. 16). Isto é, os rendimentos provenientes da indústria aguardenteira garantiram à Vila de Igarapé-Miri condições financeiras para administrar suas próprias despesas.

Para Sônia Viana (2017, p. 20) a emancipação política da localidade foi assegurada por meio do trabalhador escravizado que nos engenhos da região garantiam a produção para a renda local. Soma-se a isto, os impostos cobrados pelos proprietários que eram coletados conforme à

---

<sup>58</sup> Segundo Ângelo (2012, p. 67), *Igarapé-Miry* é um termo de origem tupi-guarani que significa “caminhos de canoa pequena”. Canoas, batelões, botes, igarités e montarias, por exemplo, eram veículos de extrema importância para a navegabilidade pelos interiores da província paraense cortados por rios e igarapés. Tradição que remonta o período colonial e que se mantém na atualidade.

produção. Dessa forma, “o valor exigido<sup>59</sup> pela Câmara de Igarapé-Miri era estabelecido de acordo com a quantidade de aguardente, ou seja, de cachaça produzida nos engenhos da localidade. Assim, a taxa de imposto seria variável.” (VIANA, 2017, p. 20). Nesse sentido, a autora reporta ao exemplo do comendador Domingos Borges Machado Acatauassú, que fora proprietário do engenho São Domingos. O comendador ficou encarregado de pagar, ao ano, o imposto de duzentos réis (\$200) por frasqueira produzida de aguardente.

Nesse interim assevero que o acentuado contingente de escravos negros que trabalhavam nas propriedades se constituía como algo particular da região miriense, haja vista sua composição demográfica ser constituída, por número expressivo de cativos. A vila de Igarapé-Miri era o segundo maior centro populacional de toda região tocantina, perdendo apenas para sua freguesia vizinha, Moju. Vejamos os dados populacionais apresentados por Antônio Baena, no ano de 1823.<sup>60</sup>

No Rio Moju, por exemplo, 1.728 pessoas, ou 54,7% de seus 3.157 moradores, eram cativas; em Igarapé-Miri, 1.839 indivíduos, ou 51,5% de seus 3.573 habitantes, eram escravos; em Barcarena, os 365 escravos aí existentes perfaziam 43,6% de sua população, estimada em 837 pessoas; em Abaeté, havia 1639 cativos, ou seja, 40,3% de seus 4.064 moradores. (BAENA, apud BEZERRA NETO, 2012, p. 144).

A região, portanto, se subsidiou em torno da atividade canavieira pelo significativo contingente de escravos que trabalhavam nas labutas rurais. Nesse sentido, a presença de engenhos e canaviais se torna algo comum na documentação sobre a região, tornando justificável uma historiografia já bastante consolidada sobre o assunto. Podemos citar o memorialista miriense Eládio Corrêa Lobato, autor da obra *Caminhos de Canoa Pequena* bem famosa na região, segundo ele “teria existido, em Igarapé-Miri, no decorrer do século XIX aproximadamente 100 engenhos instalados em seus diversos rios e igarapés”. (LOBATO, 2007, p. 99).

Fernando Luiz Tavares Marques coloca a região “como local de destaque no modelo da agroindústria canavieira, juntamente com as regiões do: Guamá, Acará, Moju e Capim.” (MARQUES, 2004, p. 34). Em suma, eram locais que para além da atividade canavieira se destacavam por sua vocação agrícola. Em Abaetetuba, por exemplo, havia uma consolidada cultura de mandioca, cultivo de cacau, e produção de cana, com a fabricação de açúcar e

<sup>59</sup> De acordo com Sônia Viana (2017, p. 19) em 1843, o imposto pago pelos proprietários de escravos à Câmara Municipal, seria da ordem de 1.758\$000 (mil setecentos e cinquenta e oito réis) que era coletado conforme a produção de cachaça e aguardente.

<sup>60</sup> Destaco que a freguesia de Igarapé-Miri evoluiu para condição de vila apenas no ano de 1843, quando da feitura do censo populacional por Baena, em 1823, ela ainda fazia parte da comarca de Abaeté e Moju.

aguardente. É uma região que se assemelha a Igarapé-Miri, assim como Moju<sup>61</sup> “*que se assenta sobre a margem direita do rio deste nome, em terreno alto e enxuto, distante 17 kilometros e 500 metros da cidade de Igarapé-Miry e 57 kilometros da cidade de Belém do Pará.*” (D’OLIVEIRA, 1904, p. 4). Em 9 de setembro de 1837, Moju foi elevada à freguesia do Divino Espírito Santo de Moju, alguns anos depois, em agosto de 1856, seu *status* político-administrativo já havia mudado para à categoria de Vila de Moju. Percebemos, portanto, que até o limiar do oitocentos as principais freguesias do Baixo Tocantins se elevam à categoria de Vila, enfatizando desenvolvimento assegurado pela produção agrícola.

Corroborando esta informação o cronista Agostinho Monteiro Gonçalves d’Oliveira destaca que as principais produções de Moju são,

A gomme elástica (borracha), madeiras, farinha, arroz, milho, cacau, azeite d’andiroba e de patauá, breu, couros, jabotis, estopa, chapéos de sipó, jutary-secca e cumarú, e exporta laranjas, melancias, piquiás, cupú-assú, castanha da terra, umarys, uxis, e innumeras plantas medicinaes. (D’OLIVEIRA, 1904, p. 4).

E ainda exportavam os carregamentos de gêneros que sobravam de seu consumo. Outra localidade que merece destaque entre as regiões do Baixo Tocantins é a “Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá.”<sup>62</sup> Para Rafael Chambouleyron: “a Vila de Cameté (ou Camutá) possuía terras boas, e, sobretudo teriam ali os melhores tabacos do Estado do Pará.” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 93). Já para Francivaldo Nunes a região se destacava “pelo seu comércio e indústria, ocupando uma extensa área de terrenos acidentados, próprios para o cultivo de diferentes gêneros agrícolas; sendo ainda uma região muito abundante de produtos naturais”. (NUNES, 2012, p. 6). Entre os gêneros o cacau se sobressaía, mas também “a região era apontada como importante espaço de cultivo de mandioca como gênero de alimentação, sendo cultivada em quase todo o vale do Tocantins”. (NUNES, 2012, p. 6).

Outro ponto importante, e ainda segundo Francivaldo Nunes, é que através do comércio fluvial ou de cabotagem que a vila de Cameté se ligava com outras províncias, como o Tocantins e Goiás, se tornando a região um “espaço estratégico de ligação da capital do Brasil com o interior do Brasil”, a exemplo das províncias citadas. A Comarca de Cameté, nesse sentido, se

---

<sup>61</sup> A povoação de Moju, teve origem segundo d’Oliveira (1904, p. 5), em 1º de junho de 1754, na ocasião de doação das terras pertencentes a igreja que havia sido edificada por iniciativa da Irmandade do Divino Espírito Santo do Moju. As terras foram doadas pelo então capitão Antônio Dornellas de Souza que: “*doou na qualidade de seu proprietário á igreja do Divino Espírito Santo ali edificado, não só todo terreno por ella occupado como o de que ainda precisasse para seu patrimônio*”. Depois de declarado o termo é lavrado a escritura de doação do patrimônio da igreja que foi fundado na mesma ocasião, pelo Reverendo Doutor Miguel de Bulhões, chefe da Igreja Católica do Pará, a povoação do Guajará do Moju.

<sup>62</sup> A Vila de Camutá ou Cameté, possuía e ainda possui como Santo Padroeiro São João Batista.

apresentava como a segunda em importância econômica, atrás apenas de Belém: “constava de três municípios: Cametá, Mocajuba e Baião, e de quatro freguesias: S. João Batista de Cametá, fundada em 1635; Nossa Senhora da Conceição de Mocajuba, criada em dezembro de 1853; Santo Antônio de Baião, fundado em 1758; e Nossa Senhora do Carmo de Tocantins, criada no ano de 1853.” (NUNES, 2012, p. 5).

A partir das colocações acima é possível concluir que o vale do Tocantins, espaço geograficamente cercado por rios e várzeas favorecido – como destacou o cronista Ignácio de Moura (1896, p. 24) –, pelo *fertilíssimo humus trazido do planalto central do Brasil* que viabilizou a ocupação da terra através do cultivo e o estabelecimento de propriedades rurais usando como sustentáculo a mão de obra escrava, fato que justifica o expressivo contingente de escravos que se estabeleceu nessa região.

Apresentado tais perspectivas me deterei, no próximo capítulo, a caracterizar as propriedades presentes na documentação de inventários *post-mortem*. Apresentando e problematizando os empreendimentos sob o prisma da escravidão negra, uma vez que se constituíam como elemento-chave para o processo produtivo assentado da região.

## 2 CAPÍTULO 2: AS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS: UMA LEITURA A PARTIR DOS INVENTÁRIOS

O objetivo deste capítulo é fazer uma caracterização das propriedades agrícolas, entre elas os sítios por serem mais recorrentes nas fontes de inventário. A partir deles se busca entender toda sua organicidade. Nesse espaço se consolidou um sistema agroextrativista marcado por uma policultura de abastecimento, que era ao mesmo tempo de natureza mercantil. Traço bastante característico numa região que se sustentava em culturas agrícolas de víveres, de exportação e exploração das drogas do sertão. Nesta perspectiva entendo que este sistema se manifestou como algo peculiar, próprio da província do Grão-Pará.

### 2.1 As propriedades de terra

Entender as propriedades e toda sua organicidade se tornou o objetivo deste capítulo. Todo modo, trato às propriedades agrícolas, em especial os sítios tomando, como base o trabalho de pessoas escravizadas de origem negra/africana, elemento central que estruturou as atividades econômicas na região.

Em primeiro, plano destaco que as propriedades agrícolas pertenciam à sujeitos que possuíam alguma espécie de cabedal e, que, por vezes, eram membros de uma restrita elite. “Homens de negócio” que compunham a elite tradicional e exerciam atividade no campo político, legislativo, administrativo e/ou militar, em suma, os que geriam os negócios provinciais. Refiro-me, portanto, aos proprietários de maior envergadura, donos de grandes lotes de terras, de robustas roças, canaviais e cacauais, e que, para isso, possuíam um contingente escravista considerável.

Todavia, as propriedades agrícolas pertenciam também à sujeitos simples, pequenos proprietários, que tiveram seus bens inventariados, mas que possuíam pouco ou quase nenhum cabedal, e que muitas das vezes tinham apenas um quinhão de terra com no máximo um escravo que se constituía como seu bem mais apreciável em termos comerciais. Destaco, portanto, que a classe de proprietários rurais no *Oitocentos* era uma categoria que englobava uma tessitura social de sujeitos economicamente diversos.

Em segundo plano, apresentarei dados numéricos contabilizados pelas fontes seriais de inventário, que foi construída a partir de uma base de dados a fim de englobar o conjunto de propriedades e de seus respectivos proprietários. Nesta base de dados, contabilizei um total de 121 propriedades, que caracterizei como rural pelo seu aspecto e composição de produção agrícola, definidas pela documentação como: sítios, roças, terras, fazendas, engenhos,



engenhocas, etc. Nesse universo de proprietários havia sujeitos que possuíam mais de uma propriedade, por exemplo, dois ou três sítios, algumas roças e roçados, pequenas porções de terras, e, todas eram classificadas, avaliadas e partilhadas em inventário de forma separada, como algo independente.

Salvo isso, e considerando as 54 porções de terras presentes na documentação como algo independente, ao menos em termos econômicos, já que assim eram avaliadas, cheguei à totalidade de 121 propriedades rurais, em poder de 61 inventariados. Ressalto, que entre os médios e grandes proprietários havia grande possibilidade de concentrarem mais de uma propriedade, isto é, mais de uma porção de terra.

Do total de 144 pessoas inventariadas no intervalo dos anos de 1810 a 1850, 61 sujeitos possuíam propriedades nas áreas rurais, representando 42,36%. Estes geralmente estavam ligados à produção de alimentos e desenvolviam atividades agroextrativista e agropastoril. A partir desta ideia podemos traçar algumas problemáticas centrais para entender este universo de proprietários e propriedades, como, por exemplo: o que caracteriza um sítio? Quem são os proprietários? O que e como produzem? Quais meios e ferramentas utilizam? Qual sua relação com a propriedade escrava?

São, portanto, problematizações de grande importância para a compreensão não apenas de números e de vestígios de cultura material deixados em processos de inventário, mais também, para compreender que eram espaços ocupados por pessoas, logo, por histórias e memórias, elementos para além do campo material. Espaços, acima de tudo, de vivência, disputa, tensões, negociações, resistência e, também, de convivência e de solidariedade, que integravam grupos sociais heterogêneos.

Tabela 2 – Propriedades agrícolas

Propriedades	Zona Guajarina	Baixo Tocantins	Outras localidades	Não Identificado	Sem localização	Totais
Sítio	32	5	2	6	1	46
Engenho e engenhoca	3	2	-	-	-	5
Fazenda	5	5	-	2	2	14
Terras	29	21	3	1	-	54
Outros	1				1	2
<b>Totais</b>	<b>70</b>	<b>33</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>121</b>

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

A Tabela 2 destaca uma maior concentração de propriedades na Zona Guajarina (70) em relação ao Baixo Tocantins (33). Com base nesse quantitativo, irei analisar primeiro os sítios localizados na Zona Guajarina e no Baixo Tocantins, 32 e 5 respectivamente. O que explica a concentração de terras em maior quantidade na primeira é basicamente o maior número de “porções de terras” e “roças”, 29 no total, concentrados aos arredores dos empreendimentos agrícolas.

Outro ponto importante é mostrar que apesar do Baixo Tocantins possuir um menor número de sítios, era uma região, como explorada no capítulo 2, profícua no quesito produção agrícola, tanto que contabilizou uma quantidade expressiva de pequenas porções de terras espalhadas aos entornos dos rios e das propriedades maiores. Destaca-se, entre as atividades agrícolas dessa região, à canavieira que trataremos no próximo capítulo. Em vista disso, julgo importante caracterizar primeiramente as pequenas “porções de terras” e os roçados. Afinal, como podemos defini-los?

As terras e os roçados eram avaliados e partilhados em inventário de forma independente. De forma geral eram terrenos que ficavam aos arredores ou na mesma área dos sítios, fazendas e engenhos. Em síntese, eram locais que se constituíam como reduto de uma variedade de cultivo de gêneros agrícolas, onde a matéria-prima era produzida para o abastecimento dos empreendimentos e, portanto, essenciais para o processo produtivo. Logo seria comum a existência destas “porções de terra”, ou mesmo de roças, ao lado das propriedades que ao mesmo tempo as valorizava, como tão bem destacou Francivaldo Nunes (2012) quando observou que os valores das terras estavam diretamente associados ao plantio, isto é, as benfeitorias realizadas no terreno.<sup>63</sup>

Como por exemplo, o sítio “Samaúma” de João Soares da Costa <sup>64</sup>, localizado às margens do Rio Moju, no Baixo Tocantins. O Sumaúma possuía uma engenhoca “com moenda forrada e chapada de ferro, casa de vivenda, casa de ferro e dois fornos de barro, avaliado por 500\$000 mil réis”, plantava-se também cacau. Avizinhando às terras do sítio foram descritos “meia légua [3 metros] de terra no Rio Moju, no valor de 40\$000 rs.”; “um canavial maduro, com sessenta braças de comprimento [13,2 metros], no valor de 100\$000 rs.”, e outro “canavial

---

<sup>63</sup> Francivaldo Nunes (2012, p. 14) enfatiza que antes da criação da Lei de Terras, em 1850, as terras, mesmo sem título legalmente declarado, eram herdadas, doadas e vendidas normalmente e tiveram, a maioria, um valor venal declarado, independente da apresentação do título de propriedade, no caso, a Carta de Sesmaria. Mesmo que legalmente com o fim, em 1822, da doação de terras pelo regime de sesmarias, desenvolveu-se uma progressiva ocupação do solo sem qualquer título, mediante a simples tomada de posse. Contudo, é importante perceber, que embora não estabelecesse um mercado de terras regular e estável na região, a terra produtiva ou potencialmente produtiva era um bem constituído de valor de uso e de troca.

<sup>64</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de João Soares da Costa, 1810.

com cento e trinta braças [28,6 metros], na quantia de 50\$000 rs.”. Note-se que a terra com canavial maduro, apesar de menor tamanho, agregou maior valor que as demais. Isto se deu porque a cana já estava em tempo de colher, em outras palavras, constituía-se como uma terra potencialmente produtiva que serviria como valor de uso para a cana-de-açúcar e cacau que abasteceriam o sítio.

Outro exemplo é o sítio São Miguel, localizado nas redondezas da vila de Cametá e provido de 30 cativos negros que labutavam naquelas terras. Seu proprietário, José Duarte Rodrigues,<sup>65</sup> foi nomeado, em 1801, ao posto de Alferes da Primeira Companhia e fazia parte do novo Corpo de Tropa Ligeira de Milícias da Vila de Cametá.<sup>66</sup> Ao que tudo indica, o José Duarte possuía residência e negócios na vila de Cametá, uma vez que antes mesmo de ser nomeado pelo Rei ao posto de Alferes, foi soldado do Terceiro Regimento de Milícias da mesma vila, e, até 1845, momento de sua morte, foi o Coronel José Duarte Rodrigues.

Portanto, o Coronel, era um avantajado escravista do Grão-Pará, possuidor de 166 escravos – alocados entre suas várias propriedades –, e dono de uma fortuna que somava, 61:000\$000 (sessenta e um contos de réis). Além do sítio, possuía a fazenda Val-de-Cans, bem conhecida pelas cercanias de Belém e terras na Vila de Alenquer, no Baixo Amazonas.

O sítio São Miguel, que ficava em Cametá, se voltava ao plantio de cacau, algumas porções de terra aos arredores destacando-se nesse sentido, como “huma sorte de terra no rio Pacajá, subindo rio acima, avaliado em 150\$000 rs.”; outra “passando pelo rio Biribatuba, avaliado em 200\$000 rs.”, e outra, ainda no mesmo rio, com casas e benfeitorias avaliada por 120\$000 mil-réis. Todas elas abasteciam o empreendimento. É necessário lembrar, como bem asseverou Francivaldo Nunes que a presença de cacauais “era elemento definidor de riqueza na região”. (NUNES, 2012, p. 8).

Os cacauais do José Duarte chegaram a somar 80.000 mil pés e foram avaliados separadamente como, por exemplo: 10.000 pés de cacau (400\$000 rs.); 15.000 pés (600\$000 rs.); 18.000 pés (540\$000 rs.); 8.500 pés (255\$000 rs.). Desse modo, cada pé de cacau, valia, em média, trinta mil réis. Dessa forma, é possível notar que as plantações de cacau valiam muito mais que as próprias terras, podendo até chegar ao dobro, reforçando o plantio como fator definidor de riqueza no período.

---

<sup>65</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário do Coronel José Duarte Rodrigues, 1845.

<sup>66</sup> *UHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 119, D.9185*. REQUERIMENTO, 15 de abril, de 1801. De José Duarte Rodrigues, para o príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da carta patente no posto de alferes da 1ª Companhia do Corpo de Tropa Ligeira de Milicias da Vila de Cametá.

Nesse sentido Francivaldo Nunes considera, que em Cametá, *locus* de sua pesquisa, o preço das terras nem sempre estava associado à sua dimensão territorial e que o valor das propriedades estava relacionado, quase sempre, ao número de cacauzeiros nessas áreas, ou nas benfeitorias feitas nessas terras.

Quanto ao número representativo do valor das terras, pouco mais da metade das áreas registradas pelo escrivão do Juiz de Paz valiam em média 500\$00 mil réis, sendo que 88% das propriedades de terras não chegavam a 1 conto de réis, o que confirma a propriedade de terra como praticamente destituída de um valor de mercado. Quando se estabelecia as relações comerciais o preço era quase consequência das benfeitorias encontradas nessas áreas e os cultivos então praticados. (NUNES, 2012, p. 10).

Nessa perspectiva, vejamos ainda o exemplo o de D. Joana Tereza Rodrigues<sup>67</sup> esposa do Tenente Francisco Roberto Corrêa de Miranda. A família Corrêa de Miranda era tradicional e com posses que se estabeleceu no interior da província do Grão-Pará, na freguesia de Moju.<sup>68</sup> Dona Joana Tereza era proprietária de terras, engenho e escravos. Em seu inventário, aberto no ano de 1816, destaca-se: um cacual com 1.780 pés (89\$000 rs.) no igarapé Cotijuba; outro com 3.306 pés (301\$000 rs.) na ilha fronteira a Camarã; e outros dois que somavam 4.171 pés (358\$500 rs.) em igarapés vizinhos. Os cacuais eram longos caminhos de terra enfileirados à beira d'água às margens dos rios navegáveis ou de estradas que assegurassem o escoamento da produção.

Não muito longe dos cacuais, situava-se o engenho Menino de Deus, dedicado à plantação de gêneros agrícolas como, por exemplo, ¼ de terra firme com plantação de café, cacau e seringueira, avaliado por 100\$000 rs.; outros 1.000 pés de café frutíferos (100\$000 rs.), e 200 canaviais (200\$000 rs.). Percebemos, portanto, que eram atividade que se somavam e agregavam valor ao empreendimento de Dona Joana Tereza, tornando seu patrimônio mais robusto. A partir dessa descrição podemos entender também que o engenho Menino de Deus não se reservava ao exclusivismo comercial do plantio de cana, como empreendimento produtor apenas de seus derivados (cachaça, aguardente, mel, açúcar), para além da cana-de-açúcar havia, pelo menos, outros três tipos de cultivo: café, cacau e seringa.

A historiadora Hebe Castro considera que “cada complexo regional ou local engendrava seu próprio mercado e quase estabelecia regras próprias para seu funcionamento.” (CASTRO,

<sup>67</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Leão* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Joana Tereza de Roiz, 1816,

<sup>68</sup> Sobre a importância da família Corrêa de Miranda, ver: ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia.** 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

1987, p. 121, apud NUNES, 2012, p. 9). Nesse sentido podemos pensar que “as particularidades regionais teriam condicionado o valor da terra a partir de seu usufruto, diminuindo a possibilidade especulativa sobre essas áreas.” (NUNES, 2012, p. 9). Como as terras de João da Costa Soares, José Duarte Rodrigues e Joana Tereza Rodrigues.

Definimos, portanto, que as porções de terra e os roçados seriam destinados ao cultivo de gêneros que agregariam valor à terra. Eram espaços transformados pelo cultivo, que forneciam gêneros aos empreendimentos providos de estrutura e equipamento para transformar a matéria bruta em produto comercializável. Todavia, até o presente momento mostramos que grande parte das “terras e roçados” pertenciam à produtores com maior possibilidade financeira, capazes de adquirir mais de um lote de terra, contudo não eram os únicos a possuí-las.

Nesse sentido, não podemos excluir os pequenos lavradores desse circuito produtivo, pois, apesar de produzirem em menor escala, faziam parte do sistema agrícola vigente. Eram, sem dúvida, produtores de condição socioeconômica reduzida, mas dotados de recurso humano e disposição para organizar o plantio e participar do abastecimento local. Na maior parte das vezes, as poucas léguas de terra somado a um reduzido número de escravos eram os únicos bens que possuíam.

Como, por exemplo, Custódio Joaquim da Silva Barros<sup>69</sup>, falecido em maio de 1843, casado com Dona José Maria Pereira, pai dos pequenos Maximiliano e Petronília. Possuía uma única propriedade de terra descrita como uma “sorte de terras no rio Guajará-açu, com uma légua de fundo, descendo pelo rio Capoeira”, avaliado em 25\$000 mil-réis. Além da terra, era proprietário de 9 escravos: o preto Gonçalo, avaliado em 200\$000 mil-réis; Maria e seu filho recém-nascido, 260\$000 rs.; o cafuzo Thomas, 400\$000 rs.; o preto Manoel, 400\$000 rs.; a cafuza Romana, de 50 anos, 500\$000 rs.; a preta Maria, de 47 anos, 500\$000 rs.; o cafuzo Hilário, de 13 anos, 400\$000 mil-réis, e ainda o preto Manoel, que foi vendido por 100\$000 mil-réis e se acha na cidade em poder de Paulo Maria Perdigão (tutor dos órfãos).

Em propriedade escrava possuía o montante de 2:760\$000 mil-réis, em terras 25\$000 rs., o restante de seu patrimônio se reduzia a algumas quinquilharias que custavam poucos tostões. O montante a ser partilhado era da quantia de 1:898\$760 mil-réis, sendo descontados as dívidas ativas restaria pouco dinheiro aos herdeiros. Conclui-se, portanto, que seu patrimônio estava concentrado mais em escravos do que em terras ou em bens de raiz.

---

<sup>69</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Custódio Joaquim da Silva Barros, 1843.

Dona Francisca Dionisia<sup>70</sup> era possuidora de terras descrita como “um canto de terras dentro de um igarapé, avaliado por 60\$000 rs.”. O documento ainda remete a produção de: “150 alqueires de arroz, no valor de 160\$000 rs.; [...] 25 arrobas de algodão, 25\$000 rs.; [...] e três roças de mandioca, uma sem valor, e outras duas já bastante velhas somando 52\$000 rs.”. Para trabalhar em suas roças, possuía 2 escravos: o preto de Angola Bonifácio, de 60 anos, avaliado por 60\$000 rs.; e a preta Rosa Maria, de mesma nação, 26 anos, 220\$000 rs. A soma de todos os seus bens era da quantia de 479\$00, ou seja, seus dois cativos equivaliam a 60% de sua fortuna, algo semelhante à Custódio da Silva.

Percebemos, a partir do valor agregado ao patrimônio dos inventariados, que as terras pertencentes a eles valiam pouco, ou quase nada, e que seus maiores patrimônios estavam concentrados em escravos. A justificativa dar-se-á pelo fato de as terras não serem potencialmente produtivas, fato que não às valorizava, levando em consideração que se trata de um contexto anterior à Lei de Terras, em 1850. Nesse sentido, o investimento em escravos era mais vantajoso, além de que poderiam ser alugados.

Outro fator é que esses pequenos produtores poderiam manter relação de dependência com os donos de empreendimentos maiores, uma vez que poderiam manufaturar os produtos de sua plantação nestas propriedades mais bem equipadas, pagando, por isso, uma porcentagem ao proprietário ou até a possibilidade de lavrar suas terras, já que possuíam alguns escravos, com base numa relação de compadrio. Portanto, podemos classificá-los como lavradores livres e pobres com pouco cabedal, mas com possibilidade de manter relação de aliança com pessoas de melhor condição financeira.

Feita essa classificação, iremos deter-nos, a partir de agora, aos proprietários do mundo rural de forma mais abrangente. De acordo com a documentação foram contabilizados 61 indivíduos que pertenciam a esse universo. Eram, sobretudo, donos de sítios de pequeno e médio porte, donos de fazendas, engenhos e engenhocas.

Do conjunto de propriedades, como distinguida na (Tabela 2), 46 eram definidas como sítios; 14 fazendas; 3 engenhos e 2 engenhocas; as demais eram terras e roçados. No entanto, das propriedades que perfazem os sítios e as fazendas, 46 e 14 respectivamente, em 16 havia engenhos ou engenhocas integrados ao seu complexo e que dela fazia parte. Assim, somando as 16 propriedades que possuíam engenho, mais as 5 que eram, de fato, definidas como engenhos e engenhocas, temos o quantitativo de 21 engenhos e algumas engenhocas. Essas

---

<sup>70</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de D. Francisca Dionísia, 1820.

propriedades e suas características serão abordadas a partir da perspectiva da produção de cachaça e aguardente que é objetivo do capítulo terceiro desta dissertação.

Para toda a região do Baixo Tocantins foram contabilizadas 33 propriedades agrícolas, que podem ser definidas como de pequeno porte, em geral eram pequenos sítios, com terras e roçados voltados à produção de gêneros agrícolas de primeira necessidade. A partir disso caracterizarei, no próximo tópico, o perfil dos sítios usando como base de sua estrutura produtiva a posse de cativos, que entendo ser, importante força de trabalho nos empreendimentos agrícolas, tanto que para visualizar o tamanho das propriedades usei como eixo fundamental a quantidade média de escravos por plantel escravista.

## 2.2 Os sítios

Como visualizado na Tabela 2, os sítios perfazem 46 propriedades, ou seja, 38% dos empreendimentos rurais, parte significativa até porque eram responsáveis, por grande parte da produção e abastecimento de alimentos que provia a província de toda sorte de gêneros agrícolas. Em suma, os sítios eram propriedades de pequeno e médio porte, voltados à policultura de abastecimento, pertencentes a uma classe de pequenos sítiantes que moravam nos interiores próximos a capital e que eram parte importante do tecido social que compunha o Grão-Pará *Oitocentista*.

De acordo com Sidiana Macêdo (2009, p, 20) a capital da província era dependente dos produtos produzidos nos interiores. Para a autora os principais gêneros cultivados nos sítios era o “cacau, açúcar, arroz, café, produtos que se destacavam tanto para o abastecimento local quanto para exportação”. Além dos gêneros citados, destaco ainda a mandioca, espécie de gênero cultivável que quando manipulado se transforma em outros subgêneros: farinha d’água (ou farinha de puba), farinha de tapioca e beiju. A farinha d’água, em especial, é considerada como o “pão ordinário”, base da alimentação que sustenta e nutre inúmeras famílias de paraenses.

O historiador brasilianista Stuart B. Schwartz (2001), analisando a experiência do trabalho escravo como centralidade no Brasil colonial, mas também do trabalhador livre, sobretudo, os roceiros no contexto de uma economia colonial de exportação no nordeste brasileiro, enfatiza o papel fundamental da população rural livre como principais provedores de alimentos para as cidades, garimpos e lavouras. A partir da perspectiva alimentar especialmente do consumo da farinha de mandioca o autor observa que,

O Brasil podia ser dividido, de maneira aproximada, em duas zonas: a zona rural da mandioca e a zona rural do milho, já que estes eram os principais alimentos que serviam de base para a dieta na maioria dos lugares. Ambos eram cultivados em toda colônia, mas a mandioca era o alimento preferido no Norte e no Nordeste, onde era transformada numa farinha grosseira e era ingrediente principal de vários pães, refeições e pudins. A resistência excepcional da mandioca à seca e sua capacidade de crescer em solos pobres fez com que ela se tornasse especialmente adaptável às áreas do nordeste onde não se cultivava a cana-de-açúcar. (SCHWARTZ, 2001, p. 126).

Assim como em outras áreas Brasil afora, na província do Grão-Pará a farinha era alimento básico das camadas populares. Para Roberto Borges da Cruz (2011) que pesquisou a produção, consumo e configuração social, a farinha de mandioca era tida como um alimento secular básico dos povos indígenas, amplamente difundido pela população e consumido entre os caboclos amazônicos. A sua falta provocava crise alimentar e até mesmo serviram de estopim a motins políticos. Para o autor,

A farinha de mandioca não constituía em si um produto voltado para a exportação, pois sua principal finalidade era seu consumo na própria colônia, apresentava-se como uma das bases de apoio aos empreendimentos agrícolas voltados para o domínio do território, pois a produção de especiarias para exportação não se realizaria se não fosse acompanhada por uma produção destinada à subsistência dos trabalhadores indígenas. (CRUZ, 2011, p. 13).

Ou seja, a produção da farinha subsidiava as atividades de exportação, e era voltada principalmente ao consumo interno, já que alimentava as tropas nas operações exploratórias, os trabalhadores nos sítios, fazendas e engenhos, sejam eles livres ou escravizados. Sidiana Macêdo destaca que “a farinha de mandioca não era produto exportado para outros países e no geral o que era produzido ficava na capital. Assim era significativo o cultivo da mandioca para a fabricação de farinha nos interiores.” (MACÊDO, 2009, 58).

A importância da farinha deve-se pelo fato de seu enorme consumo em toda província. Por isso, havia uma forte cultura destinada a esse fim e como nos informa o Dr. Pedro Vicente de Azevedo presidente de província, “nenhum cultivador e fabricante d’este gênero teve jamais de arrepender-se de dedicar-se a essa cultura”, [...] E ainda em 1861 as palavras de Araújo Brusque “a cultura da mandioca nesta província é geral. Desde o selvagem até o rico lavrador se estende está *produção* como a base principal de sua alimentação. (...) Por toda parte se fabrica a farinha, e as suas diversas espécies são de *excelente* qualidade”. (MACÊDO, 2009, p. 57 e 58).

Nesse sentido, a cidade de Belém necessitava de farinha diariamente para o consumo na província, como alimento básico ela subsidiou a economia local, assim como outros gêneros agrícolas cultivados nas propriedades. Enfatizado a importância dos gêneros alimentícios produzidos nos sítios, irei caracterizá-los de duas formas: de acordo com seu potencial



produtivo, ou seja, com base na produção de gêneros alimentícios, e, em seguida, com relação à posse de cativos.

Tabela 3- Sítios e suas localizações

<b>Zona Guajarina</b>	<b>Qtd</b>	<b>Baixo Tocantins</b>	<b>Qtd</b>	<b>Outros</b>	<b>Qtd</b>
Belém	4	Cametá	2	Não identificado	6
Acará	11	Moju	1	Sem Localização	1
Capim	3	Igarapé-Miri	1	Outras Localidades	3
Bujaru	7	Abaetetuba	1		
Igarapé-Guajará	6				
<b>Totais</b>	<b>31</b>		<b>5</b>		<b>10</b>

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

De acordo com a Tabela 3, do total de 46 sítios, 31 faziam parte do complexo da Zona Guajarina, sobressaindo-se, como já ressaltado, as regiões do Acará, Bujaru, Igarapé-Guajará, Belém e Capim. Para o Baixo Tocantins temos Cametá, Moju, Igarapé-Miri e Abaetetuba. Em 6, não foi possível identificar a localização, sobretudo pela grafia do documento. Outros 3, estavam em localizações que não englobam as regiões da pesquisa, São Miguel do Guamá e Vila de Ourém no nordeste paraense, outro estava sem identificação no documento.

Os 46 sítios estavam em poder de 35 senhores proprietários, alguns sujeitos com cabedal possuíam mais de um sítio. Algumas vezes, as propriedades poderiam ser produto de partilhas anteriores, sobretudo, por herança. Pude, através da descrição dos sítios, produzir uma lista de proprietários, com as denominações ligando-os às suas respectivas localizações. Contudo, alguns documentos estavam imprecisos quanto à denominação e a localização. Alguns foram descritos de forma objetiva, apenas como sítios sem intenção em revelar nome ou localização, outros apenas com localização tendo como referência o rio do qual fazia parte. Entretanto, pode-se imaginar que em meio a um emaranhado de rios, furos e igarapés, algumas vezes com nomes pitorescos que foge à linguagem habitual ou a denominações próprias à época, ou ainda, denominações em referência a língua nativa, fica, quase impossível ao historiador decifrá-las.

Entendo as limitações impostas pelas fontes a partir da perspectiva do historiador Roger Chartier (1945, p. 34) de que “cada documento, palavra ou escrita, traça os seus próprios limites entre o que era aceitável e o que não era, dentro de uma situação, ou contexto histórico que produzia seus próprios significados de acordo com sua época”. Nesse sentido, portanto, o historiador deve se propor a trabalhar na linha do que é possível, partindo das ferramentas que

dispõe. Sendo assim, dos 46 sítios arrolados só foi possível identificar o nome, localidade e o proprietário de 17 sítios, como exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Proprietário de Sítios com suas denominações e localidades

Ano	Nome do Proprietário	Nome	Local
1829	Capitão Martinho de Souza e Cunha	Bom Jesus	Zona Guajarina
1815	Domingos José Monteiro	Santa Maria	Sem localização
1819	Manoel Joaquim Gomes	São João da Boa Vista	Capim
1814	Maria Tereza e Francisco José Nunes	Conceição	Igarapé Guajará
1823	Joaquina Maria do Espírito Santo	São Miguel	Igarapé Guajará
1824	Joaquim Caetano de Matos	Santo Antônio	Rio Itapicuru (Acará)
1825	Antônio Ferreira de Matos	Vila Nova	Acará
1829	Martinho de Souza e Cunha	Bom Jesus	Belém
1832	Francisca de Siqueira e Queirós	Nossa Senhora do Rosário	Acará
1842	Antônio José Antunes de Souza	Carmelo	Acará
1843	Joaquim da Silva Melissa	Capela	Igarapé Guajará
1844	Acilma Maria de Queirós	Santo Antônio	Igarapé Laranjeira
1844	Narciso Gomes do Amaral	Conceição	Bujaru
1845	Maria Antônia Joaquina de Carvalho	Sumarina	Igarapé Guajará
1847	Antônio Gonçalves	São João	Acará
1834	Manoel Joaquim da Silva Paraense	Nazaré	Bujaru
1842	Maria do Carmo Lopes	Nossa Senhora do Socorro	Acará

<b>TOTAL:</b>	<b>17</b>
---------------	-----------

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Os principais gêneros cultivados nos sítios eram, sobretudo: café, cacau, mandioca, arroz, cana de açúcar e algumas espécies de hortaliças. Alguns indícios foram o fio condutor que me levaram a traçar o perfil das possíveis ocupações e atividades que os proprietários desenvolviam, como, por exemplo: o tipo e a quantidade do que era produzido nos sítios e nas terras adjacentes à eles; a venda de gêneros agrícolas pelas propriedades, uma vez que, em alguns inventários vinham anexados listas com valores e quantidades de produtos arrematados provenientes dos sítios; os equipamentos e ferramentas também revelam sobre o quê, e, como se produzia na propriedade; por último, a quantidade de cativos, gêneros, ofícios, que fazem transparecer às atividades realizadas.

Por exemplo, nas terras do sítio Santo Antônio, no rio Itapicuru, Acará, de Joaquim Caetano de Matos<sup>71</sup> havia plantações de “café, cacau, laranjeiras e outras frutas”. O sítio possuía “casa de vivenda, de forno, ranchos e um forno velho de barro com uma roda velha de mandioca, avaliado por 250\$000 rs.”. Principiando os limites da propriedade se encontrava “humas sorte de terras no mesmo rio com 500 braças de frente [1.100 metros] e outras tantas de fundo, avaliado por 150\$000 rs.”, e “1/4 de léguas de terras, principiando as terras de Bento Garcia”. Ver-se, portanto, que era uma propriedade com todos os paramentos necessários à produção.

Vestígios importantes feitos na avaliação dos bens deixados em inventário pela morte de Joaquim Caetano me remete aos produtos produzidos no sítio, e que seriam vendidos no comércio local, ou na própria capital, já que o inventariado possuía uma bela casa de sobrado localizado na rua do Açougue (atual Gaspar Viana) em Belém, avaliada por um conto e seiscentos mil réis. Além da casa de sobrado, Joaquim Caetano possuía ainda quartos de casa na rua São Vicente e na Santo Antônio. Esta última, avaliada por 600\$00 mil-réis, que o inventariado recebeu, em 29 de março de 1791, de sua tia dona Tereza Maria de Jesus, viúva de José Carneiro de Freitas, “por ella autorgante não possuir herdeiros forçados”.<sup>72</sup>

<sup>71</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Joaquim Caetano de Matos, 1824.

<sup>72</sup> UHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 013, D. 8208. 1794, março, 17, Pará. CARTA do ouvidor geral da capitania do Pará, Faustino da Costa Valente, para a rainha [D. Maria I], sobre a avaliação feita aos bens doados a Joaquim Caetano de Matos.

Entre os bens do sítio Santo Antônio foram arrolados; 4 arrobas<sup>73</sup> de algodão em caroço, aproximadamente 58 quilos vendidos a 5\$400 mil-réis; 3 arrobas de algodão em rama, aproximadamente 44 quilos vendidos a 8\$400 mil-réis; 880 alqueires de algodão, aproximadamente 320 quilos, vendidos a 170\$000 mil-réis, e 5 alqueires de feijão, 131 quilos a 6\$000 mil-réis.

Algumas ferramentas indispensáveis ao cultivo e que também dariam suporte à produção foram listadas em inventário, como fornos, pilões, foices, enxadas, martelos, botes e canoas, que serviriam para locomoção de toda produção e de pessoas. As descrições de seu patrimônio nos permitem perceber que Joaquim Caetano de Matos possuía negócios rentáveis no ramo da produção de alimentos.

De todas as atividades desenvolvidas, destaca-se o cultivo de algodão entre os objetos descritos: 12 descaroçadores de algodão em bom uso, 2 rodas de fiar algodão, 1 rolo de pano de algodão, outro rolo de pano selado e 27 sacas de arroz de pano de algodão. Algo semelhante ocorreu na cidade de Batatais, nordeste paulista, quando a pesquisadora Juliana Garavazo (2006) observou a presença pelos rastros deixados entre os bens o envolvimento de seus inventariados com as atividades têxteis, como: teares, rodas de fiar, colchas, lençóis, toalhas, etc.

Além da produção de algodão, nas terras aos arredores do sítio Santo Antônio, encontrava-se ainda roças de mandioca, “1 roçado com 200 feixes (13\$000 rs.), outro com 150 feixes (100\$000 rs.), e outra roça de mata plantada com 20 feixe de maniva (70\$000 rs.)”. Certamente, a roda de ralar mandioca listada entre os objetos de uso do sítio seria usada para a produção de farinha, justificando a existência das roças. No Grão-Pará havia a predominância de diversas culturas “não havia na Província plantações destinadas apenas ao café, como ocorreu no Rio de Janeiro e/ou São Paulo. O café era plantado em roças onde outras culturas também eram cultivadas.” (MACÊDO, 2009, p. 65).

Essa diversidade de culturas se explica principalmente pela sazonalidade da região. Nas províncias do norte existem apenas duas estações, inverno e verão. Uma muito chuvosa, e outra ensolarada, mas também marcada por períodos de chuva e umidade. O período de chuvas constantes que vai de novembro a março, seria inviável por exemplo, para a produção da cana porque essa atividade exigia intensa atividade, de colheita e carregamento. Portanto, durante o inverno amazônico se optava por outras atividades que não fosse a canavieira, isso explica também o fato de o açúcar não ser tão expressivo para a economia da região. O clima da região

---

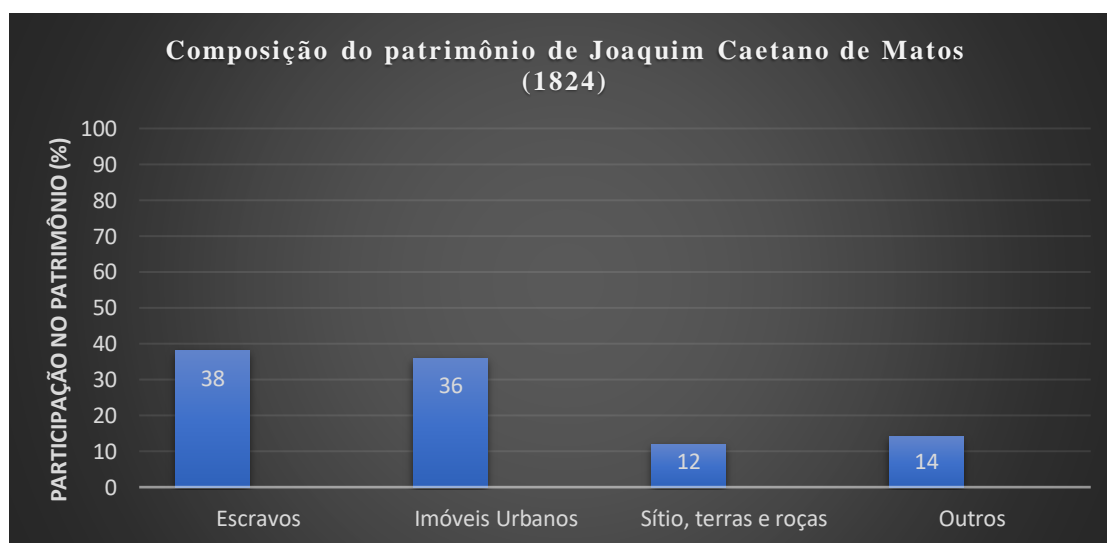
<sup>73</sup> De acordo com Stuart B. Schwartz (1988, p. 16), em relação às medidas de peso: 1 arrobas equivalia a 14,7 quilogramas e 1 alqueire equivalia a 36,3 quilogramas.

norte, e principalmente do Grão-Pará e da Amazônia, praticamente obrigava os agricultores a realizarem diversas culturas, do contrário, só produziram em uma estação do ano.

De todo modo, tudo isso só seria possível através de mão de obra adequada ao serviço agrário. Por isso, nosso inventariante contava, para o trabalho em suas roças, com 31 negros cativos: sendo quase todos de origem africana (26) e homens (21) com idades acima de 20 anos. Eram naturais de Cabinda (Angola), Benguela, Congo, Mandinga, regiões da África Ocidental e África Central Atlântica. Os 5 negros crioulos nascidos no Brasil eram crianças, todos menores de 5 anos: Camilo, Rufino, Cândida, Rita e Tereza de Jesus. O ano do inventário é o de 1824, quando ainda aportavam nos portos Brasileiros, e no Norte do país, negros provindos do tráfico Atlântico, “o último carregamento direto de africanos cativos ocorreu em 1841, sendo que, para o Maranhão, o fora em 1846”. (BEZERRA NETO, 2012, p. 67).

A soma da fortuna de Joaquim Caetano de Matos era da quantia de 8:877\$730 (oito contos, oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta mil réis), vejamos sua distribuição.

Gráfico 2



Fonte: (CMA) Centro de Memória da Amazônia, Autos de Inventário e Partilha. Inventário de Joaquim Caetano de Matos, 1824.

A partir do gráfico 2, é possível identificar que a composição patrimonial de Joaquim Caetano de Matos estava concentrada primeiro em escravos, 38%, e segundo em imóveis urbanos, 36%, já que possuía também residência na capital, e alguns quartos de aluguel deixados em herança por sua tia<sup>74</sup>; logo em seguida vem os bens de raiz, os sítios e as terras.

<sup>74</sup> Os inventariados com melhores condições econômicas possuíam também imóveis urbanos (como sinônimo de riqueza e *status* social) com casas de sobrados e rocinhas (chalés ou chácaras), na capital da província. Até porque possuir residência na capital era um meio facilitador de escoamento dos produtos advindos de seus empreendimentos agrícolas.

Foi a partir de indicações como as descritas neste inventário que foi possível perceber o que caracterizava e como se configuravam os sítios. Por conseguinte, pude identificar as atividades de outros 22 proprietários ligados às atividades agrícolas e criatórias presentes na hinterlândia amazônica.

Esmiuçando o universo dos proprietários, identifiquei que 9 desenvolviam apenas atividades agrícolas, destacando-se o cultivo de cacau, cana, café, arroz ou mandioca. Como, por exemplo, Hilário Antônio Lobato<sup>75</sup>, possuidor de um “sítio com cazas de vivenda e árvores frutíferas, na Vila de Beja”. Nesse sítio, havia roças de café, aproximadamente mil pés, alguns já velhos outros um pouco mais frutíferos. Hilário Antônio Lobato, possuía para o serviço em sua propriedade, além de duas pequenas canoas e uma igarité, de 31 negros cativos, dos quais 15 eram menores de 10 anos de idade, sendo 10 recém-nascidos, 5 com mais de 40 anos, ou seja, em idade avançada, e apenas 11 em idade produtiva. Ver-se, portanto, que a escravaria do inventariado era, por um lado, muito jovem e com possibilidade de não chegar à idade adulta e, por outro, já envelhecida que tenderia a não ser tão útil para o trabalho nas lavouras.

Para um melhor entendimento, listei os 22 proprietários de sítios que pude identificar associando a espécie de plantio que cultivavam, a localização das propriedades, as quantidades do que se plantava (quando descrito em documento) e as faixas patrimoniais desses donos de sítios.

Tabela 5 – Proprietário e tipo de cultivo

Nome do Proprietário	Cultivo	Local	Qtd de escravos	Qtd de cultivo	Patrimônio em conto de réis
Sebastião Lopes	Cana	Igarapé	4		1:700\$963
Castelo		Cajari-grande			
Domingos José Monteiro	Cana, mandioca	Sem localização	13		2:588\$920
Maria Tereza e Francisco José Nunes	Café, mandioca	Igarapé Guajará	55	200 pés de café	4:622\$750
Catarina Margarida de Jesus	Cana	Igarapé Guajará	27		3:365\$130

<sup>75</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Hilário Antônio Rodrigues, 1821.

Damásio de Barros Pereira	Cacau, algodão	Igarapé Guajará	11		1:813\$740
Joaquim Caetano de Matos	Algodão, cacau, mandioca, feijão	Acará	31	7 arrobas de algodão; 880 alqueires de algodão; 3 roças de mandioca com 370 feixes; 5 alqueires de feijão	8:427\$330
Guiomar Violeta	Criação	Capim	31		3:536\$500
Antônio José Antunes	Canavial, algodão	São Miguel do Guamá	88	2 canaviais	65:539\$340
Maria do Carmo Lopes	Cacau	Acará	7		9:677\$348
Narciso Rodrigues	Cacau, laranja	Abaeté	4	3.545 pés de cacau; 36 pés de laranja	1:294\$675
Maria do Nascimento e Joaquim da Silva Meleça	Cacau, café	Não Identificado	36		7:619\$570
Narciso Gomes do Amaral	Mandioca	Bujaru	34		5:230\$000
Antônio Gonçalves e Joana Francisca	Café	Acará	4		
Maria Antônia Joaquina Carvalho	Mandioca, algodão	Igarapé Guajará	26		6:210\$850
José Duarte Rodrigues	Cacau, café, cana	Cametá	166	80.160 pés de cacau	62:161\$500
Ignacia Monteiro de Noronha	Cana, Café, arroz	Não Identificado	18	556 pés de café	1:461\$840
Hilário Lobato	Café	Abaetetuba	31	1.100 pés de cacau; 30 laranjeiras	3:379\$970
Catarina do Espírito Santo	Cana	Igarapé Miri	23		4:811\$520
Francisca Siqueira Queiros	Cana e mandioca	Acará	120		26:653\$179

Francisco Caldeira	José Criação	Vila de Ourem	9			4:274\$931
João Soares da Costa	Cana, cacau	Moju	25	3 canaviais		4:075\$640
<b>Total</b>			<b>22</b>			

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

De acordo com a Tabela 5 os cultivos que se destacam são: mandioca, café, cacau, algodão e cana-de-açúcar. Dos 9 produtores de cana-de-açúcar, 7 eram proprietários de engenhos ou engenhocas. São eles: Domingos José Monteiro, proprietário do sítio com engenhoca denominado de Santa Maria; Catarina Margarida de Jesus, dona do sítio com engenho Laranjeiras; Antônio José Antunes, possuidor do sítio Carmelo com engenhos; José Duarte Rodrigues proprietário do sítio São Miguel e da fazenda com engenho Val-de-Cans; Catarina Ignacia do Espírito Santo proprietária do sítio com engenho, em Igarapé Miri; Francisca de Siqueira e Queiros, proprietária do sítio com engenho Nossa Senhora do Rosário e, por fim, João Soares da Costa proprietário de um sítio com engenhoca, às margens do rio Moju.

Em segundo lugar, destaca-se o cultivo de mandioca com 7 proprietários. O que é justificável pelo fato de a mandioca ser a matéria prima da farinha d'água, gênero, como já enfatizei, que fazia parte da cultura de consumo e de hábitos culturais enraizados há longo tempo entre a população local. Dessa forma, caracterizava-se como gênero para a subsistência.

Luciana Marinho Batista ao tratar da questão relativa ao consumo e abastecimento da província, destaca que na “província havia uma cultura de consumo distinta, isto é, uma notória diferenciação existente entre formas de consumo pertencentes a grupos sociais diferentes, divididos entre: população branca e índios e negros.” (BATISTA, 2014, p. 82). A população branca se alimentava, por exemplo, de manteiga, iguarias importadas, peixe fresco e carne verde. Enquanto a população mais pobre consumia peixe salgado (pirarucu e tainha), farinha de mandioca, arroz, feijão e frutas tropicais. A autora destaca que o padrão de consumo reforçava a posição ocupada pelos indivíduos pertencentes a grupos sociais brancos e ricos, ou seja, grupos privilegiados que ocupavam o topo da hierarquia social.

Sidiana Macêdo considera que “a alimentação citadina de Belém era composta, principalmente, por três produtos que comporiam o tripé da alimentação que eram o peixe, a carne e a farinha de mandioca e, também, a manteiga de tartaruga.” (MACÊDO, 2009, p. 64).



As colocações reforçam a presença constante nos sítios do cultivo de mandioca, assim como, gêneros que subsidiaram a alimentação principalmente das camadas populares.

Os cultivos de cacau, café e algodão também se destacam na Tabela 5. O cacau plantado por ser importante produto que compunha a pauta de exportação provincial. O café e o algodão são gêneros que também eram exportados, mas em menor escala. Ainda com base na Tabela 5, percebi dois proprietários ligadas à criação de animais; 8 proprietários voltados a apenas uma atividade agrícola e, a maioria, 12, ligados a atividades em associação.

A existência de diversas plantações em quantidade significativa demonstra que havia uma preocupação dos senhores e, dos produtores, em geral, pela diversificação do cultivo e, sobretudo, pela produção de produtos capazes de fornecer artigos para o abastecimento da Capital. (MACÊDO, 2009, p. 74).

Nesse sentido, é possível observar “a presença de uma policultura e agricultura de abastecimento, mas também de natureza mercantil [...]. Até porque a produção para o abastecimento não queria dizer incapacidade produtiva para além da subsistência, muito pelo contrário.” (BEZERRA NETO, 2020, p. 25). Tal que a presença da diversificação de culturas nos sítios conseguia conciliar a produção de produtos que podiam ser exportados com aqueles voltados para o abastecimento interno da província, ainda que igualmente de natureza mercantil.

Mesmo em período de auge, por exemplo, da exportação da borracha<sup>76</sup>, a produção para além da subsistência, subsidiada pelo cultivo agrícola, continuou a todo vapor. Contrapondo, até mesmo, as expectativas e os dados fornecidos pelos próprios Presidentes de Província na segunda metade do oitocentos. (BATISTA, 2014, p. 68).

Assim, diversos proprietários de empreendimentos agrícolas diversificavam suas atividades e, para isso, não seria preciso ser um grande proprietário, isto é, dispor de vultoso cabedal econômico. Os pequenos e médios proprietários também o faziam, mas logicamente que a produção, para além do abastecimento, seria concentrada em poder dos que dispusessem de maior recurso financeiro.

Cristina Donza Cancela (2011, p. 36) enfatiza que “nas áreas de posse tradicionais havia maior flexibilidade e possibilidade de realização de atividades combinadas de lavoura e extração, por parte dos nativos”. A autora se referia, especialmente, as famílias de seringueiros

---

<sup>76</sup> Luciana Batista (2014, p.67) aponta que no vintênio de 1847-1867, as informações acerca das produções das exportações de cacau, arroz com casca, açúcar, e algodão, não sugere que a crescente importância da coleta da borracha, na economia do Grão-Pará, estivesse ocasionando um abandono das atividades agrícolas locais. Muito, pelo contrário, nos anos analisados houve um vertiginoso incremento da produção.

que faziam largo uso da combinação de atividades de extração e cultivo para própria subsistência.

Outra característica que devemos destacar é quanto à posse de cativos, quer dizer, a acentuada presença de negros escravizados na composição patrimonial dos sítiantes, como parte importante no trabalho rural. A relação propriedade-escravo era significativa tanto que todos os 35 sítiantes possuíam em comum a posse de escravos, por exemplo, dos 22 proprietários listados na Tabela 5, em 16 casos eles possuíam mais de 10 cativos, alguns chegando até mesmo à cifra superior a 50 escravos, o que revela o grau de concentração de propriedade cativa entre os escravistas. Desse modo classifiquei os proprietários quanto ao número de escravos. Assim dividi-los em: pequeno, médio, grande e mega escravista. Os pequenos possuíam de 1-10 cativos; os médios de 11-30; os grandes de 31-40; e os mega proprietários com 50 ou mais cativos. Essa classificação se organizou com base em parâmetros da historiografia<sup>77</sup> que usam como fonte os inventários, mas levando em consideração as especificidades da região do Grão-Pará, usando como base os 997 cativos distribuídos entre os proprietários de sítios.

Tabela 6 - Quantidade de escravos por proprietários de sítios

Intervalo	Nº de proprietário	%	Total de escravos	Média de escravo por proprietário	%
1-10	7	20	40	5,7	4
11- 20	9	25,7	127	14,1	12,7
21- 30	10	28,5	243	24,3	24,3
31- 40	4	11,4	129	32,2	12,9
Mais de 50	5	14,2	458	91,6	45,9
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>997</b>	<b>28,4</b>	<b>100</b>

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

<sup>77</sup> Levei em consideração os parâmetros utilizados por historiadores, como: SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1850**/ Stuart B. Schwartz; tradução Luiza Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia da Letras, 1988.; do mesmo autor, SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**/ Stuart B. Schwartz; trad. Jussara Simões. – Bauru, SP: EDUSC, 2001. Coleção História; MOTA, Antônia da Silva. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850)*. In: **Revista de História**, São Paulo, nº 176, 2017. GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e Escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP. 2006. BARROSO, Daniel de Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza: um estudo a partir dos inventários post-mortem (1850-1884)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA.

Com base nos dados da Tabela 6 é possível concluir que havia predominância entre pequenos e médios escravistas, em virtude de 26 proprietários de sítios possuírem até 30 cativos, perfazendo uma expressiva porcentagem de 74,5%, em outras palavras, a posse de cativos nos núcleos rurais dos interiores da província estava concentrada nas pequenas e médias propriedades. Já os grandes e mega escravistas – os que possuíam mais de 30 cativos –, somam 9, ou 25,6% em porcentagem, estes escravistas possuíam outras propriedades além dos sítios, ou até mesmo, como veremos no capítulo 3, alguns desses sítios eram de maior envergadura, em alguns casos havia nessas propriedades engenhos e engenhocas o que demandava maior quantidade de cativos.

Em primeiro plano, irei caracterizar os pequenos sitiantes, ou seja, os 7 proprietários que possuíam entre 1 e 10 cativos. Com uma média de escravos de 5,7, eles representavam 20% dos sitiantes. Os pequenos proprietários eram classificados como sitiantes e roceiros por sua condição econômica, que diferia dos grandes proprietários – os latifundiários –, estes pertenciam a outra classe social e com condição econômica diferente. Utilizo o conceito de sitiantes e roceiros com base em Stuart Schwartz que os colocou como uma classe genuinamente rural e os definiu da seguinte forma: “como um grupo camponês ‘telúrico’ que emergiu como uma classe rural e surgiu à margem da economia escravagista e cresceu em importância ao seu lado.” (SCHWARTZ, 2001. p. 125). Para Schwartz essa classe rural era resultado direto da economia colonial brasileira e da escravidão, que diferentemente das grandes civilizações europeias camponesas, “não tinha memória coletiva de passado glorioso”, pelo contrário, “na colônia, desde sua instituição, essa população rural livre de pequenos agricultores, arrendatários e dependentes permaneceu, em grande parte, sem rosto e até sem nome”. (SCHWARTZ, 2001. p. 125).

Essa classe cresceu em importância dentro de um contexto de renascimento agrícola brasileiro, no início do século 19, quando a expansão das exportações baseadas em tradicionais produtos agrícolas – primeiro o açúcar e o tabaco, mais tarde o café e algodão –, foram potencializadas.

O renascimento agrícola brasileiro elevou a posição de domínio na economia imperial portuguesa. Em 1800, os produtos brasileiros perfaziam 60 por cento das exportações portuguesas para a Europa, o norte da África e a América do Norte, e proporcionava a Portugal uma balança comercial favorável com seus principais parceiros no início do século XIX. (SCHWARTZ, 2001. p. 128).

Esse renascimento foi subsidiado pela mão de obra escravista que cresceu em tamanho e importância para a economia imperial. É nesse contexto de expansão – tanto da agricultura de

exportação, quanto da escravidão –, que houve um “crescimento da economia interna, e por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional.” (SCHWARTZ, 2001. p. 129). Portanto, o desenvolvimento da economia interna e dos mercados regionais, estavam relacionados ao crescimento de uma população rural livre, sitiantes e roceiros, e da população escrava, que viabilizou a produção de produtos agrícolas, concentrando-se na economia interna e de produção de alimentos, em sentido amplo, esse desenvolvimento foi responsável também pela ampliação da agricultura de exportação.

Nesse sentido a classe de pequenos sitiantes que emergiu na província do Grão-Pará foi resultado direto do desenvolvimento da economia interna, e dos mercados regionais. Rosa Acevedo classificou os roceiros e sitiantes, como: “pequenos proprietários com plantações próprias e que produziam para o abastecimento provincial”. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 5). Proprietários de quintas, sítios, roças e terras que juntos com as fazendas arquitetaram o mundo rural amazônico que se organizou com base na agricultura, no extrativismo e na criação de gado, “as unidades se distribuía nas margens dos rios e penetravam na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo agrícola que, cada vez mais, girava em torno do mercado de Belém.” (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 6).

De acordo com Barroso os sítios,

Faziam parte de todo um universo de pequenos sitiantes que caracterizavam a paisagem marcadamente rural do Baixo Tocantins e da (Zona Guajarina), contrastando com as grandes propriedades (engenhos e fazendas) lá existentes. Eram [...] pequenos e médios produtores que, em meio ao complexo econômico agroextrativista prevalecente na região, romperam com a tendência ao monocultivo distinguido por acanhadas “sortes” de terra e pelos vínculos regulares que mantinham com o mercado. (BARROSO, 2020, p. 28).

Para Daniel Barroso (2017, p. 137) – que também utilizou, em sua tese de doutorado, as fontes de inventários no mesmo recorte desta pesquisa –, “os sítios eram propriedades de pequeno e médio produtores com pequenas e médias posse de cativos”. Na verdade, “a prevalência dos pequenos proprietários acompanha uma tendência comum à grande parte das províncias onde as localidades eram marcadas pela estrutura rural, como Teresina, Olinda, Ilhéus e Vitória”. (BARROSO, 2017, p. 142).

Um exemplo é o pequeno sítio do Cônego Francisco de Pinto Moreira, Curador da Freguesia da Sé<sup>78</sup>, que possuía “metade das terras do sítio denominado de Curarijô, no valor de

---

<sup>78</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Sarmento* (14º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário do Cônego Francisco Pinto Moreira, 1842.

20\$000 rs.”, propriedade que era fruto de uma sociedade com seu amigo, o Cônego Leonardo de Pinto Moreira, que, aliás, fora também seu inventariante. Além da sociedade, Francisco de Pinto Moreira foi proprietário de outro sítio localizado “no igarapé de tal, com casas de telhas, e meio quarto de terras vargens, com árvores frutíferas, pegando os marcos da viúva de Serafim de Araújo”. Nas intermediações do sítio foi arrolado uma “capela bastante arruinada”, algumas novilhas e bezerrinhos de criação e, por fim, uma pequena igarité.

Para além do sítio às margens do rio Guamá, Francisco de Pinto Moreira possuía na capital “um quartinho de despejo, avaliado por 150\$000 rs.”, no qual dividia suas intermediações com seu amigo e sócio.<sup>79</sup> Os bens arrolados nos inventários indicam que aquela morada era bem modesta, havendo poucos artigos e objetos a detalhar.<sup>80</sup> Iris Mariano Tavares, ao pesquisar a comunidade do Crato, no Maranhão oitocentista, observou que entre os seus inventariados havia a predominância de sujeitos simples, com “moradas pobres”, onde se podia perceber a vida modesta: “pequenas redes, bancos de madeira, caritós na parede, varanda, e cozinhas com forquilha de pau em que descansam potes d’água.” (TAVARES, 2011, p. 11). A autora ressalta que “o escravo se configurava no bem de maior valor e o tamanho das posses media a riqueza dos proprietários.” (TAVARES, 2011, p 12). Ver-se, portanto, uma notável semelhança com os sujeitos que se estabeleceram na província do Grão-Pará na mesma centúria.

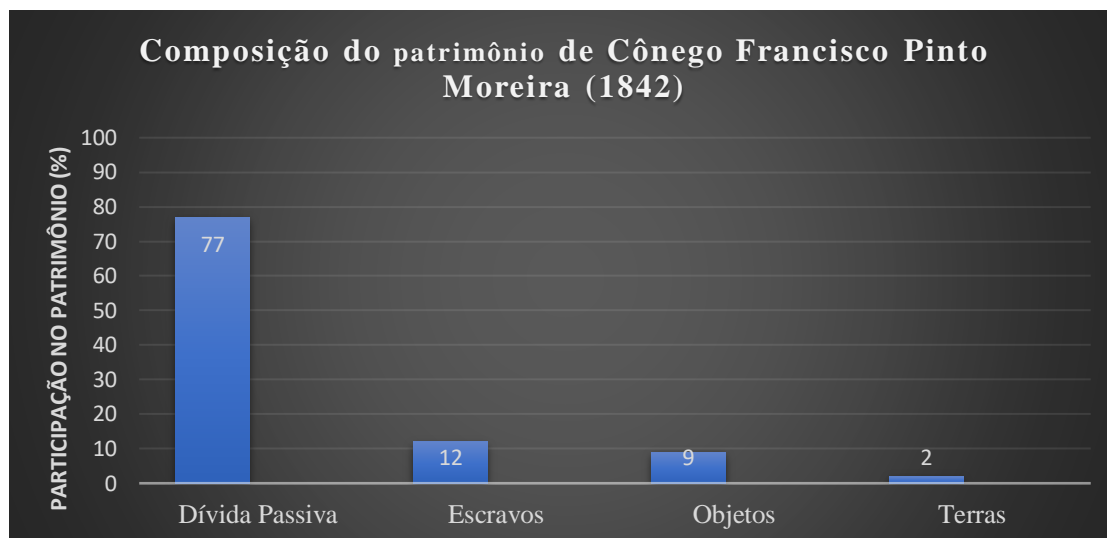
Entre os bens de maior valor do Cônego Francisco de Pinto Moreira se destacavam os seus 7 cativos: 2 mulata, Anacleta Maria e Elena da Cruz, ambas já idosas, tendo a primeira 50 anos e a segunda 90 anos, mais ou menos, avaliadas, respectivamente, por 250\$000 e 5\$000 rs.; a mulata, Maria Trindade, de 20 anos, avaliada em 400\$000 rs., mãe da mulatinha Raimunda, de 8 meses, avaliada em 40\$000 rs.; a preta africana, Joana Baptista, do Congo, de 26 anos, 350\$000 rs.; o preto, Antônio Roque, 21 anos de Angola, avaliado por 350\$000 rs.; e, por fim, Maria das Dores, uma crioulinha de 9 anos avaliada por 250\$000 rs. A soma de todos os escravos era da grandeza de 1:295\$000 rs. (um conto e duzentos e noventa e cinco mil réis). O restante dos bens eram objetos como imagens de santos, alguns móveis antigos e 13 livros diversos de: Teologia, das Instituições e de História do Brasil. Todo modo o inventário não remete a nenhuma espécie de produção ou cultivo de gêneros.

---

<sup>79</sup> Investigando encontrei o inventário do Cônego Leonardo Pinto de Moreira, mas infelizmente estava indisponível para a pesquisa, tendo como inventariante o Pe. Antônio José de Souza Loureiro.

<sup>80</sup> Foram arrolados, sobretudo, bens ordinários entre os objetos de uso diário, como: 1 mesa com 3 gavetas, 1 cômoda de macacauba, 1 baú sem fixadeira, 1 catre com colchão e 6 cadeiras.

Gráfico 3



Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Observamos no Gráfico 3 que as dívidas passivas (dinheiro a receber) representavam o percentual de 77% do patrimônio do inventariado. Que se explica por algo curioso que era o fato de entre os bens do cônego haver uma lista de créditos que somava 8:540\$000 rs., uma considerável quantia. Seria, portanto, o Cônego da Freguesia da Sé um religioso que vivia dos rendimentos de dinheiro? Creio que sim, pois a prática de emprestar dinheiro era bastante usual na sociedade do século dezanove até porque as instituições bancárias surgiram tardiamente no Brasil, ganhando impulso apenas por volta da década de 1830.

Nesse sentido, havia uma precária liquidez de dinheiro em moeda, tornando os empréstimos a juros comuns aos que tinham algum montante a capitalizar: “esse costume era habitual no Brasil colonial principalmente entre os grandes proprietários que se tornaram os banqueiros e financiadores das atividades rurais”. (FONTANARI, 2015, p. 10). Isso talvez justifique as vultuosas somas de dívidas passivas (dinheiro a receber) presentes na documentação, tanto nos inventários quanto nos testamentos. Pela leitura de alguns testamentos verifiquei que a cada oito sujeitos que deixaram bens a testamentar, em pelo menos seis havia menção de dívidas ativas (dinheiro a pagar), corroborando a ideia de que o endividamento era corrente nesse contexto. À propósito, Luciana Batista (2014, p. 117) sugere que “muitas dessas dívidas, eram saldadas por um sistema de aviamento comum à época, ou seja, eram amortizadas por meio de gêneros alimentícios e produtos como: mel, carne de porco, carne verde<sup>81</sup> e aguardente”. Até porque se tratava de um contexto, século 19, de carência de produtos

<sup>81</sup> Carne fresca, recém abatida. Com as precárias condições de armazenado era comum a boi ser abatido e havia de ser consumido em poucas horas. Desse jeito, o preço da carne verde era elevado e disputado entre uma restrita elite. As classes mais populares consumiam, sobretudo, peixe salgado, feijão e farinha de mandioca.

essenciais a subsistência, gêneros, como por exemplo, a Carne Verde era considerada como artigo de luxo, consumida por uma restrita elite.

Feliciano Raimundo Teles<sup>82</sup> era outro proprietário de um pequeno sítio que ficava no rio Acará, Zona Guajarina, com seis braças de frente e seis de fundo e nada a mais. Iris Mariano Tavares observou que na província do Maranhão, entre os bens arrolados de seus inventariados eram descritos “os mais insignificantes objetos e os valores de terras, casas, móveis, gado, engenhos, casas de farinha, e mesmo de ouro, prata e cobre eram inexpressivos”. (TAVARES, 2011, p. 11). Entre os inventariados do Grão-Pará, percebi certa paridade entre os bens descritos, havia uma descrição minuciosa por parte dos avaliadores dos bens deixados em heranças, até mesmo roupas íntimas e objetos muito velhos eram inventariados, Cristina Cancela considera que era costume,

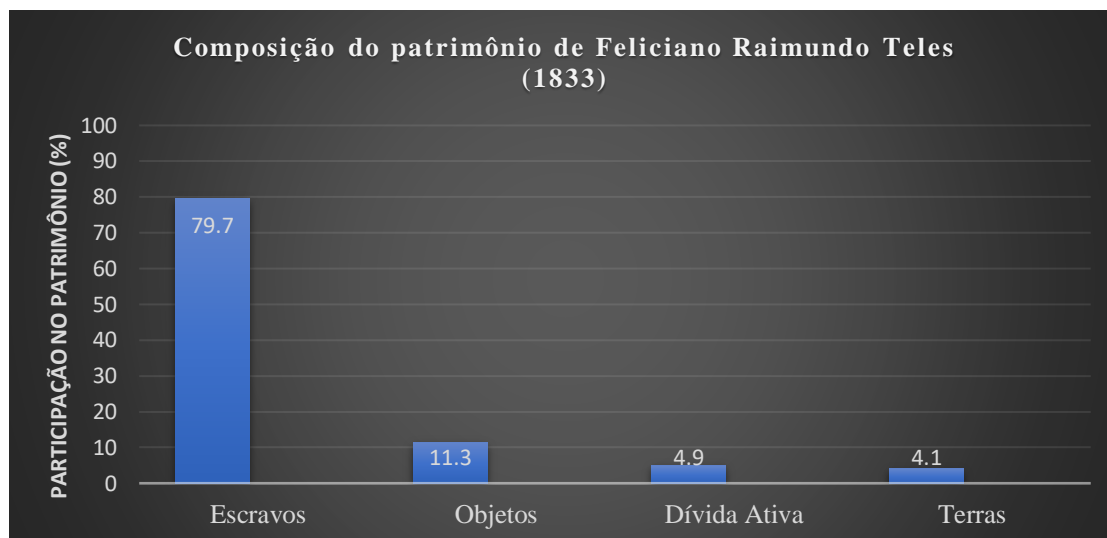
Encontrar a descrição pormenorizada de móveis, utensílios domésticos, roupas, objetos de uso pessoal, imagens sagradas e joias, um costume que vai, pouco a pouco, desaparecendo, perdendo espaço nos documentos das décadas seguintes [a partir da década de 1880 *grifos nossos*], onde a descrição desses itens tendem a desaparecer, ou ser feita de forma global, sem detalhamento, com exceção das joias e objetos de prata e ouro. (CANCELA, 2011, p. 297).

Portando, os bens descritos em inventários tendem a mudar quando os signos de riqueza também mudam, condição que está atrelada a fatores econômicos, como ressaltado no capítulo 1. Nesse sentido, alguns costumes deixam de existir enquanto outros entram em vigor. Entre os bens deixados por Feliciano Raimundo Teles, os de maior valor eram os 4 escravos, que ainda eram muito jovens. Assim, seu patrimônio estava concentrado na sua escrava, a crioula Maria Raimunda, 28 anos, avaliada em 260\$000 rs.; no crioulinho Domingos, 7 anos, com o valor de 160\$000 rs., no pretinho Manoel, 4 anos, de 120\$000 rs.; e, finalmente, na cafuzinha Sofia, de apenas 2 anos, por 100\$000 rs. Pelas idades das crianças, ambas teriam nascido em cativeiro, e, supostamente, poderiam ser crias/filhos(a) de Maria Raimunda com pais distintos, já que são distinguidas pelos avaliadores como: crioulinho, pretinho e cafuzinha, dando a entender que são de “cores diferentes”. Contudo, são apenas pressupostos.

---

<sup>82</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Francisco Raimundo Teles, 1833.

Gráfico 4



Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Além de seu sítio e escravos, Feliciano Raimundo possuía uma salva de prata de 14\$000 rs. e nada mais de valor<sup>83</sup>. Seu minguado patrimônio, na quantia de 803\$000 rs., seria partilhado entre seus seis filhos, afinal um elevado número de crias seria condição de um pequeno lavrador.

No sítio de Feliciano Raimundo, assim como em muitas outras pequenas propriedades, não há referências da presença de senzalas, isto é, as moradias dos cativos. A ausência de senzalas ou ranchos de escravos supõe que a convivência entre escravizador e escravizado poderia ser mais harmônica podendo, até mesmo, ser menos cruel que as relações travadas nos interiores das grandes propriedades rurais. O plantel de Feliciano, por exemplo, era composto de uma ou, no máximo, duas famílias, com crianças de colo, como a crioula Maria Raimunda e seus três filhos ainda meninos.

Adelci Silva pesquisando a pequena propriedade agrícola, em Vassouras, no Vale do Paraíba, no *Oitocentos*, entendia a relação dos pequenos proprietários com os poucos cativos que possuía pela presença de famílias escravas: “como formador de um sentimento que talvez chegasse às raias da afetividade entre proprietário e propriedade.” (SANTOS, 2012, p. 18). O autor enfatiza ainda que,

Os pequenos senhores, tanto pelos seus poucos recursos estratégicos como financeiros (afinal não manipulavam a administração política nem os cargos militares que fazia a manutenção da ordem escravista) não podiam se permitir alimentar desavenças com

<sup>83</sup> Iris Mariano Tavares (2011, p. 11) observou que entre os bens arrolados entre seus inventariados, no Maranhão, eram descritos os mais insignificantes objetos e os valores de terras, casas, móveis, gado, engenhos, casas de farinha, e mesmo de ouro, prata e cobre eram inexpressivos.



seus escravos. Sua dependência com eles é grande e a cooperação deve ser mais pelo respeito que pela força e autoritarismo. Afinal, muitos deles conviviam (e viviam mesmo) dentro da própria casa com seus cativos, portanto não seria sábio querer medir forças. (SANTOS, 2012, p. 19).

Outra proprietária entre o rol classificado como pequenos sitiante é Maria do Carmo Lopes<sup>84</sup>. Proprietária de 7 cativos, possuía um “sítio com ¼ de légua de terra de frente e uma légua de fundo com vista para um igarapé”. O curioso é que principiando os marcos das terras de Maria do Carmo, ou melhor, um pouco mais à frente de sua propriedade, encontrava-se a fazenda denominada de “Nossa Senhora do Socorro”, uma grande fazenda, já que seu interior era composto por “uma morada de casa de sobrado com madeiramento de Acapú, perna mancas e ripas de andiroba, toda coberta de telha e ainda algumas benfeitorias, como uma casa para moinho e, outra menor coberta de palha”.

O inventário faz menção a algumas porções de terras com plantio de cacau e, certamente de cana de açúcar, pela circunstância de haver nas redondezas do sítio 6 porções de terras, algumas de vargem<sup>85</sup>, outras de terra firme, e entre os objetos arrolados no documento existir um alambique com sua serpentina de cobre e tachos de ferro, elementos para produção de cachaça de cana e aguardente. Alguns animais de criação também foram descritos, bois, vacas, garrotes etc., tudo à serviço do sítio.

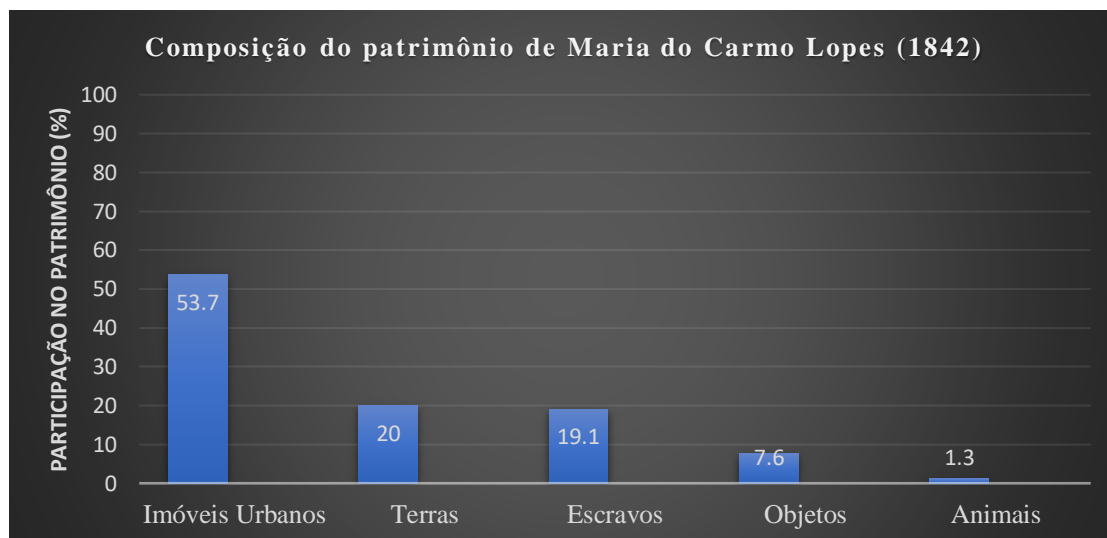
Os vestígios me levam a pensar que os produtos procedentes das roças poderiam ser processados na fazenda Nossa Senhora do Socorro, que avizinhava o sítio, pela proximidade e pelo fato de ser melhor paramentada, possuindo até mesmo um moinho. Assim seria bem provável que os proprietários mantivessem relações de alianças que garantissem vantagens a ambas as partes.

---

<sup>84</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2ª Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Maria do Carmo Lopes, 1842.

<sup>85</sup> A terra de vargem é um terreno plano situado na margem de um rio. É uma planície fértil própria para a agricultura.

Gráfico 5



Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Mariana Almeida de Assunção (2002) pesquisando as propriedades da província do Ceará, observou, entre os donos de sítios inventariados da freguesia de Fortaleza, a prevalência dos pequenos produtores que cultivavam toda sorte de gêneros agrícolas para ser consumido no mercado interno, como: a farinha, açúcar ou derivados como aguardente ou rapadura, café e algodão. Constata ainda que a produção de farinha de mandioca era produto hegemônico entre as propriedades dessa localidade, do mesmo modo que na província do Grão-Pará.

Chegamos ao termo, portanto, de que os sitiantes, donos de pequenos plantéis escravistas, cultivavam gêneros para a subsistência e abastecimento interno. Possuíam pouco capital concentrado em suas apoucadas porções de terra e, numa reduzida escravaria que, muitas das vezes, dividia o mesmo teto com o seu proprietário. Em síntese, os pequenos sitiantes eram basicamente sujeitos livres com reduzido cabedal, algumas vezes eram estrangeiros pobres, sobretudo, portugueses vindos dos Açores e da Madeira que se aventuravam nos negócios agrícolas.

Caracterizado os pequenos proprietários, chega a vez de analisar os médios, ou seja, aqueles sujeitos que possuíam entre 11 a 30 escravos. Perfazendo um total de 19 e possuindo uma média de 19,4 escravos por proprietário, estes sujeitos representaram 54,2% dos sitiantes que cataloguei. No entanto, e infelizmente, dos 19 sitiantes médios, apenas nos foi possível identificar as atividades desenvolvidas por 7 deles.

Tabela 7- Médios proprietários (11 a 30 cativos) / atividades

Nome do Proprietário	Atividade	QDT de escravos
Domingos José Monteiro	Cana de açúcar, mandioca	13
Catarina Margarida de Jesus	Cana de açúcar	27
Damazio de Barros Pereira	Cacau, algodão, cana de açúcar	13
Maria Antônia Joaquina de Carvalho	Mandioca, algodão	26
Ignácia Monteiro de Noronha	Cana de açúcar, café e arroz	18
Catarina Ignácia do Espírito Santo	Cana de açúcar	23
João Soares da Costa	Cacau e cana de açúcar	25
<b>Total:</b>	<b>7</b>	<b>145</b>

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

De sobressalto, e com base na tabela 7, destaca-se que todos os médios sitiantes desenvolviam mais de uma atividade, ou seja, em associação. Deste total, 6 proprietários desenvolviam atividades ligados a cana de açúcar com a produção de aguardente em associação a outros tipos de cultivos, em menor escala, como o cacau, mandioca, algodão, café ou arroz. Como Damazio de Barros Pereira<sup>86</sup>, falecido no ano de 1820, filho de um militar, o alferes Raimundo de Barros Pereira, da 2ª Companhia de Cavalaria da Legião de Milícias, e de Maria Joana, que viviam na ilha de Joanes, Marajó. Damazio de Barros era proprietário de um sítio às margens do rio Guajará, com plantação de 1.000 pés de cacau e frutas situadas na cabeceira do igarapé de tal. Para além do cacau, observei, pelos objetos deixados: frisqueiras com seus respectivos frascos, caldeireira e alguns tachos de cobre, que ali também se fabricava aguardente de cana e cachaça de cana. Alguns teares e 4 rodas de fiar algodão também foram arrolados no documento, relevando a ligação com atividade manufatureira na propriedade.

Possuidor de 13 cativos, 11 descritos e avaliados em inventário e 2 identificado através de testamento, havia, pelo menos, a presença de 3 famílias escravas.<sup>87</sup> Damazio deixou em testamento a escrava Benedita Francisca, sua afilhada, a quantia de 100\$000 mil-réis “pelos bons serviços que me tem prestado”. Benedita era mãe de Francisco Caetano, Dorotéia, Ângela e do crioulinho Benedito. Deixou também em liberdade “isenta de cativo” a preta Maria no

<sup>86</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2ª Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Damazio de Barros Pereira, 1820.

<sup>87</sup> Além de Benedita Francisca e suas crias, haviam as famílias dos pretos: Alexandre, de nação Benguela, 56 anos, 50\$000 rs., casado com a crioula Agostinha, 35 anos, pais do preto Joaquim, 4 anos que faleceu, e Silvestre de 2 meses, avaliados por 20\$000 rs., e o crioulinho Raimundo, 22 anos, filho da preta velha liberta Maria.

valor de 50\$000 mil-réis., “por já ser velha e por ter me servido sempre com fidelidade”. E, deixou ainda liberta a preta Joana, no valor de 30\$000 rs., “por ser doente e quebrada”.

Deixar escravos velhos ou doentes libertos da condição de escravidão não se restringia apenas à província do Grão-Pará, muito pelo contrário à prática era conhecida pelos senhores das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Recôncavo Baiano. Muitas vezes, os beneplácitos praticados em concessões testamentárias, como alforria, esmolas aos cativos, doações de terras, e outras mais, revelam não a bondade dos senhores perante seus subordinados, mas sim, uma necessidade de satisfação espiritual, como garantia de absolvição frente do Divino Tribunal. Até porque se tratava de uma sociedade muito influenciada pelos ensinamentos do cristianismo, e, sobretudo, temerosa dos castigos do pós-morte, do reino celestial.

O problema mais comumente encontrado entre a (escravaria dos médios proprietários) são: pés inchados, feridas e mal de gota quando se trata de doenças; no que se refere aos defeitos físicos; e estes são os que mais refletem os castigos aplicados aos seus cativos encontramos vários aleijados e, principalmente, “quebrado das virilhas”, revelando, pelo menos, que estes eram submetidos a um sucessivo e excessivo carregar de pesos, que tinham como consequência este mal característico. (SANTOS, 2012, p. 95).

O autor explica que entre os médios proprietários da zona cafeeira fluminense, os castigos infligidos aos escravos eram menos frequentes em comparação aos donos de grande escravaria, isto é, sujeitos afortunados que possuíam maiores possibilidades de substituírem os escravos doentes. Para o autor, entre os pequenos e médios proprietários, os escravos viviam sob um sistema de mútua cooperação, no qual prevalecia alianças entre senhores e cativos.

Outro bom exemplo de médios proprietários voltados as atividades em associação é o de Ignacia Monteiro de Noronha<sup>88</sup>, viúva, que falecera no dia 6 de maio de 1849, na cidade de Belém do Grão-Pará, e deixou, entre seus bens, 18 cativos, sendo a maior parte deles crioulos. Seu sítio, local onde morava, era composto por “sorte de terra principiando os marcos de Raimundo Monteiro de Alfaia”, em igarapé de nome desconhecido. Na propriedade e nas terras fronteiriças, achava-se “um cafezal com 556 pés de café, avaliado em 362\$000 rs.”. Associado a este cultivo, plantava-se ainda arroz e cana-de-açúcar. Conjectura-se que estes produtos providos das roças seriam vendidos no mercado regional para o abastecimento, pois, na documentação, apresenta-se vestígios de referências à venda de produtos, como 20 arrobas

---

<sup>88</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Ignacia Monteiro de Noronha, 1850.

(294 quilogramas) de café vendido à 32\$000 mil réis; 50 alqueires (1.815 quilogramas) de arroz vendido à 14\$000 mil réis.

Concomitantemente ao cultivo de gêneros agrícolas, Ignacia Monteiro desenvolvia também atividades de criação, pois foram arrolados uma quantidade considerável de animais de criação em seu inventário: “14 cabeças de ovelhas; 5 vacas; 5 vitelas e 2 novilhas”, e ainda dispunha de canoas e igarités. A soma de seu patrimônio foi de 1:461\$840 (um conto quatrocentos e sessenta e um oitocentos e quarenta mil réis).

Do conjunto de inventariantes de médio porte, como demonstrado na Tabela 6, verifiquei que 2 donos de sítios eram possuidores de empreendimentos agrícolas em condições um pouco mais complexa, pois contavam com engenhos e engenhocas dentro de suas propriedades. Foi o caso do engenho Laranjeiras de Catarina Margarida de Jesus e a engenhoca de Domingos José Monteiro. A primeira contava com 27 cativos e o segundo com 13.

O sítio com engenhoca denominado de Santa Maria era propriedade de Domingo José Monteiro<sup>89</sup>, falecido em 20 de agosto de 1815, deixando sete herdeiros seus filhos. No sítio de vivenda haviam benfeitorias de casas cobertas de telhas e uma engenhoca também coberta de telhas, na descrição do documento há a presença de utensílios próprios para o fabrico de cachaça e aguardente, como alambiques e tachos de cobre de vários tamanhos. Algumas ferramentas e objetos nos ajudam a entender à produção na propriedade foram descritas “igarités novas, roda de ralar mandioca, balanças para medir alqueires, cavalos e montaria” estão entre os pertences que serviriam para a produção no sítio. Seus 13 cativos eram jovens, com a média de 26 anos, todos crioulos e cafuzos empregados nos serviços do sítio. Pelas descrições realizadas pode-se concluir que o sítio estava em bom estado de conservação e em plena atividade produtiva, já que seus escravos (força de trabalho) eram jovens, 5 homens e 8 mulheres, havendo duas crianças menores de 8 anos. Outro fator que corrobora são as habitações cobertas de telha que demonstra as boas condições da construção, até porque nesse contexto as casas de sapé eram as mais comuns. E, as ferramentas e objetos que dispunha, e a igarité que se apresenta como nova.

Já o sítio com engenho de Catharina Margarida de Jesus denominado de “Laranjeiras”, nome homônimo do igarapé ao qual se encontrava estabelecido, entre os rios Moju e Acará (como apresentado na Figura 5) era uma propriedade um pouco mais avantajada. Primeiro, por seu plantel escravista ser maior, 27, cativos, logo dispunha de mais trabalhadores para as roças e lavouras agrícolas; segundo por haver junto ao sítio “um engenho d’ágoa de moer cana, com roda d’agua de madeira”, avaliado separado do sítio pela quantia de 180\$000, ou seja, o sítio

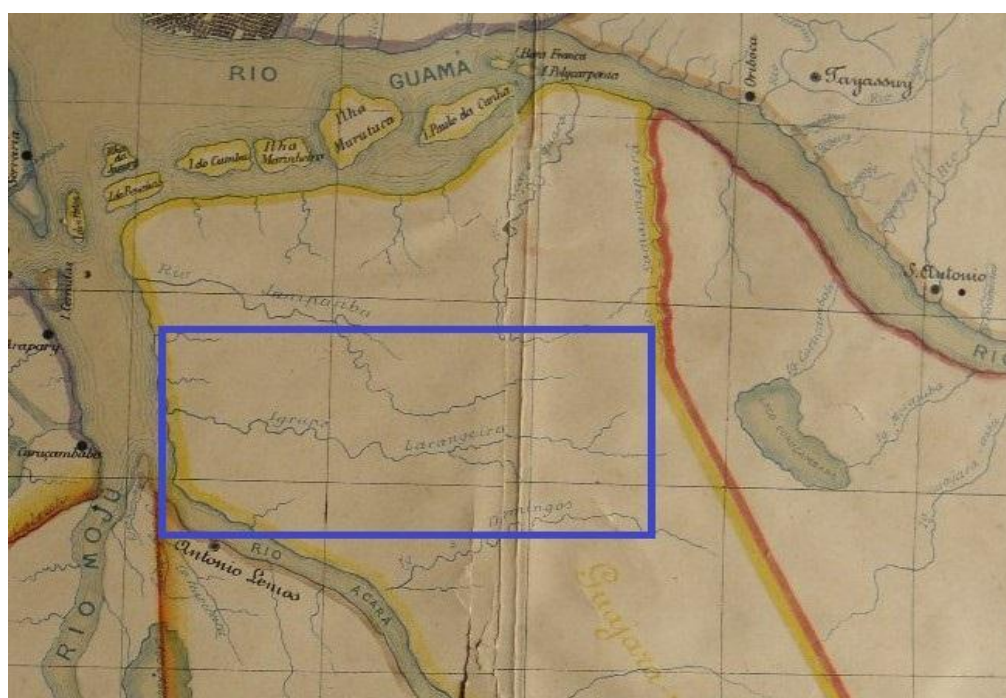
---

<sup>89</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório Leão. (4º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Domingos José Monteiro, 1815.

possuía seu próprio engenho, principal instrumento para moagem da cana, com a grande roda d'água e seus respectivos apetrechos. Nota-se, portanto, que o engenho Laranjeiras era mais produtivo.

Além disso, na propriedade havia algumas plantações de cana em terras pegando o igarapé Laranjeiras, e outras próximas à Ilha de Marajó. Dando a entender que a produção no Laranjeiras estava ativa. Tratava-se de um engenho de produção de açúcar, cachaça e aguardente porque foram listados em documento “cochos para garapa de pão pequeno”, isto é, formas para o armazenamento de garapa que seria transformado em açúcar e alambiques de cobre novo, além de alguns tachos de diferente tamanho, medidos em arroba e libras esterlinas, e alguns animais de tração.

Figura 5- Mapa especificando a localização do igarapé Laranjeira em 1855



Fonte: COSTA E SYDRIM, José Moreira e José. **Carta do Município de Belém**, com a divisão jurídica, feita na administração do senador Antônio Lemos. 1905.

Em vista dessas características e dos materiais utilizados que faziam parte desse sistema de funcionamento podemos mensurar o valor e o cabedal investido para a capitalização de tais empreendimentos. A produção agrícola era importante para a economia provincial, os produtos cultivados eram essenciais para abastecer o mercado interno, o que explica a condição de muitos sujeitos investirem seus poucos recursos em tal negócio.

Observamos, portanto, que entre os proprietários de médio porte os empreendimentos eram mais bem equipados e não produziam apenas para a subsistência e abastecimento, iam além, produziam até mesmo para a exportação. Estes sujeitos participavam da logística mercantil como produtores e fornecedores de suprimentos, matéria prima e insumos para o abastecimento dos interiores, da capital e de outras províncias. Para Stuart Schwartz (2001, p. 134) alguns fatores explicam a maior demanda de produtos para o mercado interno, entre eles o crescimento das cidades, acompanhado de crescimento demográfico, em fins do período colonial e no período joanino. O crescimento demográfico urbano foi geral, nas principais capitais e nas províncias mais distantes. Outro aspecto fundamental foi o crescimento da população cativa, no contexto da “reativação da agricultura brasileira [que] resultou numa expansão do tráfico de escravos, em especial entre 1780 e a década de 1830. Nesse modelo, o Brasil acompanhou a expansão geral da agricultura escravocrata na economia do Atlântico.” (SCHWARTZ, 2001, p. 135). Todos esses fatores:

O crescimento natural, o influxo de escravos e a migração para as cidades contribuíram para a urbanização. Em grande parte, criados pela economia de exportação, esses centros urbanos geraram mercados internos que exigiam abastecimento proveniente da economia rural e dos comércios internacionais e coloniais. (SCHWARTZ, 2001, p. 134).

A importância da economia rural de pequenos e médios produtores – os sitiantes e roceiros –, é factível nesse sentido. Eles eram imprescindíveis por gerir uma cadeia de abastecimento que contribuía também para desenvolver a economia provincial, foi assim no Grão-Pará, no Maranhão e nas províncias do sul e sudeste, sobretudo no contexto do Império do Brasil, com a expansão da agricultura de exportação.

### 3 CAPÍTULO 3: ENGENHOS DE AÇÚCAR, CACHAÇA E AGUARDENTE DE CANA NO GRÃO-PARÁ OITOCENTISTA

Em 1846 é aberto o inventário de D. Josepha Joaquina de Souza<sup>90</sup>, filha do Pe. Raimundo de Souza, presbítero secular e natural desta cidade, e esposa do Alferes da 3ª Linha Francisco Bernardo da Silva, seu inventariante. Dona Josepha Joaquina era senhora de uma volumosa escravaria, 71 escravos, e proprietária da fazenda de Carnapijô, que continha um engenho movido a água às margens do rio Barcarena, localizado freguesia de Barcarena, no distrito de Aycaraú, Baixo Tocantins, distante algumas léguas da capital.

Em seu inventário é informado que a propriedade de Carnapijô era um suntuoso engenho de beneficiamento não de açúcar, mas, especialmente, da fabricação da cachaça e aguardente de cana – produção que era comum nos engenhos estabelecidos na província do Grão-Pará. O engenho de Carnapijô, avaliado pelo avantajado montante de 5:000\$000 (cinco contos de mil-réis), seguia a acurada descrição:

Fazenda Carnapijô  
Com engenho movido por agoá, por acabar, e defeituoso na calha;  
10 alambiques e 1 bomba de cobre;  
Cazas de vivenda, com trastes de serviço, já velhos;  
Capela, coberta de telha, já muito velha, com seus respectivos ornamentos de igreja;  
Ranchos cobertos de palha;  
E terras pertencentes à mesma fazenda que principiam da boca do rio Barcarena, correndo até o rio Aycaraú.

Nas terras fronteiriças do engenho, as Ilha das Onças e de Soure, havia duas “sortes de terras” para plantação de cana, uma das quais fazia divisa com o engenho de Manoel Fernandes Ribeiro, valendo, cada uma, 200\$000 (duzentos mil réis). De acordo com a documentação localizada no Arquivo Histórico Ultramarino<sup>91</sup>, as mesmas terras que faziam parte, em 1846, do patrimônio de Josepha Joaquina de Souza, foram doadas, através de carta de datas de sesmaria, à Francisco de Pofitis, ainda no período colonial, em 1722.

No dia 18 de março de 1722, Francisco de Potflis requereu, mediante uma provisão, ao governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Bernardo Pereira de Berredo, o direito de resgatar 100 casais de escravos índios de nação Tapuia para servirem no seu engenho açucareiro no sítio de Carnapijô. Nesta provisão, o requerente descrevia sua propriedade ao governador da seguinte forma:

Possui hum engenho de fazer assucar no Cítio de Carnapijô, que fez de novo com grandes partidas de canas, as quaes não pode moer por lhe terem morrido e fugido

<sup>90</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Sarmiento* (14º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de D. Josefa Joaquina de Souza, 1846.

<sup>91</sup> Doravante AHU



seus escravos, ficando impossibilitado para aproveitar a cultura dos ditos canaviais próprios, e dos lavradores obrigados ao mesmo Engenho, para o licenciar e continuar com a dita fábrica, e lavouras dos mesmos canaviais, e por não virem prettos de Guiné com que se poder fazer, e não se achar outro engenho no dito districto. Pedindo-me que fosse servindo conceder-lhe licença para poder mandar resgatar 200 escravos do gentio da terra, q. os mayoraes das Aldeas costumão vender as Tropas de Resgates, e assim mais descer 100 casais forros dos que não estão aldeados.<sup>92</sup>

No ano seguinte, em 18 de novembro, Francisco de Potflis tornou a escrever, agora, diretamente ao Rei D. João V. Desta vez, requeria-lhe a confirmação de carta de data de sesmaria localizada na Ilha das Onças – terras essas que, como vimos, eram circundantes ao seu engenho. O requerente informava ter comprado das mãos de Clemente Soeiro Palheta o sítio Carnapijô, com terras e engenhoca, e que teria construído um engenho de açúcar. No entanto, as terras adquiridas não seriam suficientes para os canaviais, e, por isso, requeria as terras de toda Ilha das Onças.<sup>93</sup> A pesquisadora Ana Paula Cunha, analisando a mesma documentação, afirma:

O morador solicita sesmaria de toda Ilha das Onças, cujas terras alagadiças, afirma serem inabitáveis e somente próprias para plantação de cana. A Ilha ficava fronteira às terras do engenho e sua solicitação se justificava por não serem suficientes as terras do engenho do Carnapijô, no futuro, para os canaviais. (CUNHA, 2009, p. 31).

Isso significa que as terras na Ilha das Onças que faziam parte do patrimônio de D. Josepha, em 1846 e serviam para plantação de cana foram requeridas muito antes, ao rei, pelo antigo proprietário, o senhor Potflis.

O Engenho de Carnapijô, portanto, foi primeiro propriedade de Francisco de Potflis, ainda no *Setecentos*. Naquele tempo o proprietário erigiu o engenho e se firmou no ramo açucareiro, expandindo sua área territorial, estabelecendo conexões e vínculos com sujeitos daquele círculo social chegando, até mesmo, a solicitar ao rei terras e escravos para seu domínio, inclusive, requerendo “negros da terra”, ou seja, índios tapuias, por motivos de haver carência de braços africanos para a lavoura.

Infelizmente não foi possível, devido à ausência de documentação, saber por qual meio, se por herança ou mediante a compra, a propriedade do Carnapijô chegou às mãos de D. Josepha

<sup>92</sup> AHU, Pará, Doc. 593, caixa. 7. “Carta do governador de capitão-general do Estado do Maranhão, Bernardo Pereira de Barredo, para o rei D. João V, em resposta ao pedido de Francisco de Potflis, em 18 de agosto de 1721. O resgate dos índios era visto pelos colonos como remédio para extrema pobreza a qual se encontrava o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654-1751), sobretudo pelos sérios problemas pertinentes à falta de produção dos engenhos de açúcar causado pela carência de mão-de-obra nas lavouras, sítios e fazendas, que só podia ser remediado pelo resgate dos índios, uma vez que, era escasso o abastecimento de escravos africanos para as bandas do Norte.

<sup>93</sup> AHU, Pará, Doc. 625, caixa. 7. “Requerimento de Francisco de Potflis, para o rei D. João V, em 18 de novembro de 1722”.

Joaquina de Souza. O que as fontes revelaram é que no início do século 19, a propriedade já era patrimônio do casal, Josepha Joaquina de Souza e Francisco Bernardo de Souza, e que o engenho já não era mais especializado na produção de açúcar – justificativa vital para Francisco de Potflis ter requerido terras e mão-de-obra no século anterior –, mas na produção de aguardente de cana e cachaça. Produtos estes de excelente qualidade, como segue a descrição da *Gazeta Oficial* e do *Diário de Belém*.

Em janeiro do ano de 1859, o jornal *Gazeta Oficial* anunciava que o engenho de Carnapijó produzia cachaça de excelente qualidade vendida em diversas lojas, tabernas e botecos espalhados pela cidade de Belém, como, por exemplo, a loja de Ignácio Leite de Campos, situada no Largo das Mercês, que entre variados artigos – pano para farda de soldados, relógio com despertador, remos de faia e tabaco de Irituia – vendia a “superior *caxaça* do engenho de Carnapijó”<sup>94</sup>.

No *Diário de Belém*, décadas depois, em 8 de março de 1880, comunica que estavam à venda alguns instrumentos pertencentes ao mesmo engenho. O anúncio destacava: “um alambique *francez* do *systema* antigo” e uma “caldeira de força de oito cavalos, *cellindrica* e de fogo interior”. O anúncio findava aconselhando aos interessados que procurassem por “mais informações na mercearia de Antônio José Carneiro & Cia, na cidade do Pará.”<sup>95</sup>

Portanto, os elementos destacados nos anúncios – tanto da *Gazeta Oficial* quanto do *Diário de Belém* – de venda de equipamentos que, aliás, eram importados de países estrangeiros<sup>96</sup>, e aqueles referentes à venda de “cachaça de excelente qualidade” validam os dados revelados nas fontes de que o engenho de Carnapijó era uma propriedade de grande porte, sem dúvida, de significativa importância econômica tanto para a freguesia de Barcarena quanto para a capital da província. Sobretudo por se tratar de um engenho tradicional na região em que sua edificação remete ao início do *Setecentos* e que por longo tempo foi o único no distrito de Barcarena, ou seja, era um engenho centenário que, pelo menos, por toda a primeira metade do *Oitocentos* até o falecimento de Josepha Joaquina ainda estava em pleno funcionamento.

Um dado que corrobora essa afirmativa é que quando propriedade de D. Josepha, na primeira metade do oitocentos, o engenho contava com a mão de obra de 71 negros cativos que foram arrolados em inventário: 37 homens, 34 mulheres, do total 20 eram africanos, negros de

<sup>94</sup> 13 de maio. Nº 551. 29/10/1845.

<sup>95</sup> *Diário de Belém*. Nº 56. Ano XVII. 08/03/1884.

<sup>96</sup> Helder Bruno Palheta Ângelo (2012, p. 62) enfatiza que muitos proprietários de engenho, principalmente os mais ricos da província do Grão-Pará importavam equipamentos modernos de outras regiões do país ou até mesmo de outros países, sobretudo para os engenhos movidos à vapor que demandavam maiores investimentos. A compra desses equipamentos é observada na região principalmente após 1850, momento marcado por uma nova conjuntura econômica intensificada pelos negócios da borracha.

Cabinda, Angola, Casange, Congo, Benguela. No plantel a faixa etária estava equilibrada entre três eixos, crianças (de 0 a 10 anos), jovens (11 a 20 anos) e adultos (21 a 40 anos) distribuídos da seguinte maneira: 20, 11 e 24 respectivamente, portanto, uma escravaria ainda muito jovem. Entre estes havia dois escravos com ofício, o preto Camilo, 26 anos, oficial de pedreiro, avaliado por 350\$000 rs., e o ferreiro Joaquim Thomaz, 35 anos, 300\$000 rs. A propósito, Camilo e Joaquim, eram os escravos mais bem avaliados do plantel de dona Josepha.

É de se supor que somente um tempo após seu falecimento, em 1846, a produção do engenho tenha entrado em declínio, isso porque até o ano de 1856 foi anunciado no *Gazeta Oficial*, a venda de superior cachaça do Carnapijó. Nesse sentido o engenho entrou em decadência entre as décadas de 1860 a 1880, período de expansão da borracha na província do Grão-Pará. Cristina Cancela sugere que nas décadas de 1870-80 houve uma mudança considerável no padrão de riqueza dos proprietários que passaram a investir seu capital nos negócios da borracha e em firmas comerciais, “os símbolos de riqueza transformaram-se e dividiram-se nas mãos de comerciantes e proprietários rurais cujas trajetórias se confundem com a expansão da borracha.” (CANCELA, 2011, p. 307). Estamos diante, portanto, de mudanças e permanências na estrutura da sociedade provincial. É possível que a venda do Engenho de Carnapijó, na década 1880, seja reflexo dessa mudança.

Em 29 de outubro de 1845, ou seja, um ano antes da abertura do inventário de Josepha Joaquina, encontrei, por parte de seu cônjuge o seguinte anúncio de venda no *13 de Maio*:

Vende-se o Engenho denominado Santa Anna do Cafezal situado na boca do rio Aycaraú, distante desta Cidade três horas de viagem, com terras de lavoura competentes para roças e canaviais, tem árvores frutíferas e boas cazas de vivenda e Oratório, o engenho prompto a trabalhar com alambique de vapor, e gado vacum e ovelhum; quem o pertender comprar fale com Francisco Bernardo da Silva, e na sua lencia com João Ribeiro de Arede.

O casal, Josefa e Francisco, ao que tudo indica possuíam um patrimônio bastante alargado, com várias propriedades agrícolas para além do engenho de Carnapijó. Ao modo que, o engenho de Santa Anna do Cafezal avizinhava o engenho de Carnapijó e estava em pleno funcionamento. Portanto, ambas as propriedades eram patrimônios do mesmo casal, e o mais importante, pertenciam ao mundo rural amazônico, compondo o rol de estabelecimentos agrícolas produtores de açúcar e aguardente de cana.

O objetivo deste capítulo é compreender a natureza da produção açucareira na província do Pará, isto é, o processo, o ritmo de produção; as práticas produtivas utilizadas nas fábricas do açúcar; os trabalhadores e as formas como eram empregados, o modo *sui generis* de

produção do açúcar e da aguardente, o último como principal produto fabricado nos engenhos da região amazônica. Portanto, utilizarei a economia do açúcar como eixo principal. Analisando nesse bojo um sistema que articulava produtores rurais como uma classe social organizada em torno da lavoura agrícola, que vinculava seus interesses ao do Estado Imperial de modo a angariar vantagens comerciais.

### 3.1 O açúcar na Amazônia colonial

Como visto no primeiro capítulo, o incentivo à produção do açúcar fazia parte do projeto colonizador implantado pela coroa portuguesa de dinamização da produção agrícola, para a colonização da região. Mas, antes desse domínio, mesmo que por pouco tempo, outras figuras apareceram no cenário da vida econômica da sociedade grão-paraense e tiveram importância peculiar.

Atraídos pela propalada riqueza produzida pela civilização do açúcar<sup>97</sup>, os holandeses, por volta de 1598, foram os primeiros fabricantes no Vale Amazônico do mais importante artigo de escambo a nível internacional da época colonial: o açúcar. Portanto, desde, pelo menos, o século 17, os holandeses possuíam importância singular na economia amazônica erigindo alguns poucos engenhos e construindo fortificações com a ajuda do braço indígena. Nesse sentido, eles foram os primeiros, mas não os únicos a penetrar o vale; os franceses e ingleses participaram desde processo, mas não com a mesma força. Segundo o padre João Felipe Betenfor, os batavos: “possuíam largas plantações nas costas organizadas para explorar as terras do Amazonas.” (BETENFOR, p. 15 apud CRUZ, 1873, p.78).

Os holandeses invadiram as terras do Cabo Norte, iniciando o processo de colonização em virtude da proibição, feita na vigência da União Ibérica, de qualquer forma de negociação com o comércio português pela coroa espanhola. Assim, eles penetraram a colônia brasileira iniciando suas expedições pelo Nordeste e em seguida para outras regiões como o Grão-Pará, constituindo-se como os precursores da produção de açúcar na Amazônia colonial. Nesse interim, toda carga de açúcar produzida pelos holandeses era remetida diretamente a seu país

---

<sup>97</sup> Dentro de um cenário mais amplo a historiadora Vera Lúcia do Amaral Ferlini adotou o Nordeste açucareiro como modelo de colonização mercantilista, dominada pelo comércio triangular, onde a agroindústria canavieira, ou seja, o engenho de açúcar era o coração da produção colonial. No quadro dos descobrimentos, o açúcar representava o centro de ocupação e exploração das terras americanas, onde a lavoura e a toda produção girava em torno da Casa Grande, dominada pela grande unidade açucareira, predominantemente autárquica, favorecida pelo sistema de mercês, num contexto de uma economia de favores. Neste cenário o engenho representado pela casa grande era o centro de concentração de poder e capitais, de mando e desmando, de terras e escravos, este era o alicerce da sociedade colonial, a civilização do açúcar. Ver: FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar** (século XVI a XVIII). Editora Brasiliense, São Paulo, 1998.

de origem. A partir disso, é possível inferir que os lusitanos não foram os primeiros colonizadores do vale.

Conhecedores da força econômica que a indústria do açúcar representava, os portugueses, possuidores de um império marítimo e de uma força bélica estupenda, voltaram seus olhos aos domínios das terras do vale amazônico que eram as melhores para a plantação de cana. Armaram-se e travaram uma longa guerra de conquista, na vasta terra desabitada, com o auxílio da “gente da terra”, os indígenas. Caio Prado Júnior em *História Econômica do Brasil* lembra-nos que os motivos políticos determinaram a fundação da cidade de Belém, em 16 de janeiro de 1616, quando os invasores são todos definitivamente expulsos e os portugueses se instalam sem concorrentes.

#### Segundo Ernesto Cruz

Localizados os portugueses no Pará, bem armados, fortalecidos ainda mais com o auxílio dos nativos, foi possível levar aos invasores, aos primitivos fabricantes do açúcar no Amazonas, a guerra dura e decisiva, que devia cortar, definitivamente as pretensões comerciais com que se instalaram no vale, construindo Engenhos, lavrando a terra para o cultivo de cana e do tabaco e levantando as Casas fortes para a defesa das suas propriedades. (CRUZ, 1873, p. 80).

Nesse sentido, o açúcar foi o elemento central que armou, ou melhor, custeou o processo de conquista das expedições portuguesa. Ocupado o vale, começou-se a avolumar o número de engenhos. Lembra-nos Ernesto Cruz, que “até meados do século XVIII a atividade canavieira era prospera na região, tendo-se erigidos muitos estabelecimentos onde o açúcar, o tabaco, o café e a aguardente constituíam a principal fonte de produção.” (CRUZ, 1873, p. 81). De acordo com o padre João Daniel em *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, escrito no século 18, os engenhos de açúcar e aguardente “são as mais lucrosas feitorias daquele Estado, e as que dão maiores rendimentos a seus donos.” (DANIEL, 2004, p. 104)

A decadência, de acordo com o padre João Daniel, veio com a libertação do índio e a posterior introdução do escravo negro que, embora compensasse a perda daqueles braços, era irregular causando sérios impactos econômicos aos proprietários. O testemunho ocular feito pelo Padre Cristobal de Açuña quando esteve na província no século 16, é um indicativo sobre a fertilidade da terra e a qualidade dos canaviais no Amazonas. Dizia o religioso:

As melhores (colheitas, que a meu ver, se deveriam empreender neste Rio (Amazonas), são as de açúcar, que é o quarto gênero que, como o mais nobre, mais proveitoso, mais seguro e de maiores rendimentos para a Coroa Real, e do qual há tempos tanto diminuiu o tráfico no Brasil, mais se deveria tomar a peito e procurar desde logo instalar muitos engenhos, que em breve tempo restaurasse as perdas

daquela costa: pois a terra para cana doce é a mais famosa que há em todo Brasil. (AÇUÑA, p. 194 apud CRUZ, 1873, p. 79).

A reflexão do padre Cristobal manifesta a preocupação por parte das autoridades ligadas a Corte Real sobre a crise econômica vivenciada pelos engenhos da costa brasileira, na primeira metade do século 18, quando da tomada daquelas terras pelos holandeses. Contudo a crise não afetou a região do vale amazônico, muito pelo contrário: “enquanto diminuía o número de engenhos na Bahia e em Pernambuco, no Estado do Maranhão e [Grão-Pará] continuavam sendo feitas concessões de sesmarias à colonos que pretendiam lavar cana, construir engenhos.” (CUNHA, 2009, p. 29).

Mesmo o açúcar estando em decadência, as experiências bem-sucedidas nas capitânicas do nordeste açucareiro e das regiões caribenhas fazia com que os colonos vissem com bons olhos a produção do açúcar. Corroborando esta análise, Ana Paula Macedo da Cunha pesquisando os engenhos e engenhocas nas capitânicas do Maranhão e Grão-Pará no setecentos enfatiza que,

Embora o centro produtor de açúcar estivesse no Estado do Brasil, o açúcar teve lugar também no processo de conquista e ocupação portuguesa das Capitânicas do Pará e Maranhão. [...]. Desde a conquista destas Capitânicas, engenhos de açúcar e engenhocas de aguardente foram sendo instalados ao longo dos rios que compõe sua hidrografia, mostrando que a atividade açucareira não foi uma atividade isolada, restrita ao Litoral da colônia. (CUNHA, 2009, p. 6).

A autora sublinha que “as maiores concentrações de engenhos estavam estabelecidas na região do Grão-Pará em prejuízo da capitania do Maranhão, sobretudo, aos arrabaldes dos principais rios: Moju, Acará e Guamá”. (CUNHA, 2009, p. 6). Os engenhos estavam também em poder de alguns donos de sítios, como apresentado no Capítulo 2.

Embora a produção do açúcar fosse importante como elemento de colonização das terras do Maranhão e Grão-Pará, a mesma não se constituía como principal atividade econômica da região, sobressaindo-se o cacau, como produto rei. Ainda assim, não devemos desconsiderar que sua produção, mesmo não sendo a principal atividade econômica, era um dos produtos em pauta nas exportações ao lado do cacau, salsa e do cravo.

Para Ernesto Cruz “os principais gêneros com que se pagavam os contratadores dos dízimos, os soldados e os filhos da folha, eram: o cacau (3ª. Parte); o cravo (4ª. Parte); o açúcar (6ª. Parte); a salsa (8ª. Parte) e o café (8ª. Parte)”. (CRUZ, 1873, p. 68). Nesse sentido, os preços dos gêneros agrícolas e de extração eram taxados e determinados pela Fazenda Real, “valendo o cacau 4\$000 réis a arroba, o cravo e a salsa valiam 6\$000 a arroba, e o açúcar 3\$000 réis.” (CRUZ, 1873, p. 68), daí a importância de se produzir açúcar. A rentabilidade, portanto, não

estava somente na exportação do produto, mas também nos tributos arrecadados sobre as cargas embarcadas para o reino.

De acordo com Marília Imbiriba a questão do açúcar transcende os fatores econômicos, ainda que fosse elemento importante, “com o discurso de produzir açúcar e ter engenho real, os moradores conseguiam mercês reais, importantes signos de distinção em sociedades do antigo regime.” (IMBIRIBA, 2015, p. 149). Nesse sentido o incentivo à produção não era vantajoso apenas à Coroa, os senhores de engenho, apesar dos inconvenientes causados pela produção, amealhavam fortunas consideráveis ao investirem neste negócio. O açúcar era visto pelos colonos como a solução, ou melhor, remédio à pobreza, tamanha era a situação de penúria a qual se encontrava a capitania.

Embora fosse vantajoso produzir o açúcar, a carência por braços era um grave problema que há tempos tolhia qualquer possibilidade de sucesso na lavoura açucareira, no Grão-Pará. Ao Rei constantemente eram enviados cartas, requerimentos e correspondências solicitando o envio de negros africanos ou mesmo pedindo autorização para o resgate de índios nos sertões, como a solicitação feita, em 1721, pelo senhor Francisco de Potflis, o primeiro proprietário do engenho de Carnapijó.

A carência por trabalhadores desestimulava os produtores fazendo com que migrassem para outros tipos de atividades econômicas, principalmente as ligadas ao mercado, causando sérios problemas as lavouras agrícolas, aos investidores privados, e aos cofres reais que arrecadavam os tributos pela produção de açúcar: “o dízimo foi o encargo tributário que mais pesou nas arrecadações da Coroa, correspondendo à cobrança da décima parte do que se colhia e produzia na colônia.” (CUNHA, 2009, p. 35).

Não apenas o açúcar, como também outros gêneros eram taxados com impostos como: a salsa, cravo, castanhas, baunilhas, óleo de copaíba, aguardente, manteiga de tartaruga, peixes, castanhas etc. É oportuno lembrar, como visto no Capítulo 1, que muitos destes produtos serviam como moeda de troca<sup>98</sup> em gêneros e mantimentos para as tropas das expedições aos sertões, inclusive a aguardente que se tornou instrumento de colonização e passou a ganhar destaque nas listas de produtos necessários às expedições.

De acordo com Vera Lúcia Amaral Ferlini<sup>99</sup>: “se a responsabilidade e ônus do empreendimento [canavieiro] foram delegados a particulares, coube à Coroa Portuguesa

---

<sup>98</sup> Até 1749, os novelos de algodão, os rolos de pano e a droga do sertão, constituíam na colônia, como moeda corrente. Com estes produtos eram liquidados os impostos e serviam, também, para a compra de escravos, e para pagar os soldos das tropas e os ordenados dos filhos da folha.

<sup>99</sup> Vera Lúcia Amaral Ferlini é uma importante pesquisadora da atividade e produção açucareira no Brasil colonial, voltou sua atenção ao nordeste brasileiro, sobretudo, ao engenho “Sergipe do Conde” localizado na Bahia. Entre

organizar a ocupação agrícola da Colônia.” (FERLINI, 1994, p. 21). Organizar no sentido de promover, isto é, disponibilizar incentivos fiscais e normas jurídicas a fim de estimular a construção de engenhos e fomentar a lavoura agrícola.

Embora o açúcar representasse fonte de renda para a Coroa com a arrecadação dos dízimos de sua produção e com os direitos alfandegários, existiam concessões régias que davam aos senhores que construíam ou reedificavam engenhos, a isenção de dez anos nos direitos de embarque do produto nos navios que partiam para Lisboa. Essa concessão, dependendo do número de engenhos por ela amparados, diminuía contribuição do produto para a Fazenda Real. (CUNHA, 2009, p. 37).

Como forma de incentivo alguns privilégios foram concedidos aos senhores que erigissem engenhos de açúcar na região, a Coroa desde a Provisão datada em 17 de dezembro de 1655, concedia isenção de tributos àqueles que construíssem ou aparelhassem engenhos no Estado do Brasil.

Ernesto Cruz pontua que “algumas providências em proveito dos produtos da terra, veio a dar ânimo aos agricultores, aos donos de Fazendas e Engenhos.” (CRUZ, A1878, p. 68). Exportava-se dos portos do Pará para a metrópole grande quantidade de café, porém, a produção da colônia não era suficiente para o seu consumo, perdendo os produtores locais para a concorrência estrangeira, motivo das constantes queixas dos comerciantes ao Rei, pedindo-lhe que fosse garantido bom preço e preferência do comércio português.

Em decreto de 27 de janeiro de 1751, D. José I tomou providências a fim de proteger as exportações do açúcar e do tabaco. Contudo, as medidas protecionistas causaram sérias crises e desânimo aos produtores e comerciantes. Em consonância com o Decreto, foram criadas em maio de 1754, as Casas de Inspeção, que, entre outras medidas, tinham efeitos fiscais que obviamente não agradaram os lavradores e os senhores de engenho. Eles, por sua vez, foram reticentes em não contribuir com os impostos, burlando-os por meio do contrabando, até que o rei recuasse em seu Decreto e conciliasse os interesses fiscais, com as pretensões dos produtores agrícolas. Todas essas medidas foram importantes, portanto, para incentivar a produção do açúcar não apenas entre os grandes produtores das Capitânicas do nordeste, mas também, aos produtores das regiões do norte, que necessitavam desse incentivo para atraírem capital, se fixarem e desenvolverem a região.

---

outros temas a autora destaca a indústria açucareira e seu importante papel como agente colonizador do Estado brasileiro, a partir de elementos econômicos e sociais, reproduzindo a ideia de que o açúcar promoveu a colonização do Brasil, seja através da ocupação das terras para os canaviais, seja pelo incentivo às atividades agropastoris, em razão de que os animais alimentavam os engenhos, ou pela expansão urbana das principais capitais canavieiras.



### 3.2 O açúcar e as engenhocas

Apesar de não ser o principal produto de exportação da economia paraense a produção de cana-de-açúcar se consolidou como um gênero importante para a colonização, “porque contribuiu para a sustentação do Estado [do Grão-Pará], fez parte da dinâmica colonial tanto como moeda quanto como tributo.” (CUNHA, 2009, p. 96). Sua prática, portanto, remete desde o processo de conquista, contexto em que inúmeros engenhos e engenhocas foram erigidos nas regiões próximas de Belém.

Como visto no Capítulo 2, a região que caracteriza o Grão-Pará geograficamente é favorecida por uma peculiar força hidráulica, coberta de rios, furos e igarapés, e por uma vegetação de várzeas, muito apreciada pelos agricultores, em função da fertilidade do solo que possibilitava a produção canavieira. Portanto, foi nesse espaço onde se consolidou com maior protuberância a atividade agrícola marcada pelo cultivo diversificado de grãos. Destaco a plantação da cana, dando ênfase às regiões produtoras das freguesias de Igarapé-Miri e Abaetetuba.

O mundo rural amazônico foi um espaço marcado por sítios de engenhos espalhados pelos interiores da capital, principalmente nas regiões do Baixo Tocantins e Zona Guajarina. Nesse conjunto destacam-se as bacias dos rios Guamá, Acará e Moju que deságuam nas freguesias de mesmo nome, regiões produtoras de maior relevância no ramo da atividade canavieira. Em função disso uma historiografia já bastante consolidada nos permite averiguar o potencial produtivo da região.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> Sobre a atividade canavieira no Grão-Pará sob um amplo aspecto ver: SALLES, Vicente. **O negro da formação da sociedade paraense** - Belém (PA), Paka-Tatu, 2015; REIS, Arthur César Ferreira. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. 2º ed. Belém: SECULT, 1993. (Série lendo o Pará); CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém. Governo do estado do Pará, 1873; BARATA, Manoel. **Antiga produção e exportação do Pará**. Estudo histórico-econômico. Typografia da livraria Gillet de Torres e Comp. 1915; BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico, sobre a província do Pará**. Typografia de Santo & menor. Pará, 1839. Estudos mais recentes: BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará: séculos (XVII – XIX)**. 2ª ed. \_ Belém: Paka-Tatu, 2012; ACEVEDO, Rosa Elisabeth. *Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX*. Artigo publicado pelo Paper do NAEA 153, outubro de 2000; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Um modelo de agroindústria canavieira no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS; MEDEIROS, Juliana do Nascimento. **Escravidão, engenhos e engenhocas no Pará**. Perfis de propriedade escrava e atividades econômicas (Zona Guajarina e Baixo Tocantins, 1810-180). 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; NASCIMENTO, Sônia Viana. **Igarapé-Miri: A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos** (Grão-Pará: 1843-1888). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; FARIAS, David. **O comércio de escravizados no Vale do Tocantins/PA, 1842-1887**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

Segundo Fernando Marques de Carvalho (2004, p. 59) “por volta de 1790, foi registrado na capitania do Pará 121 engenhos, dos quais 26 eram de produzir açúcar e 95 de aguardente”. Ainda de acordo com o autor, no rio Moju foram registrados 13 engenhos de aguardente e 4 engenhocas de fabricar açúcar, em Igarapé-Miri havia 11 engenhos de aguardente, e em Abaeté registrava-se 5 engenhos. Um total de 33 unidades que se alimentavam da lavoura canavieira.

Tabela 8 – Resumo dos engenhos de fazer açúcar, aguardente e olarias, na Capitania do Pará em janeiro de 1792. (Região guajarina e Baixo Tocantins)

Nº dos Senhores	Distritos	Engenhocas de açúcar	Engenhos de aguardente	Olaria
41	Da Cidade	9	19	17
7	Do Capim	3	3	3
5	Do Guamá	1	3	1
9	Do Rio Acará	5	4	-
17	Do Rio Moju	4	13	4
11	Do Igarapé Miri	-	11	-
5	Do Abaité	-	5	-
6	De Cametá	1	5	-
5	De Barcarena	-	5	-
<b>106</b>	<b>Soma</b>	<b>23</b>	<b>68</b>	<b>25</b>

Fonte: adaptado de MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Um modelo de agroindústria canavieira no estuário amazônico**: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS.

A partir da tabela 8, observa-se a presença em fins do século 18 “de não menos do que 91 engenhos, 23 de produção do açúcar e grande parte, 68, de fabricação de aguardente.” (MARQUES, 2004, p. 60). Havia também diversas olarias, estes locais eram fábricas destinadas à confecção de telhas e tijolos, vasos, potes, em resumo, materiais em cerâmica, objetos de uso das propriedades. Alguns escravos com ofício ligado a atividade de olaria, como alguns oficiais de oleiro, sugerem que era uma atividade usual na província. Portanto, entre as lavouras agrícolas e a fabricação de açúcar e seus derivados outras atividades eram praticadas destacando a dinamicidade da economia regional.

Como, por exemplo, a Fazenda de Val de Cans que além de engenho d’água bastante grande, possuía uma olaria. As terras ficavam localizadas próximo ao igarapé do “mata fome”, entre as estradas do Tapanã (atual rodovia Arthur Bernardes) e Penacova. A Fazenda de Val de Cans era imponente, como de costume das grandes propriedades, ela possuía Capela dedicada ao seu santo padroeiro, o São Brás, além de ranchos para escravatura, e outras benfeitorias como

casas de forno e casa de fazer farinha, e ainda quinhentos pés de café. Algumas benfeitorias estavam em ruínas quando do momento da feitura do inventário em 1845, apesar disso, foi avaliada por doze contos de réis (12:000\$000). Val de Cans era propriedade do Coronel José Duarte Rodrigues<sup>101</sup>, citado em outro momento, também dono do sítio São Miguel, em Cametá com plantação de cacau, terras na Ilha de Paquetá (no Marajó), e muitos escravos. O escravista Duarte Rodrigues dispunha de 166 cativos alocados entre suas propriedades, todos a seu serviço, negros com diversos ofícios, entre outros nomes podemos citar os pretos Fidelis e Francisco, oficiais de olaria.

Outra famosa e antiga olaria de Belém, foi a situada na “Fazenda do Tucunduba”, localizada no Guamá, “a fábrica oferecia telhas e tijolos à cidade de Belém.” (FERREIRA, 2017, p, 44). Foi em 1746, do senhor Teodoreto Soares Pereira, que lhe fora doada pelo rei por meio carta de data de sesmaria, mais tarde passou a ser administrada pela Ordem dos Mercedários, e em seguida doada à Santa Casa de Misericórdia do Pará, onde se fixou em 1815, o Leprosário do Tucunduba.

Percebi durante a leitura da documentação de inventários que outras propriedades também possuíam olarias. Como por exemplo, o engenho Murutucu que possuía engenho, ranchos, capela, oficinas e olaria. Importante engenho para a região de Belém, passou por inúmeros donos, entre eles o arquiteto italiano Antônio José Landi, que foi proprietário até 1791. Segundo Fernando Marques, Landi “adquiriu o engenho Murutucu, com sessenta pessoas, entre índios índias, e rapazes nascidos no dito engenho”. (MARQUES, 2004, p. 81). Durante sua administração Landi reformou a capela do engenho, no estilo neoclássico, e “chegou a produzir açúcar e aguardente, e colocou em atividade uma olaria em que fabricou telhas e tijolos”<sup>102</sup>. (MARQUES, 2004, p. 82). As cerâmicas produzidas nos engenhos, portanto, estavam relacionadas às suas próprias necessidades, elas eram as responsáveis por produzir utensílios indispensáveis ao funcionamento da fazenda como as casas de forno, de purgar, de farinha, as telhas, os vasos para os pães do açúcar etc.

---

<sup>101</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário do Coronel José Duarte Rodrigues, 1845.

<sup>102</sup> Com a morte de Landi, em 1791, “o engenho é herdado a sua filha, Ana Teresa, que se casou com o Capitão João Antônio Rodrigues Martins, proprietário de engenhos como Mocajuba e Utinga”. (MARQUES, 2004, p. 82). Depois, em 1819, o engenho foi herdado por Ângela Joana Pereira Martins pelo seu sogro o Capitão João Antônio Martins, e em 1841, o engenho aparece entre meus inventários como propriedade do Tenente Francisco Marques d’Elvas Portugal, casado com dona Ângela Pereira Martins Marques.

### 3.3 Produção de cachaça e aguardente de cana

Ao contrário do açúcar que desde os tempos coloniais recebeu incentivos fiscais em várias frentes.<sup>103</sup> A produção de aguardente pareceu como problema para a administração colonial porque havia certa desconfiança, por parte da Coroa, de que os lavradores deixassem de produzir açúcar em proveito das aguardentes – que produzia por menor custo, e garantiria elevado lucro –, em prejuízo aos cofres da Fazenda Real que arrecadariam menos tributos por açúcar exportada. A preocupação era verídica, que em 18 de setembro de 1706, entrou em vigor uma provisão régia que proibia a construção de molinetes e fábricas de aguardentes em toda a colônia. De acordo com Ernesto Cruz, em devassa feita pelo Ouvidor Geral do Capitania do Pará, João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, em 1751, “só seria permitida a fabricação de aguardente quando a do açúcar chegasse às necessidades da Capitania e atingisse o limite para a exportação.” (CRUZ, 1873, p. 85).

Esse quadro de desconfiança só mudou quando a Coroa passou a admitir que a produção de aguardente seria um recurso rentável, tanto aos colonos quanto aos cofres reais, quando “a aguardente passou a representar uma fonte de tributo que alimentaria as Câmaras Municipais e a Companhia de Infantaria”. (CUNHA, 2009, p. 49). A partir disso, seria permitido que se erigissem engenhocas, mas com a pré-condição: “de que estas estivessem à distância de pelo menos três marés de um engenho, evitando que os recursos necessários aos engenhos para fazer açúcar fossem divididos com a produção de aguardente.”(CUNHA, 2009, p. 49).

Nos anos que seguiram foram recorrentes as solicitações pelos colonos de permissão para se produzir aguardentes e de construir os molinetes. Neste contexto se criou uma dicotomia entre os grandes engenhos que se dedicavam exclusivamente à produção do açúcar, que produziriam para o mercado externo, e as engenhocas que atendiam as demandas do mercado interno, algo que expõe as constantes restrições quanto à produção dos destilados.

Segundo Ernesto Cruz, havia em todo Estado (Grão-Pará e Maranhão), em 1751, pelo menos: “123 engenhocas de aguardente; 43 na Capitania do Maranhão, 77 na Capitania do Pará, e 24 Engenhos Reais de fabricar açúcar.” (CRUZ, 1873, p. 85). Deste total, 22 eram propriedades de moradores e as outras duas estavam sob a direção dos Religiosos do Carmo e da Companhia de Jesus. As engenhocas, ou pequenos engenhos, ou molinetes não viviam à sombra dos grandes engenhos, muito pelo contrário, eram independentes e a fabricação de

---

<sup>103</sup> Dentre os incentivos, destaca-se: isenção de impostos e direitos; importação de escravos africanos; privilégios judiciais; administração de índios. Em 1655, foi concedido pela Coroa aos proprietários que erigissem engenhos de açúcar no Grão-Pará e Maranhão, isenção de dízimos em 10 anos, entre outros privilégios e mercês.

aguardente era mais desenvolvida, o que não quer dizer que os engenhos maiores não fizessem concorrência com elas.

No Grão-Pará os molinetes eram mais prósperos que os engenhos do açúcar, principalmente porque o açúcar produzido na região “era considerado de má qualidade e inferior aos de Pernambuco causando uma drástica queda na produção do açúcar.” (MARQUES, 2004, p.68). Obviamente que o resultado foi a opção pelos lavradores de produzirem a aguardente ao invés do açúcar. De acordo com Marques, no ano de 1761, ano de proibição da produção de aguardentes:

Apurou-se que as engenhocas produziam, um total de quase 85.000 canadas de aguardente, com o emprego de cinco ou dez escravos que se localizavam muito próximo aos engenhos, enquanto a exportação da cana-de-açúcar para Portugal, no período de 1773 a 1800, chegou a pouco mais de 2.000 arrobas. (MARQUES, 2004, p.68).

Fica evidente a predileção dos proprietários a fabricação da aguardente de cana, como gênero mais importante de suas fábricas, “nos engenhos se vende a canada de aguardente a 600 réis, ou 400, e o quartilho à 100 ou 120 réis; cada canada correspondia a 4 frascos ou 1 quartilho.” (MARQUES, 2004, p. 45). Ainda segundo, Fernando Marques (2004, p. 68) “a produção de aguardente no ano de 1761 foi da ordem de 51:000\$000 contos de réis, ou seja, 21.250 frascos de aguardente foram produzidos neste ano na Província do Pará”. Portanto, uma fabricação bastante acentuada. Nesse sentido, investir nessa produção se mostrou uma saída rentável aos donos de engenho local, já que dispensava capital volumoso e a mão-de-obra poderia ser menor, e atenderia tanto os grandes quanto os pequenos produtores, garantindo-lhes autonomia econômica.

De maneira semelhante Ernesto Cruz (1873, p. 88) infere que “o consumo intenso de aguardente fazia parte do uso e costume da população citadina, o que era particularmente proveitoso aos fabricantes da aguardente que produziam a iguaria com esmero e dedicação”. O consumo do destilado era tanto na província como fora dela, que uma vez vendida pelos donos de engenho por preços exorbitantes lhes garantia bons lucros, fazendo-os perder o interesse na fabricação do açúcar.

Para João Daniel o interesse pela aguardente nessa região era tanta que os comparava aos vinhos para os europeus,

Os tipos de aguardente acompanham a diversidade regional e são observadas pelo menos três variedades: a de cana de açúcar; a de beiju ou farinha de mandioca; e a de caju. A mais apreciada é a que se faz do sumo da cana-de-açúcar (a cachaça): dela é

a maior fábrica dos engenhos de açúcar; mas além dessas há outros que se não ocupam em outra cousa mais que aguardente, aos quais, para distinção dos mais, chama de enghocas. (DANIEL, 2004, p. 526).

Ao contrário dos engenhos as enghocas fabricavam exclusivamente a aguardente. O uso do composto etílico era também medicinal, como remédio curava: ardores, feridas e inflamações. *Grosso modo*, pode ser definida como uma espécie de antisséptico que por todo o período colonial e durante o Império, foi usado com estima pela população brasileira, e, nos países europeus e asiáticos. Além desta finalidade, foi classificada por João Daniel como uma bebida que possuía poderes mágicos, e que o uso diário deveria ser evitado, posto que vicia e o sujeito “custa depois a largar”.

Os índios são tão perdidos por ela, que dão quando, não podem menos, por cada frasco a valia de um barril, não há droga de mais estimação para eles do que é o contrato de aguardente; daqui vem o grande negócio que com eles fazem os brancos com esta bebida, porque com ela têm deles quanto querem; e se os brancos põem de partes a consciências, com uma frasqueira enchem os barcos com outras drogas. Um dos principais desvelos dos missionários é obviar nas suas missões semelhante contrato por fazenda de contrabando; porque as aguardentes em que os índios não têm paciência de serem regulados, se embebedam, armam bulhas, jogam as facadas, e se matam uns aos outros, cujas desgraças sempre sucedem algumas vezes [...]. (DANIEL, 2004, p. 526).

Portanto, o consumo diário da aguardente causava vícios e embriaguez, incitando os ânimos, causando brigas e desentendimentos. A utilização indevida do produto se constituiu como um problema de ordem pública, tanto que foram motivos de inúmeras representações de moradores e gente da administração provincial, a fim de proibir a produção e venda da iguaria, sempre justificadas pelas desavenças e pelo estado de desordem causado pelos bebedores.

Devemos destacar que esse fato não se restringiu apenas a província do Grão-Pará. Por exemplo, em Minas Gerais, “a criação de novos engenhos (enghocas) foi proibida pela Coroa por desviar mão-de-obra da atividade essencial.” (SOUZA, 2004, p. 57-58). A propósito, em Minas a produção de aguardente no século 18, “deveu-se ao mercado consumidor constituído pelas comunidades auríferas, vinculadas, sobretudo, às camadas mais baixas da população colonial.” (SOUZA, 2004, p. 57-58).

Na Bahia não foi diferente, em 1748, a mando do rei, o governador impôs regulamentações para restringir a produção e o consumo da bebida, e ordenou que: “não desse mais licença as enghocas para fabricarem aguardente e, nove anos depois as tavernas foram proibidas de abrirem durante à noite, e nas Ave-Maria, sob pena de 15 dias de prisão e multa

de 12\$000 réis.” (Souza 2004, p. 59). Portanto, diversas capitanias do Brasil colonial sofreram semelhantes sanções quanto à produção de aguardente.

Nesse sentido a aguardente de cana se consolidou com um produto de baixo *status*, sendo amplamente consumida pelas camadas populares, índios, escravos e brancos pobres, “sua distribuição e venda, muitas vezes, se deu às margens da lei, ou em pequenos estabelecimentos, agregando, em síntese, os desclassificados e marginalizados do sistema.” (SOUZA, 2004, p. 58). A cachaça e aguardente de cana eram bebidas fortes e baratas facilitando o consumo pelas camadas sociais mais baixas, era também relativamente alta pelos escravos negros, que a usavam como estimulante para as lidas agrárias: “no período colonial a cachaça era oferecida aos escravos como incentivo ao trabalho, vista como fortificante e mesmo dada como prêmio em ocasiões tidas como meritórias.” (SOUZA, 2004, p. 61). Muitas das vezes, o consumo do produto era incentivado pelos senhores como forma de agrado, geralmente, o excesso que era condenado, não o uso moderado, “condenava-se não o alcoolismo, mas o alcoolismo dos pobres e excluídos, uma vez que o consumo de bebidas refinadas, como os vinhos e licores vindos de Portugal, consumidos pelos altos estratos da sociedade era um costume comum, socialmente aceito e estimulado”. (SOUZA, 2004, p. 62).

O consumo de bebidas alcoólicas refinadas no Brasil colonial era um instrumento de distinção social. O senhor rural recebia seus convidados a base de vinhos, conhaques e *champagne* francês, numa ação simbólica que remetia poder e prestígio. Os produtos consumidos constituíam-se como artigos de luxo, e eram importados da Europa. Ao contrário da cachaça, que segundo Souza (2004) era uma bebida popular, o vinho era uma bebida social, de fino trato, que envolvia um rito social de encontros, reuniões e acontecimentos de uma elite agrária, imersa no mundo rural, em fins do período colonial. Costume que prevaleceu e se acentuou ainda mais na transição do Império, quando a elite portuguesa trouxe na bagagem hábitos e costumes considerados, por essa mesma elite, como moderno.

À parte o uso social que se fazia da aguardente que é um conteúdo muito profícuo e resultaria em diversas temáticas,<sup>104</sup> nos interessa também o modo como se produzia as iguarias e suas respectivas qualidade. Nessa perspectiva primeiro necessário fazer as distinções: cachaça e aguardente de cana são produtos diferentes, mas provenientes da mesma matéria-prima, a

---

<sup>104</sup> Sobre o tema ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro. São Paulo: Brasiliense, 1986; CASCUDO. Luiz Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Edusp, 1983; REIS, Arthur César Ferreira. **O comércio colonial e as capitanias privilegiadas, em HOLANDA, Sérgio Buarque**. História geral da civilização brasileira. Tomo I, vol. II. São Paulo. Difel. 1967; MACÊDO, Sídiana da Consolação Ferreira. **A cozinha mestiça**: uma história da alimentação em Belém. (Fins do século XIX a meados do século XX). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

cana-de-açúcar. Segundo toda cachaça é feita de cana, mas nem toda aguardente é produzida da mesma matéria, podendo ser: de cana, caju, jaca, milho, cevada, arroz, mandioca. Isto é, a partir de uma variedade de vegetais. Assim, a cachaça é uma espécie de aguardente de cana produzida exclusivamente no Brasil desde o período colonial. A diferenciação entre elas é, sobretudo, o teor alcoólico, as aguardentes eram sempre mais fortes que a cachaça.

Antônio Vieira ressalta que “da cana de açúcar se faz diversidade de aguardente, sobretudo a cachaça que seria considerada a mais espirituosa, também chamada de ‘cachaça de cabeça’ não só por subir à cabeça, mas porque é feita da primeira destilação da cana que embebeda tanto ou mais que vinhos e aguardentes da Europa”. (DANIEL, 2004, p. 526). Nesse sentido, o processo de fabricação, segundo o padre Daniel, era feito em etapas: da borra adocicada da garapa se extrai o caldo que fica adormecido até azedar, ou seja, se espera fermentar.<sup>105</sup> Após essa etapa, o caldo já fermentado segue para os destiladores nos alambiques de cobre<sup>106</sup> que são aquecidos pelos vapores vindos das caldeiras, durante o processo de destilação o álcool evaporado se condensa e se concentra no fundo, em síntese, é um processo de purificação da substância. Após esse processo coloca-se o líquido em frascos ou em barris de madeira, de preferência os de carvalho que dão um toque gustativo especial ao produto.

A fabricação de aguardente, nos grandes engenhos se dava na casa dos alambiques, o caldo da cana era vertido da moenda, através de um canal, até chegar neste local, onde era depositado em uns cochos de madeira, ou tanques, para fins de fermentação. Em seguida, a “garapa” azeda ia para fervura no alambique, onde o vapor após o resfriamento, transforma-se em aguardente. (DANIEL, v. II, 2004, p. 42).

De modo geral se constituía como uma produção de fácil manejo. De todos os equipamentos os alambiques eram os mais importantes na fabricação do produto, por isso estavam presentes, entre os bens dos inventariados, constituindo-se como registros importantes da produção da cachaça e aguardente de cana. Além deles outros utensílios foram também inventariados: barris de carvalho, frascos e frisqueiras, tacho de cobre de tamanhos variados, escumadeiras. A constante presença desses objetos, mesmo em propriedades que não se autodenominassem de engenhos ou engenhocas, indicavam aquela produção. É de se supor, por fim, que por detrás das coisas encontra-se um mundo de representações, de códigos e símbolos que cabe ao historiador decifrá-las.

<sup>105</sup> Na fermentação microrganismos conhecidos por leveduras convertem o açúcar da garapa em álcool. O produto resultante chamado de vinho é aquecido em alambiques para finalmente transformar-se em cachaça.

<sup>106</sup> O alambique de cobre é um aparelho usado desde a Idade Média para destilar bebidas alcoólicas e óleos essenciais. É formado por uma caldeira conectada por um tubo a uma serpentina de resfriamento onde é destilado a cana e outros vegetais.



Como parte desta tessitura compete sublinhar, por exemplo, que entre os bens destacados na abertura deste capítulo de Josefa Joaquina de Souza, proprietária do engenho de Carnapijo, sobressai-se 10 alambiques de cobres, de procedência francesa, que fazia parte do patrimônio da inventariada. À priori, como visto, a propriedade produzia excelente qualidade *caxaça* vendidas em diversos locais, especialmente nos estabelecimentos comerciais de Belém, como foi anunciado no jornal *13 de Maio*.

Também na propriedade rural de Joana Antônia de Oliveira Pantoja, que ficava na cabeceira do rio Moju, havia uma engenhoca onde é possível identificar os valores dos objetos, por exemplo: os 3 alambiques de cobre inventariados foram avaliados por 115\$200 mil-réis, cada um, valia em média 38\$400 mil réis. A título de comparação de valores uma igarité pequena da mesma propriedade, valia 35\$000 mil-réis.<sup>107</sup> Os demais utensílios que se destacam são os 2 tachos de cobre avaliados por 38\$400 mil-réis; 1 escumadeira de \$320 mil-réis; 4 frisqueiras velhas de 2\$560 mil-réis; 4 pipas velhas de 3\$200 mil-réis e 1 caldeira de cobre de 25\$600 mil-réis.

Distante algumas léguas da engenhoca de Joana Antônia de Oliveira Pantoja, encontrava-se a fazenda de Jaguarari (ou Jacuarari) do desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo. Em 1820, quando estiveram hospedados na dita fazenda, os viajantes Spix e Martius relataram: “em todo Pará, esta Fazenda, que aproveita a cana plantada nos arredores para fabricar açúcar e particularmente cachaça, tem fama de maior eficiência e elegância, e, de fato, ainda não havíamos visto outro engenho que lhe pudesse ser comparado.” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 96). A fazenda de Jaguarari era tradicional e com prestígio pelas redondezas por sua beleza e opulência. Com muitas lavouras de cana e trabalhadores escravizados, a fábrica de açúcar era alimentada por um engenho com grande roda d’água. Dedicava-se também a fabricação da aguardente, pois cruzando o relato de Spix e Martius com o inventario do Pombo, percebi entre os bens: “dois alambiques de cobre de modelo inglês.” Segundo os naturalistas a produção de aguardente neste engenho era da ordem de 1.500 pipas por ano.

A presença do uso de alambiques de modelo inglês revelam o potencial da grande fábrica presente em Jaguarari, que produzia açúcar, aguardente, mel e melado. O Pombo também era um escravista que se destacava pela região, com uma escravaria alargada, de 141

---

<sup>107</sup> Comparar os objetos listados em inventário, se constitui como ferramenta importante pois permite identificar as semelhanças e as diferenças entre objetos, aos valores aproximados nesse contexto histórico. Esse exercício se faz importante porque representa a dimensão simbólica de cada objeto, uma vez que são valores monetários distinto do atual.

cativo, dos que trabalhavam no engenho de Jaguarari recebia destaque na produção de aguardente, o preto de Angola, Caetano, mestre alambiqueiro. Certamente uma particularidade entre os negros escravizados da região.

Na fazenda São José do Capim, também do Pombo se produzia aguardente, nesta a propriedade havia entre os bens “casa de alambique com três alambiques sem cúpulas, com suas competentes serpentinas”. O Pombo, como ressaltado, foi um opulento senhor escravista que viveu no Grão-Pará no oitocentos, possuidor de outras propriedades que serão tratadas adiante.

A produção de cachaça e aguardente não era singular apenas das propriedades do Pombo, outros senhores das redondezas participavam dessa atividade e tiveram seus nomes registrados na história de Belém do Grão-Pará. A própria família dos Pantoja, à exemplo de Joana de Oliveira Pantoja. Mas também; os Farias, com o engenho de mesmo nome; a fazenda do Rosário; a fazenda São José; a fazenda Mocajuba; o engenho Menino de Deus; e tantas outras mais eram fabricantes do ramo da aguardente, e se produzia aguardentes de qualidade, como o relato deixado por Spix e Martius quando passaram pelo engenho Farias:

Empregava-se a maior parte da calda da cana em melado e cachaça. Os alambiques adequadamente construídos foram feitos na Inglaterra, e produzem, em parte, excelente qualidade de aguardentes mais finas e especialmente anisete, para cujo fabrico se importam sementes de anis de Portugal e de Gibraltar. (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 71).

Era noite do dia 26 para 27 de maio de 1820 quando pousa na fazenda Mocajuba – que foi dos padres Carmelitas –, à margem do rio Guamá o viajante Martius, sobre as terras ele relata: “são férteis, e dá muito bom resultado ali, especialmente a de cana de açúcar. Também se nos deparou ali uma grande destilaria de cachaça.” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 82). Mais acima, no engenho Menino de Deus também se observou a produção aguardenteira, “com casa de alambique e oito cochos de madeira e duas pipas que recebiam o caldo para a fermentação,” era propriedade de Tereza Rodrigues Chaves.

Famílias como os Rodrigues, os Henriques, os Pombos, os Miranda, e os Oliveira Pantoja mantiveram alianças e trocaram alianças entre seus membros por todo o século 19. Através de uma historiografia regional já bastante matizada<sup>108</sup> podemos perceber a presença

---

<sup>108</sup> A temática sobre famílias é um assunto bastante mitigado pela historiografia local, sobretudo, pela produção da Universidade Federal do Pará, por meio do grupo de pesquisa RUMA, nesse sentido, ver: SANTOS, Marília Cunha Imbiriba dos. **Família, trajetória e poder no Grão-Pará Colonial**: os Oliveira Pantoja. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e famílias em uma capital Amazônica (Belém 1870-1920)** / Cristina Donza Cancela. –

dessas famílias e de seus membros nos negócios provinciais nas áreas de: comércio, administração, agricultura, entre outros. A produção do açúcar, por exemplo, figura com lugar de destaque entre os membros da família Oliveira Pantoja, “desde o processo de conquista e ocupação portuguesa no vale amazônico, a família Oliveira Pantoja se assentou no ramo da atividade canavieira na região do Acará e Moju”. (IMBIRIBA, 2015, p. 148). Seus membros eram sujeitos de cabedal de longa tradição que se estabeleceram no setor das atividades agrícolas e no ramo da produção de açúcar e de aguardente.

O desenvolvimento em torno da produção dos destilados de cana foi significativo para a província do Grão-Pará, tanto que algumas freguesias progrediram economicamente, por todo o *Oitocentos*, como já afirmei, com a produção das iguarias. Destaca-se nesse segmento as freguesias de Igarapé-Miri e Abaetetuba: “foram registrados no decorrer do século XIX mais de 79 engenhos e engenhocas em plena atividade produtiva na região de Igarapé-Miri”. (LOBATO, 2007, p. 56). Infelizmente Eládio Lobato (2007, p. 56) não distinguiu os engenhos das engenhocas, mas registrou que: “28 engenhos eram movidos à vapor, 8 movidos por água e 6 movidos por animais”.

Para Igarapé-Miri o desenvolvimento econômico em torno dos produtos dos engenhos foi de fato importante para o progresso da região. Tanto que em setembro de 1821, foi aberto um canal que abriria a navegação da sobredita área para os sertões, “reduzindo os obstáculos e facilitando o carregamento de importantes e ricos gêneros por toda província.” (FARIAS, 2021, p. 23). As escavações do canal, ainda segundo David Farias (2021, p. 23) “foram feitas de forma manual empregando, a mão de obra de escravos africanos e trabalhadores indígenas, as obras duraram dois anos finalizando em fins de 1823”.

Estudos recentes realizados por David Rodrigues Farias e Sônia Viana de Oliveira são indicativos da expressiva presença de engenhos e engenhocas na região tocantina. No auge de sua produção, em meados do século 19, a freguesia chegou a ter cerca de 100 engenhos em funcionamento dentro de seus limites territoriais, sustentados pela mão de obra escrava de origem africana. “A comarca miriense teve na indústria canavieira importante pilar de sua

---

Belém: Ed. Açaí, 2011. 428. ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX**: um estudo sobre família, poder e economia. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. BARROSO, Daniel de Souza. **O cativo à sombra**: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888). 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)**. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade Católica de São Paulo: PUC; Eliane Cristina Lopes. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)**. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade Católica de São Paulo: PUC.

economia, uma atividade eminentemente concentradora de mão de obra escrava”. (FARIAS, 2021, p. 58).

Para Sonia Viana (2017, p. 19) “o trabalho escravo nos diversos engenhos da localidade foi de suma importância para garantir o custeio das despesas e aumentar as rendas locais”. A produção de aguardente tinha grande aceitação e procura na região. Sua produção se mostrava importante para o abastecimento interno, e da capital, gerando recursos em nível local e provincial. Os senhores de engenho pagavam tributos à Coletoria por frasqueira de aguardente produzidas em seus engenhos.

Em 1867 o Comendador Domingos Borges Machado de Acatauassú, proprietário do engenho São Domingos gerou o pagamento de tributos da ordem de “oitenta mil réis”. Noutro momento, alguns anos antes, o mesmo proprietário já havia recolhido aos cofres públicos, junto à Recebedoria de Rendas Provinciais, a quantia de quarenta mil réis, taxa de duzentas frasqueiras de 1.800 carradas de cachaça, cobrada pela Câmara de Igarapé-Miri. (VIANA, 2017, p. 20).

Nesse bojo a freguesia de Igarapé-Miri se consolidou como o principal centro produtor aguardenteiro da Província do Grão-Pará, por todo o século XIX, até meados do século XX. O desenvolvimento em torno das fábricas de aguardente foi significativo tanto que em 1843, a freguesia se elevou a categoria de vila, e passou a ter condições financeiras para administrar suas próprias despesas, emancipando-se política e economicamente.

A revista “Memória dos Engenhos e da Cachaça na Amazônia”, publicada em 2021, pela FAEPA, faz uma expedição em torno da cachaça nas regiões de Abaetetuba e Igarapé-Miri. De acordo com a matéria as regiões citadas, foram responsáveis por 90% do cultivo de cana-de-açúcar no Estado do Pará, e 100% da produção da cachaça em toda região Amazônica. De acordo com a publicação das “fábricas nacionais da província do Grão-Pará, a de Igarapé-Miri era a mais proveitosa e de maior nomeada, estando situada em terrenos sólidos e férteis que se estendia desde às margens do rio Sant’Anna de Igarapé-Miri até o rio Itamimbuca”.

Segundo Manoel Diegues Júnior (2006), em “O engenho de açúcar no Nordeste: documentário da vida real”, a cana teria sido introduzida nas várzeas de Igarapé Mirin por um cidadão de alcunha de Pernambuco, plantada às margens do rio Anapú, expandindo-se posteriormente à beira do rio Panacauéra para outros cantos da região.

“Pernambuco” não só plantou a cana, como instalou um pequeno engenho movido a água para moagem de canas e um alambique instalado em uma caldeira de alvenaria, conhecido como Carapuça, onde era colocada a garapa, depois de fermentada, para a evaporação de aguardente. (DIEGES JR., 2006, p. 45).

Podemos concluir que a opulência dessa região foi viabilizada, sobretudo, pela atividade canavieira com a produção dos gêneros etílicos, que foi economicamente importante a nível local e regional, o que explica o número mais alargado de engenhos e engenhocas estabelecidas ali. Contudo, apesar de obviamente serem as mais profícuas, Igarapé-Miri e Abaetetuba não eram as únicas a produzirem as iguarias, as freguesias convizinhas de Acará e de Moju também se destacavam no mesmo ramo. Com base nos dados quantitativos contabilizados na documentação de inventário podemos verificar a distribuição dos engenhos e engenhocas na província do Grão-Pará, como veremos adiante.

### 3.4 Engenhos e escravidão negra

Sítios e fazendas de engenhos com extensas terras e canaviais e outras espécies de cultivo se constituíram em elementos marcantes da paisagem nas proximidades de Belém. Entretanto devemos pensar a “experiência brasileira para o desenvolvimento da lavoura canavieira na região Norte do Brasil, não como um modelo, como acreditou grande parte da historiografia sobre a região, mas como um horizonte que seria condicionado pelos aspectos e peculiaridades regionais”. (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 129).

É corrente na historiografia que a produção de cana-de-açúcar e exportação do produto na província do Pará nunca chegou a ser de grande vulto, como: o cacau, a borracha e a castanha – produtos de *commodities* –. Talvez pelo fato de que o próprio consumo interno da província drenasse parte da produção influenciando as exportações, ou ainda que fosse preferida pelos proprietários nos engenhos a produção da cachaça e aguardente de cana, dado o elevado consumo.

O fato de a produção do açúcar não agregar grandes cifras na pauta dos produtos de exportação não quer dizer que sua produção era insignificante. Muito pelo contrário, sua produção gerava demanda dentro do mercado interno, produzindo lucros às vezes momentâneos, outras vezes mais duradouros. De acordo com Laurindo Jr.

O investimento na produção de algodão, arroz e açúcar poderia ainda estar relacionado aos incentivos do governo provincial, ao domínio das técnicas de produção e ao que poderíamos chamar de uma cultura econômica, herdada pelas famílias dos setores produtivos e redimensionada conforme o contexto. (LAURINDO JR., 2021, p. 120).

Dessa forma, muitos produtores enfrentavam as dificuldades e investiam tempo e capital na lavoura de cana. Sítios e fazendas de engenho foram largamente documentados pela

historiografia regional.<sup>109</sup> Eles estão presentes: em documentos oficiais, em testamentos, e inventários; em teses, dissertações e monografias; estiveram noticiados nos periódicos regionais e foram alvos de discursos de presidentes de província, além de serem relatados pelos viajantes que aqui estiveram. O que gostaria de pontuar é que a produção e cultivo da cana-de-açúcar na região possuía significados que iam muito além dos aspectos puramente econômicos.

Sobretudo, porque a presença de engenhos e engenhocas desencadeou um conjunto de relações interétnicas, culturais e sociais fundamentais para pensar o contexto histórico amazônico. Os engenhos, constituíam-se em espaços onde interagiam grupos sociais de origens culturais diversa onde foram travadas relações de trabalhos complexas que engendraram trabalhadores livres, brancos pobres, estrangeiros e migrantes; trabalhadores escravizados, escravos crioulos e negros africanos e indígenas.<sup>110</sup> Ao fim e ao cabo, reunia populações que labutavam e interagiam lado a lado, envolvendo uma rede de trabalhadores distintos, uma massa de gente heterogênea.

Nesse sentido, iremos analisar os engenhos a partir de sua relação com os trabalhadores escravizados, principalmente os de origem africana e crioula que se constituíam como importante força motriz, mas não única, para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Com base nos inventários, das 21 propriedades consideradas como engenhos e engenhocas foram

---

<sup>109</sup> BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará**, (Séculos XVII-XIX). 2ed. Belém: Paka-Tatu, 2012; CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenho e Engenhocas: Atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; SALLES, Vicente. **O negro da formação da sociedade paraense - Belém (PA)**, Paka-Tatu, 2015. NASCIMENTO, Sônia Viana. **Igarapé-Miri: A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (Grão-Pará: 1843-1888)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Um modelo de agroindústria canavieira no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS; MEDEIROS, Juliana do Nascimento. **Escravidão, engenhos e engenhocas no Pará: perfis de propriedade escrava e atividades econômicas (Zona Guajarina e Baixo Tocantins, 1810-180)**. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; CHAMBOULEYRON, Rafael. **Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750): percursos historiográficos do século XXI**. Revista Maracanan, nº 15, p. 214-220, jul/dez 2016. ACEVEDO, Rosa Elisabeth. *Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX*. Artigo publicado pelo Paper do NAEA 153, outubro de 2000.

<sup>110</sup> Marley Silva (2020, p. 45) considera que mesmo com o crescimento da população cativa africana e seu uso como força de trabalho, sobretudo, após a atuação da Companhia de Comércio, não significou que as populações indígenas fossem “dispensadas” como trabalhadores, ao contrário, trabalhavam lado a lado. A autora considera ainda que pensar os trabalhadores africanos como uma mão de obra alternativa seria uma leitura empobrecida, uma vez que, mesmo com as legislações indígenas em vigor, a oferta de trabalhadores nativo se manteve contínua. Nessa perspectiva, o crescimento do tráfico a partir da segunda metade do século 18 não ocorreu exclusivamente, porque a legislação dificultou o acesso aos trabalhadores indígenas. A transição de uma forma de trabalho para outra não foi simultânea, se dá em função de uma série de circunstâncias locais, como a natureza de trabalho exigida, as condições epistemológicas, o poder das instituições do Estado e Igreja, o grau de desenvolvimento de cada região no sistema mercantil atlântico, assim, o braço africano não foi simplesmente uma “alternativa” ao cativo ameríndio.

computados 1.159 sujeitos escravizados. Muitos Lourenços, Ignacias, Marias, Catarinas, Antônio, Margaridas, Damazias, Rosas, Franciscos, Agostinhos, Lázaros, Joaquina, pretos africanos vindos, principalmente da África Centro Ocidental (Benguela, Angola, Luanda e Cabinda), da África Ocidental (Cacheu, Cabo Verde, Bissau, Senegâmbia).

Marley Silva (2020, p. 44) infere que os escravos africanos foram aportados ao porto de Belém do Grão-Pará, desde o início da Companhia de Comércio em 1755 – o que não quer dizer que não havia pessoas traficadas antes da atuação da Companhia –. Tráfico que perdurou – como enfatizei no capítulo 1 e 2 –, nos portos brasileiros até 1850, em decorrência da Lei Eusébio de Queiros. Para o Grão-Pará, a última leva de africanos aportados na província através do tráfico chamado de Atlântico Sul, foi em 1841. Pesquisando a conexão atlântica do tráfico de escravizados africanos entre Brasil e África, a historiadora indica que,

O Pará estava ligado a uma extensa rede transatlântica de comércio de escravizados até as quatro primeiras décadas do século XIX. Um comércio que resistiu as leis anti tráfico e que continuou, um ano após a Cabanagem, período em que o Pará está dilacerado, com um expressivo número de mortos e com a economia desorganizada. (SILVA, 2020, p. 44).

De modo inicial verificarei a forma como os engenhos funcionavam, e sua relação com escravidão africana. Antes disso é necessário fazer algumas ressalvas. Assim, enfatizo que os dados apresentados na tabela, são representações de uma pequena amostra da distribuição das propriedades rurais do mundo agrário amazônico oitocentista, dessa forma são passíveis de incompletudes por se tratar de uma pequena parte de um todo bastante complexo. Num contexto histórico, que entre outras coisas, apresentava um déficit nos dados fundiários sobre as configurações das propriedades, sobretudo em relação à tamanho, proprietário, local, valor. Nesse sentido, inúmeras propriedades não foram documentadas ou fogem do caminho proposto pela pesquisa, o que se tem certeza por parte da historiografia agrária sobre a região amazônica é que muitas lacunas ainda existem e ainda se têm um longo caminho a percorrer.

Tabela 9 – Engenhos e engenhocas distribuídos pela Zona Guajarina e Baixo Tocantins com base nos inventários (1810-1850)

Proprietário	Nome da propriedade	Tipo	Local	Quantidade de escravos	Valor da propriedade (em réis)	Monte-mor
Domingos José Monteiro	Sítio Santa Maria	Engenhoca	Belém	18	280\$000	2:928\$920

Joana Tereza de Roiz	Engenho Menino de Deus	Engenho	Moju	45	1:250\$000	11:052\$950
Catarina Margarida de Jesus	Engenho Laranjeiras	Engenho	Ponta de pedras	27	400\$000	3:775\$130
Catarina Ignacia do Nascimento		Engenho	Igarapé-Miri	24	800\$000	4:911\$520
Antônio Jose Antunes de Souza	Sítio Carmelo	Engenho	São Miguel do Guamá	88	4:800\$000	65:539\$340
Anna Raymunda de Carvalho	Fazenda Santa Quitéria	Engenho	Moju	79	800\$000	23:678\$670
Josepha Joaquina de Souza	Engenho de Carnapijó	Engenho	Barcarena	71	5:000\$000	26:790\$000
Francisca Siqueira de Queiros	Sítio Nossa Senhora do Rosário	Engenho	Acará	120	3:000\$000	38:741\$011
Francisco José de Paiva		Engenho	Barcarena	27	300\$000	
Cel. José Duarte Rodrigues	Fazenda Val-de-Cãns	Engenho	Cametá	166	12:000\$000	62:161\$500
Joana Antônia de Oliveira Pantoja		Engenho	Moju	24	700\$000	6:267\$141
João Soares da Costa	Sítio Sami	Engenho	Moju	25	500\$00	4:075\$640
Joaquim Clemente da Silva Pombo	Fazenda Jaguarari	Engenho	Moju	147	50:534\$000	313:769\$000
Joaquim Clemente da Silva Pombo	Fazenda São José do Capim	Engenho	Capim	2	2:600\$000	313:769\$000
José Carlos Correia de Miranda	Engenho Nossa Senhora das Mercês	Engenho	Igarapé-Miri	13	1:200\$000	5:452\$280
Manoel Gomes Ribeiro	Sítio	Engenho	Benfica	26	1:000\$000	6:635\$226



Cônego Sebastião Antônio Pereira		Engenho d'agua	Acará	15	850\$000	
Sebastião Lopes Castelo		Engenhoc a		4	200\$000	
Tenente Coronel Francisco Marques D'elvas Portugal	Engenho do Murutucu	Engenho	Capital	142	12:600\$000	28:658\$680
Joaquim Maciel Coutinho	Fazenda do Desterro	Engenho	Acará	104		32:534\$100
Sebastião Lopes Castelo	Sítio com engenho	Engenhoc a	Igarapé Cajari- grande	4	600\$000	1:700\$963
<b>Total: 21</b>					<b>1.159</b>	

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Com base na Tabela 8 podemos pensar o mundo rural amazônico a partir de sua estrutura agrária alicerçada na lavoura de cana-de-açúcar e na propriedade escravocrata, que é o ponto central deste capítulo. Ao longo da dissertação foi mostrado o quantitativo de propriedades rurais espalhadas pelos interiores da província. No Capítulo 2 abordei as características dos sítios e das terras que serviam de plantio. Do total de 121 propriedade rurais contabilizadas, 46, eram sítios que se configuram como empreendimentos voltados a diversas culturas: arroz, mandioca, cacau, café, algodão e cana-de-açúcar. Deste total, 21 propriedades foram classificadas como engenhos e engenhocas, e 54 caracterizadas como “porções de terras” e “roçados”. Estas últimas, como já debatido, eram terras ou zonas anexas aos sítios, engenhos e as engenhocas e que davam suporte a lavoura canavieira.

Além das propriedades outro ponto importante, que se faz dos desdobramentos da tabela 8, é perceber a intensa relação dos engenhos e engenhocas com a escravidão negra de origem africana. Até porque, sem exceção, os proprietários inventariados, utilizavam como principal força de trabalho os sujeitos escravizados, sobretudo, àqueles com cabedal econômico mais avolumado que detinham os maiores plantéis escravistas. Como parte do processo histórico, não podemos dissociar o crescimento do tráfico de escravos africanos, até a década de 1830, aos fatores de natureza interna e externa.

O porto de Belém acompanhou a tendência de crescimento que ocorria no Brasil. O crescimento do tráfico em direção ao Pará, especialmente nas décadas finais do século [18] se explica pela conexão de fatores internos (como o crescimento da agricultura) e externos (crescimento do tráfico em Angola e isenção de impostos dessa atividade no Pará). (SILVA, 2020, p. 47).

Tais fatores refletiam na oferta tanto pelo tráfico atlântico como pelo tráfico interno de pessoas escravizadas, por meio de um mercado amazônico de escravos.<sup>111</sup>A partir de 1800, como já ressaltado, ocorre no Brasil um renascimento agrícola, com a potencialização da agricultura para a exportação, que gera maior demanda ao tráfico de escravizados. Nesse sentido o crescimento do tráfico cresce substancialmente, sobretudo, o tráfico Atlântico. Ocorre o que Marley Silva denomina de processo de angolização: “em 1799, o governador de Angola, Miguel Antônio de Melo, envia carta para Belém, para responder questões relativas ao comércio de gente.” (SILVA, 2020, p. 100). Nesse período de articulação entre o Estado do Brasil e o de Angola, resulta em um acordo que “isenta o pagamento de impostos na alfandega de Luanda, no comércio entre Angola e Pará”. (SILVA, 2020, p. 100). Apesar das dificuldades de navegação, por causa das correntes marítimas, entre os portos de Angola e Pará, o envio de gente se torna constante ao ponto de que:

Dos 1.685.200 escravizados adentrados no Brasil, cerca de 1.134.1600 foram oriundos de Angola e 550.600 da Costa de Minas. Os principais portos que eram abastecidos pelo tráfico angolano: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Sendo que Pernambuco, Maranhão e Pará recebiam 20% do tráfico de escravos de Angola no fim do século XVIII e começo do XIX.” (SILVA, 2020, p. 100).

Nessa tendência a economia regional – que acompanha as mudanças de natureza econômica relativas ao Estado do Brasil –, se torna cada vez mais diversificada e dinamizada, nas décadas iniciais do século 19. A província do Pará, dentro de um contexto de modernização agrícola, acompanha a tendência vivenciada em outras províncias, que têm como modelo a capital do Império. Nessa conjectura o crescimento da agricultura é viabilizado pela maior

---

<sup>111</sup> Sobre o mercado amazônico de escravos e sua conexão com o tráfico interprovincial e atlântico, ver, sobretudo os autores: LAURINDO JR, Luiz Carlos. **Rio de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de São Paulo. São Paulo: PUC; BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará, (Séculos XVII-XIX)**. 2ed. Belém: Paka-Tatu, 2012; BEZERRA NETO, José Maia; LAURINDO JR, Luiz Carlos. *Alguns vem de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX)*. **Revista de História** (São Paulo), Assis, vol.37, p. 1-30, 2018. Marley Antônia Silva da. **Nas correntes do Atlântico norte e sul: Tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA. JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Comerciado Gente: o tráfico de escravizados no Maranhão (1801-1850)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA; BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **Em outras margens do Atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém.

oferta de trabalhadores cativos que eram abastecidos via tráfico Atlântico, acompanhando as demandas, cada vez maiores por trabalhadores. Estes, atendiam a vários propósitos de trabalho, tanto na cidade como no campo. Dentro do quadro de dinamização, podemos pensar que:

O amplo entrecruzamento entre diferentes atividades econômicas na região, extrativismo – agricultura, pecuária, pesca e caça – possibilitou que as mercadorias produzidas na província fossem comercializadas dentro e fora dela, entre outras províncias e entre a região e o mercado mundial, assim sendo maior era a circulação de capitais e disponibilidade de crédito, potencializando as rendas provinciais e o lucro de quem controlava a produção e o comércio. (LAURINDO JR., 2021, p. 94).

Em outras palavras, quanto mais dinamizada fosse as atividades desenvolvidas na província, maior seria a necessidade de mão de obra para as lavouras agrícolas, que foram supridas, sobretudo, pelo trabalhador escravizado e ofertados pelo tráfico. Dialogando com Luiz Carlos Laurindo Júnior, podemos pensar o Vale do Amazonas a partir de um passado escravista, moldado ainda no período colonial. Nas palavras do autor:

A presença da instituição escravista nesse imenso território é uma montagem inerente ao passado colonial, coadunada, posteriormente, com a escravidão do século XIX e com a demanda espreada por escravos numa economia cada vez mais atrelada ao sistema capitalista. (LAURINDO JR., 2021, p. 66).

Assim, ao contrário dos outros países da América Espanhola, como Colômbia, Venezuela, Peru e Equador, a tradição escravista do Vale do Amazonas perdurou até meados do século XIX, se mantendo estabilizada até, pelo menos, a década de 1870, justamente pelo fato de sua tradição remontar o período colonial. Em um cenário mais geral é importante verificar os dados populacionais e escravistas da província do Grão-Pará no recorte temporal da pesquisa.

Tabela 10 – População da Província do Grão-Pará em 1822 (Zona Guajarina e Baixo Tocantins)

Região	População	Nº de escravos	%
Capital	12.467	5.715	45,8
Bacia do rio Capim	1.655	663	40,1
Rio Bujaru	1.714	915	53,4
São Domingos da Boa Vista	1.929	1.047	53
Acará	12.976	1.437	48,3

Benfica	985	72	7,3
Cametá	9.450	1.382	14,6
Abaetetuba	4.064	1.639	40,3
Igarapé-Miri	3.573	1.839	51,5
Rio Moju	3.157	1.728	54,7
Baião	1.950	450	23,1
Barcarena	837	365	43,6

Fonte: adaptado de BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (Século XVII – XIX)*. 2ª ed. \_Belém: Paka-Tatu, 2012.

Tendo os algarismos demográficos do ano de 1822, verifica-se que a escravidão negra compreendia diversas localidades da província do Pará: Acará, São Domingos da Boa Vista, Moju, Cametá, Abaetetuba e Igarapé-Miri, são as principais regiões com maior percentual escravista. Foram nelas que os engenhos de açúcar se fixaram, “nas paróquias do Baixo Tocantins, em 1788, havia uma população escrava de 1.159 indivíduos, distribuídas pelas 140 propriedades fundiárias da região, demonstrando a importância econômica das propriedades rurais para a economia.” (BEZERRA NETO, 2001, p 142). É, portanto, no contexto de uma tradição escravista que surgem as propriedades agrárias aqui estudadas que foram estruturadas, como já pontuamos, em fins do período colonial perdurando até o Império.

Enquanto personagem representativa das propriedades e dos ricos proprietários de engenho, terra e escravos, destacam-se 9 senhores e senhoras com suas opulentas fazendas de engenho. Como por exemplo, dona Joana Tereza de Roiz, dona do Engenho Menino de Deus, no Moju, com 45 escravos; Antunes José Antunes de Souza, proprietário do Sítio Carmelo, com 88 escravos; Ana Raymundo de Carvalho da Fazenda Santa Quitéria, no Moju, com 88 escravos; Josefa Joaquina de Souza do Engenho de Carnapijó, no Barcarena, com 71 escravo; o Engenho Nossa Senhora do Rosário de Francisca Siqueira de Queiros, com 120 escravos; a fazenda Val de Cans do Coronel José Duarte Rodrigues, com 166 escravos; a fazenda de Jaguaray do desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo, no Moju, com 147 escravos; o engenho de Murutucu, de Francisco Marques D’elvas Portugal<sup>112</sup>, na capital, com 142 escravos; a Fazenda do Desterro de Joaquim Maciel Coutinho, no Acará, com 104 cativos. Por outro lado, as engenhocas, concentravam menor número de pessoas escravizadas por serem, como vimos, propriedades menores.

<sup>112</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Sarmiento*. Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário do Tenente Francisco Marques D’Elvas Portugal, 1841.

Todos possuíam faixas de fortunas (monte-mor) acima de 20 contos de réis (20:000\$000), excetuando-se dona Joana Teresa de Roiz, proprietária do Engenho Menino de Deus. Via de regra, eram sujeitos de distinção etérea que faziam parte da história social e econômica do Pará, pertencentes a nobres famílias de tronco genealógico europeu, principalmente portugueses. Representantes, portanto, do potentado paraense, como as famílias: Pombo; Raiol; Chermont; Miranda; Oliveira Pantoja; Brício e Rodrigues, alguns sobrenomes já ressaltados.

À exemplo, o desembargador Pombo, o magnata da família “Pombo”. Era natural da cidade do Pará, mas originário da Galícia. Joaquim Clemente da Silva Pombo, foi casado com Dona Maria do Carmo Henriques d’Oliveira, filha legítima do Coronel Ambrósio Henriques e de Dona Antônia Joaquina d’Oliveira. Do consórcio nasceu Ambrósio Henriques da Silva Pombo – que mais tarde seria o barão de Jaguarari –, herdeiro e proprietário do Engenho de Jaguarari, onde os viajantes Spix e Martius ficaram hospedados, em 1819, deixando importante relato. O desembargador Pombo foi Ouvidor da cidade do Pará. Como reconhecimento de honra e membro destacado da hierarquia social paraense, teve nobreza confirmada em 1806, através de “Auto de Justificação de Nobreza”. O documento se refere ao Pombo e sua família como *peçoas que sempre retratarão a Ley da Nobreza, com bens estáveis, e com distinto tratamento, sendo assim ávidos e reputados por peçoas nobres.*<sup>113</sup> Assim como o Pombo, outros proprietários de engenho eram possuidores de títulos de nobreza, patentes militares, cargos públicos. Eram peçoas com distinção sociais, membros de uma elite regional.

### 3.5 Do plantio da cana à fabricação do açúcar:

O sucesso da plantação da gramínea dependia de vários fatores como: clima, tempo, tipo e qualidade do solo, espécie de cana, em geral fatores hidrográficos, topográficos e geográficos. Na planície estuarina do Grão-Pará prevalecem terrenos de várzea “de incomparável pujança e viço, os solos são mais férteis devido à influência da água salgada pela sua proximidade com a costa atlântica”. (MARQUES, 2004, p. 39).

O solo de várzea apresentava menor taxa de acidez e de nutrientes como nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio e magnésio, quase em dobro se comparado ao solo da terra firme. Também constatou que o solo típico da várzea local apresentava níveis de fertilidade iguais ou maiores que solos de canaviais no interior de São Paulo, plantados em terra firme. (MARQUES, 2004, p. 40).

<sup>113</sup> *Auto de Justificação da Nobreza* de Joaquim Clemente da Silva Pombo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo; nº 16; nº 32. Ano de 1807.

De acordo com Fernando Marques: “o estuário amazônico é composto de várzea alta e várzea baixa, as altas estão localizadas imediatamente nas margens dos rios de maior porte, e tem faixa de largura de cerca de 150 metros, apresentando altitudes de 3 a 6 metros.” (MARQUES, 2004, p. 38). Enquanto as “baixas” apresentam largura de terra muito maior, são quase sempre, atingidas pelas inundações de pequenos igarapés durante as marés de lua cheia e lua nova.

Fator que justifica a preferência dos lavradores em erigir engenhos às margens dos rios. Nesses terrenos são plantados dois tipos de cana: a cana crioula e a cana caiena. A “crioula” é considerada “a mais antiga variedade da espécie, as mudas vieram transplantadas da Ilha de Madeira para o Grão-Pará, caracteriza-se por apresentar os colmos próximos entre si, chegando a atingir dois metros e meio de altura.” (MARQUES, 2004, p. 41). Já a “caiena” originou-se na segunda metade do século 19, passando a ser as preferidas dos agricultores do Grão-Pará, porque: “constituíam-se de colmos grossos e fibrosos, bastante suculentos, cujas folhas chegam a crescer até quatro metros.” (MARQUES, 2004, p. 41).

Após amadurecer, durava de seis a oito boas colheitas, sem necessitar de replantio, bastando conservar limpo o terreno até brotarem novas hastes. No entanto, depois da primeira “soca”<sup>114</sup> perdia parcialmente o rendimento, o que justifica os diferentes valores adotados nos inventários quanto à idade do canavial: se novo, maduro ou velho.

De acordo com a qualidade, os valores alteravam-se. Naturalmente que a cana madura em idade de colher era mais bem avaliada. Como por exemplo, o canavial que pertencia à Francisca de Siqueira e Queiros<sup>115</sup> descrito “como canavial maduro, com duzentas braças de comprimento e cem braças de largura, avaliado por 500\$000 mil-réis”; e outro canavial nas terras da mesma senhora, também qualificado como “novo”, que havia sido plantado em janeiro de 1832, de tamanho semelhante, fora avaliado por 120\$000 mil-réis, ou seja, menos de 1/3 do canavial em idade de colher. Já o “canavial velho” das terras do Engenho São Miguel, de Antônio José Antunes de Souza<sup>116</sup>, sem descrição quanto à dimensão, fora avaliado por 300\$000 mil-réis. Enquanto o canavial recém-plantado nas terras do Sítio Carmelo próximo ao

---

<sup>114</sup> A “soca” era o corte da cana que era cortado várias vezes. Schwartz (1988, p. 104) explica que após crescida, o primeiro corte era chamado de “soca”; após o segundo, “ressoca”, e então “terceira soca” e assim por diante. Quanto ao rendimento de cada parte o autor argumenta que para a cana de primeiro corte, seu valor era estimado em aproximadamente o dobro das crescidas após o primeiro corte.

<sup>115</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon*. Inventários *post-mortem*. Inventário de D. Francisca de Siqueira e Queiros, 1832.

<sup>116</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon*. Inventários *post-mortem*. Inventário de Antônio José Antunes de Souza, 1842.

São Miguel, fora avaliado por 200\$000 mil-réis. Portanto, os valores tendiam a se alterar de acordo com o tempo e qualidade de cada plantação.

Após o tempo de maturação a cana já estava pronta para o corte: “depois de ter acabado de cortar todo o canavial, os trabalhadores deixam-lhes secar a ramada, lançam-no fogo do qual rebentam algumas raízes que são replantadas crescendo mais fortes até mesmo que as raízes da maniva.” (DANIEL, 2004, p. 38). Como sementes eram usados alguns brotos de raízes velhas, com produtividade mais baixa, chamada de “cana brava”.<sup>117</sup> Os canaviais no solo de várzea duravam, em média, de 5 a 7 anos, até chegarem ao esgotamento. A priori, pode parecer um tempo duradouro que renderia boas colheitas, mas se comparado aos canaviais do recôncavo baiano, plantados em solo de massapé é um tempo relativamente pequeno porque possuíam vida útil de 30 a 50 anos.

A safra do açúcar era um período – apesar de curto em virtude das chuvas constantes que dificultava a colheita e carregamento da cana –, de intensa atividade. De acordo com o padre João Daniel: “os engenhos do Amazonas são de poucas expedições, moem só em algumas temporadas, e descansam por mais tempo.” (DANIEL, 2004, p. 37).<sup>118</sup> A cana não poderia ser transportada por debaixo de chuva – algo constante na região –, sobretudo no período que vai de novembro até março, o que nos leva a entender que a sazonalidade da região era um dos agravos que reduzia o período de colheita, explicando o curto tempo das safras no Grão-Pará.

Durante o período de safra aportavam na porta dos engenhos, em direção às moendas, a cana cortada vindas das porções de terras e dos sítios vizinhos para serem beneficiadas e transformadas em mel, açúcares e aguardentes. Era cena comum do cotidiano amazônico montarias, canoas e igarités pilotados por trabalhadores escravizados, abarrotados de cana indo em direção às fábricas.

---

<sup>117</sup> A “cana brava” era a cana de primeiro corte de um campo virgem, que frequentemente crescia bem alta e fina e era considerada imprópria para moagem, por isso alguns senhores preferiam que primeiro se plantasse outras culturas nesses campos, de modo a “desvirginar” a terra e prepará-la para o plantio de cana. Estimava-se que uma carrada de cana usada como semente produziria cinco carradas de cana cortada.

<sup>118</sup> Os engenhos da Bahia, no mesmo período observou Schwartz (1988, p. 97) a safra durava de oito a nove meses em ritmo de trabalho implacável, geralmente começando em agosto e ia até maio do ano seguinte, em um regime ininterrupto de 270 a 300 dias. O trabalho era tão intenso que poderia ser chamado de “inferno”.

Figura 6- Representação do Engenho São José



Fonte: Acervo Casa da Cultura, criador de memórias em telas, pintor Rubens Laurinho, descrição oral de Miguel Machado, 2008.

A representação do Engenho São José, no rio “furo do seco” em Igarapé-Miri, pintada por Rubens Laurindo, faz parte de uma coleção do acervo da Casa da Cultura do município de Igarapé-Miri, que se encontra sob guarda da Secretaria de Cultura do mesmo município. À princípio é uma gravura de uma propriedade rural que remete a primeira metade do século 20, que mantém continuidade com as propriedades que foram do século 19.

A imagem representa um típico engenho local, destacam-se a estrutura do engenho, com fábrica, armazém, ranchos e casa de vivenda. O rio – com sua marcante onipresença –, integra toda estrutura do engenho, de leste à oeste. Navegando-o se encontra duas embarcações, na parte esquerda uma igarité carregada de cana que vai em direção ao engenho onde é despejada ao lado do trapiche. A embarcação é pilotada por dois trabalhadores, um em cada extremidade – proa e popa –, munidos de remos ou varas, a direita encontra-se navegando um barco maior, para o transporte de pessoas, ou comércio itinerante através da navegação de cabotagem, munidos de variados artigos, secos e molhados vendidos nos sítios e fazendas locais.

A cana é despejada ao lado de um pequeno trapiche e segue até a fábrica central onde será manufaturada. Da direita para a esquerda encontra-se a casa de fazer açúcar com engenho de moer cana, com grandes rodas e tambores, movido à vapor, como bem representa a chaminé. Ao lado o armazém distante poucas léguas do engenho, onde era armazenado e



comercializado<sup>119</sup> os produtos fabricados na propriedade. Em seguida uma vila de pequenas casas que poderiam ser estruturas que dariam suporte ao engenho: casa de purgar, casa de alambique, casa de feitor, ou simplesmente ranchos, morada dos escravos ali residentes. Por último e em maior extensão a casa com varanda, de morada do senhor e sua família.

De modo comparativo à estrutura do Engenho São José (Figura 6) tomaremos como exemplo a descrição das instalações do Engenho de Jaguarari com base em três fontes: o relato dos viajantes Spix e Martius; os dados apresentados por Fernando Marques Tavares; e pelo inventário de Joaquim Clemente da Silva Pombo. De acordo com os viajantes que estiveram hospedados na fazenda dos dias 21 a 26 de agosto de 1820,

A usina muito espaçosa e alta acomoda um grande engenho, de cana e acessórios [...]. Um riacho bastante considerável, que ao mesmo tempo fornece água potável para os habitantes e movimenta a máquina [...]. A aguardente é conservada no pavimento térreo de uma casa grande, em monstruosos troncos ocos de angelim. A morada do administrador é contígua à usina e liga-se com a casa do proprietário, de extremo bom gosto, que, de sua ensombrada varanda, goza da alegre vista do rio tranquilo e de suas margens cultivadas. (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 96).

Pela descrição se percebe que a propriedade possuía aparelhos e máquinas que remetem a atividade fabril de expressiva envergadura, no caso, um engenho de fazer açúcar e produzir aguardente. Da leitura de outro documento, o inventário de Joaquim Clemente da Silva Pombo, acompanhamos os detalhamentos do engenho de Jaguarari,<sup>120</sup> que possuía estrutura com bastante capacidade e extensão, dividia-se em: 1) casa de engenho; 2) casa de purgar; 3) armação com três casas para receber garapa e aguardente; 4) armazém; 5) rancho ou palhoça dos escravos; 6) casa de feitor (administrador); 7) casa de sobrado; e 8) capela.

A descrição enfatiza que a propriedade era um pouco mais complexa do que o Engenho São José, contudo, mantinha semelhança com outros engenhos locais. De acordo com Leila Mourão, que pesquisou as *Memórias da Indústria Paraense*, a presença dessas fábricas (engenhos, olarias e fábricas de descascar arroz) ainda que organizadas nos moldes artesanais simples, em muitos casos rudimentares: “permitiu ao Pará ingressar, no século XIX, em um relativo relacionamento comercial com o mercado exterior, mas com uma estrutura e relações econômicas débeis”. (MOURÃO, 2017, p. 06).

O complexo do engenho de Jaguarari integrava uma série de componentes que ficavam contíguos uns aos outros com distância de poucas léguas (ou metros), tomaremos ele como

<sup>119</sup> De acordo com David Farias (2021) esse comercio era realizado através do sistema de aviamento aos trabalhadores do engenho, sobretudo, os trabalhadores livres.

<sup>120</sup> Segundo Spix e Martius (2017), Jaguarari ou Jacuarari significava “rio dos cães”.

centro para entender o processo de fabricação de açúcar. De acordo com o documento do lado esquerdo encontrava-se a “casa de fazer açúcar ou engenho”, cujo processo poder ser mais bem compreendido segundo a descrição de João Daniel:

A fábrica principal são as moendas, as quais são desta forma. Em uma grande e bem espaçosa loja ou sala térrea levantam no meio um cocho de 10 palmos ou mais de comprido [ou seja, 2,2 metros, *grifos nossos*], e do feitio de uma casca de noz virada para cima, e dentro ao comprido com distância proporcionada lhe põem três bases, [...] a estas três colunas assim levantadas bem direitas seguras e unidas chamam engenhos, ou moenda de açúcar. [...] têm em cima dentes, e em baixo, os quais quando andam à roda se vão atracando uns com outros, [...] que faz andar à roda todas as outras. (DANIEL, 2004, p. 38).

Segundo a descrição, a **casa de engenho** era o local onde ficava a moenda com três tambores ou rolos horizontais construídos de madeira, com dentes encravados, onde a cana era amassada e espremida em uma engrenagem que giravam em conjunto até sair seu precioso sumo, a garapa, que posteriormente era fervida nas caldeiras ou nos grandes tachos de cobre na casa de purgar. De acordo com Fernando Marques: “o rolo central, chamado de moenda mestra, era o que recebia a força motriz e transmitia aos outros dois rolos.” (MARQUES, 2004, p. 145). A moenda de três tambores era uma estrutura mais moderna que permitia a alimentação de cana por dois lados, através de um movimento de rotação sincronizado, reduzindo o número de trabalhadores e agilizando a produção.

Saindo da casa de engenho o líquido retirado das moendas descia através de uma calha e seguia para casa de caldeira. Na **casa de caldeira** o ambiente era amplo, seguia um formato quadrangular, no Engenho de Jaguarari a casa de caldeira era “coberta de telha, feito de pedra e cal” com dimensões de 25m x10m e 6m x15m. O engenho possuía um conjunto de caldeiras “com armação por baixo e tanques para receber mel” onde era depositado, em alta temperatura, o produto da cana, o melado, dentro de tachos de cobre, ou paróis de tamanho distinto. Seguindo a descrição de João Daniel, observa-se que:

A garapa não cai logo nas caldeiras, mas em outro grande cocho, do qual cheio, e por meio de registros a vão encaminhando para a caldeira principal, onde é fervida, mexida por uma comprida escumadeira pelo mestre de açúcar até chegar ao ponto principal, onde o mestre vai amiudamente molhando a calda com água, fervendo a garapa até chegar ao ponto de mel, os que querem como produto principal deixam nesse ponto, os que querem o açúcar passam a calda a uma caldeira mais pequena até chegar ao ponto de meterem nas formas (DANIEL, 2004, V.II, p. 40).

No momento apropriado, portanto, o melado era retirado das tachas seguindo para casa de purgar. O tacheiro removia um pouco do líquido parcialmente cozido e o colocava em uma

caldeira não aquecida para esfriar. Após esse processo o melado seria despejado nas formas de barro (furadas embaixo), tapadas com rolha: “pelas formas se sabem os mestres o número de arrobas que se terá de açúcar”, dizia João Daniel (2004, p. 41). Cada forma, em média leva de duas ou mais arrobas, cada arroba pesa 14,7 quilogramas, de modo comparativo as formas usadas no engenho Sergipe do Conde, em Pernambuco, possuíam “capacidade de duas a quatro arrobas (29-58 kg).” (SCHWARTZ, 1988, p.156). Apesar de parecer mais rentável, as formas maiores não são as mais estimadas por serem mais difíceis de manusear e pelos riscos de se quebrarem, assim é preferível usar as formas medianas por trazerem mais segurança ao mestre. Depois de cheias as formas são acomodadas nos armazéns onde ficam descansando por até trinta dias até chegar ao ponto de se ter açúcar branco, pelo processo de decantação.

Da casa de caldeira o produto segue para **casa de purgar**. De acordo com Fernando Marque esse local: “se constituía como os maiores espaços dentro do conjunto do engenho, posto que no engenho Jaguarari, este ambiente mediu 25m x 10m”. (MARQUES, 2004, p. 164). A casa de purgar constituía-se em edificações grandes onde as formas, colocadas em tábuas dispostas em longas fileiras ficavam depositadas a fim de descansarem.

Deixava-se o líquido endurecer nas formas por cerca de duas semanas, e então fazia-se um furo no açúcar. A parte superior da forma eram então comprimida e besuntada com um barro especialmente preparado, umedecido com água. Essa água filtrava-se pela fôrma e, ao escoar-se, carregava consigo as impurezas remanescentes e o melado (SCHWARTZ, 1988, p. 112).

Ou seja, era um processo de filtragem que poderia ser repetido várias vezes. Nele separava-se o melado e as impurezas, o melado poderia ser usado para a fabricação de aguardente ou seguir de volta à casa de purgar e transformado em açúcar batido. Depois lhes abrem a boca e o fundo da forma onde vão desaguar alguma purgação. Das formas obtêm-se diversas castas do produto: “o açúcar que se forma no topo da forma era branco, o mais precioso, alvo e seco que fica alguns dias ao sol até ir para o paiol; no meio um açúcar de tonalidade um pouco mais escura; no fundo mais escuro e pesado, o açúcar mascavo.” (SCHWARTZ, 1988, p. 112). Ainda de acordo com Stuart Schwartz (1988, P. 113) “passando aproximadamente quatro semanas o açúcar cristalizava-se e ficava pronto para ser retirado das formas.” Processo que era realizado em um balcão, geralmente ao ar livre, em dia ensolarado.

Para além do açúcar se a opção do melado fosse a aguardente, a calda que saia da cana não iria para as formas na casa de purgar, seguiria em outra direção, a **casa de alambique**. Este era o local onde estavam dispostos os alambiques de cobres, os equipamentos de destilação e

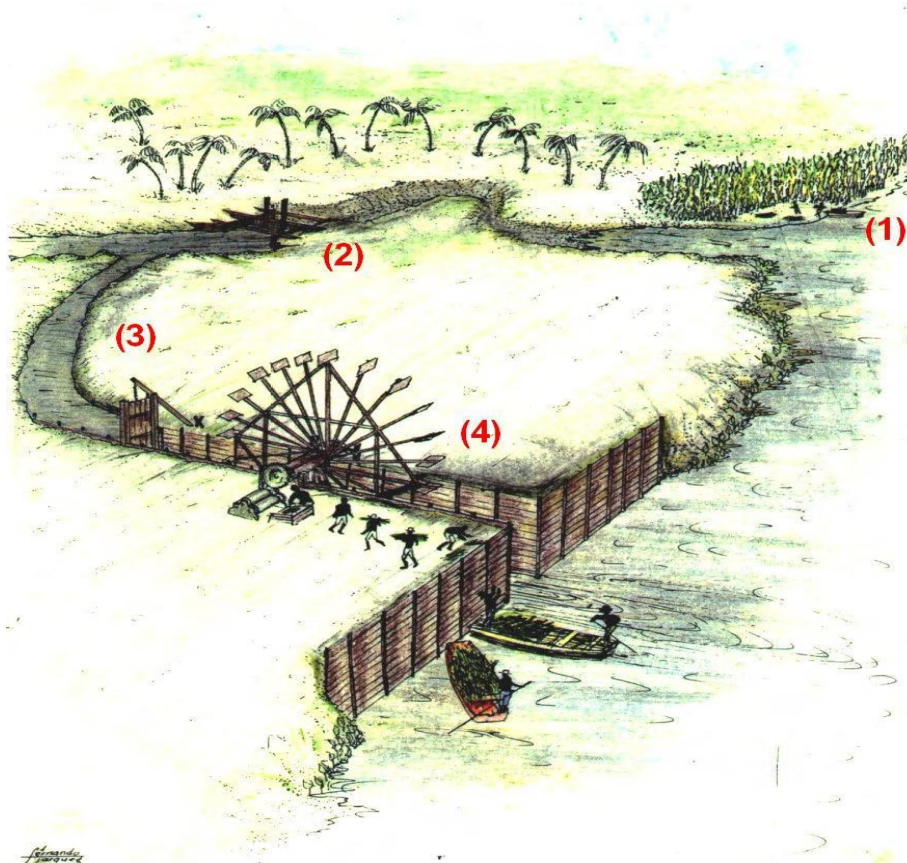
os frascos para acomodar os produtos. Em alguns engenhos havia casa de alambique como no Engenho de Jaguarari, como já foi mencionado na seção anterior.

Após a fabricação do açúcar e da aguardente, os produtos eram embalados e encaixotados por trabalhadores encarregados da função e acondicionados nos **armazéns** ou galpões. Ficavam guardados dentro do complexo do engenho até serem comercializadas na capital e interiores. Nesses armazéns se guardava também as guarnições para a escravarias, e algumas vezes, servia até mesmo para o aviamento de produtos manufaturados.

Os engenhos encontrados na província do Grão-Pará eram, sobretudo, de três tipos: os engenhos d'água (o mais comum); os engenhos movidos a boi ou cavalo (tração animal); e mais tarde, em fins do século XIX, os engenhos movidos à vapor (com tecnologia superior). Com base em vestígios arqueológicos e informações orais de pelo menos 30 sítios de engenhos situados à margem das marés em Igarapé-Miri e Barcarena. Fernando Marques sugere que: “as moendas de engenhos de açúcar operavam com a energia das marés.” (MARQUES, 2002, p. 14). Justificando o fato do Engenho de Jaguarari ser um “engenho de cana, movido por uma grande roda d'água”, como segue a descrição no inventário do Pombo. Não apenas o engenho de Jaguarari, mas grande parte dos engenhos localizados nos interiores eram movidos pela força hidráulica: “em virtude de seus terrenos serem baixos e planos, regados, tanto no verão como no inverno, pelas marés de sezeltas.” (PALHETA, 2012, p. 33).

O fluxo da maré era importantíssimo pois sistematizava todo o processo operacional da fabricação do açúcar. Em outras palavras, o fluxo da maré determinava o ritmo de produção, o escoamento da matéria-prima, o processo de moagem, em resumo era o fio condutor que movia a fábrica do engenho. Vejamos a representação da tipologia de engenho movido à maré, construída por Fernando Marques.

Figura 7 – Representação do engenho São José, movido à maré, localizado em Igarapé-Miri.

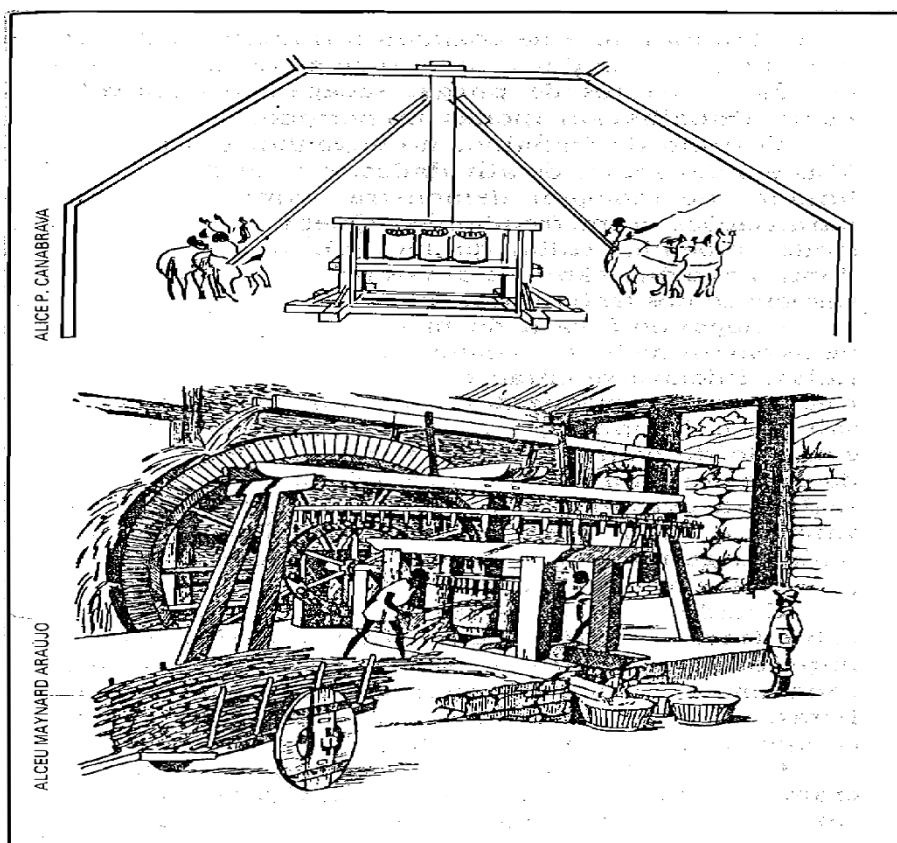


Fonte: MARQUES, Fernando Luiz Tavares (2002, p. 28).

Seguindo o esquema explicativo da Figura 7, podemos pensar como funcionava os engenhos movidos a água, observamos que no período da enchente ou preamar (1) a água entra pelo canal, segue até à represa ou açude onde é retida por uma barragem (2), desviada por um canal (3) até a calha (4), para durante a vazante girar uma roda d'água. Movimento semelhante foi analisado por Vera Ferlini, quando pesquisou os engenhos do nordeste também movidos pela força hidráulica: “a água necessária para a movimentação da roda era provida pelo escoamento de uma espécie de tanque ou açude, com barragem de pedras e tijolos.” (FERLINI, 1998, p. 37), onde a água represada era conduzida para girar a roda, “mourões de alvenaria sustentavam a calha que conduzia a água à roda.” (FERLINI, 1998, p. 37). De acordo com Fernando Marques a profundidade da calha podia chegar a 4 metros, como foi observado pelos vestígios arqueológicos dos engenhos do Murutucu e Mocajuba.

Outro tipo de aparelhagem utilizado no Pará, assim como no Nordeste, foram as moendas movidas por tração animal, com a utilização do gado *vacum* ou cavalari, como sugere a Figura 8.

Figura 8- Moendas puxadas à boi



FONTE: FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar** (século XVI a XVIII). Editora Brasiliense, São Paulo, 1998.

Estes engenhos eram também chamados de trapiches que funcionava a partir de um sistema de tração, onde: “o eixo vertical do tambor central da moenda era fixado na extremidade de uma viga de madeira, que em posição inclinada, descia até o ponto em que se atava, os animais.” (MARQUES, 2012, p. 159). Dessa forma, os tambores da moenda eram atrelados a um par de bois em cada lado que era conduzido por um servente que os fazia andar e girar em círculos. O movimento circular fazia acionar um conjunto de cilindros que vão girando, em sentidos opostos, movimentando a moenda e espremendo a cana.

Schwartz considera que:

Um engenho [...] deve ser considerado uma máquina bem construída, composta de várias rodas que giram em direções diferentes, porém contribuindo, todas elas, ao grande objetivo proposto; contudo, se alguma parte gira demasiadamente depressa ou devagar em relação ao restante, o objetivo final malogra. (SCHWARTZ, 1988, p. 105).

Independentemente do tipo, o engenho se constitui como um sistema integrado de força recíproca que mantém relação entre si. Para o funcionamento de uma fábrica de engenho vários mecanismos são articulados e trabalham juntos para o processo produtivo, clima, solo, e sobretudo, força de trabalho, no caso, escravista de origem negra africana, imprescindível para todo o processo de produção.

### 3.6 Os trabalhadores escravizados nos engenhos: ofício, gênero, idade e condição de vida

Os trabalhadores escravizados foram amplamente utilizados nas lavouras agrícolas do Grão-Pará. A relação entre escravidão, engenhos e os meios de produção possuía linha bastante tênue. Era o escravizado, principalmente o de origem africana que movia as engrenagens das fábricas dos engenhos, tanto que em todas as 21 propriedades, definidas de engenhos e engenhocas, possuíam como fio condutor a mão de obra escrava.

Os engenhos e as lavouras agrícolas integravam grande parte da força de trabalho do mundo rural. Estes complexos, demandavam dispendiosa mão de obra, tanto de sujeitos livres quando de escravizados, que deveria ser, em certa medida, de trabalhadores especializados: mestre de açúcar, caldeireiro, purgador, barqueiro, remeiro; oficiais, mestres e aprendizes dos mais diversos, estabelecido na intrincada rede que se firmava em torno da fábrica do açúcar.

O processo de fabricação do açúcar era bastante árduo, tangido por uma relação de subordinação entre escravizado e escravista, que no mundo rural era profundamente desigual. A força física era aspecto integrante da lavoura agrícola, mecanismo muito utilizado pelos senhores para conter e pôr a trabalhar sua escravaria. Muito já se escreveu sobre diversos aspectos da escravidão no mundo rural:<sup>121</sup> sobre a relação entre senhores e escravos, as condições de vida e de moradia; das relações familiares e de trabalho de milhares de homens e mulheres que foram capturados pela malha da escravidão.

De acordo com Stuart Schwartz: “o fabrico e as técnicas utilizadas na atividade açucareira criaram uma demanda de trabalhadores qualificados e semiquilificados.” (SCHWARTZ, 1998, p. 168). Via de regra, era um processo que demandava capital de grande vulto e de tempo, desde o momento da plantação, até a fabricação de sua forma mais branda: o

---

<sup>121</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5ª ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010; SLENES, Robert. W. **Na senzala uma flor** – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Ed. Unicamp, 2011; MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. 3ª ed., ver. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013; MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**: senhores, letrado e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

açúcar branco. Sobre as qualificações listei os escravos do engenho de Jaguarari que possuíam ofícios.

Tabela 11 - Escravos com ofício do Engenho de Jaguarari

Nome	Idade	Nação/qualidade	Ofício	Deficiência	Valor
Fernando	46 anos	Mulato	Feitor	-	450\$000
Preto Vicente	65 anos	Preto	Mestre Carpinteiro	-	300\$000
Aniceto	40 anos	Preto Crioulo	Oficial de Carpina	-	450\$000
Romualdo	40 anos	-	Oficial de Carpina	-	300\$000
Siciriano	35 anos	-	Oficial de Carpina	-	350\$000
Calixto	35 anos	-	Oficial de Carpina	-	350\$000
Daniel	20 anos	-	Oficial de Carpina	-	400\$000
Leonardo	60 anos	-	Oficial de Carpina	-	250\$000
Francisco Ribeiro	30 anos	-	Oficial de Carpina	-	300\$000
José Policarpo	18 anos		Aprendiz de carpina	-	320\$000
Aniceto	22 anos	Cafuz	Aprendiz de carpina	Quebrado da cadeira	300\$000
Hipolito	13 anos	-	Aprendiz de carpinteiro	-	280\$000
Franco	13 anos	-	Aprendiz de carpinteiro	-	280\$000
Preto Caetano	30 anos	Angola	Mestre alambiqueiro	Quebrado e doente do peito	200\$000
Preto Antônio Brau	35 anos	Angola	Mestre oleiro		400\$000
Antônio José	35 anos	Cabinda	Tacheiro		350\$000
Preto Antônio Pinará	45 anos	Angola	Oleiro	Quebrado	250\$000
Domingos	35 anos	Bambabeira	Tacheiro		350\$000
Agostinho	27 anos	Mulato	Caldeireiro	Quebrado	400\$000
João Paulo	35 anos	-	Caldeireiro	-	400\$000
João Ventura	32 anos	Mandinga	Tacheiro	-	350\$000
Francisco da Conceição	32 anos	Benguela	Calafate	Doente do peito	350\$000
Preto Antônio	32 anos	Preto	Oleiro		350\$000



João José da Cruz	50 anos	Mulato	Sapateiro		450\$000
Preto Domingos	45 anos	Mofumbo	Capataz	Quebrado	250\$000
Antônio	45 anos	Angola	Calafate		400\$000
Zacarias	39 anos	Mulato	Tacheiro		400\$000
Preto Militão	35 anos	Crioulo	Tacheiro	Doente de gota	300\$000
João Guariba	36 anos	Angola	Tacheiro		350\$000
Joaquim	45 anos	Crioulo	Mestre pedreiro		400\$000
Luiz Mandinga	45 anos	Mandinga	Mestre pedreiro		260\$000
Francisco Sanches	40 anos	-	Pedreiro		350\$000
Jacinto	80 anos	Bijagó	Mestre de açúcar		200\$000
Ignacio	9 anos	-	Aprendiz de calafate		160\$000
Bernabé	13 anos	-	Aprendiz de sapateiro		180\$000
Preto Crispim	31 anos	-	Oficial de ferreiro	Doente da perna	300\$000
Manoel Luiz	35 anos	-	Ferreiro		200\$000
Pedro ferreiro	26 anos	-	Ferreiro	Doente da perna	300\$000
Preto Thomé	36 anos		Caldeireiro	Aleijado da perna e da mão esquerda	300\$000
<b>Total: 38</b>					

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Dos 147 escravos da fazenda, 38 possuíam ofícios dos mais diversos. Destacam-se os oficiais ligados ao beneficiamento do açúcar, sobretudo, os mestres que poderiam ser: mestre de açúcar, mestre alambiqueiro, tacheiro e caldeireiro. Trabalhadores bem quistos no mundo dos engenhos. Na fazenda de Jaguarari, o preto velho Jacinto, era o mestre de açúcar da fazenda. O mestre de açúcar era o oficial mais importante, era o responsável pela produção pois controlava o beneficiamento, quando da falta de um mestre quem o substituíria era o seu aprendiz.

Em Jaguarari, na produção do açúcar havia 13 sujeitos: o mestre de açúcar Jacinto; (6) mestres tacheiros eram os homens encarregados dos tachos de cobre, sabiam o ponto ideal de fervura e de grossura do açúcar. Antônio José, preto Domingos, João Ventura, Zacarias, preto Militão e João Guariba, suas idades variavam de 32 a 39 anos, metade de origem africana e seus

valores eram, em média, 350\$000 mil-réis. As caldeiras, por exemplo, eram manuseadas por três trabalhadores especializados – os mestres caldeireiros –, como os pretos João Paulo e Tomé, de 35 e 36 anos, e o mulato Agostinho, de 27 anos, que apesar de mais jovem possuía duas deficiências (aleijado) “na mão direita e da perna”, fato que o desvalorizava.

Para fabricação dos destilados da cana o mestre alambiqueiro Caetano, de 30 anos; e não menos importante o feitor Fernando, um mulato de 46 anos, e o capataz de nome Domingos de nação Mofumbo. O feitor era o homem de confiança do proprietário, muitas vezes era livre e pertencia à categoria de trabalhador assalariado, sua principal tarefa era administrar o engenho, gerenciar e organizar o ritmo de produção, condição que justifica seu alto valor de mercado. Por exemplo, o preto Fernando que era feitor, e o mulato João José da Cruz, oficial de sapateiro, eram os pretos mais bem avaliados do engenho de Jaguarari, valiam cada um 450\$000 mil-réis.

As várias categorias de ocupação dentro do engenho criava um perfil laboral que não se restringia a produção do açúcar. Muitos trabalhadores possuíam outras habilidades próprias do mundo rural que envolvia um conjunto de atividades que se faziam imprescindíveis para o funcionamento da estrutura do engenho, como, os mestres carpinteiros, calafates e pedreiros. Os carpinteiros e calafates cuidavam da manutenção e conserto das moendas que eram de madeira. Construía as embarcações, os barracões, as casas de trabalhadores, de engenho, de farinha, e cuidavam também dos serviços de carpintaria, dos reparos das moradias, dos armazéns, e das habitações dos senhores.

Os oficiais de oleiro, ferreiro e sapateiro cuidavam da confecção de objetos, eram os responsáveis por tecer o vestuário da escravaria. Confeccionavam louças, móveis, objetos que compunha o universo que se firmava em torno do engenho. Manoel Diégues Júnior, estudando o complexo açucareiro do nordeste colonial, observou que,

Numerosas são as profissões ou ocupações exercidas pelos trabalhadores da lavoura de engenho; são (...) machadeiros, cortadores de cana, cambiteiros, carpinteiros, amarradores de cana, vigias; são ainda carreiros, estribeiros, vaqueiros, oleiros, pedreiros, ajudantes de carroça. (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 31).

Portanto, muitos sujeitos se misturavam e integravam a paisagem social dos engenhos. Para Maria Emília dos Santos: “os engenhos eram espaços que comportavam uma composição populacional múltipla, com pessoas de diferentes locais de origem e variadas ocupações.” (SANTOS, 2015, p. 5). Sobretudo, africanos de diferentes nações, crioulos, mulatos e mestiços, conseqüentemente era um espaço que amalhava categorias sociais distintas. Entre os 1.159

escravos arrolados nos engenhos e engenhocas, 302, ou seja, 26% eram africanos de partes distintas do continente, número que vai se diluindo ao decorrer do primeiro quartel do século 19 em decorrência da crescente pressão antitráfico de escravos via Atlântico.

Outro ponto importante é em relação ao gênero e faixa etária dos escravos no mundo rural. Ao contrário de outras partes do Brasil onde prevaleceu a monocultura do açúcar, como, por exemplo, Pernambuco e Recôncavo Baiano, em que o número de trabalhadores do sexo masculino e em idade adulta era maior que o número de mulheres, no Grão-Pará a relação entre gênero e idade é praticamente equivalente, como aparece na Tabela 12.

Tabela 12: Quanto ao gênero dos sujeitos escravizados

Homens	%	Mulheres	%	Total
618	53.3	541	46.7	1.159

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Alguns fatores me levam a pensar nesse quantitativo. O principal deles é que no Grão-Pará havia a predominância não de uma, mas de várias culturas agrícolas. Mesmo nos engenhos onde a produção central era o açúcar ou a aguardente, paralelamente havia o cultivo: de mandioca, arroz, algodão, café, frutas tropicais, hortaliças. Ou seja, se realizavam atividades artesanais e produzia-se farinha de mandioca, desse modo, era um espaço multifacetado que demandava um número misto de indivíduos, sobretudo, trabalhadoras do sexo feminino que realizavam atividades nas roças, nas hortaliças, nos serviços domésticos e diretamente na produção do açúcar e da aguardente.

Por exemplo, no engenho de Catarina Ignacia do Nascimento<sup>122</sup>, em Igarapé Miri, dos 24 cativos que pertenciam ao plantel, 13 homens e 11 mulheres, além da do cultivo da cana, plantava-se algodão e produzia-se farinha. Já no engenho do Coronel José Duarte Rodrigues<sup>123</sup>, dos 166 cativos, 80 homens e 86 mulheres, produzia-se cachaça e aguardente, e foi observado o plantio de 567 pés de café. Na fazenda Santa Quitéria no Moju, havia um engenho de moer urucu, plantação de cana e algodão, o inventário de sua proprietária Ana Raymunda de Carvalho<sup>124</sup> remete ainda venda de alimentos nos sítios vizinhos, como farinha, arroz, destilados

<sup>122</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Catharina Ignacia do Nascimento, 1829.

<sup>123</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário do Coronel José Duarte Rodrigues, 1845.

<sup>124</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon, Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário Ana Raymunda de Carvalho, 1838.

etc., neste engenho havia 79 escravos, 39 homens e 40 mulheres. É de supor, portanto, que tanto as mulheres quanto os homens participavam ativamente de todas as atividades dentro dos empreendimentos, não havia propriamente uma divisão entre os sexos.

Quanto à idade notamos a primazia de escravos adultos, tendendo ao envelhecimento. Nesse sentido, entendemos que a lavoura agrícola demandava sujeitos em idade adulta e com vigor físico. Por exemplo, os escravos do sexo masculino eram estereotipados por suas características física: tipo, vigor, robustez, viço. Os mais jovens eram mais bem avaliados e benquistos pelos senhores de engenho.

Tabela 13: Quanto a idade dos trabalhadores escravizados nos engenhos

<b>Criança (0-10 anos)</b>	<b>Moleque (11-15 anos)</b>	<b>Moço (16-20 anos)</b>	<b>Adulto (21-41 anos)</b>	<b>Velho (+ de 40 anos)</b>	<b>Sem Identificaçã o</b>	<b>Total</b>
198	79	100	350	360	72	1.159

Fonte: Centro de Memória da Amazônia (CMA), inventário post-mortem, 1810-1850.

Se observa pela Tabela 13 que os escravos adultos e velhos, somavam 710 do total da escravaria, representando 61,25% da totalidade, isto é, mais da metade da escravaria. Por exemplo, em Jaguarari, dos 147 escravos, 85 (57,8%) eram homens e 62 (42,2%) eram mulheres, dentre estes o número de crianças era de, 22, em idade de 0 a 10 anos. Os escravos adultos da faixa etária de 21 a 40 anos somavam 57 sujeitos, os acima de 40 anos somavam 49, ou seja, a escravaria adulta e mais velha totalizava a grande maioria, 106 sujeitos perfazendo 87,7% do total.

Em outra fazenda com engenho também às margens do rio Acará, denominada Nossa Senhora do Rosário, observou-se fato semelhante, dos 120 escravos que compunham os trabalhadores do engenho, 69 (57,5%) eram homens, 51 (42,5%) eram mulheres; os adultos da faixa etária de 21 a 40 somavam 41 sujeitos, os com mais de 40 anos, 35 sujeitos, totalizando 75, ou seja, 62,5% perfazendo mais da metade da escravaria com idade superior a 21 anos, portanto, já adulta em idade produtiva.

O número de crianças era relativamente alto, 198 meninos e meninas em idade de 0 a 10 anos, ou seja, 17%, o que nos leva a entender que havia reprodução endógena dentro dos planteis escravistas. Daniel de Souza Barroso considera a reprodução endógena nesses espaços como algo factível, a presença dessa reprodução, sobretudo nos pequenos plantéis “foi determinante para manutenção e ampliação da escravaria.” (BARROSO, 2017, p. 138). Em algumas circunstâncias é possível perceber a presença de famílias escravas nos inventários.

Tomamos como exemplo o plantel do engenho Nossa Senhora do Rosário, dos 120 cativos, 22 (18,3%) eram crianças, fato que corrobora a hipótese de reprodução endógena, soma-se a isso a ocorrência de famílias escravas dentro dos planteis. Por exemplo, no mesmo engenho citado foram arrolados, pelos menos, 11 família com mãe e filhos. Destas um total de 5 com composição familiar completa, ou seja, pai, mãe e filho, como, por exemplo, o casal de pretos Luiza Maria e Florentino, ambos africanos de nação Mandinga, com 48 e 41 anos respectivamente, proveram desta união os crioulinhos Luiza e Salvador, de 13 e 9 anos; ou ainda Manoel Alexandre e Maria Joana, pretos africanos, ele de nação Angola, ela de nação Mandinga, de mesma idade, 36 anos, deste enlace nasceram 2 rebentos, Cipriano e Emerenciana, crioulos, ele sem idade, ela com 8 anos, o que nos leva a entender que eram uniões duradouras, de não menos de que 9 anos, já que as proles tinham, em média uma década de idade.

Estes não são casos isolados, em várias outras fazendas de engenho se observa a presença de família escrava, com composições diversas (pai, mãe e filho; apenas mãe; avós). Quando não há presença do pai, os filhos são sempre associados às mães como se produção independente fosse, mas sempre vinculados ao sexo feminino.

Outro fator importante é ao que se refere a quantidade de escravos com alguma deficiência ou algum tipo de moléstia. Escravos doentes, com marcas do cativo. As principais descrições eram: doente, muito doente, quebrado da virilha, doente do peito da barriga, cego, etc. Por exemplo no Engenho de Carnapijó, de Dona Josepha Joaquina de Souza<sup>125</sup>, que abre este capítulo, dos 71 escravos de seu plantel, 15 possuía algum tipo de moléstia. Como a descrição que segue a do preto João Benguela, 40 anos, “muito doente do peito”; ou a do preto Matheus, 60 anos, que dizia o documento está “quebrado”; ou ainda da “preta” Catarina, 50 anos, mulher do preto Paulo (39 anos) “muito doente da barriga”; o preto Martinho, 64 anos, “doente”; Maria Thereza, 40 anos, “muito doente”, e alguns outros. As doenças acometiam, sobretudo, os cativos com idades mais avançadas.

Ao que parece, as doenças revelam as inadequadas condições alimentares a que eram submetidos os cativos, com rações diárias desproporcionais as necessidades nutritivas que seriam, no mínimo, desejáveis, ou ainda as precárias condições de vida e moradia como lugares insalubres e com pouca ventilação. Agentes que facilitavam a propagação de todo tipo de doenças infectocontagiosas, logo, indícios que testemunham o tratamento desumano dado aos escravos, ou melhor dizendo, à face obscura da escravidão.

---

<sup>125</sup> Centro de memória da Amazônia. Cartório *Sarmento* (14º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de D. Josefa Joaquina de Souza, 1846.

Priscila d’Almeida Ferreira ao estudar as doenças que acometiam os negros na Imperial vila da Vitória, no sudoeste da Bahia do século 19, explica que as doenças nos escravos eram ocasionadas principalmente porque: “o corpo [deles] era usado para produzir, e o trabalho pesado realizado pelos cativos era um fator agravante, uma vez que o corpo era utilizado de forma inadequada, o que acarretava enfermidades e comprometia a saúde.” (FERREIRA, 2017, p. 61). Para Priscila Ferreira, entre as doenças mais comuns se destacam: “as hérnias e as doenças no trato respiratório, nos membros superiores e inferiores, reumáticas e oftalmológicas, as hérnias inguinocrurais.” (FERREIRA, 2017, p. 61). Esta última se desenvolvia nos escravos em razão do excesso de trabalho pesado, sobretudo, entre os cativos que trabalhavam nos serviços das roças, engenhos e lavouras, os mais fatigantes, e, entre as mulheres nos serviços domésticos.

Alguns anúncios encontrados nos jornais revelam que para além das enfermidades que acometiam os negros do plantel de Josepha Joaquina de Souza, sobressaíam-se os escravos insurgentes, em outras palavras, os que se rebelavam através da fuga. As marcas deixadas, como golpes, fissuras, cicatrizes e as deficiências físicas presente nos cativos daquele plantel, talvez possa justificar as corriqueiras fugas, pondo em evidência o tratamento dado pelos senhores aos escravos. Em *Da Senzala à Colônia* Emília Viotti da Costa<sup>126</sup> (2010, p. 331) assevera que “as decisões do senhor não são suscetíveis de apelo e para todos os atos que pratica depende apenas do tribunal de sua consciência”, ou seja, o poder do senhor era limitado por sua própria convicção de ética e justiça, assim: “no isolamento das fazendas, o proprietário exercia, sem controle, um ilimitado poder. Nenhuma garantia possuía o escravo.” (COSTA, 2010, p. 331).

Nas horas tardas da noite de 21 outubro de 1855, fugiu à Francisco Bernardo de Souza, do engenho de Carnapijó, o preto Candido, de 25 anos mais ou menos. De acordo com o anunciante, Candido era “baixo e magro” e foi “um dos negros agarrados no mocambo.”<sup>127</sup> Entre as marcas existentes em seu corpo havia *um golpe de faca ainda fresco, que elle mesmo deo no lado esquerdo do pescoço, e uma cicatriz na parte posterior da cabeça.*<sup>128</sup> Alertava seu dono que quem o acoutasse ou homiziasse seria penalizado, do contrário, seria bem gratificado. Ao que parece, o preto Candido, não se acomodava com sua condição de escravizado, tentando,

<sup>126</sup> Em *Da Senzala à Colônia*, Emília Viotti da Costa (2010) lembra que os proprietários das fazendas paulistas, puniam seus escravos por roubo, fuga, embriaguez e preguiça. O número de chibatadas variava, os castigos mais rigorosos recorriam aos chefes de quilombos: 300 chibatadas durante vários dias. Os que assassinarem senhor ou pessoa de sua família eram condenados à morte – em virtude da lei excepcional de 10 junho de 1835. Quando o número de chibatadas era grande, dividia-se em etapas o castigo. Todos os dias, o escravo era atado a um poste ou amarrado de bruços, o dorso nu, a um banco, e açoitado certo número de vezes. (COSTA, 2010, p. 334).

<sup>127</sup> O nome do referido mocambo não foi identificado pelo jornal.

<sup>128</sup> *13 de Maio*. Nº 570. 24/10/1855.

a todo modo, se livrar das garras de seu senhor se amotinando em mocambos estabelecidos nas cercanias de Belém. Revelando pelo recurso da fuga que possuía laços de confiança com outros sujeitos em condição semelhante que podiam ocultar-lhe, levando-nos a presumir que: “muitos escravos não aceitavam ser coisa de seu senhor, lutando com as armas que possuíam, para definir suas condições de vida e trabalho, a partir de suas próprias visões de liberdade e escravidão.” (BEZERRA NETO, 2002, p. 229).

Outro anúncio publicado um ano antes, pelo mesmo jornal, alertava que havia fugido do engenho de Carnapijó para o sertão um “mulato” quase curiboca, de cabelo liso, de nome Theodoro, 20 anos, estatura regular, beijos grandes, conhecido, pelos sujeitos de seu convívio social, como Theodorico, sendo caracterizado como “muito falante”, com cicatriz no peito, e uma “malha de cabelo branco atrás da orelha esquerda.”<sup>129</sup> No inventário de Josepha, o escravo Theodoro é arrolado entre seus bens, aparecendo como cafuzo, 24 anos, avaliado por 250\$000 mil réis.

Em dezembro daquele ano de 1855, outro preto do mesmo plantel, de nome Ignácio se apresentou “de livre e espontânea vontade” ao juiz de Paz de Itapicuru (freguesia do Acará) para que o remetesse à cidade mandando-o a seu respectivo dono, Francisco Bernardo da Silva.<sup>130</sup> É de se supor que o preto Ignácio decidira voltar ao cativo, muito provavelmente, por manter relações afetivas e/ou familiares com os sujeitos daquele plantel, em razão de que dezenas de famílias escravas foram arroladas naquele inventário. Bezerra Neto explica que: “alguns escravos buscavam apenas experiências de liberdade não tencionando ruptura total com a escravidão.” (BEZERRA NETO, 2002, p. 231), como é o caso do preto Ignácio. Nessa perspectiva muitos escravos fugiam, tempos depois retornavam de “livre vontade” ao cativo a fim de reencontrar ou restabelecer antigos laços afetivos.

Pelo exposto é possível inferir que os escravos de D. Josepha Joaquina usavam, corriqueiramente, o recuso da fuga como meio de se libertar das malhas da escravidão. Fugiam, muitas vezes, espavoridos em busca de alguém que lhes desse “acoutamento”. Outras das vezes, já sabiam onde iriam pousar, como o preto Cândido que fugira para um conhecido mocambo. O historiador Bezerra Neto pesquisando anúncios de fugas escravas na província do Grão Pará, observou que: “a proximidade em relação a Belém da lavoura canavieira nas bacias do rio Capim, Moju, Igarapé-Miri e Tocantins, [...], podia motivar escravos fugidos daquelas áreas a buscarem esconderijos naquela cidade”, uma vez que “a cidade, abria aos cativos um leque de possibilidades de inserção social, fosse esta ocupacional, residencial, familiar ou de lazer.”

---

<sup>129</sup> 13 de Maio. Nº 295. 21/02/1854.

<sup>130</sup> 13 de Maio. Nº 618. 21/12/1854.

(BEZERRA NETO, 2002, p. 228- 230). Portanto, a cidade de Belém se constituía como possível destino para os negros fujões, mas não só, fugia-se também para as matas, o chamado sertão amazônico, e, para freguesias vizinhas, locais onde poder-se-ia encontrar amigos, conhecidos e familiares que lhes desse abrigo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma caracterização das propriedades agrícolas e a partir delas traçar um perfil de propriedade escrava na província do Grão-Pará oitocentista foi o principal objetivo dessa dissertação. Buscou-se através da documentação, sobretudo nos inventários *post-mortem* respostas a algumas problemáticas. Com base nelas percebemos que as propriedades que se estabeleceram no mundo rural amazônico eram peculiares a este espaço, isso é, não produziam apenas um gênero, ou melhor, não se voltavam a apenas uma espécie de cultivo, muito pelo contrário, estabeleceu-se uma policultura de abastecimento que se concatenam com as atividades extrativistas, de produtos da floresta, as chamadas drogas do sertão.

O cultivo de gêneros agrícolas agregava valor à terra, que nesse contexto era avaliada mais pelo usufruto e benfeitorias realizadas no terreno do que propriamente sua dimensão territorial. Por esse motivo seria mais vantajoso investir em escravos do que em terras, algo que justifica o patrimônio dos pequenos e médios sítiantes estar concentrada mais em escravos. Como vimos com o patrimônio de Joaquim Caetano de Matos, de Custódio Joaquim da Silva Barros e Feliciano Raimundo Teles, quando se observou que seus escravos estavam entre os bens de maior valor, até porque em épocas de crise os mesmos poderiam ser alugados, ou até mesmo vendidos sem muita oscilação de preço no mercado, uma vez que no pós-década de 1830 houve uma valorização no preço dos cativos, haja vista a pressão realizada pelos ingleses em relação ao fim do tráfico negreiro via atlântico.

Era comum as médias propriedades disporem de terras ou porções de terras que serviriam para as plantações de suas roças e canaviais. Nesse sentido eram avaliadas e partilhadas em documento de inventário de forma independente. Nos sítios o cultivo não se restringia a apenas um único gênero, nesses locais se plantava de tudo: cacau, mandioca, café, arroz, cana. Uma infinidade de gêneros alimentícios que abasteciam o mercado interno e eram distribuídos para a capital da província, e redistribuídos para seus arredores ou até mesmo para províncias mais distantes, criando redes de comunicação que lhes eram próprias. Num contexto de renascimento agrícola, quando a agricultura de subsistência e de abastecimento cresce em ritmo acelerado, sendo responsável em abastecer os nascentes centros urbanos.

A diversificação de culturas se caracterizava como algo peculiar da região, tanto que conseguia-se conciliar a produção de produtos que poderiam ser exportados com aqueles voltados ao abastecimento interno da província, isto é, a existência de um não excluía o outro. Até mesmo as grandes propriedades, como, por exemplo os engenhos que poderiam produzir apenas para a exportação produziam para além do açúcar uma vez que em seus interiores havia roças de mandioca, de cacau, de algodão, aliás, o açúcar era um gênero secundário de cultivo

nesses grandes estabelecimentos, havendo uma predileção pela fabricação da cachaça e de aguardente de cana, até porque sua produção necessitava de menor capital econômico e menor força de trabalho. No Grão-Pará, diferente das províncias do sul e nordeste, o açúcar se consolidou mais como gênero de colonização do que de exportação. Fez parte da dinâmica colonial como instrumento de ocupação territorial, isto é, o incentivo ao estabelecimento de engenhos e engenhocas transcendia questões de cunho econômico, era interessante tanto à Coroa quanto aos colonos que erigissem engenhos e que ocupassem à região.

Mesmo com a crise do açúcar em meados do século 18, na região nordeste e nas terras do Caribe, as experiências satisfatórias com o beneficiamento da gramínea que fizeram com os colonos vissem com bons olhos o desenvolvimento de tal atividade econômica nas terras no Norte, mesmo que não passassem de experiências. Com o incentivo metropolitano e provincial construíram-se engenhos aos arredores dos principais rios.

Os engenhos de Abaetetuba, Moju e Igarapé-Miri eram verdadeiras fábricas de destilaria, possuindo todos os equipamentos necessários à fabricação dos produtos etílicos. Alambiques, tachos de cobre, frisqueiras, caixas e ferramentas, além de pessoal qualificado para o processo de fabricação, como os escravos de ofícios: mestre alambiqueiro, mestre açucareiro, tacheiro, entre outros, como por exemplo, o preto Jacinto (mestre de açúcar) ou os mestres caldeireiros João Paulo e Tomé, ambos da fazenda de Jaguarari.

As propriedades iam das mais simples, com apenas “casa de morada coberta de palha” com algum pedaço de terra e poucos escravos à engenhos, fazendas e sítios complexo aos moldes dos engenhos reais, com casa de sobrado, fábrica, rancho dos escravos, igreja e armazéns. Estes dispunham de plantéis escravistas volumosos, como a fazenda de Carnapijó de D. Josefa Joaquina de Souza; ou a fazenda de Val-de-Cans que possuía até mesmo sua própria olaria; ou ainda a linda fazenda de Jaguarari, com engenho de moer cana às margens do Moju, que encantou os naturalistas Spix e Martius.

Engenhos de água eram o que mais se via na região tocantina, sempre tangido por uma grande roda d'água que alimentava a fábrica de açúcar e as destilarias. O movimento das embarcações abarrotadas de cana, pilotadas por trabalhadores quase sempre escravizados, fazia parte do cenário amazônico. Tanto que os plantéis escravistas dos proprietários de engenhos eram os mais robustos, chegando em alguns casos a ter mais de 100 cativos em uma propriedade, como na fazenda de Jaguarari ou no engenho de Murutucu, na capital. Em 1790 foram registrados 120 engenhos no Grão-Pará, quase a totalidade voltada para a fabricação de aguardente. A presença de molinetes era tamanha que foi proibido pela Coroa a construção destas a menos de três marés dos engenhos, para evitar concorrência.

O incentivo à produção agrícola e de gêneros alimentícios foi utilizada primeiro pela Coroa depois pelas autoridades imperiais porque se constituíam como atividades econômicas essenciais aos cofres públicos. A construção de sítios, fazendas, engenhos e molinetes foi importante nesse sentido, mas além das questões econômicas esse movimento desencadeou no interior das propriedades um emaranhado de relações sociais e culturais que envolvia os múltiplos sujeitos que eram partes dessa conjectura. Gente que estava ali, se relacionando, interagindo, trocando experiências de vida cotidianamente. Primeiro, escravos africanos, mais tarde escravos crioulos; trabalhadores livres e pequenos sítiantes brancos e pobres e trabalhadores indígenas.

A presença de escravizados de origem negra foi fundamental para a dinamização das atividades agrárias, uma vez que a agricultura no século 19 era pensada como sinônimo de progresso. Dessa forma não podemos dissociar o desenvolvimento agrícola do tráfico de escravos, já que faziam parte da mesma engrenagem. Isso possibilitou o desenvolvimento de diversas trocas culturais entre sujeitos díspares, que constituíram os grupos étnicos do vale amazônico. Deixemos essas e outras questões mais complexas a serem desenvolvidas em pesquisas futuras. Por ora, busco ter alcançado o objetivo proposto por essa dissertação de mestrado.

## FONTES MANUSCRITAS

### INVENTÁRIOS POST-MORTEM

CMA – Documento do Judiciário – Autos de Inventário de Partilha

- CARTÓRIO ODON (2ª Vara Cível)  
CAIXA: 265.269.300.272.793  
José Lopes da Fonseca, 1810.  
João Soares da Costa, 1810.

CAIXA: 275.027.076.048-121  
Hilário Antônio Lobato, 1821.  
Francisco José Nunes, 1814.  
Maria Tereza de Jesus, 1814.

CAIXA: 135.504.580.552-633  
Catarina Margarida de Jesus, 1817.  
Bacharel Luiz Pinto Cerqueira, 1817.

CAIXA: 775.578.648.620.837  
Sebastião José, 1819.  
Manoel Joaquim Gomes, 1819.  
Francisca Dionísia, 1820.  
Damazio de Barros Pereira, 1820.  
Francisca Dionizia, 1820.

CAIXA: 950.187.374.346-015  
Manoel José de Souza Sales, 1830.  
Antônio Lopes, 1830.  
Ana Borges Machado, 1832.  
Francisca de Siqueira e Queiróz, 1832.  
Francisco José Caldeira, 1833.  
Manoel Coelho d'Oliveira, 1833.  
Manoel José Coutinho, 1833.

CAIXA: 340.439.518.490-447  
Joanna Antônia de Oliveira Pantoja, 1843.  
Rosa Vertebro, 1834.  
Manoel José da Silva Paraense, 1834.  
Francisco Raimundo Teles, 1834.  
Capitam Francisco de Oliveira Pantoja, 1834.

CAIXA:915.080.117.089-244  
Manoel Gomes Ribeiro, 1838.

Antônio José de Souza Loureiro, 1838.  
 Anna Raymunda de Carvalho, 1838.  
 José Francisco Martins, 1838.

CAIXA: 930.611.624.596-765  
 Tereza Juliana de Nazaré, 1824.  
 Bento José Pestana, 1824.  
 Joaquim Caetano de Mattos, 1824.  
 Martinho de Souza e Cunha, 1829.  
 Catarina Ignacia do Espírito Santo, 1829.

CAIXA: 055.579.610.582-723  
 João do Ó de Lima, 1840.  
 Guiomar Violante e Marciano Gomes da Rocha, 1840.  
 Guimar Ignês do Nascimento, 1840.  
 Bernardo José Pais Júnior, 1841.  
 Joaquim Farias de Maciel Pestana, 1841.  
 Lourenço Justino de Paiva, 1841.  
 Thomaz Nogueira Picanço, 1841.

CAIXA: 575.547.575.547-618  
 Maria do Carmo Lopes, 1842.  
 Josefa Maria dos Santos, 1842.  
 Narcizo Pedro Rodrigues, 1842.  
 Francisco José de Paiva e Maria Teresa de Campos, 1842.  
 José Antônio Antunes e Souza e sua esposa Luiza do Amaral e Souza, 1842.

CAIXA: 385.392.408.380-117  
 Custódio Joaquim da Barros, 1843.  
 Narciso Gomes do Amaral, 1844.  
 Joana Tereza de Roiz, 1816.

CAIXA: 305.266.453.425-252  
 Coronel José Duarte Rodrigues, 1845.

CAIXA: 605.828.847.819-434  
 Joaquim Gomes d'Oliveira Cavaleiro, 1850.  
 Ignacia Monteiro de Noronha, 1850.

- CARTÓRIO LEÃO (4º Vara Cível)  
 CAIXA: 005.277.320.292-853  
 Domingos José Monteiro, 1816.
- CARTÓRIO SARMENTO (14ª Vara Cível)  
 CAIXA: 460.472.000.000.894

Cônego Sebastião Antônio Pereira da Serra, 1840.

CAIXA: 925.002.000.000.884

D. Maria Gomes de Azevedo, 1846.

D. Josefa Joaquina de Souza, 1846.

D. Anna Faustina do Carmo, 1849.

CAIXA: 925.002.000.000.884

Brites Maria Ledo, 1841.

D. Escolástica Cândida Da Gama, 1841.

Cônego Francisco Pinto Moreira, 1842.

Pe. Jacob Corrêa de Miranda, 1842.

- **CARTÓRIO FABILIANO LOBATO (11º Vara Cível)**

CAIXA: 225.698.759.731-170

Anna Joaquina, 1835.

Elias Caetano do Carmo, 1835.

Bernardino de Sena Pestana, 1836.

Joaquim Maciel Coutinho, 1837.

CAIXA: 405.923.972.944-809

Manoel Joaquim de Farias Maciel, 1838.

José Carlos Corrêa de Miranda, 1838.

Ana Joaquina de Souza, 1839.

Desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo, 1839.

Antônio José da Costa, 1839.

Catherina Maria de lima, 1840.

### **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**

REQUERIMENTO, 15 de abril, de 1801. De José Duarte Rodrigues, para o príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da carta patente no posto de alferes da 1ª Companhia do Corpo de Tropa Ligeira de Milícias da Vila de Cameté. UHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 119, D.9185.

REQUERIMENTO. “Requerimento de Francisco de Potflis, para o rei D. João V, em 18 de novembro de 1722. AHU, Pará, Doc. 625, caixa. 7.

CARTA do ouvidor geral da capitania do Pará, Faustino da Costa Valente, para a rainha [D. Maria I], sobre a avaliação feita aos bens doados a Joaquim Caetano de Matos. UHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 013, D. 8208. 1794, março, 17, Pará.

CARTA. “Carta do governador de capitão-general do Estado do Maranhão, Bernardo Pereira de Barredo, para o rei D. João V, em resposta ao pedido de Francisco de Potflis, em 18 de agosto de 1721. AHU, Pará, Doc. 593, caixa. 7. AHU, Pará, Doc. 593, caixa. 7.

## Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

AUTO DE JUSTIFICAÇÃO DE NOBREZA de Joaquim Clemente da Silva Pombo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo; nº 16; nº 32. Ano de 1807.

## FONTES IMPRESSAS

### Jornais:

*13 de Maio*, nº 551. 29/10/1845.

*13 de Maio*, nº 570. 24/10/1855.

*13 de Maio*, nº 295. 21/02/1854.

*13 de Maio*, nº 618. 21/12/1854.

*Diário de Belém*. Nº 56. Ano XVII. 08/03/1884.

### Obras impressas:

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico, sobre a província do Pará**. Typografia de Santo & menor. Pará, 1839.

BARATA, Manoel. **Antiga produção e exportação do Pará**. Estudo histórico-econômico. Typografia da livraria Gillet de Torres e Comp. 1915.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Volume 2. Belém: Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo), 1963.

\_\_\_\_\_. **História do Pará**. Volume 1. 1ª Ed. Belém: Governo do Estado do Pará, 1996.

DANIEL, Pe. João. **Tesouro Descoberto no Rio Amazonas**. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 95, Tomos I e II, 1976.

D'OLIVEIRA, Agostinho Monteiro Gonçalves. **Chronica de Igarapé-Miri**. Pará: Brasil, 1904.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. MPEG/CNPq/Fundação Roberto Marinho, 1983.

MOURA, Ignacio Baptista. **De Belém a São João do Araguaia: valle do rio Tocantins**. H. Garnier Livreiro-Editor. Rio de Janeiro, 1910.

REIS, Arthur César Ferreira. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. 2º ed. Belém: SECULT. (Série lendo o Pará), 1993.

SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer – Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

## BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO, Rosa Elisabeth. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX**. Artigo publicado pelo Paper do NAEA 153, outubro de 2000.

ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX**: um estudo sobre família, poder e economia. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará: séculos (XVII – XIX)**. 2ª ed. \_ Belém: Paka-Tatu, 2012.

COSTA, Ana Paula Dias. 2015. **A influência da intensificação da produção de açaí (Euterpe Oleracea. Mart.) na diversidade de atividades produtivas de ribeirinhos no estuário amazônico**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Belém: UFPA.

CRUZ, Rodrigo Borges. 2011. **Farinha de “pau” e de “guerra”**: os usos da farinha de mandioca no extremo norte (1722-1759). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão em Fortaleza**: um estudo a partir dos inventários post-mortem (1850-1884). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA.

BARROSO, Daniel de Souza. **O cativo à sombra**: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888). 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

\_\_\_\_\_. **Múltiplos do Cativo**: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). Afro-Ásia (UFBA. Impresso), v. 50, p. 93-128, 2014.

\_\_\_\_\_. **Casamento e compadrio em Belém em meados do Oitocentos**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

\_\_\_\_\_. **Coletando o cacau “bravo”, plantando o cacau “manso” e outros gêneros**: um estudo sobre a estrutura da posse de cativos no Baixo Tocantins (Grão-Pará, 1810-1850). Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/ SP- Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

BARROS, Michelle Rose Menezes de. **Germes de grandeza**: Antônio Ladislau Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além das seringas**: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870. Belém: Editora Açai, 2014.



BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. 2017. **Planta-me no pó e não tenhas de mim dó**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **Em outras margens do Atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém.

BEZERRA NETO, José Maia. **Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888**. Revista Afro-Ásia, v. 28, 2002, p. 221-250.

\_\_\_\_\_. Para além da floresta: o mundo rural amazônico em Spix e Martius (1819-1820). In: NUNES E KETTLE, Francivaldo Alves e Wesley Oliveira (Organizadores). **Sobre as pegadas de Spix e Martius: 200 anos**. Curitiba: Editora CRV, 2020. Capítulo 1, p. 17-36.

\_\_\_\_\_. **A cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: uma notícia histórica**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 23590031- on line), Belém, V.07, Dossiê “História da alimentação e do abastecimento da Amazônia”, p. 27-47, maio/2020).

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**/ Marc Bloch; tradução de Ilkan Stern Cohen, - Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e famílias em uma capital Amazônica (Belém 1870-1920)** / Cristina Donza Cancela. – Belém: Ed. Açaí, 2011. 428 p.:il.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750): percursos historiográficos do século XXI**. Revista Maracanan, nº 15, p. 214-220, jul/dez 2016.

\_\_\_\_\_. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CARVALHO, Daniel Antunes Cardoso do Lago. **O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada (HERA) – V.7, nº13, Jul-dez 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5ª ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenho e Engenhocas: Atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar**. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. PUC/SP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERRARO, Alceu Ravello. *Analfabetismo no Brasil: desconceitos e política de exclusão*. In: Revista **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111- 126, jan/jun, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva Dias. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIEGUES JR., Manoel. **O engenho de açúcar no Nordeste**: documentário da vida real. Coleção nordestina. Rio de Janeiro: EDUFAL. 2006.

DONZA, Cristina. **Casamento e família em uma capital Amazônica** (Belém 1870-1920). Belém, Editora Açaí, 2011.

FERREIRA, Arcângelo da Silva. **Belém e a “Cidade Velha”**: Memória e História no imaginário de Milton Hatoum, nas representações de Luiz e Elisabeth Agassiz e Henry Bates. Revista “Sentido da cultura”, v.6 n.10, 2019, p. 66-80.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **A Subordinação dos Lavradores de Cana aos Senhores de Engenho**: Tensões e Conflitos no Mundo dos Brancos. Texto apresentado como comunicação à 34ª Reunião Anual da SBPC, em Campinas, 1982.

FILHO, Domício Proença. **A trajetória no negro na literatura brasileira**. Revista Estudos avançados 18 (50), 2004.

FLORENTINO, Manolo; GÓIS, José Roberto. **A paz nas senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 -1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONTANARI, Rodrigo. **De fazendeiro a banqueiro no interior paulista**: a trajetória do cel. Cristiano Osório de Oliveira (1890-1937).

GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e Escravidão no nordeste paulista**: Batatais, 1851-1887. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP. 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas & as coisas**: um estudo sobre Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão. **Produção de alimentos e extrativismo**: Belém e seus núcleos subsidiários (Ilha do Marajó e Zona Bragantina). 1986. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ.

LOPES, Patrícia Raiol Castro de Melo. **Os corpos de trabalhadores na província do Pará**: outros significados para uma política de arrematação de mão de obra. 2012.

Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira. **A cozinha mestiça**: uma história da alimentação em Belém. (Fins do século XIX a meados do século XX). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

\_\_\_\_\_. Sidiana da Consolação Ferreira. **Daquilo que se come**: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Um modelo de agroindústria canvieira no estuário amazônico**: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS.

MEDEIROS, Juliana do Nascimento. **Escravidão, engenhos e engenhocas no Pará**. Perfis de propriedade escrava e atividades econômicas (Zona Guajarina e Baixo Tocantins, 1810-180). 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Agricultura no Delta do Rio Amazonas**: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org). *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53-91.

\_\_\_\_\_. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX**. Artigo publicado pelo Paper do NAEA 153, outubro de 2000.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. 3ª ed., ver. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MARQUESE, Rafael Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**: senhores, letrado e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Meneses. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Departamento de História – FFLCH/USP. 2010, p. 108.

MOURÃO, Leila. **Memórias da indústria paraense**. XII Congresso brasileiro de história econômica & 13º Conferência Internacional de História das Empresas. Niterói. 2017.

MOREIRA, Vania Maria Lousada. *A Serviço do Império e da Nação*: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). Revista, **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, p. 13-55, jul. 2010.

MOTA, Antônia da Silva. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará*: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850). In: **Revista de História**, São Paulo, nº 176, 2017.

NASCIMENTO, Sônia Viana. **Igarapé-Miri: A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (Grão-Pará: 1843-1888)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989. P. 59.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. 2011. Tese (Doutorado em História) – programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ.

\_\_\_\_\_. **Aspectos fundiários em uma comarca no interior da Amazônia** (Cametá, 1864-1873). HERA (Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7, Nº 13, Jul-dez, 2012).

\_\_\_\_\_. **Em Fazendas Sítios e Moradas: o viver nos sertões amazônicos**. In: DIAS JR, Carlos; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de; SANTOS, Layane de Souza; PIKANÇO, Miguel de Nazaré Brito. I Webnário do Alere: Alimentação: práticas alimentares, identidades e os territórios do comer. Ananideua. Editora Cordovil E-books, 2021.

PRATT, Mary Louse. **Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação**. Tradução de Jézio Guttierre. Bauru: EDUSC, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia/ Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REDIKER, Marcus. **O navio negreiro: uma história humana**. Tradução Lucio Vieira Machado- São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICCI, Magda. *Cabanagem: uma história de homens das cidades: o outro lado de uma revolução (1835-1849)* In: MOTTA, Márcia (Org.). **Formas de resistência camponesa. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: UNESP, 2008, v. 1, p. 153-170.

\_\_\_\_\_. **Dias trágicos: massacre no Grão-Pará fez mais de 250 mortos entre os defensores da independência**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Publicada em 05/05/2016.

ROOSEVELT, Anna. **Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia**.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime de escravidão**. Belém: Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo), 1971.

\_\_\_\_\_. **O negro da formação da sociedade paraense** - Belém (PA), Paka-Tatu, 2015.

SALDANHA, Nunes. **Do Tejo para o Amazonas: as chalupas de guerra de Manuel Vicente Nunes (1711 -c. 1775)**. Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 14, nº 27, p. 113-120 – 2018.

SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. **Espelhos Partidos**: Etnia, legislação e desigualdade na colônia/Patrícia Maria Melo Sampaio. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SANTOS, Diego Pereira. 2013. **Entre Costa Brasilicas**: o tráfico interno de escravos em direitura da Amazônia, C.1778 – C. 1830. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**/ Stuart B. Schwartz; trad. Jussara Simões. – Bauru, SP: EDUSC, 2001. Coleção História.

\_\_\_\_\_. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1855/ Stuart B. Schwartz: tradução Luiza Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marley Antônia Silva da. **Nas correntes do Atlântico norte e sul**: Tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó** (séculos XVIII e XIX). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade Católica de São Paulo: PUC.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Semeando vento, colhendo tempestade*: o processo de Adesão do Pará à Independência. In: SARGES E RICCI, Maria de Nazaré e Magda (Org.). **O Oitocentos na Amazônia**: política, trabalho e cultura. Belém: Editora Açaí, 2013, p. 11- 44.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **Comerciando Gente**: o tráfico de escravizados no Maranhão (1801-1850). 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.

PALHA, Bárbara. **Escravidão de origem africana em Belém**: Um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750- c. 1850). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA.